

Revista de Psicanálise

da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

ISSN 1413-4438

Indexada nas bases: LILACS/BIREME desde 1997
PsycINFO, Psychoanalytical Abstract, CLASE e
BiViPsi

Homepage: www.sppa.org.br
Volume XXV – Nº 3 – Dezembro – 2018

Fica proibida, sem a autorização por escrito da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, a reprodução total ou parcial dos artigos publicados na Revista de Psicanálise da SPPA, por qualquer meio ou procedimento, incluindo reprografia e processamento de computador (*upload*).

Editora

Lúcia Thaler – psi.luthaler@gmail.com

Editores Associados

- Denise do Prado Bystronski –
dpbystronski@gmail.com
- Paulo Oscar Teitelbaum –
poteitel@sppa.org.br

Conselho Editorial

- Cristiano Freitas Frank
- Edgar Chagas Diefenthaler
- Elena Beatriz Tomasel
- Karem Cainelli
- Kátia Ramil Magalhães
- Marli Bergel
- Renato Moraes Lucas
- Vânia Elisabete Dalcin

Conselho Consultivo

- Anette Blaya Luz - SPPA • Carlos Gari Faria – SPPA • Carmen Médici de Steiner - APU
- César Luís de Souza Brito - SPPA • Clara Rosa Nemas de Urman - APBA • Elias Mallet da Rocha Barros - SBPSP • Elizabeth T. de Bianchedi - APBA • Joel Nogueira - SPPA
- Jorge L. Ahumada - APBA • José Carlos Calich - SPPA • Juan Francisco Jordán Moore - APC • Julio Moreno - APBA • Leopold Nosek - SBPSP • Maria Aparecida Quesado Nicoletti - SBPSP • Maria Cristina Garcia Vasconcelos • Maria Olympia de A. F. França - SBPSP
- Mauro Gus - SPPA • Ney Couto Marinho - SBPRJ • Norberto C. Marucco - APA • Paulo Henrique Favalli - SPPA • Plínio Montagna - SBPSP • Raquel Zak de Goldstein - APA • Ricardo Bernardi - APU • Robert Michels – APA (Americana) • Tula Bisol Brum - SPPA
- Virgínia Ungar - APBA • Zelig Libermann - SPPA

Conselho de Revisores

- Alda Regina Dorneles de Oliveira - SPPA
- Alice Becker Lewkowicz - SPPA • Angela Mynarski Plass - SPPA • Arnaldo Chuster - APERJ • Bruno Salésio da Silva Francisco - SPPel • Carmem Emilia Keidann - SPPA • Carlos Barredo - APBA • Cássia Nuevo Barreto Bruno - SBPSP • Cibele Maria de Baptista Brandão - SBPSP • Clarice Kowacs - SPPA • Cláudio Laks Eizirik - SPPA • Débora Regina Unikowski - SPRJ • Flávio de Oliveira e Souza - SPPA • Gisha Brodacz - SPPA • Heloísa Cunha Tonetto - SPPA • Idete Zimmerman Bizzi - SPPA • Ingeborg Bornholdt - SPPA • Jair Knijnik - SPPA • João Augusto Frayze-Pereira - SBPSP • José Milmaniene - APA • Juan Eduardo Tesone - SPP • Jussara Schestatsky Dal Zot - SPPA • Luciane Falcão - SPPA • Luisa Rizzo - SPPA • Luiz Carlos Mabilde - SPPA • Magali Fischer - SPPA • Marco Antonio Corona Sosa - SPM • Maria Elisabeth Cimenti - SPPA • Marina Massi - SBPSP • Marlene Silveira Araujo - SPPA • Maurício Marx e Silva - SPPA • Miguel Leivi - APA • Mônica Cardenal - APBA • Neusa Knijnik Lucion - SPPA • Regina Sordi - SPPA • Roberto Gomes - SPPA • Rosa Sender Lang - SPRJ • Roosevelt Moises S. Cassorla - SBPSP • Ruggero Levy - SPPA • Sérgio Antonio Cyrino da Costa - APERJ • Sérgio Lewkowicz - SPPA • Suzana Deppermann Fortes - SPPA • Thais Blucher - SBPSP • Viviane Sprinz Mondrzak - SPPA

Assessoria Editorial: Karine Diniz Herte •

Revisão: Gustavo Czekster e Ellen Garber •

Arte/Capa: Liziane Leite Cruz • **Diagramação:** Luiz Cezar F. de Lima • **Impressão:** Gráfica Editora Pallotti

A *Revista de Psicanálise* da SPPA tem por objetivo publicar trabalhos de psicanálise teóricos e clínicos originais bem como suas interfaces com a cultura e saberes contemporâneos.

Linha Editorial

A *Revista de Psicanálise* da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre é uma revista de psicanálise com artigos avaliados por pares de forma totalmente anônima (*peer-reviewed*) que recebe contribuições inéditas ou originais no país de artigos que versem sobre teoria e técnica psicanalítica, história da psicanálise, comunicações clínicas psicanalíticas, temas de educação e profissão psicanalítica, pesquisa e metodologia para a pesquisa psicanalítica e estudos interdisciplinares com ênfase em psicanálise.

Data de impressão: dezembro de 2018

Tiragem: 400 exemplares

Publicada desde 1993

(1988-93 com o nome de Arquivos de Psicanálise da SPPA)

R 454 Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre /
Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. – Vol. XXV, nº 3 (dez., 2018)
– Porto Alegre: SPPA, 1993 –

Quadrimestral

ISSN 1413-4438

1. Psicanálise – Periódicos I. Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

CDU: 159.964.2 (05)
 616.89.072.87 (05)

CDD: 616.891.7

Bibliotecária responsável: Karine Diniz Herte
CRB 10/2224

Rua Gen. Andrade Neves, 14 conj. 802
90010-210 – Porto Alegre-RS
Tel. 051 3228-7583 / Fax 051 3224-3340
E-mail: revista@sppa.org.br
Homepage: www.sppa.org.br

S U M Á R I O

EDITORIAL

Lúcia Thaler / 485

SPPA 55 ANOS – REVISTA 25 ANOS – EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO

Palavra do Presidente

Zelig Libermann / 489

Palavra da Editora

Lúcia Thaler / 491

ARTIGOS

Conversando sobre o feminino – de que feminino vamos falar?

Mery Pomerancblum Wolff / 495

Identidades e sexualidades em transformação

Leticia Glocer Fiorini / 509

A complexidade na psicosexualidade e na identidade

Eva Rotenberg / 523

Identidades sexuais e de gênero nas e nos adolescentes de hoje

Beatriz Janin / 557

A sexualidade na psicanálise: reflexões a respeito da dualidade, do gênero e da homofobia

Edilene de Lima / 569

A bissexualidade psíquica na constituição do sujeito: sobre suas origens e destinos identitários

Cláudia Aparecida Carneiro, Eliana Rigotto Lazzarini / 585

O corpo que se tem e o corpo que se é: entendendo a necessidade do indivíduo transexual de ser visto

Alessandra Lemma / 613

A homossexualidade do psicanalista

Jacques André / 635

A sexualidade infantil tem algo a ver com o bebê?

Björn Salomonsson / 651

Procurando Diogo Soares, encontro o complexo de Édipo?

Eneida Iankilevich / 675

ENTREVISTA

Eva Rotenberg / 695

Índice Volume 25 / 727

C O N T E N T S

EDITORIAL

Lúcia Thaler / 485

SPPA 55th – JOURNAL 25th – ANNIVERSARY EDITION

President's word

Zelig Libermann / 489

Editor's word

Lúcia Thaler / 491

PAPERS

Talking about the feminine – what feminine are we referring to?

Mery Pomeranclum Wolff / 495

Identities and sexualities in transformation

Leticia Glocer Fiorini / 509

Complexity in psychosexuality and identity

Eva Rotenberg / 523

Sexual and gender identities in today's adolescents

Beatriz Janin / 557

Sexuality in psychoanalysis: reflections on duality, gender and homophobia

Edilene de Lima / 569

Psychic bisexuality in the constitution of the subject: on its origins and identity destinies

Cláudia Aparecida Carneiro, Eliana Rigotto Lazzarini / 585

The body one has and the body one is: understanding the transexual's need to be seen

Alessandra Lemma / 613

The psychoanalyst's homosexuality

Jacques André / 635

Has infantile sexuality anything to do with infants?

Björn Salomonsson / 651

Will I find the Oedipus complex when looking for Diogo Soares?

Eneida Iankilevich / 675

INTERVIEW

Eva Rotenberg / 695

Contents Volume 25 / 727

ÍNDICE

EDITORIAL

Lúcia Thaler / 485

SPPA 55 AÑOS – REVISTA 25 AÑOS – EDICIÓN DE ANIVERSARIO

Palabra del Presidente

Zelig Libermann / 489

Palabra de la Editora

Lúcia Thaler / 491

ARTIGOS

Hablando acerca del femenino – ¿de qué femenino vamos hablar?

Mery Pomeranclum Wolff / 495

Identidades y sexualidades en devenir

Leticia Glocer Fiorini / 509

La complejidad en la psicosexualidad y en la identidad

Eva Rotenberg / 523

Identidades sexuales y de género en las y los adolescentes de hoy

Beatriz Janin / 557

La sexualidad en el psicoanálisis: reflexiones sobre la dualidad, el género y la homofobia

Edilene de Lima / 569

La bisexualidad psíquica en la constitución del sujeto: sobre sus orígenes y destinos identitarios

Cláudia Aparecida Carneiro, Eliana Rigotto Lazzarini / 585

El cuerpo que uno tiene y el cuerpo que uno es: entendiendo la necesidad del transexual de que lo vean

Alessandra Lemma / 613

La homosexualidad del psicoanalista

Jacques André / 635

¿La sexualidad infantil tiene algo que ver con los bebés?

Björn Salomonsson / 651

Buscando Diogo Soares, encuentro el complejo de Edipo?

Eneida Iankilevich / 675

ENTREVISTA

Eva Rotenberg / 695

Índice Volume 25 / 727

Editorial

Com a finalidade de encerrar o ano comemorativo dos aniversários da *SPPA* e da *Revista*, publicamos aqui os discursos proferidos pelo Presidente e pela Editora por ocasião do evento *O sujeito contemporâneo entre o público e o privado*, que aconteceu em 26 de outubro passado. Em uma edição futura, pretendemos publicar o próprio debate que ocorreu nessa ocasião festiva, com a presença dos convidados Cesar Brito, Cláudio Laks Eizirik, Felipe Gonçalves da Silva, Francisco Marshall e José Roberto Goldim, sob a coordenação de Zelig Libermann.

O tema desse terceiro número de 2018 – *Identidades e sexualidades* – foi escolhido com o intuito de aprofundar os estudos sobre a estruturação das identidades e da psicosexualidade, aspectos que têm sido foco de grande interesse dos psicanalistas nos tempos atuais. A evolução da clínica e a complexidade das dinâmicas envolvidas para estabelecer as identidades sexuais e de gênero demandam entendimentos que vão além do complexo de Édipo da forma com que este foi inicialmente concebido por Freud. Julgamos ser essencial, portanto, apresentar a nossa contribuição para o desenvolvimento das investigações a esse respeito. Por outro lado, por tratar-se de um tema polêmico e que, infelizmente, ainda é cercado de tabus e preconceitos, consideramos muito importante que a psicanálise cumpra o papel científico de ampliar a compreensão acerca do assunto, contrapondo-se à postura intolerante e inclusive de violência que com que vêm sendo tratadas pessoas em nosso país em razão de suas identificações sexuais e/ou de gênero.

Foi possível perceber o grande interesse dos psicanalistas no estudo desse controverso tema pelo significativo número de artigos recebidos, fato que possibilitou a confecção de um exemplar bastante plural, contando com a participação de autores de reconhecida contribuição nesse campo.

Um primeiro artigo propõe a concepção do *feminino* enquanto dimensão psíquica arcaica e fundante, que, segundo sua autora, não estaria ligada ao sexual ou ao gênero, estando presente no psiquismo de todos os indivíduos.

Dispomos igualmente de vários textos que tratam das identidades e sexualidades em transformação, bem como da complexa construção das identidades na infância e na adolescência, procurando compreender os percursos através dos quais se configuram as tramas do desenvolvimento, muitas vezes nos primórdios da vida dos indivíduos. Há artigos em que se busca discorrer sobre questões relativas à bissexualidade e sobre a forma como essa se inscreve no psiquismo, acabando por modelar os destinos identitários dos sujeitos.

Contamos com trabalhos nos quais os autores se preocupam em entender as sexualidades homo, hetero, transexuais e neutras, além de lançarem hipóteses sobre as possíveis origens da homofobia.

Em um texto em que discute a homossexualidade do próprio psicanalista, o autor questiona se o *politicamente correto* pode estar inibindo a liberdade de pensar acerca da própria teoria psicanalítica.

Consideramos interessante incluir um artigo originalmente publicado no *International Journal of Psychoanalysis*, pelo fato do autor discorrer sobre a importância da sexualidade infantil nos distúrbios do tipo mãe-bebê, aspecto, segundo ele, pouco integrado no âmbito da teoria psicanalítica geral.

Em outro trabalho, a partir da leitura de um livro escrito por cinquenta jovens de 11 anos de idade, foram pensadas as controvérsias sobre o complexo de Édipo e sobre a necessidade de tolerar que Freud não tenha esgotado esse tema.

O número encerra com a entrevista da psicanalista argentina Eva Rotenberg, realizada pelo Conselho Editorial durante o Simpósio da Diretoria da Infância e da Adolescência da SPPA, intitulado *Parentalidades em foco*, que ocorreu em maio de 2018. Como a autora está envolvida com estudos relativos à psicosssexualidade e à parentalidade há muitos anos, a entrevista acabou por complementar este número, apresentando interessantes aportes e experiências nessa área por parte da convidada.

Desejamos a todos uma ótima leitura.

Lúcia Thaler
Editora da *Revista de Psicanálise da SPPA*

SPPA 55 anos

Revista 25 anos

Edição de Aniversário



Palavra do Presidente¹

Em nome da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, agradeço a presença de todos que aqui estão para celebrar conosco os 55 anos de nossa Sociedade bem como os 25 anos da Revista de Psicanálise da SPPA.

Aniversários são como paradas em longas viagens, nas quais temos a oportunidade de constatar o trecho já percorrido e ao mesmo tempo olhar para o caminho a percorrer.

Tendo em vista a história que nos precede, comemorar esta data da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre e sua Revista é, sem dúvida, motivo de grande satisfação.

Cabe ressaltar que nada se cria bem sem um tempo necessário para tal. É através dos anos que as organizações humanas se impõem como presença multiplicadora, ou se findam sem deixar memória. E o tempo se combina com a capacidade criativa para a construção de ideias que imprimem rumos e originam um perfil grupal que se continua ao longo de gerações.

Sabemos que este momento é precedido pelo empenho de gerações de psicanalistas que se dedicaram ao desenvolvimento da psicanálise e da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

Essa menção é uma homenagem àqueles que, ao ocuparem diretorias, participarem das diversas comissões, do conselho editorial da Revista e atuarem em outras tantas funções, prestaram sua colaboração para a construção e o progresso científico, institucional e administrativo da SPPA. E é também uma referência, e um reconhecimento especial, a todos os colegas que, com sua dedicação ao exercício clínico da psicanálise, ao estudo continuado das teorias psicanalíticas, à escrita, publicação e apresentação de trabalhos científicos, à participação institucional nas entidades federadas de todos os âmbitos e às inúmeras ações junto à comunidade, contribuíram, e continuam a contribuir, para levar a Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre a ocupar uma posição de destaque nos cenários local, nacional e internacional.

E, para além de sua inserção nos cenários psicanalíticos, a SPPA tem se caracterizado por suas ações para a difusão da psicanálise no âmbito da comunidade e da cultura de nossa cidade e de nosso estado.

Seguindo o exemplo de Freud, que não somente trouxe novos recursos aos

¹ Discurso proferido dia 26 de outubro de 2018 no Teatro da Unisinos, por ocasião da atividade comemorativa dos 55 anos da SPPA e 25 anos de sua Revista, intitulada *O Sujeito contemporâneo entre o público e o privado*.

escassos meios de tratamento vigentes em sua época como também contribuiu com um arcabouço teórico para pensar o mundo em transformação, a SPPA tem buscado colaborar com o movimento psicanalítico tanto em seu aspecto primordial, o objetivo terapêutico, quanto para pensar as vicissitudes por que passam as relações sociais contemporâneas impactando nossa subjetividade.

Nesse sentido, agradecemos também a todas as instituições das áreas cultural e assistencial, públicas e privadas, pelo acolhimento que sempre tivemos a nossas propostas de parceria em atividades de debate e projetos para a realização de ações que promovam a saúde mental.

Sentimo-nos muito gratos pelo espaço conquistado junto às comunidades porto-alegrense e gaúcha ao longo desses 55 anos de nossa existência.

E o que pensar sobre o caminho que temos pela frente?

Considerações sobre o futuro são, necessariamente, calcadas mais na esperança do que em certezas. Assim, esperamos que a SPPA possa continuar sua trajetória como polo de difusão da psicanálise e de formação de novas gerações de psicanalistas, contando sempre com a parceria das comunidades com as quais nos acostumamos a trocar experiências e conhecimento.

E esperamos também que, no caminho a percorrer, continuemos a seguir o exemplo que nos legou Sigmund Freud: a empolgação com a psicanálise, a manutenção de nosso método terapêutico, e principalmente o espírito aberto para aceitar mudanças e novas hipóteses, que caracterizou o pensamento de Freud durante sua longa trajetória e em sua extensa obra psicanalítica.

É com esse espírito aberto que desejamos a todos uma noite agradável e enriquecedora.

Muito obrigado.

Zelig Libermann
Presidente da *Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre*

Palavra da Editora¹

É com muito orgulho que me dirijo a todos neste momento em que comemoramos o aniversário de 55 anos de nossa querida Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, a SPPA, e de 25 anos de sua Revista de Psicanálise. Sinto-me honrada em ser eu hoje a pessoa que ocupa o cargo de Editora, que me possibilita homenagear nossa Sociedade e sua Revista.

Antes de mais nada, quero agradecer às várias Diretorias que confiaram a mim esta importante tarefa. Necessário também agradecer aos Editores que me precederam e que, desde a fundação da Revista em 1993, lançaram as bases que qualificam nosso periódico. Foram eles os psicanalistas: Mauro Gus, José Carlos Calich, César Luís de Souza Brito, Anette Blaya Luz, Zelig Libermann e Tula Bisol Brum.

Agradeço muito especialmente à equipe competente e incansável, que compõe o Conselho Editorial da Revista, e à sua eficiente secretária, bem como a todos os colegas, funcionários e colaboradores que, ao longo desses 25 anos, fizeram parte da equipe editorial e ofereceram sua contribuição para que a Revista seja hoje um dos importantes veículos de transmissão do conhecimento psicanalítico em nosso país. E preciso igualmente agradecer a todos os colegas que têm enviado seus artigos científicos e aos que realizam conosco a seleção dos artigos para publicação.

A Revista de Psicanálise nasceu a partir do sonho e da determinação de nossos pioneiros, os quais cumpriram o objetivo de dar voz e visibilidade à psicanálise que é ensinada e praticada em nossa Sociedade. Desde o início, a Revista vem recebendo artigos de colegas daqui e de psicanalistas das mais variadas nacionalidades, tendo um alcance que supera as limitações de idioma. Nossa linha editorial sempre foi de pluralismo científico e de diálogo com as variadas teorias psicanalíticas, desde que aplicadas com ética e seriedade científica.

Queremos também dizer para aqueles que aqui estão e que, por não serem de nossa área, desconhecem a Revista que ela tem por objetivo divulgar a psicanálise enquanto método de tratamento clínico, mas que a SPPA e sua Revista têm também como missão dialogar com a comunidade e com a cultura – como, aliás, estamos fazendo hoje.

Desejamos conversar com nossos pares, mas igualmente com nossas

¹ Discurso proferido dia 26 de outubro de 2018 no Teatro da Unisinos, por ocasião da atividade comemorativa dos 55 anos da SPPA e 25 anos de sua Revista, intitulada *O Sujeito contemporâneo entre o público e o privado*.

comunidades. Neste sentido, a Revista sempre procurou prestigiar e formar parcerias com órgãos representativos da sociedade ampla, criando atividades de intersecção da psicanálise com a cultura, como, por exemplo, as que realizamos anualmente por ocasião da Feira do Livro de Porto Alegre. Buscamos igualmente organizar e publicar, em números temáticos ou seções especiais, atividades que a SPPA promove, como simpósios, ciclos de estudos, entrevistas e outras.

Privilegiamos também a publicação de ações de responsabilidade social que colegas da SPPA realizam em parceria com a Secretaria da Educação do município e com grupos de adolescentes de comunidades em vulnerabilidade social. Pensamos que esse conjunto de tarefas possibilita o cumprimento do fundamental papel de colaborar para a evolução do conhecimento e promoção da saúde e do bem-estar individual e social.

A Revista de Psicanálise da SPPA considera que é de sua responsabilidade divulgar a psicanálise que praticamos: aquela que estimula o pensamento e a compreensão das motivações humanas em sua complexidade, sem fáceis e falsos maniqueísmos (que proliferam especialmente em momentos de tensão como os que vivemos atualmente em nosso país). Da mesma forma, uma psicanálise que busca, para dentro e para fora de nossos consultórios, o alcance dos importantes valores do humanismo, da verdade, da liberdade de ser o que se é, da tolerância com as diferenças e da consideração com os demais.

Muito obrigada a todos. Muito obrigada e parabéns, SPPA.

Lúcia Thaler
Editora da *Revista de Psicanálise da SPPA*

Artigos

Conversando sobre o feminino – de que feminino vamos falar?¹

Mery Pomerancblum Wolff,² Porto Alegre

No presente texto, a autora segue abordando o feminino como uma dimensão psíquica arcaica, fundante, não ligada ao sexual ou ao gênero. Entende que é a partir do entrelaçamento desses aspectos – considerados como estruturantes da subjetividade – com a cultura que se constituem as posteriores identificações sexuais e de gênero.

Palavras-chave: Feminino; Subjetividade; Cultura; Identificações

¹ Trabalho apresentado na atividade inaugural do ano científico do ITIPOA em abril de 2018.

² Membro efetivo e analista didata da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA).

Introdução

Conversar sobre *o feminino* está em consonância com uma demanda íntima de várias mulheres, trazendo muitos questionamentos atuais de nossa sociedade sobre o papel da mulher, representando uma necessidade destas na atualidade, motivo pelo qual o tema está inserido no contexto do próximo Congresso da IPA.

Os temas mulher e *feminino* me instigam e me interessam há muitos anos, e tenho me dedicado a estudá-lo, a discuti-lo com colegas e a escrever algumas ideias na forma de artigos e textos. Esses têm se referido a alguns aspectos do *feminino* sob um vértice psicanalítico e, neste momento, desejo entrelaçá-lo com outras áreas do conhecimento em razão da complexidade do assunto.

A que *feminino* quero me referir?

Do feminino ligado às questões da mulher?

Do feminino na cultura?

Do feminino sob o ponto de vista intrapsíquico?

Das questões ideológicas ligadas aos movimentos feministas?

Entendo que *o feminino* é um conceito que abarca todos esses aspectos. Podemos separá-los com fins didáticos, mas, se os tomarmos separadamente, corremos o risco de cindir uma questão ampla e multifacetada, e é no seu entretecer que podemos refletir de forma mais profunda sobre esse tema tão complexo e amplo.

Como psicanalista, é claro que meu olhar se direciona de imediato à construção do *feminino* na psicanálise sem deixar de contemplá-lo por meio dos seus outros e distintos vértices.

Não quero falar do feminino apenas enquanto algo da ordem do gênero, nem do feminino enquanto da ordem do materno, nem do feminino como algo pertencente à ordem do ideológico, e sim de *um feminino* que também está ligado à mulher enquanto um ser com potências que nem sempre são reconhecidas e legitimadas pelas próprias mulheres, as quais, muitas vezes, necessitam do olhar legitimador do outro. Porque ela busca esse olhar? Porque seu próprio olhar não a legitima?

Onde está a potência do *feminino*?

Nos mistérios do corpo e da sexuação feminina que é voltada para dentro? Talvez essa noção nem se sustente mais depois das novas tecnologias de imagem.

Poderíamos falar que existe uma sensação de “ímpotência inata”? E esta teria a ver com a noção de castração de Freud (1908; 1925)? Ou seria um derivado do masoquismo feminino (Freud, 1919) que, no dizer deste autor, seria “correspondente a uma atitude feminina” (p.251)?

Podemos dizer que seria uma sensação que vem do âmago de seu ser e que é referendada pelo social, incapaz de reconhecer e de legitimar a potência feminina?

E como explicaríamos a potência feminina em seu desempenho multitarefa?

Porque se sentiria tão fragilizada sendo algo tão potente no real?

Sem dúvida, esta é uma série de questões complexas. Para entender o sentido desse termo, *complexo*, me reporto à conferência de Luiz Alberto Oliveira, curador do Museu do Amanhã, realizada em março de 2018 na SPPA, que tratou desse conceito, vindo do latim *plexo* que significa dobras, em que se cria uma terceira dimensão geradora de um espaço no qual reside o mistério, o que não é visto, conhecido e, portanto, constituindo algo que cria uma dimensão do novo ou do inominável.

A intrincação entre aspectos internos e externos é extremamente importante para entendermos o psiquismo feminino. Neste trabalho, proponho-me a pensar um pouco sobre este *feminino* que tem uma dimensão do que é complexo e que é, por vezes, inominável, sem deixar de considerar os aspectos daquilo que lhe é externo, como é o caso da cultura.

O feminino sob o ponto de vista da psicanálise

A questão do feminino na psicanálise remonta a mais de um século, e certamente sofreu transformações que são próprias de uma ciência em movimento. Vou referir-me a alguns conceitos que considero importantes, tentando entretecê-los com o que entendo como central para a noção de feminino.

Historicamente, os conceitos trazidos por Freud no início da psicanálise eram inovadores e desafiantes em uma Viena no início do século XX. Desde a sexualidade infantil (1905), passando pelas noções de bissexualidade, pelo monismo fálico, pela questão da diferença na constituição edípica (1924), pela valorização da etapa pré-edípica na menina (1931), estes conceitos acabaram por chegar, no meu entendimento, à noção de que a transformação da menina em mulher é árdua e complexa, sendo concebida por este autor como um *continente negro* (1926), expressão que atribuo atualmente ao desconhecido, ao velado e, quem sabe, ao que era, naquele momento, difícil de representar.

No decorrer de sua obra, o conceito de bissexualidade não é, em sua visão, suficientemente esclarecido, mantendo um aspecto que ele considera obscuro (1930). Parece-me que essa percepção de Freud ainda é cabível nos dias atuais.

Nos trabalhos posteriores sobre feminilidade (Freud, 1931, 1933), a castração continua sendo um ponto central no sentido de compreender o tema. Concebe a

feminilidade inicialmente pelo caminho da neurose, pois, *ao ser recusado o prazer, é recusado o reconhecimento da falta e assinalado que o desejo está em outro lugar – que não no pênis*. Em um segundo caminho, que seria entendido por ele como normal, *a mulher transforma o desejo masculino na fonte do próprio investimento narcísico*. Nesse caso, a feminilidade é um dom que pode ser oferecido ao parceiro, e não a constatação de uma falta.

Dentre as concepções de Freud sobre o entendimento do feminino, encontramos a ideia de que ele se constitui pela percepção da falta. Esta noção é uma das formas de compreender este papel na teoria psicanalítica, relacionada com a centralidade da biologia como destino. Diversos autores questionam, divergem ou acrescentam aspectos a estas concepções como seguiremos vendo, mas esses conceitos iniciais me parecem importantes de serem levados em consideração.

Outros autores, como Horney (1924, 1926) e Jones (1927, 1933, 1935), questionaram esses conceitos freudianos, por entender que a menina percebia a sua vagina, mas a negava.

Melanie Klein (1932a) segue as ideias destes autores e acaba por ampliá-las, acrescentando que a menina tem uma percepção inconsciente da vagina, algo que modifica a compreensão da sexualidade feminina. Ela não é a falta, é para dentro, é passivo, é receptivo.

Ainda segundo Klein (1932b), os bebês, sejam meninos ou meninas, desde o nascimento estabelecem um vínculo de muita proximidade e amor com a mãe e, nesse processo, estrutura-se psiquicamente uma fase de desenvolvimento que ela chama de feminina, independente do sexo. Entende que, nesse momento, o funcionamento mental é semelhante em meninos e meninas, caracterizando-se pelo desejo de conter, dentro de si, o pênis do pai e os bebês da mãe, algo que seria uma atitude continente, considerada como tipicamente feminina.

Destaco essa concepção de Klein porque a entendo como coincidente com a formulação que faço sobre *o feminino*, em que uma das características estaria ligada ao desejo de continência como algo especificamente feminino, diferente de ser algo ligado à feminilidade.

Winnicott (1966) considera a mãe como fundamental desde o início da constituição psíquica. Para este autor, tanto meninos e meninas quanto homens e mulheres possuem elementos femininos e masculinos, presentes desde uma etapa muito inicial da vida, a partir da relação precoce com a figura materna. O sentimento de ser que, para Winnicott, é construído nessa relação inicial com o seio, representa um elemento feminino puro. Refere-se à experiência de onipotência, que permite que o bebê sinta que o seio e a mãe são criações suas, dando-lhe o senso de continuidade. Winnicott (1966) refere que esse elemento feminino puro

compõe-se como uma experiência inicial vital em uma experiência de identificação primária, matriz de identificações futuras, anterior à organização do elemento masculino puro, que, na sua relação com o objeto, pressupõe a separação e um ego disponível. Parece-me que esse elemento feminino é básico para a constituição psíquica, uma vez que funda a noção de si mesmo.

O conceito de elemento feminino de Winnicott (1966), bem como as ideias de Klein (1932b) sobre a fase feminina, servem de suporte e fundamento para o que entendo como *o feminino*, referendando que a organização desse aspecto da vida psíquica é inicial e ocorre com todos em sua relação de objeto mais precoce, pressupondo a diferenciação ego-objeto, sendo a raiz de futuras identificações.

Uma autora contemporânea, Glocer Fiorini (1994), considera que *o feminino* seria um registro que abarca ambos os sexos e refere-se “às primeiras experiências, pré-edípicas, pré-especulares, com uma poderosa influência do materno, e que descentram a polaridade-masculino-feminino, justamente por envolver a ambos os sexos” (p. 34). Descreve *o feminino* como sendo uma experiência primária corporal, cenestésica, pré-discursiva, e que, por sua natureza, não pode receber representação psíquica direta em razão do excesso de excitação.

Essa contribuição de Glocer Fiorini (1994) referenda a minha maneira de entender *o feminino* como inicial, fundante, presente em ambos os sexos, ligado à relação primária com a mãe. Acrescenta, ainda, uma questão importante no que se refere à dificuldade de representação psíquica dessa experiência. Essa experiência primária corporal, como conceitua a autora, permite que as diferenças anatômicas proporcionem marcas de vivências distintas. Elas vão constituir representações específicas nas quais o tempo, o espaço e a sensorialidade (Wolff, 2005) construirão a imagem de corpo que vai estabelecer a identidade, incluindo a sexual.

Paim Filho (2014) aborda as questões do *feminino* de maneira interessante. Discute-as com base nos conceitos freudianos, diferenciando-as de feminilidade. Entende que *o feminino* deve ser remetido às origens do sujeito, calcado em uma disposição biológica de base, que “se oferece como agente de captura e ligação da energia pulsional” (p. 45) e que serviria de “papel de fundo” (p. 44) para o campo psíquico.

Ele supõe que Freud tenha retomado a saída biológica por pensar que *o feminino*, os destinos pré-recalque e o recalque originário são, por si só, extremamente enigmáticos, constituindo algo da ordem do mistério e das origens do humano.

Nessa linha de raciocínio, situa *o feminino* como elemento fundante do aparelho psíquico, ancorado em um tempo anterior e presente no núcleo do inconsciente não recalado. Este seria um *feminino* repudiado, demoníaco,

assustador. *O feminino* não repudiado é aquele que oferece palavras para que o repudiado possa se apresentar e se representar de forma mais aceitável, algo que seria alcançado através de uma dura conquista do desenvolvimento da capacidade de simbolizar, consistindo na aceitação da falta e da incompletude em enfrentar a castração e reconhecer nesta uma possibilidade estruturante do processo psíquico e da cultura.

Retomar esses conceitos foi um movimento muito rico, permitindo-me construir o modo por meio do qual penso *o feminino* atualmente. Entendo-o como dialético, implicando em uma série de revisões, rupturas e ampliação de elaborações. Inspiro-me na concepção de Laplanche (*apud* Skowronsky, 2012) que, como Bion, usa a metáfora da espiral com o intuito de descrever o fenômeno que, na busca do conhecimento, acaba por realizar uma volta aos mesmos pontos, em outro patamar, em uma progressão dialética.

Considero, então, *o feminino* como algo muito inicial no ser humano, um aspecto psíquico subjetivo, tanto no sentido de que é um processo psíquico e subjetivo como algo do fundamento e não da qualidade. Possui a dimensão do que é arcaico e não representado. É inicial, fundante e não se encontra ligado ao sexual ou ao gênero.

A meu ver, esse conceito é importante para que possamos entender a constituição psíquica do indivíduo como uma construção, que parte da biologia e que, no decorrer da vida, passa a agregar outros componentes. A sexualidade, compreendida como a expressão de uma pulsão em busca de um objeto, se constitui num processo em que as identificações são fundamentais para a constituição da feminilidade e da masculinidade.

Eu entendo que *o feminino* é diferente dos conceitos de feminilidade e identificação feminina.

A *feminilidade* refere-se ao processo de tornar-se mulher e feminina como uma qualidade, constituindo-se em um entrelaçado entre o biológico e o cultural, tendo hoje, então, uma configuração diferente daquela que possuía na época de Freud, por exemplo, para quem o ideal de feminilidade estava ligado à maternidade.

As *identificações femininas* instituem-se desde muito cedo, assentadas sobre várias significações atribuídas pela mãe em sua relação com o bebê. Pressupõe a elaboração de diversas vicissitudes do desenvolvimento, prioritariamente a questão da bissexualidade e o reconhecimento das diferenças, bem como a resolução do conflito edípico.

As questões de gênero, centrais em nossa cultura, necessitariam de um espaço mais amplo de discussão, e não tenho a intenção de ampliá-la nesse momento. Apenas para contextualizar, tomo os conceitos de Stoller (1993), que concebia o

gênero como uma nomeação dada pelos pais ao bebê, definindo a que gênero este pertence.

O feminino na cultura

Quando se fala desde o lugar da cultura, tenho a impressão de que *o feminino* fica quase como um sinônimo do que é da mulher. É importante, assim, falarmos sobre os diversos papéis da mulher na cultura.

Sob o ponto de vista da história, a posição da mulher em várias culturas foi bastante distinta. Nos estudos arqueológicos feitos sobre a civilização minóica, encontraram-se dados que confirmam a importância conferida às mulheres que exerciam funções religiosas, administrativas e políticas, e o mesmo se sabe sobre a cultura celta. Na antiguidade, antes dos descobrimentos marítimos, existiam mulheres guerreiras, as amazonas, famosas por suas lides nas guerras bem como por seu papel como líderes sociais. Foram elas as inspiradoras de Francisco Orellana, que assim denominou as icamiabas, índias que dominavam a região próxima ao rio que recebeu também o mesmo nome (rio Amazonas).

A colocação da mulher em um papel secundário na cultura ocidental vem sendo questionado desde o século XVIII (especialmente a partir da Revolução Francesa, em que as concepções de igualdade não foram contempladas) dentro do Iluminismo, mas foi mais efetivo através do movimento feminista do século XIX. Este movimento era composto por um conjunto de ideias políticas, sociais, ideológicas e filosóficas que possuíam como objetivo comum os direitos iguais e uma vivência humana por meio do empoderamento feminino e da libertação de padrões patriarcais, sendo algo baseado em normas de gênero, conceito este muito atual também. Envolve diversos movimentos, teorias e filosofias que advogam uma maior igualdade entre homens e mulheres, além de promover os direitos das mulheres e os seus interesses em ondas de movimentos. A primeira teria ocorrido no século XIX e início do século XX, sendo seu objetivo a conquista do voto das mulheres. A segunda onda ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, enquanto que a terceira começou na década de 1990 e vem até a atualidade. A teoria feminista surgiu a partir destes movimentos femininos, manifestando-se em diversas disciplinas, tais como a geografia feminista, a história feminista e a crítica literária feminista (Feminismo, 2018).

Na década de 60, nos EUA, iniciou-se um movimento feminista que abordava questões da sexualidade, da família, do mercado de trabalho, violência doméstica, do estupro conjugal e o divórcio centrado na sociedade branca de classe média e alta.

Na década de 90, por sua vez, buscava-se a ampliação das conquistas anteriores para todos os grupos femininos, incluindo-se aí as lutas pelas questões de gênero, sendo que também existe um grupo que defende o chamado feminismo da diferença, cujo importante expoente, a psicóloga Carol Gillian, defende a existência de importantes diferenças entre os sexos, enquanto outras vertentes acreditam não haver diferenças inerentes entre homens e mulheres, defendendo que os papéis atribuídos a cada gênero instauram socialmente a diferença (Feminismo, 2018).

Atualmente, existe o reconhecimento de que a pessoa também possa atribuir-se uma identidade de gênero distinta da sua sexuação. Essa concepção tem sido permeada por questões ideológicas – um conjunto de *ideias, pensamentos, doutrinas* ou *visões de mundo* de um indivíduo ou de determinado grupo, orientado para as suas ações sociais e políticas. Diversos autores utilizam o termo através de um viés crítico, considerando que ideologia pode ser um instrumento de dominação que age por meio de convencimento, persuasão que alienaria a consciência humana.

A ideologia de gênero ou a *ideologia da ausência de gênero*, como também ficou conhecida, é a ideia de que *a sexualidade humana seja parte de construções sociais e culturais* e não um fator biológico.

De acordo com esta ideologia, os seres humanos nasceriam *neutros* e poderiam, ao longo da vida, escolher o seu gênero sexual.

O feminino na sociedade/comunidade

Com colegas da SPPA, acompanho grupos de educadoras de escolas infantis da Prefeitura Municipal de Porto Alegre há mais de 11 anos. Neste íterim, tenho observado em muitas delas essa percepção de si mesmas como frágeis e incapazes, apesar de exercerem sua função revelando conhecimentos intuitivos extremamente importantes. A princípio, nosso grupo vinculou essa percepção à falta objetiva de capacitação destas mulheres para as funções exercidas, mas, no decorrer do tempo, percebemos que essa sensação de incapacidade se estendia a outras situações de vida em que, apesar de desempenharem qualquer função com habilidade e capacidade, sentiam-se na dependência da figura masculina para algumas tarefas.

Esta vivência feminina da fragilidade e da dependência é o produto de uma cultura que coloca a mulher neste patamar, baseado em um sentimento que não só é aportado pela cultura, mas também é vivenciado pela própria mulher, acerca de suas potencialidades intrínsecas. Sua posição continente, de acolhimento, e a ideia estatuída nos séculos anteriores no sentido de que a sua vocação seria unicamente

para a maternidade, era vivida e entendida, inclusive pela mulher, como um sinal de fragilidade.

Como exemplo desta situação, também me ocorre uma cena do filme *The post*, estrelado por Tom Hanks e Meryl Streep, em que ela, no papel da herdeira do Jornal *The Washington Post* no início dos anos 70, decide publicar uma investigação feita por jornalistas que descobriram que o governo divulgava mentiras sobre o sucesso das ações no Vietnã. Uma prévia desta divulgação já fora feita por outro jornal que sofreu sanções importantes. Na cena a que me refiro, quando sozinha assume a decisão de publicar essa notícia, entendo que ela toma uma atitude em que o feminino predomina: é capaz de continência, consideração a sua essência, ao seu *ser* e ao outro – em suma, ser uma pessoa.

Em outro momento, ao ler o Segundo Caderno do Jornal Zero Hora (25/03/2018), chama-me a atenção a reportagem sobre um grupo de musicistas mulheres que decidiram unir-se para produzir seu trabalho. Partem de um sentimento de exclusão em um universo machista que privilegia o trabalho exercido por homens, desconsiderando a arte de qualidade produzida por tantas mulheres. Descrevem as várias discriminações vivenciadas pelas mulheres no mercado de trabalho: desvalorização do trabalho, tratamento desigual e pagamentos abaixo dos pagos para trabalhadores homens.

Em uma atitude na qual predomina *o feminino*, elas assumem a direção de suas vidas; reúnem-se numa atitude de continência, agem, promovem eventos, *são!* Em suas palavras, quando dizem: “tu pensa coisas e tenta lutar sozinha, mas quando encontra outra mina que pensa a mesma coisa, isso faz a ideia crescer” [...] vejo um início de cena em que as mulheres se juntam para se enxergar e para ver que não estão sozinhas” (Foster, 2018).

O feminino na clínica

Os conceitos psicanalíticos anteriormente descritos são conhecidos e possuem certo consenso. Entendo-os como parte de um processo de trabalho psíquico que se inicia precocemente e marca o psiquismo como um registro que se inscreve na mente e acaba por se apresentar nos conflitos dos pacientes que recebemos em nosso consultório.

Eva começou a análise aos 34 anos. O motivo manifesto eram os problemas no casamento, quase todos colocados no marido. Não me parecia que Eva era a protagonista de sua vida. Tudo era referenciado às faltas que o marido, a mãe e o pai lhe causavam, bem como no sofrimento que isso lhe proporcionava. No

decorrer da análise, fomos entendendo o quanto as suas dificuldades ligadas *ao feminino* podiam interferir em suas ligações com o sexo masculino. As faltas a que ela se referia implicavam em uma vivência de falta fálica, investida de uma representação de poder, principalmente para a mãe. Descreveu a mãe como uma pessoa muito narcisista, voltada mais para si mesma do que para os filhos. Era uma mulher muito linda, sedutora e que traía o marido, de quem se separou quando Eva era bem pequena, mantendo-a afastada do pai durante bastante tempo.

Eva percebia a relação com a mãe como muito complexa. Tinha muitas queixas de faltas dela em relação a si mesma. Sabemos que a relação da menina com sua mãe é sempre bastante complexa em função dos movimentos identificatórios e das ansiedades edípicas, entre outros fatores.

Descreveu a experiência da menarca como muito ansiogênica. Quando se percebeu sangrando, ficou muito assustada e correu à procura da mãe. Refere que esta também ficou ansiosa, começou a rir e não conseguiu conversar com ela. Quem a acolheu em sua ansiedade e a conteve com um colo e algumas explicações foi uma vizinha que, em geral, sempre era muito receptiva quando Eva se sentia angustiada e sem entender o que acontecia a seu redor.

Penso que esses movimentos da relação da menina com a mãe também contribuem para a representação *do feminino*.

Eva temia e rejeitava a sua representação *do feminino* por associá-lo à figura materna sedutora, “uma voraz devoradora de homens” como expressou em determinado momento. Esse era o modelo de *feminino* presente em seu imaginário e ela o rechaçava. Não se via como uma mulher bonita, apesar de ser. Quando reconhecia esse aspecto de si mesma, descrevia como desvalorizado. Um exemplo disso foi quando contou sobre os concursos de beleza em nível estadual em que participou e venceu. No momento em que ocorreram esses certames, o que lhe pareceu valorizado era alimentar o narcisismo da mãe, que exultava ao vê-la vencedora. A posteriori, pareceu-lhe que a mãe sentia-se ela própria vencedora, algo que lhe dava mais raiva ainda. Novamente a mãe a “usava” para obter alguma vantagem!

A percepção do que ela entendia como *o feminino* materno, e os sentimentos que isto lhe despertava, dificultavam a sua relação com seus aspectos femininos, os quais eram rechaçados.

O feminino, para Eva, era o devorador, o que ataca, o que não contém.

Assim, quando nasceu a sua filha, sentiu muita dificuldade em acolhê-la. Rechaçou a ajuda da mãe, mas teve, em seu companheiro, um apoio efetivo, circunstância que permitiu que se aproximasse da filha, menos perseguida pelos temores de ser atacada por ela, repetindo seus sentimentos em relação à mãe.

Eva era uma mulher bonita e muito temerosa de suas capacidades. No plano de trabalho, bem como nas relações sociais, sentia-se diminuída e sem potencial, assim como se sentia sem poder de sedução como mulher. Parecia-me que Eva *não era*. A percepção dessas vivências foi muito dolorosa para a paciente. Em um primeiro momento e durante certo tempo, predominaram os *acting out* como forma de reviver e tentar elaborar essas experiências.

À medida em que esses sentimentos eram vivenciados e rerepresentados como imagens inconscientes registradas em sua mente, Eva pode reintrojetar as identificações primárias no sentido de resgatar seus próprios sentimentos, os quais lhe capacitaram a viver experiências de maior autenticidade em seu sentimento de ser.

Então, de que feminino estou falando?

O feminino, como o entendo, é substantivo, separado e diferente do feminino como adjetivo, de feminilidade e de identificação feminina. Não é uma qualidade, mas um sentimento de ser, envolve a capacidade e o desejo de continência e se estabelece a partir da relação diádica tanto em mulheres quanto em homens.

Penso que *o feminino* refere-se a esta dimensão do que é arcaico e não representado. Um registro que se encontra em busca de uma simbolização. A meu ver, esse *feminino* constitui-se a partir do sexual, do psicosexual, e não do gênero sexual, que, na tessitura das relações objetais, constrói uma dimensão psíquica do que é subjetivo, qualquer que seja o gênero de cada um, tornando-se simbolizável e simbolizado na medida em que se constitui a mente.

Ou seja, é a partir desse *feminino* que vai se entretecendo a aquisição de uma identificação, a qual pode ser feminina, e de um senso de feminilidade. Isso não se dá de forma linear, mas sim em circunvoluções e a partir de inter-relações, em um processo complexo que envolve desde os registros iniciais das relações mãe-bebê, que revela *o feminino* como um registro arcaico, passando pela busca de um modelo de mãe ideal para identificar-se e pelos aspectos pulsionais no campo do desejo e busca por um objeto sexual.

A constituição de um sentimento de feminilidade, bem como a sexuação, se organizam nessa tessitura entre *o feminino*, o arcaico pulsional, que encontra um objeto (mãe) que permite que o sentimento de ser vá se organizando, e, ao mesmo tempo, vão formando modelos identificatórios, postos em ação desde o nascimento, juntamente com a percepção do corpo (ter ou não uma vagina).

Como podemos compor essa noção de *feminino* com os conceitos de

feminilidade, de gênero feminino ou de identificação feminina? E como compor esses conceitos com o feminino na cultura?

A meu ver, na dimensão social, da cultura, esses conceitos estão quase que indissociados. O aspecto central nessa dimensão está nas questões da mulher dentro do social. Contudo, tenho percebido que, ao ficar focado em como esta questão é percebida e considerada dentro da cultura, passam a vigorar os estereótipos da submissão, ou seja, de uma posição subalterna ao homem, dos salários diferentes em relação a homens e mulheres e da desconsideração pelas potências femininas.

Finalizando, ressalto o aspecto inerente do *feminino* que permanece como uma característica em homens e mulheres. Refere-se à capacidade de continência, ao que é receptivo, à capacidade de contemporização. Baseia-se em aspectos constitucionais, na identificação primária e nas transmissões feitas pelos pais mesmo antes do nascimento. Organiza-se na relação mãe e filho quando se constitui o sentido de ser (como Winnicott descreve), um modo psíquico, subjetivo, com sua identidade propriamente dita. □

Abstract

Talking about the feminine – what feminine are we referring to?

In this paper, the author discusses the feminine as an archaic and founding psychic dimension that is not connected to the sexual or to gender. She suggests that it is from the interweaving of culture with those two aspects, which structure subjectivity, that later sexual and gender identifications are constituted.

Keywords: Feminine; Subjectivity; Culture; Identifications

Resumen

Hablando acerca del femenino – ¿de qué femenino vamos hablar?

En el presente texto, la autora sigue abordando el femenino como una dimensión psíquica arcaica, fundante, no sujeta al sexual o al género. Entiende que es a partir de lo entrelazamiento de esos aspectos – considerados como estructuradores de la subjetividad – con la cultura que se constituyen las posteriores identificaciones sexuales y de género.

Palabras clave: Femenino; subjetividad; Cultura; Identificaciones

Referências

- Feminismo. (2018, abril 23). *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Recuperado em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Feminismo&oldid=51887743>.
- Foster, G. (2018, março 25). Mulheres formam pulsante cena musical de Porto Alegre. *Zero Hora*. Recuperado em: <http://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/musica/noticia/2018/03/mulheres-formam-pulsante-cena-musical-de-porto-alegre-cjf7b85w3009701phavujwf8g.html>
- Freud, S. (1905). Três ensaios sobre a sexualidade. In *Edição standard brasileira das obras completas psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol.7, pp.118-228.). Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- Freud, S. (1908). Sobre as teorias sexuais das crianças. In *Edição standard brasileira das obras completas psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 9, pp.221-228). Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- Freud, S. (1919). Uma criança é espancada – uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. In *Edição standard brasileira das obras completas psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol.17, pp.223-253). Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- Freud, S. (1924). A dissolução do Complexo de Édipo. In *Edição standard brasileira das obras completas psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol.19, pp. 215-224). Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- Freud, S. (1925). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In *Edição standard brasileira das obras completas psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol.19, pp. 303-320). Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- Freud, S. (1926). A questão da análise leiga. In *Edição standard brasileira das obras completas psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20, pp. 205-293). Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- Freud, S. (1930). O mal-estar na civilização. In *Edição standard brasileira das obras completas psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp.75-171). Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- Freud, S. (1931). Sexualidade feminina. In *Edição standard brasileira das obras completas psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp. 257-279). Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- Freud, S. (1933). Feminilidade. Conferência XXXIII. In *Edição standard brasileira das obras completas psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 22, pp.139-165). Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- Glocer Fiorini, L. (1994). *Lo femenino y el pensamiento complejo*. Buenos Aires: Lugar, 2001.
- Horney, K. (1924). On the genesis of the castration complex-complex in women. *International Journal of Psycho-Analysis*, 5(1), 50-65.
- Horney, K. (1926). The flight from womanhood. In *Feminine psychology*. London: Routledge & Kegan Paul, 1967.
- Jones, E. (1927). The early development of female sexuality. *International Journal of Psycho-Analysis*, 8(4): 459-472.

- Jones, E. (1933). The phallic phase. *International Journal of Psycho-Analysis*, 14(1): 1-33.
- Jones, E. (1935). Early female sexuality. *International Journal of Psycho-Analysis*, 16(3): 263-273.
- Klein, M. (1932a). Os efeitos das situações de ansiedade arcaicas sobre o desenvolvimento sexual da menina. In *A psicanálise de crianças* (pp. 213-257). Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- Klein, M. (1932b). Os efeitos das situações de ansiedade arcaicas sobre o desenvolvimento sexual do menino. In *A psicanálise de crianças* (pp. 258-295). Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- Paim Filho, I. A. (2014). A guerra e o repúdio ao feminino: uma releitura da disposição feminina originária. In *Metapsicologia: um olhar à luz da pulsão de norte* (pp. 41-57). Porto Alegre: Movimento.
- Skowronsky, S. (2012). Por que ler – Jean Laplanche. *Psicanálise Revista SBPdePA*, 14(1): 353-363.
- Stoller, R. J. (1993). Masculinidade e feminilidade-apresentações de gênero. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- Winnicott, D. W. (1966). Sobre os elementos femininos e masculinos ex-cindidos. In C. Winnicott, R. Shepherd, & M. Davis (Orgs.). *Explorações psicanalíticas* (pp. 133-150). Porto Alegre: Artmed, 2005.
- Wolff, M. P. (2005). *Sobre o olhar na estruturação do psiquismo*. Porto Alegre: Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. Monografia.

Recebido em 30/06/2018

Aceito em 15/08/2018

Revisão gramatical de **Gustavo Czekster**
Revisão técnica de **Kátia Ramil Magalhães**

Mery Pomerancblum Wolff

Av. Taquara 193/401

90460-210 – Porto Alegre – RS – Brasil

e-mail: mery.wolff@hotmail.com

© Revista de Psicanálise – SPPA

Identities and sexualities in transformation

Leticia Glocer Fiorini,¹ Buenos Aires

A autora aborda as complexas relações que se estabelecem entre as categorias de identidade e identidade de gênero com o campo da sexualidade e dos corpos. Propõe pensar que estes fatores não são autônomos e interagem recursivamente. Estão relacionados com os outros significativos e com os discursos vigentes, em uma trama plural. A proposta inclui a necessidade de repensar o conceito de diferença sexual vigente, ampliá-lo e apontar os fatores heterogêneos que estão em jogo nesse conceito.

Palavras-chave: Identidade; Identidade de gênero; Sexualidade; Pulsão; Corpo; Paradigma da complexidade

¹ Médica psicanalista. Membro efetivo e analista didata da Associação Psicanalítica Argentina (APA).

As sociedades contemporâneas enfrentam pronunciadas mudanças discursivas, legais e éticas que estão ocorrendo no quadro das cada vez mais extensas práticas não convencionais no campo da sexualidade e do gênero. Estas práticas, mais visíveis principalmente no Ocidente, nos levam a refletir sobre a práxis psicanalítica na atualidade. A teoria e a clínica estão igualmente envolvidas. Trata-se de um desafio que é realmente importante abordar e que abrange a necessidade de repensar, entre outras coisas, as categorias de identidade e sexualidade. Embora se trate de categorias que podem ser analisadas separadamente, pois referem a ordens diferentes, também exigem que se focalizem as relações entre ambas no âmbito intrassubjetivo.

Há vários debates no campo psicanalítico:

- A identidade é um conceito próprio da psicanálise?
- Como se define a identidade de gênero no campo amplo da identidade?
- Em que sentido se fala de sexualidade e que lugar ocupa no *corpus* psicanalítico?

- Há uma oposição intransponível entre identidade e sexualidade?
- Outro ponto de debate, que nasce do anterior, é o papel do campo da alteridade na construção de subjetividade sexuada (incluindo a identidade e a sexualidade). Isso causou confrontos entre os que privilegiam o papel dos outros significativos e os que dão destaque à pulsão, ao desejo e à fantasmática inconscientes como elementos-chave nos processos de subjetivação.

Nosso propósito é analisar os conceitos mencionados a partir da teoria e da experiência clínica. Estabelecer suas distinções e também suas relações. Isso implicará recorrer a modelos de pensamento que aceitem as conexões e interfases entre variáveis heterogêneas, neste caso entre sexualidade e identidade.

Para abordar as categorias de identidade, identidade de gênero e sexualidade, é necessário incluir diferentes níveis de análise, intrassubjetivos e transsubjetivos. Na prática clínica, nos apoiamos em distinções teórico-clínicas que surgem dos planos subjetivos que estão em jogo. Desta maneira, se falamos de transexualismo, há um primeiro eixo que aponta para a incongruência entre a identidade de gênero autopercebida e o gênero estabelecido ao nascer em concordância com o corpo sexuado. O foco está no campo identitário. Mas se nos referimos à homossexualidade por exemplo, estaremos falando do campo do desejo e da escolha de objeto. Com certeza, há entre esses dois exemplos muitas outras posições e configurações em que os campos se entrecruzam. Identidade de gênero e sexualidade estabelecem conexões. Indubitavelmente, isso também diz respeito à homossexualidade, em

que as fantasmáticas e, às vezes, as práticas sexuais entram em conflito com a *condição heterossexual*.

Desta maneira, os temas vinculados à identidade e à sexualidade adquirem cada vez mais pregnância, na medida em que as sociedades e culturas atuais nos mostram configurações subjetivas que se afastam das normas estabelecidas. As subjetividades plurais que se tornam evidentes nas culturas e subculturas contemporâneas podem ser ou não problemáticas para cada sujeito, caso sejam conflitantes em relação à identidade de gênero ou à escolha de objeto sexual fora das legalidades e convenções vigentes. No caso de serem problemáticas, podem gerar conflitos em relação a uma sexualidade não normativa, ou pela autopercebida incongruência corpo-gênero, ou ainda pelas demandas e pressões parentais, familiares e culturais, que são eventualmente interiorizadas.

Problemáticas em relação à identidade de gênero aparecem em crianças pequenas, e podem se transformar em um dilema e em uma fonte de angústia para os pais. Esse é um desafio para cada psicanalista: analisar e acompanhar o processo junto com a família – processo de final incerto, mas que requer um alto grau de neutralidade e atenção à singularidade de cada caso. Há múltiplos fatores em jogo que é preciso esclarecer, sem imposições que só podem ser iatrogênicas.

Também há, cada vez mais, consultas de adolescentes e jovens que não se identificam com um gênero em particular, além das mais conhecidas consultas por tendências homossexuais quando estas são conflitivas para a pessoa. No entanto, sabemos que a maioria dessas últimas consultas é por outro tipo de conflito, e não primariamente pela escolha de objeto sexual.

Identidade e gênero

A identidade é um conceito psicanalítico? Para alguns analistas não é porque consideram que não existe uma identidade fixa e imutável no sujeito humano.

Em primeiro lugar, notemos que inadvertidamente ou não todos nós utilizamos referências à identidade. A questão é tornar claro o conceito de identidade que se usa. Neste sentido, enfatizamos que o conceito de identidade é mais amplo que o de identidade de gênero, ao qual vamos nos referir. Em outras palavras, os conflitos identitários não se referem somente ao gênero, mas neste campo adquirem uma especificidade que é preciso destacar.

Em segundo lugar, pensamos que é a mesma coisa referir à identidade em um sentido lógico-matemático, *o igual a si mesmo*, e falar da identidade subjetiva que se organiza em torno da pergunta “quem sou”. A identidade se

sustenta em identificações que sempre têm um componente imaginário, mas que possuem também fortes efeitos simbólicos. Ressaltamos que do ponto de vista subjetivo a identidade responde a continuidades e descontinuidades, a fixações e transformações ao mesmo tempo. Não existe identidade fixa e imutável.

Em nossa opinião, é imprescindível pensar em duas facetas. Por um lado, um conceito de identidade subjetiva sempre em transformação por se basear em identificações, e, por outro, o estímulo subjetivo para construir referências identitárias com uma certa fixidez. Sacks (2002) havia especificado que há uma *narração* interna que é nossa identidade e que estabelece uma continuidade. Certamente seria impossível pensar em um sujeito que não se apoie em certas fixações que permitam estabelecer *lugar e tempo* identificadores que marquem uma continuidade subjetiva, mesmo que transitória, em tempo e espaço. O conceito de cronotopos de Bakhtin (1990) aponta nessa direção. Este autor, a partir da análise literária, enfatizou a relação indissolúvel entre tempo e espaço. De outra perspectiva, Cragolini (1998) assinala que *os nômades também necessitam de casas temporárias, mas não definitivas*.

É necessário diferenciar também entre uma fixação imprescindível da identidade subjetiva, sempre em movimento, e a identidade como uma prótese imodificável. Neste último caso, a construção de subjetividade se veria fortemente afetada pela sujeição a uma imobilidade atemporal.

No entanto, se nos referimos à identidade de gênero, este conceito alude a um imperativo da cultura que demanda situar o recém-nascido em um dos dois gêneros clássicos. Em alguns países, isso se ampliou com o acréscimo de uma terceira opção, com o propósito de incluir o gênero não determinado por diferentes motivos.

Rubin (1975) propôs estabelecer uma diferença entre o sexo e o gênero: o sexo baseado na anatomia e o gênero como uma construção cultural. Stoller (1968) propôs uma distinção entre a atribuição de gênero; o núcleo da identidade de gênero, pré-edípico, que considerava inamovível depois dos dois anos; a identidade de gênero e os papéis de gênero (masculinidade e feminilidade).

De modo geral, a atribuição de gênero foi estabelecida a partir do contrato social, mas atualmente as características inamovíveis da identidade de gênero estão questionadas. As identificações que sustentam a identidade de gênero estão, em geral, fortemente assentadas, e se estruturam baseadas em ideais coletivos e parentais, que são progressivamente assumidos pelos meninos e meninas, com maior ou menor conflito. Os desejos, as aspirações e os ideais dos pais estão fortemente em jogo. Mas o gênero nunca é totalmente inamovível, pelo menos no plano das fantasmáticas pessoais.

Em relação à categoria de gênero, vemos que existem diferentes teorias a respeito. Ao conceito de identidade de gênero inamovível depois dos dois anos se opõe ao de gêneros fluidos, migrantes. Com certeza, nunca há uma escolha consciente livre. O “eu escolho...”, como toda escolha, tem fortes determinações inconscientes.

Há um debate entre as correntes psicanalíticas norte-americana e francesa em relação ao conceito de gênero. Na França, em geral, se discute essa noção e se ressalta a sexualidade e a diferença sexual. Acreditamos que esse debate se sustenta em oposições dicotômicas e deveria ser reconsiderado, como propusemos, com modelos de pensamento e lógicas que incluam as complexas relações entre essas ordens heterogêneas.

Por outro lado, a história da cultura nos mostra diferentes aproximações aos gêneros. Para Aristófanes, no *Banquete* de Platão, existiam mais de dois gêneros: os seres duplos eram três. Além disso, os gêneros mistos eram parte das mitologias gregas e orientais, encarnados nos deuses e deusas. Isso também coexistia, com uma distinção radical entre o masculino e o feminino, que se destacou fortemente no Iluminismo.

Agora, se nos detemos na construção da subjetividade, constatamos que o gênero atribuído está em movimentos de construção-desconstrução que o distanciam de uma fixidez imutável. Na maioria das pessoas, mantém-se o gênero atribuído como núcleo de gênero, e os movimentos possíveis se referem à identidade de gênero pós-edípica. Mas sabemos, também, que o gênero atribuído ao nascer não é inamovível. Por isso, havíamos proposto que *entrar e sair do gênero* é parte dos processos de subjetivação sexuada.

Como aponta Chodorow (2003), há propostas da cultura e dos discursos sociais sobre os gêneros, mas cada pessoa – homem, mulher ou trans em sentido geral – faz um caminho particular sobre essas *propostas*. Ainda, a necessidade de incluir o papel das fantasias, das emoções nessa elaboração criativa do gênero, no singular.

Consideramos que o gênero alude aos ideais sociais e parentais, culturais e discursivos que expressam o contrato social vigente. Esses ideais atuam performaticamente e podem se transformar em prescrições inamovíveis; porém, ao mesmo tempo, os desafios aos gêneros estabelecidos nas práticas sociais revelam resistências e questionamentos que levam a uma revisão de alguns pressupostos teóricos. O contexto social, por sua vez, responde a diferentes planos – é linguístico, discursivo, com componentes imaginários e simbólicos, que moldam os ideais e práticas sociais e individuais, e isso varia historicamente.

Nessa linha, destacamos a distinção entre o gênero como categoria

sociocultural e discursiva, e o gênero como construção subjetiva. Estão relacionados, mas não são homologáveis. Bakhtin (1978) alude a três variáveis que devem ser incluídas para pensar estas questões: o Eu, o outro e o terceiro. Trata-se de uma referência ao papel da alteridade na construção do sujeito. Não se pode ser sem o outro, apontou esse autor.

Enfatizamos que é necessário ter em conta diferentes significações no campo da alteridade. No caso do gênero, as informações dos discursos vigentes constituem um outro discursivo, cujas prescrições se fazem presentes desde o nascimento. Trata-se, como apontamos, de ideais que a cultura e o contrato social propõem. Embora tomem como ponto de partida os dados anatômicos ao nascer, incluem crenças, convenções, estereótipos e prescrições sobre o feminino e o masculino. Por outro lado, sabemos que esses dados anatômicos marcam uma distinção que será interpretada na ordem cultural em termos de valorações diferenciais. Desta maneira, vemos que o campo da alteridade abarca elementos imaginários e outros simbólicos. Ambos interagem com a construção subjetiva do gênero, mas demandam ser desconstruídos, levando em conta seus pontos cegos.

Também apontamos que o conceito de terceiridade implica superar os elementos imaginários do campo da alteridade. Supõe pensar em uma terceiridade simbólica como operante, que leva cada sujeito a considerar o outro como radicalmente outro (Levinas, 1947). Mas leva também a revisar o conceito de diferença sexual e a situar o feminino e as mulheres, que tradicionalmente foram o outro de um sujeito universal, como sujeitos.

A isso se juntam outras questões da maior importância. Uma é a relação entre sexualidade e gênero, e de ambas as categorias com os corpos anatômicos. A outra é o papel das relações de poder, implícitas e explícitas, que sustentam as relações entre os sexos e com as minorias de todo tipo. Os modelos dualistas, inevitavelmente, estabelecem hierarquias neste campo e são sustentados pelas relações de poder. Os desenvolvimentos de Foucault (1979) sobre as categorias de poder e domínio são imprescindíveis para ampliar a compreensão dessas relações.

O papel dos corpos. Biologia e performatividade

Aqui há um forte debate entre os que opinam que *a anatomia é destino* (Freud, 1925), e os que separam o corpo biológico das vicissitudes do gênero e da sexualidade nos processos de subjetividade. Nós consideramos necessário examinar profundamente as interações entre essas categorias.

É indubitável que aqui surja outra questão: como categorizar o corpo

biológico (anatômico, hormonal, genético) e quais significações se atribuem neste plano às distinções masculino-feminino.

Trata-se de um debate que inclui outros. A sexualidade é o determinante? Ou é o gênero? E os corpos seriam, nesse sentido, secundários? Acontece o contrário? Para Lamas (2002), o gênero pode se transformar em fetiche se não se levarem em conta a sexualidade, o inconsciente e os corpos biológicos.

Então, que informações surgem dos corpos e das pulsões? Indubitavelmente surgem *mensagens* para se decodificarem. Como essas mensagens influem nos percursos do desejo e no gênero atribuído? Estas mensagens do corpo biológico entram na ordem de significações que os discursos vigentes oferecem e podem ou não gerar conflito. E, ao contrário, que informações surgem dos gêneros atribuídos que se incluirão nos percursos pulsionais e desejanter?

Estamos diante de dilemas binários que não têm aberturas possíveis dentro deste quadro. De nossa perspectiva, é inconcebível falar de corpo e gênero sem falar de pulsão, de sexualidade e de desejo. A pulsão parte de impulsos internos; porém, como já apontamos, por acaso é possível pensar na pulsão e no desejo como categorias isoladas sem relação com as mensagens dos outros?

Em outras palavras, estamos diante de um campo de multideterminações que não pode ser reduzido a explicações monocausais. Isso nos leva a propor outra via para pensar estas variáveis, não em termos oposicionais, mas tratando de estabelecer zonas de intersecção, de interfase, entre elas.

Por outro lado, falou-se muito dos efeitos performativos da linguagem. Trata-se de que as palavras são atos. Esses atos, quando se reproduzem e se repetem continuamente, produzem efeitos nos corpos e nas construções subjetivas de gênero. Essas categorias interagem com os itinerários do desejo.

Butler (1990) pensou a relação entre os efeitos performativos da linguagem e a performance como cena, como máscara, em relação com o gênero e a clássica polaridade masculino-feminino. Isso fala do gênero como construção. Mas não só como construção cultural, senão também como construção subjetiva.

O conceito de mascarada, de Riviere (1929), é um antecedente aplicável ao gênero. Quando essa autora falou da feminilidade como máscara, referia-se a uma mulher bem-sucedida profissionalmente, que devia ocultar sua rivalidade com os homens construindo uma mascarada de feminilidade, de características defensivas. Mas podemos estender esse conceito às figuras coletivas e individuais sobre a masculinidade e a feminilidade.

Pontalis (1982) apontava que, frente à atribuição de uma identidade sexual, uma vida toda não é demais para responder pessoalmente, cada um ou uma, às respostas que se apresentam como definitivas.

Sexualidade e cenários fantasmáticos

A psicanálise sempre sustentou um de seus eixos fundamentais no inconsciente e na sexualidade. Nesta linha, entendemos que falar de identidade de gênero torna imprescindível o interjogo com o campo da sexualidade e do desejo, e deve levar a incluir os corpos, sempre significados. Quer dizer, o gênero como construção cultural não é um determinante *mestre*, mas se inclui em complexas relações com o campo da sexualidade e das mensagens dos corpos. Referir-se à sexualidade exige um esclarecimento de suas significações, pois falar da sexualidade em psicanálise é falar de psicosexualidade. É inevitável a referência a *Três ensaios da teoria sexual*, em que Freud (1905) desenvolve suas ideias a respeito, como em *Pulsões e destinos da pulsão* (1915). Importante ressaltar que a relação entre pulsão, psicosexualidade e desejo é iniludível. Já é suficientemente conhecido que o conceito de pulsão marca uma disjunção em relação ao instinto. O objeto é contingente, mas – ressaltamos – não é arbitrário.

No entanto, há outras questões e outros debates em pauta ainda não resolvidos. Em primeiro lugar, a relação entre o estímulo interno da pulsão e o mundo externo. Os significantes enigmáticos (Laplanche, 1999) entram em ação. Nem a pulsão, nem a psicosexualidade, nem o desejo se limitam exclusivamente ao mundo interno, embora esta genealogia deva ser necessariamente incluída. Trata-se, como havia colocado Green (2003), de trabalhar em um terceiro espaço, nas interfases entre mundo interno e mundo externo. Guillaumin (2004) deu importantes contribuições nesse sentido.

Essas mensagens enigmáticas, desconhecidas para as crianças, são marcas que induzem diferentes itinerários para a psicosexualidade e para o desejo, que entram em complexas relações com as determinações próprias do mundo interno. Neste sentido que Freud, dentro do conceito de séries complementares, chamava o constitucional, uma referência a fatores desconhecidos no campo psicanalítico, mas que se deviam incluir, mesmo que fossem como interrogações com respostas desconhecidas. Com isso, frisamos que as mensagens enigmáticas provêm dos outros significativos e dos discursos vigentes em cada época, mas também é necessário admitir que provêm de fontes internas.

Veja bem, se incorporamos neste trajeto o papel do imaginário coletivo e as fantasmáticas singulares, devemos também revisar sua genealogia e investigar a que respondem. Em outras palavras, sexo biológico, sexualidade e gênero estão entrelaçados. Por um lado, a construção da identidade, incluída a identidade de gênero, responde a prescrições culturais transmitidas por outros significativos, familiares e extrafamiliares. Por outro lado, essas mensagens estão alastradas pelo

campo desejante, pelos fantasmas próprios de cada pessoa, cuja estrutura também merece ser revisada.

Nesta linha, abordamos a cena primária como uma fantasia personificada sobre as origens, de características intrafamiliares. A cena *fundante* sobre a diferença sexual, protagonizada por Hans (Freud, 1909, 1908), e cujos roteiristas foram Freud e o pai do pequeno Hans, responde a discursos coletivos de caráter androcêntrico sobre a diferença sexual, em confluência com as teorias que o pequeno investigador está capacitado para processar, em seu âmbito fantasmático.

Desta maneira, estes fatores se entrelaçam em complexas interfases. Os fantasmas singulares não só respondem ao mundo interno e a um estímulo pulsional e desejante autônomos. Pelo contrário, as mensagens do campo da alteridade que informam sobre o gênero *tocam* também os movimentos pulsionais e desejantes.

Por esse motivo, pensamos em termos de recursividade, como colocava Morin (1990). Não há causa e efeito como proporia um pensamento determinista monocausal. As causas são efeitos, e os efeitos, causas. E se determinam mutuamente.

De outra perspectiva, as teorias *queer* propõem sair do limite da diferença sexual e de gênero, enquanto representam opções dicotômicas. Abordam configurações sexuais e identitárias que se afastam da norma heterossexual. Fica aberta a pergunta sobre as cenas originárias e fantasmáticas subjacentes nestas configurações que se afastam das convenções vigentes.

Interações entre corpos, psicosexualidade e gênero

Essas reflexões nos levam a pensar no papel da escuta e na necessidade de aprofundar em como agem, em cada psicanalista, suas representações, crenças, fantasmáticas, ideologias sobre gênero e sobre os itinerários da sexualidade. Isso também nos leva a voltar às perguntas e aos debates que mencionamos no início deste trabalho.

Aceitamos que existem apenas duas formas de pensar essas questões? Para alguns, o predomínio é do campo da sexualidade; para outros, da pregnância do gênero como referência a uma construção cultural.

Embora os dualismos sejam sustentados pela cultura, as subjetividades respondem a construções complexas e plurais. A natureza já não é natural no humano. A pluralidade é uma marca dos processos de subjetivação. Mas interpretar esta pluralidade não implica ecletismo, não se trata de sustentar uma coexistência

indiferente de noções e variáveis. Então, a questão reside em como trabalhar essa pluralidade de determinações.

Buscamos outra opção que ultrapasse essa dicotomia do pensamento. Os modelos de pensamento e as epistemologias atuais nos proporcionam instrumentos para sobrepujar os dualismos binários. Trata-se de não entrar em falsas opções e de jogar essas posições heterogêneas em um metamodelo que as inclua, em suas concordâncias e discordâncias.

O paradigma da complexidade (Morin, 1990), como modelo de pensamento e lógica alternativa à lógica binária, constitui uma ferramenta que permite escapar dos limites das polaridades dicotômicas. A clínica nos apresenta desafios que são difíceis de encarar com base nos dualismos masculino-feminino, fático-castrado, exclusivamente. As chamadas diversidades sexuais e de gênero, assim como as configurações familiares não convencionais, nos exigem outras opções.

As lógicas pós-binárias, que se baseiam no trabalho sobre as heterogeneidades e como elas se relacionam, quer seja em concordância ou discordância, proporcionam modelos de pensamento que superam o pensamento binário. Isso não significa desconhecer os binarismos, que fazem parte da cultura e de nosso modo de pensamento, mas sim incluí-los em complexidades maiores, mais abrangentes.

Desta maneira, não nos vemos submetidos às incertezas do par masculino-feminino que se sustenta em crenças, convenções e estereótipos que impregnam o psiquismo individual e coletivo. Pelo contrário, fazemos essa polaridade trabalhar com outras propostas sobre a diferença sexual e com a categoria *diferença*, em particular (Glocer Fiorini, 2001, 2015).

Essa abertura implica fazer trabalhar mais de duas variáveis e criar as possibilidades de quebrar as relações de poder, que estão incluídas na linguagem e nos discursos. Sabemos que os binarismos representam relações de poder, assim como as relações de poder se servem dos binarismos. Nisso estão incluídas as concepções sobre a diferença sexual.

Na trajetória deste trabalho, está implícita a questão da diferença sexual e como é conceitualizada. Como havia proposto (Glocer Fiorini, 2015), a diferença sexual é uma categoria enigmática, que pode ser pensada como um arquivo vazio que foi e é interpretado pelas narrativas, crenças, estereótipos, convenções sobre o par masculino-feminino. Essas narrativas são, por um lado, transobjetivas e, em parte, respondem a construções fantasmáticas inconscientes individuais.

A diferença sexual, a diferença de gêneros, a diferença anatômica com suas significações interagem entre si de tal maneira que não podemos reduzir a categoria *diferença* a um só dos fatores em jogo. Essa tríade está impregnada de movimentos simbólicos e imaginários, por discursos e ideais culturais e sociais,

de modo que as narrativas que as expressam vão variando. Estes movimentos não são ilimitados, pois cada uma dessas variáveis encontra seu extremo nas outras.

Finalmente, as pluralidades teóricas e as diversidades clínicas são uma marca da psicanálise contemporânea. Para alguns é um problema, para outros um estímulo para continuar pensando com certa margem de liberdade nos desafios que nos propõem as subjetividades contemporâneas. Por isso, propomos trabalhar nas complexas relações entre corpos, identidades, identificações e sexualidade/desejo. □

Abstract

Identities and sexualities in transformation

The author discusses the complex relations existing between the categories of identity and gender identity and the field of sexuality and bodies. She suggests that those factors are not autonomous and interact recursively. They are in relation to the significant others and to current discourses, in a plural plot. The author's suggestion includes the need to rethink the concept of sexual difference in force, to expand it and to point out the heterogeneous factors that are at stake in that concept.

Keywords: Identity; Gender identity; Sexuality; Drive; Body; Paradigm of complexity

Resumen

Identities y sexualidades en devenir

La autora aborda las complejas relaciones que se establecen entre las categorías de identidad e identidad de género con el campo de la sexualidad y los cuerpos. Propone pensar que estos factores no son autónomos e interactúan recursivamente. Están en relación con los otros significativos y con los discursos vigentes, en una trama plural. La propuesta incluye la necesidad de replantear el concepto de diferencia sexual vigente, ampliarlo y señalar los factores heterogéneos que están en juego en este concepto.

Palabras clave: Identidad; Identidad de género; Pulsión; Paradigma de la complejidad

Referências

- Bakhtin, M. (1978). *Problemas de la poética de Dostoievski*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- Bakhtin, M. (1990). Las formas del tiempo y del cronotopo en la novela. In *Teoría y estética de la novela*. Buenos Aires: Taurus.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble*. New York: Routledge.
- Chodorow, N. (2003). *El poder de los sentimientos*, (pp. 20-23). Buenos Aires: Paidós.
- Cragolini, M. (1998). *Camino y demora*. Buenos Aires: Eudeba.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica del poder*. Madrid: La Piqueta.
- Freud, S. (1905). Tres ensayos de teoría sexual. In *Obras completas*, VII. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1908). Sobre las teorías sexuales infantiles. In *Obras completas*, IX. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1909). Análisis de la fobia de un niño de cinco años. In *Obras completas*, X. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1915). Pulsiones y destinos de pulsión. In *Trabajos de Metapsicología*, XIV, Buenos Aires: Amorrortu, 1979.
- Freud, S. (1925). Algunas consecuencias psíquicas de la diferencia anatómica entre los sexos. In *Obras completas*, XIX. Buenos Aires: Amorrortu.
- Glocer Fiorini, L. (2001). *Lo Femenino y el pensamiento complejo*. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Glocer Fiorini, L. (2015). *La diferencia sexual en debate. Cuerpos, deseos y ficciones*. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Green, A. (2003). *Ideas directrices para un psicoanálisis contemporáneo*. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- Guillaumin, J. (2004). El mundo exterior y el nacimiento del sujeto. In *El otro en la trama intersubjetiva*. (Comp. Leticia Glocer Fiorini). Buenos Aires: Lugar Editorial & APA Editorial.
- Lamas, M. (2002). *Cuerpo: diferencia sexual y género*. Taurus: México.
- Laplanche, J. (1999). *Entre seducción e inspiración: el hombre*. Buenos Aires: Amorrortu, 2001.
- Lévinas, E. (1947). *El tiempo y el otro*. Barcelona: Paidós, 1993.
- Morin, E. (1990). *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa, 1995.
- Pontalis, J. B. (1982). El inasible a medias. In *Bisexualidad y diferencia de los sexos* (pp. 13-26). Buenos Aires: Ed. del 80.
- Riviere, J. (1929). La femineidad como máscara. In *La femineidad como máscara*, (comp.). Barcelona: Tusquets, 1979.

- Rubin, G. (1975). The traffic in women: notes on the “political economy” of sex. In Rayne R. Reiter (Ed.), *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press.
- Sacks, O. (2002). *El hombre que confundió a su mujer con un sombrero*. p. 48. Barcelona: Anagrama.
- Stoller, R. (1968). *Sex and gender*. London; Karnac. 1984.

Recebido de 11/07/2018

Aceito em 29/08/2018

Tradução de **Ernani Ssó**
Revisão gramatical **Ellen Garber**
Revisão técnica de **Karem Cainelli**

Leticia Glocer Fiorini
Zapiola 1646, Piso 2
CABA 1426 – Buenos Aires – Argentina
e-mail: lglocerf@intramed.net

© *Leticia Glocer Fiorini*
Versão em português da Revista de Psicanálise – SPPA

A complexidade na psicossexualidade e na identidade¹

Eva Rotenberg,² Buenos Aires

Neste artigo, Eva Rotenberg observa que, no século XXI, a psicossexualidade viu se modificar o modo de expressão da sexualidade e das identidades de gênero, mudança causada como efeito de um psiquismo que se constrói em uma relação na qual intervêm a cultura, o intrapsíquico, o pulsional. Como as funções são atos psíquicos, abrem-se novos conceitos psicanalíticos, como a função de terceridade e de reconhecimento, em relação com a categoria de diferença – organizador psíquico – e as funções parentais, constituindo estas o contexto em que se desenvolvem as resoluções do complexo de Édipo dos pais, não só o do filho. Mostra que o gênero do casal não é fator determinante na construção da identidade de gênero dos filhos, pensada a partir de construções relacionais identitárias complexas. Afirma ser importante diferenciar o que chamamos de escolha sexual, que pode ser diversa, da problemática da identidade, incluída aqui a identidade de gênero que saiu do binarismo homem/mulher. Desenvolve conceitos metapsicológicos sobre o gênero neutro e pensa a respeito da diferença entre sexo e gênero, identidade sexual e escolha de objeto, bem como acerca das múltiplas manifestações de gênero e dos efeitos que produzem no desenvolvimento da subjetividade dos filhos. A diferença não é apenas sexual, é identitária.

Palavras-chave: Sexualidade; Desejo e prazer; Ideal e força egóica; Identidade de gênero e sexual; Escolha de objeto; Função de terceridade

¹ Trabalho apresentado no Simpósio da Infância e Adolescência da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA) em maio de 2018.

² Psicanalista. Membro titular com funções didáticas e especialista em crianças e adolescentes da Associação Psicanalítica da Argentina (APA) e da *International Psychoanalytical Association* (IPA). Fundadora e diretora da instituição *Escuela para padres multifamiliar*. Professora de pós-graduação da Universidad de Buenos Aires (UBA).

e de reconhecimento; Categoria da diferença; Funções parentais; Homoparentalidades; Gênero neutro-gênero aberto

“Deveríamos sair do pensamento binário para pensar sobre ‘tudo o que é humano’” (Milan Kundera, 1994).

Antecedentes

Simultaneamente à criação de Comitê de Mulheres e Psicanálise, um dos Comitês da Associação Psicanalítica Internacional, IPA (COWAP), formei e comecei a coordenar o Espaço de Adoção, este localizado no âmbito da Associação Psicanalítica Argentina. A partir de consultas clínicas de pais homossexuais que adotaram filhos, ou de casais heterossexuais que se divorciaram porque um deles *saiu do armário*, comecei a repensar o conceito de perversão. Juntamente com Agrest (2010), ampliamos o tema das homoparentalidades e diversidades sexuais para pensar uma realidade que fosse capaz de ultrapassar os escritos psicanalíticos vigentes. Exceto Stoller, Butler e poucos outros colegas, praticamente se pensava a questão englobando-a nas *perversões*, partindo de um pensamento binário *fálico/castrado*.

No Congresso Internacional da IPA, realizado no Rio de Janeiro (2005), incluímos pela primeira vez a questão dos pais do mesmo sexo, a qual continuamos debatendo em todos os outros congressos desta instituição. O seminário foi um deflagrador que teve o propósito de compartilhar nossas pesquisas e experiências clínicas com colegas de outros países e culturas diferentes. Devíamos reformular alguns postulados psicanalíticos, retomando conceitos que consideramos válidos e pensando metapsicologicamente as novas manifestações clínicas.

O livro compilado junto com Agrest, *Homoparentalidades: nuevas familias* (2007), obra pioneira sobre essa questão, foi lido, e eu mesma acabei sendo consultada pelo Poder Legislativo da Argentina antes de ser aprovada a *lei do casamento igualitário*. Neste livro, redefino o conceito de perversão como *o uso do outro como objeto*, abordando as questões da identidade e do complexo de Édipo. Postulo que tanto as heterossexualidades como as homossexualidades podem ser neuróticas, perversas ou psicóticas, sendo que, atualmente, acrescentaria quadros com zonas psíquicas heterogêneas. Tal afirmativa, que agora parece ser uma evidência compartilhada, foi uma revelação. A legalização das uniões civis entre

diferentes identidades de gênero estabeleceu como *legal* o que antes era considerado *marginal*, fato ocorrido dentro de um contexto de mudança histórica demarcada por concepções filosóficas, sociais e científicas que levam à modificação jurídica e sacodem a psicanálise.

As consultas clínicas de crianças e adolescentes me levaram a pensar a construção da identidade de gênero nas crianças, questão que deve ser abordada a partir da psicanálise e da ética.

A homossexualidade no século XXI – repassando algumas ideias do século XIX

A sexualidade é uma das formas de vinculação humana, mas também, como dizia Nietzsche, pode ser uma maneira de controle e de regulação do que é considerado *normal ou anormal*.

Foucault estudou os sistemas de poder que regulam sua prática e, principalmente, tratou de compreender as formas segundo as quais os indivíduos concebem a si mesmos. O sexo não diz respeito apenas ao prazer, tanto que o propósito de Foucault foi demonstrar que a pretensa liberdade sexual não passa de um dispositivo que pretende distrair daquilo que deve ser objeto de luta em “nossa sociedade: o controle de nossos próprios corpos e nossos próprios desejos”. Postula (Foucault, 1991) que “puseram em nós um apetite (*orexis*) que empurra os dois sexos um para o outro; era necessário que nos víssemos impelidos a procriar [...]”³ (p. 184).

Weininger (*apud* Kohan, 2011) publicou um livro com o título *Sexo e caráter*. Com essa obra, foi o primeiro a falar de bissexualidade, exercendo muita influência nas ideias de Freud.

Freud revolucionou o século XX ao interpretar os problemas mentais a partir do emocional, do conflito psíquico, dos sonhos e atos falhos, tendo descoberto a íntima relação da sexualidade com o psiquismo e inclusive afirmando que ela está presente desde a mais tenra infância. Esta afirmação foi revolucionária e muito rejeitada, pois pervertia o imaginário cultural da sociedade vienense, e por isso foi considerada transgressora para os *bons costumes da época*. Freud desenvolveu o conceito de zonas erógenas e advertiu sobre as consequências que certos prazeres ou desprazeres infantis continuam gerando na mente do adulto. Em outras palavras, as suas observações sobre o devir sexual e seus conflitos levaram-no a concluir que a sexualidade no ser humano deve ser pensada como *homossexualidade*,

³ NT – As citações deste artigo foram em sua maioria livremente traduzidas.

diferenciando-se do reino animal, que se guia pelo instinto e imutabilidade do objeto. Em contraposição, no ser humano, o objeto é contingente; a fantasia, o desejo e o gozo na sexualidade desempenham um papel crucial e inevitável no psiquismo.

Explicou a sexualidade como uma atividade mais abrangente que a genitalidade, começando desde o nascimento, tendo postulado um conceito provocador para sua época e que ainda permanece atual: a pulsão pode buscar diferentes objetos para chegar ao prazer.

Incluem-se em Eros todas as moções meramente ternas ou amistosas que denominamos através do termo *amor*. Em uma de suas últimas obras, Freud reconhece que Eros é a pulsão de amor, que se opõe à Thanatos ou a pulsão de morte (Green, 2014). Constituem energias em tensão contínua, circunstância que torna a teoria psicanalítica uma teoria dinâmica. Concordo com Jorge García Badaracco (1983), que considera Thanatos intimamente relacionado com a ação do outro que não permite o aparecimento do ser.

Há temas que se transformam, mas não são totalmente *novos*. Novas são as diferentes organizações familiares, a legalização do casamento igualitário, as múltiplas manifestações identitárias em torno do gênero e das intervenções no corpo biológico, corpo este demarcado pela medicina para tentar satisfazer o corpo imaginário.

Não se trata de *curar o homossexual*. Qual é a nossa tarefa como psicanalistas? Não tenho dúvidas de que nossa ajuda, a quem nos consulta, é abordar a questão da angústia, lidando com ela além de sua definição sexual. Outra questão, também relacionada com a angústia, trata das relações vinculares que este paciente constrói, ou seja, a qualidade dos vínculos que possui com seu cônjuge, filhos, amigos: estão mais perto de Eros (amor) ou da dominação, anulação de si mesmo ou do outro (Thanatos)? Constrói vínculos ou tem relações virtuais? Tratam-se de novas realidades da clínica atual, questões que ficaram bastante afastadas dos tratamentos individuais nos quais somente se escutou o mundo interno do paciente; na crença de que, para conseguir que o superego fosse menos severo, o tratamento se transformava em uma maneira de *tranquilizar* o paciente, sem medir os efeitos. A mudança psíquica passou a ser gerada em um processo de transformação que inclui o sujeito e seus vínculos.

Veja-se a *metáfora da revolução copernicana*, através da qual o homem precisou aceitar que a Terra não era o centro do Universo. Outra revolução foi instaurada por Freud, ao mostrar que o homem guia os seus atos mais pela determinação inconsciente do que pela consciência, representando esta uma afronta ao seu amor próprio.

Haveria hoje uma nova revolução copernicana que sacode a psicanálise e a nossa clínica. A postulação sobre a descoberta da sexualidade infantil, do complexo de Édipo e da conceitualização da *psicosexualidade* – e não apenas do instinto – sofre hoje uma extrapolação. Descobrimos que a psicanálise não sabia *tudo* sobre a psicosexualidade: a sexualidade fluida, o gênero neutro e os múltiplos gêneros que escapam ao binarismo da biologia causam impacto na teoria e em nossa clínica.

A psicanálise, como teoria, e os psicanalistas, como especialistas, veem-se confrontados com a necessidade de *problematizar a sexualidade humana* devido à diversidade de identidades de gênero e de escolhas de objeto que não foram pensadas e nem representadas dentro da teoria, exceto como patologia. Temos sido surpreendidos por expressões na cultura, multiplicidade de identidades sexuais atuais e manifestações polimorfas, mostrando-nos sempre que o conhecimento nunca é totalmente abrangente. A identidade de gênero volta a confirmar a realidade psíquica para além do real.

Essas realidades, que foram legalizadas em muitos países do ocidente, nos fazem repensar o lugar da pulsão e do outro na psicosexualidade; a pensar na construção do gênero e da identidade sexuada; levam-nos a redefinir a perversão e a construção da categoria da diferença e a dar especial ênfase à questão da sexualidade infantil e da definição de gênero nas crianças. Estas mudanças e seus efeitos particulares constituem *crises de referências simbólicas*, as quais produziram o denominado *declínio da Lei Paterna*. Como explico, a Lei Paterna não foi apagada; ela, que denominei *função de terceridade e de reconhecimento*, apenas não ficou ligada ao homem como fiador.

Outro de nossos desafios é compreender metapsicologicamente o *gênero neutro*, um dos temas que desenvolvo no presente trabalho.

Hoje em dia, o psicanalista precisa abrigar em sua contratransferência a complexidade da transferência do paciente, que mobiliza diferentes aspectos não conscientes do analista. Portanto, é necessário garantir a própria análise e compreender o sofrimento humano ao invés de enquadrá-lo em diagnósticos. Neste sentido, a nossa formação contínua é um fator imprescindível.

Bissexualidade, binarismo e complexidade

Os antecedentes da complexidade estão germinando e transformando-se há séculos. Os gregos não opunham duas escolhas exclusivas, “o amor do próprio sexo e aquele do outro” (Foucault, 1986, p. 172). “Bissexualidade dos gregos? [...] não reconheciam dois tipos de ‘desejo’, ‘duas pulsões’, bissexualidade somente

pela possibilidade da escolha dupla, mas não pelo ‘desejo’” (*ibid.*, p. 173). Com este postulado, gostaria de mostrar a possibilidade de desejar sem as limitações impostas pela biologia.

Para os gregos, segundo Foucault (*ibid.*),

[...] é a oposição entre atividade e passividade que é essencial e assinala o domínio dos comportamentos sexuais como aquele das atividades morais; então observamos claramente por que um homem pode preferir os amores masculinos sem que ninguém sonhe em se supor feminino [...] pelo contrário, um homem que não domina suficientemente seus prazeres, seja qual for a escolha de objeto que tenha feito, é considerado como “feminino”. A linha divisória entre um homem viril e um homem efeminado não coincide com nossa oposição entre heterossexualidade e homossexualidade, e também não se reduz à homossexualidade ativa e passiva (p. 83).

Principalmente Freud (1905; 1920) – ao descobrir a importância da sexualidade infantil na etiologia das psicose, entre outras obras fundamentais que revolucionaram o pensamento científico – e, a seguir, os movimentos feministas, ao estabelecerem a mudança da posição da mulher na sociedade, produziram efeitos multiplicadores na família, na sexualidade e na posição de como era concebida a masculinidade.

A psicosexualidade na psicanálise contemporânea, qual seja, a realizada no século XXI, afastou-se do binarismo ligado ao sexo biológico, mesmo que ainda existam muitas controvérsias, inclusive na psicanálise.

Sabemos que a abertura que dá a saída do binarismo (apoiado na psicosexualidade) se sustenta na realidade psíquica, permitindo pensar as novas manifestações na clínica atual. Poderíamos, então, denominá-la *psicosexualidade complexa*?

Nos tempos atuais, a desconstrução de estruturas binárias na psicanálise se inscreve em um olhar intersubjetivo: não se definiria a mulher em relação ao desejo do outro, pois a maternidade não é destino, é escolha. Além disso, pensar a mulher em relação com outros modifica as posições em ambos os sexos. Esta posição nos leva a uma exigência psíquica pela necessidade de desarmar o que foi considerado como natural no imaginário social, o qual permaneceu fixado no aspecto biológico desde a origem da cultura, sustentado inclusive pelo mito bíblico de Adão e Eva, que nos diz que, para ter filhos, é preciso um homem e uma mulher. Para conceber filhos, é necessário, pelo menos até hoje, óvulos e espermatozoides, mas não necessariamente um casal heterossexual. Atualmente, conceber não implica

mais em ser pais. Para serem pais, não é preciso que sejam de sexo diferente. Estes constructos, que pareciam pilares irremovíveis, na verdade não o eram, e constatamos, como outrora disse Freud (1905, 1920), que a sexualidade humana deve ser pensada a partir da realidade psíquica.

É importante destacar os avanços científicos como fatores determinantes: hoje não se necessita da união entre dois sexos para a procriação e, por sua vez, existem intervenções cirúrgicas que possibilitam a resignificação e mudança de gênero, concretizando no corpo o que antes ficava na fantasia. Estas novas realidades e seus efeitos nos levam a revisar a teoria. Em várias ocasiões, Freud aproximou-se da questão e foi muito prudente em relação à homossexualidade, considerando-a uma inversão; Joyce McDougall (1978) denominou-as *neossexualidades*.

Na clínica, constatamos que o gênero do casal não é um fator determinante na parentalidade *suficientemente boa* ou mesmo na identificação de gênero dos filhos.

Pensar a *função parental* permite desconstruir o mito da heterossexualidade como garantia de filhos identificados com seu sexo biológico ou que heterossexualidade é sinônimo de normalidade e homossexualidade de anormalidade. Hoje em dia, em parte do mundo, a cultura nos indica que a biologia não é destino.

Ajuda-nos tomar como modelo o pensamento de Confúcio, filósofo oriental que explicou o *yin-yang*, no qual o masculino e o feminino, o ativo e o passivo, são possibilidades que coexistem em uma mesma pessoa, para além do sexo biológico.

Judith Butler (2004) deu muita importância aos fenômenos de inclusão-exclusão submetidos às leis dominantes. Ela afirma que estas leis, que determinam o normal e o anormal, têm grande ascendência na produção dos valores performativos com os quais são identificados os sujeitos, como se essas características os definissem como naturais. A autora fala também de falsas identificações. Butler mostra que as diferenciações binárias de gênero foram utilizadas para justificar a opressão patriarcal e que, devido à possibilidade de procriar da mulher, o destino dela era a criação dos filhos e as tarefas domésticas.

Acredito que J. Butler (*ibid.*) deseja confrontar as formas de subjetivação performativas traçadas a partir da cultura, criticando o que chama de *políticas da identidade* ao argumentar contra as fixações identitárias coletivas. Considero que essa autora não se detém suficientemente na constituição psíquica, pois, embora seja uma construção relacionada com os outros significativos do sujeito, sabemos que os valores sociais influem no modelo de criação, mas não são determinantes. De outro modo, não poderíamos explicar a homossexualidade em sociedades vitorianas ou religiosas.

Joyce McDougall (1996) considera que “se trata da problemática das

alteridades enquanto o corpo do sujeito se diferencia pouco ou nada do corpo do outro” (p. 51). Descreve a vivência de “um corpo para dois e um sexo para dois” (*ibid.* p. 45), referindo que estas escolhas sexuais tentam criar uma proteção não só contra os terrores inconscientes da sexualidade adulta (angústia de castração) como também contra a perda da identidade sexual e inclusive da identidade subjetiva.

Susan Vaughan (2018) pensa que, embora as diferenças de sexo biológico existam e tenham incidência em modos de sentir – na mulher, por exemplo *a interioridade como um lugar que pode abrigar e, no homem, a possibilidade de ser penetrante* –, na fantasia tudo é possível para ambos os sexos.

Funções parentais e sexualidade

A questão que nos traz até aqui leva a pensar que a estruturação psíquica e a construção da identidade sexuada devem sair do solipsismo intrapsíquico que considera as pulsões como excitações nascidas no interior do corpo. Na *Conferência 31 das Novas conferências introdutórias à psicanálise* (1932), Freud diz “onde havia o Id, deve surgir o Ego” (p. 74). O Ego está cindido, mas as funções do Ego são centrais para o sujeito. Quanto ao Id, lugar das pulsões, mas também do desejo dos pais, ele irá favorecer ou não o advento do Ego? Esse Ego poderá implementar a capacidade de suas funções potenciais? Poderá vir a ser sujeito de seus desejos ou será um Ego majoritariamente cindido, submetido ao desejo e encargos dos outros? O Id não é uma instância solipsista, está conformado não apenas por moções pulsionais como também pelos desejos, traumas e fantasias dos outros significativos desde antes do nascimento.

Hoje devemos pensar a pulsão como energia que atravessa os espaços psíquicos e busca o outro. É preciso considerar a pulsão e a sexualidade na intersubjetividade, na trama das interdependências (García Badaracco, 2007). É o outro que sustenta o equilíbrio narcisista e que desperta a pulsão do bebê. O bebê (Rotenberg, 2010a; 2010b; 2014) também sustenta o equilíbrio narcisista dos pais – esta é a interdependência: a busca de reconhecimento se dá em ambos os sentidos, mesmo que apresentando diferenças assimétricas e qualitativas.

A *função parental* por excelência é aquela que permite que o filh@⁴ adquira um sentimento de *sentir-se verdadeiro* e, para que isto seja possível, existem diferentes atos psíquicos que entram em jogo nas interdependências entre pais

⁴ Em *Introdução ao narcisismo* (1914), Freud afirma que os pais esperam de *sua majestade o bebê* que cumpra os desejos não realizados por si mesmos. Afirmando que, se o filho não consegue sair do lugar de desejo do desejo do outro, sem respeitar o seu próprio desejo, será um personagem falado por outros, sem sentir-se verdadeiro.

e *filh@*. Atos psíquicos fundamentais no desenvolvimento da mente do bebê e da criança, com preponderância do amor (mesmo que seja insuficiente), os quais marcarão a possibilidade de integração do Ego e depois da integração psique-soma (Rotenberg, 2014; 2017). Quando estas *funções* falham, a possibilidade do advento do ser vacila. A carência afetiva, a privação precoce, o descuido, a rejeição ou a interrupção das relações afetivas com os pais se encontram sistematicamente na literatura como causa de graves transtornos de conduta (García Badaracco, 2000).

Postulo que a *função parental* desempenha diferentes *atos psíquicos* fundamentais, não apenas aqueles que antes eram denominados de função materna e função paterna e que agora nomeio como *função de sustentação do ser* e a *função de terceiridade e de reconhecimento*, as quais não têm correspondência com o sexo biológico, podendo ser fixas ou alternadas no casal. São vários os atos psíquicos fundantes do psiquismo do filho, e eles podem ser desempenhados por pessoas com diferente orientação sexual. Freud não trabalhou com bebês e crianças, portanto considero que não chegou a explicar suficientemente a complexidade da estruturação mental precoce e os efeitos das falhas.

O bebê possui necessidades: não só a satisfação da fome como também o contato físico, um apego seguro. Estas necessidades dependem do adulto, não são simplesmente ações, tornam-se atos psíquicos (Rotenberg, 2014). As ideias de Laplanche (1996) são extensíveis à criança, que também desperta significantes enigmáticos nos pais, criando-se uma interdependência recíproca.

A passagem do autoerotismo para o narcisismo (Freud, 1914) precisa de um novo ato psíquico: surge o Ego (Rotenberg, 2014), mas como se organiza? Como se integra? Laplanche (1996) afirma que é a mãe quem desperta a pulsão (eu o penso a partir de uma interdependência). Isto quer dizer que não se busca apenas a vivência de satisfação, pois a necessidade de reconhecimento é mútua. Trata-se de devolver um olhar, um desejo que faz com que ambos sintam-se sujeitos de um desejo do outro. Os progenitores e a criança (Rotenberg, 2014), precisam se sentir existentes e reconhecidos, mesmo que seja considerada a assimetria.

Isto nos leva à *fase do espelho* postulada por Jacques Lacan (2009) e ao olhar da mãe como primeiro espelho para a criança, como nos aponta Donald Winnicott (1971). A metáfora de Lacan mostra, por um lado, que o Ego se constitui de maneira imaginária, uma vez que o bebê acredita estar do outro lado do espelho e depende de como é *visto pelo outro significativo*. Por outro lado, ela nos mostra que o Ego vai se integrando porque já consegue diferenciar-se da mãe e reconhecer a si mesmo. A mãe, como espelho, inclui os desejos e fantasias maternas/paternas. Essa é uma metáfora que nos revela que o sujeito humano é formado não apenas pelo outro, mas também pelo outro com seus outros. “Tanto

para Lacan como para Winnicott, está implícita a inevitabilidade do outro com seu compromisso libidinal” (Rotenberg, 2014, p. 47). O que acontece se mãe e pai não veem seu filho(a)? Ou, por exemplo, se quando o olham, percebem um filho que faleceu? Como se constitui o sentimento de si mesmo? O que acontece se o bebê não responde ao modo de aproximação do adulto? O que acontece no bebê e nesse adulto? As distorções no *espelho* geram distorções no sentimento de si mesmo e na constituição do Ego. A criança utilizará possibilidades potenciais virtuais para conseguir ser *vista e reconhecida, ainda que o faça através de neossexualidades* (termo utilizado por Joyce McDougall, 1978).

Este ponto é seguido pelos defensores da ideia de educar as crianças criando um gênero neutro, quer dizer, devolvendo um olhar sem as características atribuídas às identidades de gênero *promovidas pela cultura*. Pessoalmente, acho que tentam apagar identificações parentais *que constroem o self*. A cultura determina certos traços, mas não devemos apagar a intersubjetividade na formação subjetiva.

Quando os pais não possuem *recursos egóicos* (Rotenberg, 2014), desenvolvem um *falso self* parental e acreditam que ser pais é dar ordens aos filhos, mas não conseguem se relacionar emocionalmente, porque agem como personagens. Esta marca na constituição subjetiva a partir das interdependências pais-filhos é fundamental na construção da definição da identidade de gênero. Encontramo-nos no campo da psicanálise relacional. A falta ou falha de recursos egóicos parentais influirá no modo de apego precoce e nas múltiplas funções parentais que intervêm desde o nascimento ou até mesmo antes.

Embora se nasça com um sexo biológico, a atribuição de um sexo ao filho por um dos pais indica uma marca psíquica (Green, 1983). Por outro lado, o filho pode se identificar com o personagem dos pais, com a homossexualidade reprimida, com o sexo inconscientemente idealizado. Outro caminho seria, em vez de se identificar, querer ser esse outr@. Os pais podem ver no bebê recém-nascido, por exemplo, uma menina que morreu antes do nascimento do menininho. Conforme vemos, o olhar carregado de fantasias não elaboradas e de desejos parentais insatisfeitos, o bloqueio do investimento libidinal ou a agressividade para com o filh@ são fatores que devemos levar em conta para abordar estes e outros aspectos que escapam à neurose ou à psicose. A relação entre irmãos também é um fator a ser considerado.

Poderíamos falar de *funcionamentos heterogêneos*? Há diferentes interdependências emocionais e etapas *libidinais que continuam atuantes e que determinam diferentes estados da mente*. Está claro que as séries complementares e as vivências traumáticas influem em todo ser humano, mas, se em certas pessoas isto faz com que se sintam com um gênero diferente do biológico, não devemos patologizá-las, e é isto o que devemos reconsiderar.

As identificações seriam um processo que faz parte das interdependências, mas considero insuficiente a explicação da complexidade da mente e da construção identitária e subjetiva apenas a partir do processo identificatório. A explicação performativa da cultura também não dá conta das atribuições que caracterizam *o feminino e o masculino*.

Bowlby (1993) nos enriqueceu com a teoria do apego. Considero a qualidade do apego como outro ato psíquico. Mikulincer & Shaver (2007) desenvolveram a hipótese de que a qualidade do apego precoce podia influir na resolução do complexo de Édipo, nas escolhas de objeto sexual e na definição de identidade de gênero.

Sabemos que existem diferentes qualidades de apego – apego seguro, apego amistoso, apego inseguro e a falta de apego. Minha experiência clínica – e o que estou descrevendo aqui – leva-me a sugerir a inclusão de um apego enlouquecedor, um apego patogênico que deseja imprimir no filho o modo de decifrar os vínculos, um apego parental arcaico incrustado na mente do filh@ que o confunde. Outro modo de apego patológico seria o do adulto que ama e odeia o bebê ou o outro progenitor de forma simultânea, enviando-lhe mensagens incompatíveis para serem processadas mentalmente. Estas feridas no narcisismo são muito precoces. Com quem as crianças podem se identificar? Em quem podem confiar? Isto poderia nos levar a pensar no gênero neutro.

Sobre a identidade

Nascemos com um sexo biológico, enquanto que o gênero é uma construção identitária cuja relação com a anatomia pode ou não coincidir, abrindo múltiplas manifestações possíveis.

Podemos ampliar a compreensão dinâmica das novas construções identitárias se reavaliarmos as interdependências precoces e a psicanálise relacional.

A resolução do complexo de Édipo não é linear quanto a identificações com o progenitor do sexo oposto ou do mesmo sexo, mas não é só a saída desse complexo que determinaria a escolha de objeto ou a identidade de gênero. Devemos entrar em zonas arcaicas da constituição subjetiva, zonas indefinidas que são produto de relações pré-edípicas e inclusive de desejos e traumas parentais pré-natais. Quer dizer, compreender o complexo de Édipo dos pais é pensar as complexidades psíquicas.

Parciais e paradoxais, as identificações podem incluir os opostos: sentir-se homem tendo nascido mulher, mas desejar engravidar; nascer homem, adotar a

identidade feminina e estar em um casal lésbico. Como vemos, as possibilidades que se apresentam são múltiplas. Pergunto: são efeitos do desejo sexual ou da busca do ser?

As *funções parentais*, pensadas na relação com o filho(a), são atos psíquicos absolutamente entrelaçados com a pulsão, armando o alicerce da construção identitária subjetiva e de gênero. A sexualidade é parte da identidade, mas pensada como um autorreconhecimento do Ego pelo próprio sujeito em seu devir. Freud indica as *identificações primárias* na constituição psíquica, mas não desenvolve o conceito de identidade, embora não o desconheça.

Um exemplo é a importante contribuição feita em *O estranho* (1919), relato cheio de fenômenos que ultrapassam o Ego e a identidade. [Trata-se do fenômeno do duplo] entendendo a identidade humana como em um devir, um processo que não está fechado, não é encerramento, mas abertura, que é desejo, é intencionalidade (Rotenberg, 2014, p. 22).

Para Winnicott (1960), o *si mesmo verdadeiro* está relacionado à vivência de sentir-se autêntico, de ser a própria pessoa apesar das mudanças. O processo é complexo. Sabemos que, se a criança não se identifica porque perdeu o outro, pode incorporá-lo querendo ser o outro. André Green (1983), em uma citação a Freud, desenvolve “a confusão entre ‘ter o seio’ e ‘ser o seio’” (p. 60). O ter é posterior ao ser. Assumir certa identidade sexual poderia estar no lugar de ser o objeto ausente.

Essa questão só pode ser pensada a partir da complexidade. Lembremos algumas ideias de Edgar Morin (1998) quando afirma que é preciso dissipar duas ilusões que distanciam os espíritos do problema do pensamento complexo. A primeira é acreditar que a complexidade leva à eliminação da simplicidade. Com certeza a complexidade aparece nos momentos em que o pensamento simplificador falha, mas integra em si mesma tudo aquilo que coloca ordem, clareza e precisão no conhecimento. A complexidade busca articulações entre domínios, atrás de um pensamento capaz de dialogar. A segunda ilusão se refere ao fato de que a complexidade poderia ser pensada como totalidade, mas não o é.

Silvia Bleichmar (2010) desenvolveu amplamente a questão da identidade, afirmando que as identidades “estão em fratura com as formas usuais de identidade” (p. 33). Menciona que (*ibid.*, p. 37) “alguém que muda a atribuição de gênero [...] é alguém que pensou ter o gênero errado, então o que faz é pô-lo de acordo”. Conclui declarando que sempre “pensamos que a identidade de gênero era posterior ao reconhecimento da diferença sexual anatômica e posterior à escolha de objeto do ponto de vista genital, quando realmente é anterior e se ressignifica a posteriori”.

Sempre consideramos a identificação como o processo que constitui os núcleos identitários. Piera Aulagnier (1979) conceitualiza o *projeto identificatório* que vem do adulto para a criança, definindo a identidade como uma questão de enunciados por meio dos quais o Ego deve realizar a autoconstrução necessária para se projetar temporalmente.

Em relação a este tema, Otto Kernberg (1982) postula que a falta de previsibilidade nos vínculos, um apego ansioso, não permite conter a excitação sexual, e este poderia ser um fator que leva à identificação ou busca de vínculos proibidos e nocivos, bem como de situações ilícitas. Segundo ele, quando a regulação afetiva falha, pode surgir uma busca vincular que nunca se viveu antes. Neste sentido, o sexo biológico poderia passar para segundo plano.

Como venho afirmando, está claro que o desenvolvimento da homossexualidade encontra-se entrelaçado desde a origem na intersubjetividade, que não anula a pulsão e sim acaba por estimulá-la, dando forma ao intrapsíquico e ao sentimento de identidade, com suas vivências, fantasias e fantasmas. O sentimento de ser um si mesmo difere da ideia de pensar um sujeito sempre idêntico a si mesmo. Retomo as ideias da advogada Ana María Carrasco (2010) que afirma existir na identidade um núcleo duro e outro dinâmico. Algumas pessoas definem sua identidade de gênero desde muito cedo, enquanto que, para outras, a definição é um processo que ocorre ao longo da vida.

Corpo sexuado: sexo e gênero

Desconstruiu-se o sexo do gênero. O sexo corresponde ao corpo sexuado da biologia, com o qual se nasce: menina ou menino. Assumir a identidade de gênero não é algo dado pela natureza, mas uma construção subjetiva que se desdobra em uma trama intersubjetiva complexa e dotada de uma historicidade, como venho desenvolvendo.

Quando a identidade sexual assumida não corresponde ao sexo biológico, fala-se de gênero. Este inaugura a possibilidade psíquica de transformar a biologia, assumindo outro gênero que não corresponde ao sexo do nascimento. São múltiplas as possibilidades habilitadas pela realidade psíquica e pela cultura atual.

Butler (2004) alerta sobre as definições pré-discursivas que vêm da cultura como *imodificáveis*, postulando que, se o corpo é construído, pode ser modificado à vontade.

Embora Freud (1905) tenha descoberto a sexualidade infantil (etapa perversa polimorfa que pode perdurar na vida adulta), e apesar de toda a importância que

esta possui, continuou conservando a posição do binarismo *fálico/castrado*. Hoje, a psicanálise ainda tem muito para desenvolver sobre a compreensão das manifestações da psicosexualidade, e essa é parte do potencial não desenvolvido de Freud.

Para Jacques Lacan (2010), quando se refere à *Lei do Pai*, esta função está encarnada no homem; não é metáfora. Quanto à mulher, considera-a como um objeto de intercâmbio, influenciado pelas investigações de Levy Strauss em sociedades primitivas. Parece-me interessante destacar que, ao fazer a passagem do termo *mulher* para *posição feminina*, metaforiza o conceito, já não designando uma essência, mas uma posição. A *Lei Paterna* representa uma ordem simbólica para a posição masculina e feminina. Embora o que simboliza esteja vigente, aderi-lo ao sexo biológico acabou sendo restritivo, motivo pelo qual represento a *função* que denominei de *terceiridade e de reconhecimento*. Essa função, para Lacan, ficou encarnada no homem, algo que torna a questão confusa, pois os pais [masculinos] ficariam presos acreditando que sua função era o dever de desafiar seus filhos. Lacan (2011) apresenta várias fórmulas, como *a mulher não existe, a mulher é um sintoma do homem*, isto é, as mulheres seriam um objeto fantasmático, causa do desejo do outro. Em Lacan, as fórmulas metafóricas e os conceitos simbólicos estão muito ancorados no sexo biológico. Neste sentido, não pôde escapar da influência de sua época, tendo recebido muitas críticas dos movimentos feministas.

Em uma linha teórica muito diferente, Robert Stoller (1979) afirma que a criação é tão importante na determinação de gênero quanto a genética. Assim começa a aparecer a diferenciação entre o sexo biológico e o gênero, acontecimento que marca um hiato nestas questões. Jéssica Benjamin (1997) diz que “a intersubjetividade intervém na estruturação do mundo psíquico” (p. 17). Joyce McDougall (1978) afirma que a sexualidade tem vicissitudes desde a relação precoce com a mãe, a sexualidade infantil, o complexo de Édipo, acabando por se formar a partir do discurso e do inconsciente parental, e não pela biologia.

Na Argentina, J. García Badaracco e eu mesma desenvolvemos amplamente os processos de constituição intersubjetiva nas tramas das interdependências recíprocas.

Sabemos que a neurociência postula que o fator epigenético é muito determinante, isto é, a influência do meio ambiente no sujeito.

O desejo não está totalmente determinado e, a partir da psicanálise, afirmamos que a psicosexualidade não está capturada por regras. Dito isto, a questão não pode ser pensada linearmente como produto de fixações, mas tampouco isso pode acontecer desconhecendo a singularidade e as séries complementares em cada caso.

A sexualidade humana pode ser um *acting*, uma liberação pulsional que não

leva o outro em conta. Neste caso, seria a expressão de uma tentativa de descarga e, ao mesmo tempo, de uso do outro, respondendo mais a pseudo-encontros muito diferentes de vínculos sexuais amorosos, não importa se hetero ou homossexuais. A construção identitária sexuada pode ter mais relação com o ser do que com o desejo sexual, ou seja, estar mais relacionada com zonas arcaicas da constituição psíquica, com traumas e encontros satisfatórios desde a infância, com significantes enigmáticos.

A psicosexualidade – com sua dimensão intersubjetiva, relacional e não apenas intrapsíquica – intervirá na expressão identitária do sujeito, não como essência, mas como expressão do *self*. Sentir-se a própria pessoa não significa ser sempre idêntico, uma vez que essa seria uma utopia que negaria as mudanças, a temporalidade e o acaso. A psicosexualidade é um modo de vinculação humana atravessada pela singularidade das vivências, pela qualidade do apego que se teve, pelos atos psíquicos desenvolvidos pelas *funções parentais* e pelas transmissões inconscientes intersubjetivas.

Sabemos que a busca da redução da tensão produz a necessidade de satisfação. Contudo, existe uma necessidade do bebê, e de todo ser humano, de ser reconhecido em sua singularidade. A vivência de satisfação não é apenas produto da mamada. Spitz (1965) nos fez notar a necessidade do intercâmbio afetivo e o fato de que o sorriso social do bebê se dá diante do rosto, e não pelo simples ato alimentar.

Sabemos que a necessidade e o desejo são qualidades diferentes que nem sempre coincidem. Considero que é possível explicar o extremo de poder desejar o que causa prejuízo com base na necessidade de reconhecimento, e não apenas a partir do masoquismo.

Para Freud (1920), existem duas grandes categorias de pulsões: Eros (vida) e Thanatos (morte). No entanto, considerando-se uma psicanálise que inclui o relacional, deveríamos pensar a pulsão de morte como ausência de reconhecimento, enquanto que, observando-se o aspecto social, como diria Hegel, existem normas sobre o que se considera ou não humano e que geram efeitos subjetivos. Em um trabalho de 2017, refiro que Winnicott concebe angústias precoces prévias ao Édipo, como as angústias de aniquilamento e de colapso, ao passo que eu mesma concebo a angústia de sentir-se invisível, a qual ocorre quando os pais não devolvem ao filh@ um olhar subjetivante. Eles funcionam metaforicamente como um espelho que não devolve ao filho um reflexo, uma vez que este não é olhado.

Embora as aspirações das pulsões de morte, como afirma Freud (*ibid.*) inclinem-se no sentido da redução completa das tensões, quero destacar que muitas delas são geradas porque o outro significativo não pode ou não sabe como aliviar,

conter ou satisfazer as necessidades do bebê ou da criança maior. Pelo contrário, em alguns casos, a carga patogênica do outro apenas estimula e incrementa as tensões no *infans*. Ou pode acontecer que o estado de necessidade afetiva seja intenso, e a criança se sinta como invisível quando não existe o reconhecimento.

“Marty propõe substituir o conceito de pulsão de morte pelo de desorganização contra-evolutiva” (Green, 2014, p. 290). Por sua vez, García Badaracco (1990) considera que não nascemos com uma pulsão de morte, mas que esta se desenvolve a partir do efeito patogênico dos pais sobre a criança.

A construção da categoria da diferença

Freud menciona a diferença sexual baseada no binarismo fático/castrado e, em princípio, parte da crença infantil de que *todos têm pênis*, embora a criança saiba que *não é assim*, mas ela sustenta esta negação, e o temor à castração acaba por introduzi-la no complexo de Édipo. Freud (1925) postulou consequências psíquicas baseadas na diferença sexual anatômica, afirmando que a vida sexual da mulher era mais enigmática, mas que, “com necessárias modificações, as coisas são no todo semelhantes no caso da menina” (p. 262). Ele foi modificando esta posição. Em correspondência com Marie Bonaparte (*apud* Jones, 1955), pergunta: “O que quer uma mulher?” (p. 468). Ao analisar a etapa fática e o papel que desempenha na organização genital infantil, reconheceu carecer de elementos para pensar sobre a menina. Posteriormente, em *Introdução ao narcisismo* (1914), Freud centra a diferenciação entre as meninas e os meninos na escolha de objeto: por apoio [relação anaclítica] ou narcisismo. Em *Um caso de paranoia que contradiz a teoria psicanalítica* (1915b), o essencial estava na relação da paciente com sua mãe. Em *Uma criança é espancada* (Freud, 1919b) e em trabalhos posteriores, culminando em *Sobre a sexualidade feminina* (Freud, 1931), desenvolve a inveja do pênis por parte da menina e postula duas zonas erógenas para ela: o clitóris (masculino) e a necessidade de fazer a passagem para a vagina depois da puberdade. Freud não pensou a mulher como castrada, senão que *a aceitação da castração* é um organizador subjetivo para ambos os sexos, reconhecendo, no entanto, a disposição bissexual para ambos os sexos. Contudo, nunca pôde compreender a mulher, tendo pensado a sua resolução edípica em torno do falo: frigidez, maternidade ou homossexualidade.

Existiram desenvolvimentos importantes da parte de psicanalistas mulheres, como Helene Deutch. Interessada nessa questão, ela trabalhou em maternidades e atendeu muitas mulheres. Seu trabalho mais importante, *Psicologia das mulheres*

(1949), foi a principal referência para Simone de Beauvoir. Apesar desses desenvolvimentos, o valor atribuído à diferença sexual anatômica constitui um referencial sustentado até a atualidade.

As transformações teóricas e sociais foram exponenciais. Atualmente, as mudanças na mulher e na família podem levar ao questionamento se está em risco a construção simbólica do conceito de *diferença* baseada na diferença sexual anatômica, como postulou Freud.

A integração do Ego vai se constituindo desde o nascimento. Para que o Ego possa estabelecer a categoria da diferença sexual anatômica como organizador psíquico, deve internalizar previamente outras construções psíquicas acerca da diferença. A categoria da *diferença* como organizador possui um desenvolvimento mais complexo do que havia sido conceitualizado. Esta aquisição – de acordo com a minha experiência clínica a partir de consultas de crianças que se sentem pertencentes a outro gênero que não corresponde ao seu sexo biológico – é o produto do reconhecimento ou da falta dele, de outras diferenças prévias transgeracionais, parentais e da própria criança.

Benjamin (1997) afirma que, na fase pré-edípica, as crianças são *superinclusivas*: acreditam que podem ter ou ser tudo. Não reconhecem ainda o caráter excludente da diferença anatômica: querem o que o outro sexo tem, não *em lugar de*, mas *além daquilo* que elas têm.

Construção da identidade de gênero nas crianças

Considero a questão como uma das mais urgentes na psicanálise hoje. Embora exista uma multicausalidade na construção da identidade de gênero, e mesmo que a direção da cura não seja no sentido de *curá-las de sua identidade sexual*, algumas crianças reverteram sua orientação sexual em um processo terapêutico, outras não. Isto não constitui o problema. O que nos diz respeito nesse ponto é a ação do adulto. Quando querem trocar o nome, o documento de identidade de uma criança pequena e interferir em sua produção hormonal, pergunto: a criança está em condições emocionais e com suficientes recursos egóicos para falar por si mesma e lidar com estas vivências? Ou seria necessário esperar até que ela possa considerar qual é sua própria decisão, metabolizá-la e saber se não está atuando o desejo dos outros?

Vinheta

Uma família consulta porque seu filho de cinco anos brinca com bonecas e diz ser uma rainha. Nas entrevistas iniciais, quando se trata de uma criança pequena como neste caso, sempre faço sessões familiares, porque nelas se percebem modos de funcionamento familiar, fantasias e fenômenos inconscientes que não se manifestam apenas com o paciente. Na entrevista familiar, que ocorreu às quatro da tarde de um dia ensolarado, o menino olha pela janela e diz: “Olhem, é de noite, já se veem as estrelas”. Os pais não lhe dizem: “É de dia!”. Pelo contrário, eles respondem: “Sim, o céu já está escuro e se veem as estrelas”. Posso fazer uma hipótese provável sobre a confusão que pode gerar em um psiquismo em formação uma resposta que contradiga a realidade consensual e só responda ao nível imaginário. De minha janela, é possível enxergar as copas das árvores e muitas vezes há passarinhos. O menino diz: “Olhem, tem patos nas árvores”. Os pais concordam! Pergunto a eles se acham que os patos e os passarinhos são a mesma ave. Respondem que não, mas que não querem cortar a fantasia do filho.

A seguir, o menino desenvolve um brinquedo com três bichinhos e diz: “São três amigos, escutam um barulho e se escondem em um poço. Dali a pouco saem dois, mas o terceiro não sai nunca”. Pergunto o que aconteceu com o terceiro. Diz que não sabe. Em seguida, pega um crocodilo entre os brinquedos e afirma: “É um bicho muito bondoso!” Os pais dizem que não desejam lhe falar sobre a existência de animais agressivos, que logo terá tempo para isso! Esclarecem tudo diante do filho, como se este não ouvisse.

As crianças expressam no brinquedo mais do que podem dizer com palavras. O menino anuncia que “falta o terceiro!”, uma *função de terceiridade e de reconhecimento* que demarque em ambos os pais a onipotência oceânica da fantasia sem limites. Sabemos que, em psicanálise, este mecanismo se chama desmentida. A desmentida era dos pais em primeiro lugar, afetando a construção da categoria da diferença no filho. Como terapeuta, eu devia compreender algum sentido da necessidade de recorrer a este mecanismo de defesa extremo.

Juntamente com os pais, descobrimos várias motivações que, para eles, estavam dissociadas e que não relacionavam com suas respostas desconcertantes, as quais achavam naturais. O avô paterno havia sido militar no processo ditatorial na Argentina, onde existiram desaparecidos, e denominavam poço ao lugar da tortura. O pai falava da violência do próprio pai em relação à sua mãe e irmã, mas jamais mencionou sua atividade durante o regime militar. A desmentida dá conta de um segredo familiar: o avô fora um repressor, não apenas violento com a tia e com a avó do menino, como cometeu delitos dos quais não se podia falar, pois

poderia ser julgado. O crocodilo bondoso condensava na figura do avô alguém mau, mas querido pelo neto.

Por sua vez, a mãe do pequeno ficara órfã de mãe aos cinco anos (a mesma idade do filho no momento da consulta), mas dizia não ter sofrido, porque suas tias funcionaram como mães substitutas. Depois esclareceu que viviam em outro bairro da cidade e cada uma das tias tinha mais de três filhos. É pouco provável que as tias tenham estado tão próximas a ela, compensando a falta da mãe em idade tão precoce. Outra desmentida.

Conforme demonstro na vinheta, considero existirem diferenças prévias que se constituem muito antes do reconhecimento da diferença sexual anatômica. Vemos claramente a desmentida, com múltiplas determinações a partir de ambos os pais, impedindo a construção da diferença entre fantasia e realidade, entre dia e noite, entre um animal e outro, entre o bem e o mal, entre outras diferenças que estavam destituídas entre eles.

Embora seja necessário compreender a falta da construção da diferença em cada caso, há diferenças universais que nem sempre se constroem, tais como reconhecer o filho enquanto outro, a diferença geracional e a aceitação da não completude (do não tudo).

A desmentida da diferença sexual anatômica é produto de outras desmentidas prévias que intervieram na trama familiar. O reconhecimento da diferença sexual anatômica só ocorre se forem construídos organizadores prévios sobre a diferença.

Concordo com Jacques Derrida (1968) quando afirma que a diferença é originária, mas considero que essa não é uma categoria que se constrói de maneira natural. O Ego se constrói em diferença, mas, para isto, a trama familiar deve permitir pensar as diferenças. O filho não é da mãe, ele é outro sujeito e – se consideramos que se forma uma interdependência bidirecional entre o adulto e o bebê – a assimetria e a diferença vai se construindo, acontecendo o mesmo em relação à semelhança, uma vez que ambos são sujeitos. A diferença se constrói de modo complexo, a partir do reconhecimento do enigma da alteridade, quando não existem traumas prévios que promovam mecanismos de defesa patogênicos.

Pensar a construção da identidade de gênero é desconstruir o pensamento binário, saindo do eixo fálico-castrado e linear por meio do qual nos formamos cultural, teórica e profissionalmente. Pensar a partir do binarismo implica a atribuição de características essenciais ao feminino e ao masculino, temas que considero essencial revisar.

Freud (1923) afirma que “o masculino reúne o sujeito, a atividade e a posse do pênis; o feminino, o objeto e a passividade” (p. 149). A partir dessa lógica, considera-se o feminino como carência, masoquismo e passividade. Porém,

se pensamos que, em ambos os sexos, está em jogo a *incompletude*, devemos revisar a categoria do feminino e do masculino. Insisto na afirmativa freudiana de que o masculino reúne o sujeito, enquanto o feminino se relaciona ao objeto. Pergunto: quanto há de determinação cultural nessas proposições?

Por outro lado, no complexo de Édipo ampliado, Freud (1924) nos introduz na complexidade, apesar de que considero que não pôde escapar aos valores pré-discursivos de sua época na consideração do feminino.

O início do si mesmo se constitui ao mesmo tempo em que o reconhecimento mútuo do outro. A etapa do reconhecimento mútuo ocorre em um momento em que a criança é *um perverso polimorfo*. Do ponto de vista da psicanálise relacional, as renúncias pulsionais vão se gestando por amor ao outro e pelo enfrentamento aos pais na etapa de afirmação de si mesmo, não necessariamente por medo à castração ou, pelo menos, não como o único determinante.

Considero que os filhos se identificam com a fantasmática dos pais e com a trama vincular, não com o sexo biológico deles. A qualidade vincular, o tipo de apego, as identificações, as interdependências nas vicissitudes das identificações de gênero e o despertar da pulsão influenciam mais do que a heterossexualidade ou a homossexualidade dos pais. De que forma se cruzaram os atos psíquicos entrelaçados entre o Ego incipiente e o outro nas várias gerações?

É interessante observar como a identificação com o outro sexo, os denominados transtornos de gênero e de identidade sexual, sobrevêm de uma trama contextual que participa na construção da subjetividade, indo além da construção de uma identidade masculina, feminina ou trans. É importante considerarmos fatores como o desejo de ter um filho e a aceitação ou rejeição do filho real ao nascer, incluído também seu sexo biológico. Porém, isto não é absolutamente determinante na construção identitária, que será sempre – e ao final – uma produção individual (quando outros não intervêm na criança durante sua infância, quer dizer, quando os pais e os médicos não decidem mudar o documento de identidade da criança, seu nome, suas vestimentas e realizar nela intervenções hormonais, por exemplo). Sabemos que a psicosssexualidade não termina de se definir na infância, mas, às vezes, os desejos dos outros intervêm prematuramente sobre a criança. Poderíamos incluir o postulado de Foucault (2007) sobre a sexualidade ser socialmente construída, em especial se pensarmos que a família é uma instituição social e o contexto cultural influi no modelo de criação socialmente aceito. Foucault dedicou-se a estudar as condições sociopolíticas e discursivas relacionadas à homossexualidade, mas não incursionou no território das identificações e da metapsicologia, pois esses não eram seu campo de estudo. Estava preocupado com as normas vigentes, tanto médicas quanto jurídicas, que estabeleciam a classificação

da “categoria dos anormais” e “o poder de normatização aplicado à sexualidade” (Foucault, 2007, p. 49).

Em certos casos que atendi, *sair do armário* foi o desenlace para deixar de se sentir invisível em uma família que só tinha lugar para um gênero, o masculino ou o feminino, sem reconhecimento da alteridade sexuada.

Stoller (1975) considera que grande parte da conduta sexual põe em jogo certos níveis de hostilidade, pensando as perversões sexuais como uma forma de vingança emocional por feridas da infância. A pornografia, os atos sexuais ritualizados e as fantasias sexuais, segundo Stoller, são modos que permitem transformar simbolicamente traumas infantis em triunfos sexuais.

Em *Novos caminhos da terapia psicanalítica*, Freud afirma (1919[1918]): “hoje, como sempre, estamos dispostos a admitir as imperfeições de nosso conhecimento, a *aprender coisas novas e a modificar nossos procedimentos* toda vez que se possa substituí-los por algo melhor” (p. 155, *itálicos meus*).

Marucco (1999) postula a existência de diferentes zonas psíquicas, diferentes estados da mente que coexistem, algumas zonas narcisistas e outras neuróticas. Ratifico as articulações existentes entre a sexualidade infantil, que segue vigente no adulto, e zonas com possibilidades de funcionamento simultâneos ou alterados, nas quais diferentes mecanismos de defesa se expressam por meio da intersubjetividade.

O inconsciente, conceito chave da teoria, designa, no sentido tópico, um sistema e, no sentido dinâmico, o conjunto dos conteúdos reprimidos que são mantidos fora da consciência. Contudo, existe outro inconsciente que não é o reprimido, constituído pelo produto de vivências diferentes. Este nos leva a pensar nos efeitos do inconsciente dos outros, que são necessariamente partícipes da constituição psíquica dos filhos.

Na vinheta, percebemos um processo identificatório complexo, inconsciente, mas que não é apenas intrapsíquico, não é um conteúdo reprimido, mas se encontra articulado com os conteúdos cindidos e desmentidos de pais e avós. O nascimento dos filhos desperta zonas reprimidas, cindidas ou do inconsciente mudo, transmitido transgeracionalmente: a identidade de gênero, o desejo do outro, as transmissões dos outros, as vivências e as identificações. Neste ponto, quero insistir no fato do trabalho psicanalítico ser um processo em que, para qualquer pessoa que nos consulta, nossa posição não deve consistir em patologizar os pacientes – exceto nas situações em que descobrimos casos de perversão, compreendida esta como o uso do outro sem seu consentimento, a objetificação do outro, especialmente na infância.

Quanto à identificação

Em psicanálise, a identificação é conhecida como a manifestação mais precoce de uma ligação afetiva com outra pessoa. É um processo que, por sua vez, repousa em uma série de mecanismos subjacentes: imitação, diferenciação, filiação, aprendizagem e formação de esquemas cognitivos. As identificações patogênicas geram um ataque ao vínculo externo ou interno. García Badaracco (2007) destacou a importância dos *outros em nós* e o processo de desidentificação necessário em certos casos.

Na seção V, *As relações de dependência do Ego*, de *O Ego e o Id* (1923), Freud diz:

[...] o Ego se constitui, em boa parte, de identificações que tomam o lugar de investimentos pelo Id; que as primeiras dessas identificações agem regularmente como instância especial dentro do Ego, confrontando este como Superego, enquanto mais tarde o Ego fortalecido, pode se comportar de modo mais resistente [*Resistenz*] às influências dessas identificações (p. 49).⁵

García Badaracco (2007) diz que não se considera suficientemente o contexto no qual se situa o conflito edípico; em geral, os *contextos* são determinantes. Amar a mãe e desejar matar o pai permanece como uma formulação congelada que não dá conta das vicissitudes da trama dos vínculos. Os pais não são apenas *objetos* do conflito edípico, mas constituem uma trama na qual o conflito edípico e a formação psíquica têm lugar. É no contexto familiar, com determinado clima familiar e observando a história dos vínculos, que se gera a trama identificatória.

Algumas questões se centram na limitação de modelos identificatórios que uma criança pode ter em famílias homoparentais para a aquisição de sua identidade (Agregt, 2010). No entanto, os sujeitos homossexuais nasceram de casais heterossexuais. A monoparentalidade sempre existiu ao longo da história da humanidade, embora não assumida como nos tempos atuais, em que uma mulher sem marido decide voluntariamente recorrer à doação de óvulos/espermatozoides e à fertilização assistida ou à adoção. A categoria de *pai ausente* ou desconhecido não é nova, apesar do déficit indubitável que isso implica, não tendo suscitado a preocupação que a homoparentalidade atualmente provoca. Uma criança que se cria sem pai pode se considerar seriamente afetada em seu desenvolvimento porque os atributos parentais que emanariam de sua masculinidade lhe faltam?

⁵ NR.: Recuperado de https://issuu.com/olawikipedia/docs/freud_sigmund_-_obras_completas_vo_p.45.

Acha-se irremediavelmente condenada à doença mental ou à homossexualidade? Ou as funções parentais podem ser independentes do sexo-gênero das pessoas que a exercem? Afirmativamente, sim.

Considero que é preciso ativar defesas em relação às fantasias dos pais, com o objetivo de fazer frente à identificação patogênica a essas fantasias e às vivências geradas nas interdependências pais-filho. Mecanismos de defesa criativos são essenciais para que a criança possa ser reconhecida e olhada, para que possa assumir a identidade de gênero.

A saída do complexo de Édipo implicava alguma consolidação de um sentimento de identidade de gênero e uma posição em relação à escolha de objeto. Este conceito segue vigente hoje em dia? Como pensamos a sexualidade fluida? Constatamos que, em muitos casos, a identidade de gênero é prévia ao Édipo.

Gênero neutro – gênero aberto

Nem homem nem mulher. Tudo-nada? A identidade de gênero é somente uma construção performativa estipulada pelas leis sociais, como pensam alguns autores? Ou, enquanto psicanalistas, deveríamos pensar em processos metapsicológicos e interdependências recíprocas familiares?

Devemos diferenciar a busca subjetiva de um gênero neutro daquilo que se denomina *gênero aberto*, o qual se refere à criação aberta, sem condicionamentos identificatórios para os filhos. Por exemplo, permitir que as meninas joguem futebol e os meninos brinquem com bonecas, na tentativa de eliminar as marcas culturais das categorias determinantes de homem e mulher.

Passo a explicar a busca subjetiva de um gênero neutro, o que nos leva a diversas compreensões. Sem tentar esgotar o assunto, vou me referir a duas delas. Por um lado, o gênero neutro seria a subversão a responder à construção performativa que caracteriza o feminino como um corpo sexuado de mulher e o masculino como um corpo de homem e aquele que difere, tentando realizar uma operação hormonal ou cirúrgica para *responder ao que se espera como normal*. Assim, o gênero neutro poderia ser pensado como um questionamento à transexualidade enquanto tentativa de atribuir o feminino a um corpo de mulher. Operar-se seria considerado como uma identificação com aquilo que é criticado. O gênero neutro evita esses paradoxos no momento em que rompe com os estereótipos e questiona a *normalidade*. Ou seja, a pessoa que se assume como travesti e se veste como mulher, ou o transgênero que se submeteu a uma cirurgia, estariam atribuindo certas características físicas a ambos os gêneros, concretizando no corpo

o que tentam desmentir na realidade psíquica. O gênero neutro tenta apagar esses caracteres corporais.

A partir de uma vertente metapsicológica, observei, em pacientes que me consultaram, uma semelhança entre gênero neutro e os mecanismos psíquicos em certos casos de anorexia: querer expulsar de si, não ser *isso que se tornou, mas a que se chegou através de uma identificação com o outro*.

Postulo que existiria uma identificação com o outro rechaçante ou com um outro que se incrusta na mente do sujeito com postulados identificatórios ou vivências incompatíveis. Tal fato provoca esforços de desidentificação com aspectos constitutivos do si mesmo e está relacionado à tentativa de apagar identificações com os pais rejeitadores. Esta identificação com o outro rejeitador afeta diretamente a constituição do *self*, repetindo ao invés de elaborar (Freud, 1914), atuando inconscientemente o rechaço do outro, fazendo com que rejeite partes de si mesmo, entre elas o sexo. Estaria construindo o *apagamento* imaginário de alguma definição de características sexuais biológicas, cindindo partes de si mesmo, como resultado da identificação com o outro rechaçante?

Penso que, neste tema e na anorexia, devemos introduzir o conceito do *abjeto*. Julia Kristeva (1988, p. 10) afirma: “Já não sou eu (*moi*) quem expulsa, o ‘eu’ é expulso. O limite se tornou um objeto. Como posso ser sem limite?”. Diz essa autora (*ibid.*) que “o que o torna abjeto é aquilo que perturba a identidade” (p. 11). Seguindo ainda Kristeva, diferencia-se o abjeto do sinistro (Rotenberg, 2016a). Freud (1919a) formula claramente que o sinistro [o estranho] é um aspecto cindido que repentinamente se torna presente, enquanto que o abjeto é um aspecto mortífero do outro incrustado no *self*.

Vinheta

Consulta-me uma mãe que está separada do parceiro desde o parto de seu filho, que tem dois anos de idade. A procura se deve ao fato de que o filho, algumas vezes, diz que não é menino e nem menina. Estão unidos por um apego incondicional narcisista, ela sentindo o filho como parte de si. Tenta evitar-lhe a suposta dor da castração, da frustração tolerável. Por outro lado, impede-o de falar acerca das vivências que possui com o pai, a quem o menino ama (“amo papai”), mas também teme. É proibido de amar o pai, porque colocaria em perigo a incondicionalidade materna, inclusive o seu equilíbrio psíquico. Para a mente materna, quando o menino diz “papai me dá medo”, está concedendo a ela um lugar de validação. A mãe é tudo para o menino (reassegura a si mesma), o medo é do pai, não dela. Não há substituição, não é como na fobia do cavalo; é

diretamente a figura paterna/materna. A vivência do menino é de amor, ri com o pai e se diverte, mas deve desmentir o que sente e incrustar o sentir do outro: que o pai a quem ama é ameaçador e seria capaz de qualquer coisa terrível se não fosse pela presença materna. O menino necessita expulsar de si o conglomerado mamãepapaiamoródio.

Isto começa antes do nascimento, mas se manifesta cada vez mais a partir do momento em que o sujeito humano vai se expressando, tentando compreender e dar um sentido às suas vivências. O mecanismo possível é a expulsão do mortífero em si mesmo, mas este mortífero implica também o amor, aspecto que pode ser observado claramente na anorexia: expulsão da comida, que é imprescindível para viver.

Julia Kristeva diz (*ibid.*): “Imagino uma criança que engoliu precocemente seus pais e que, assustada e radicalmente ‘só’, rejeita e vomita todos os dons, os objetos para se salvar” (p. 13). Isto acontece antes que as coisas façam sentido para ela, antes da integração do Ego, antes mesmo que o Ego possa *pensar pensamentos* e compreender estes mandatos do outro sobre si. Quer dizer, aceita e expulsa, come e vomita, identifica-se e, ao mesmo tempo, recebe a proibição inconsciente de aceitar essas identificações.

Tanto a compreensão da formulação identitária de um gênero neutro quanto a anorexia nervosa, que se trata da busca de ser um morto-vivo, merecem uma formulação metapsicológica. Engole o amor materno junto com ódio, odeia a quem sente amar. Em matemática, tal operação seria representada simultaneamente com um sinal de menos e um de mais. É algo impossível de realizar, por isso o medo que não tem representação. O medo não representado, o medo ante a vivência: “amo, mas devo odiar a quem amo”. Ou “eu o amo, mas ele me humilha, me odeia”. Com quem se identificar? Ambos trazem a destruição do outro e do Ego diante da impossibilidade de pensamento.

No referido caso, a mãe viveu sempre o paradoxo de que seus pais a amavam e lhe davam o que consideravam tudo (do ponto de vista econômico), mas, ao mesmo tempo, sentia o gozo mortífero da mãe, que lhe dizia: “Você é um desastre, eu, tua mãe, sou tudo”. A mãe não pôde aguentar o amor edípico de sua filha pelo pai. Humilhava-a e a trancava por horas no banheiro. Ao crescer e ter seu bebê, a quem amava, transmitiu-lhe inconscientemente essa trama enlouecedora. “Você tem um pai, mas não se pareça com ele, porque é um louco; você não pode amá-lo, senão a mamãe morre”.

O menino, terceira geração de vínculos de amor e rejeição maternos, lembra que o pai o levava para passear, brincava com ele, mas a mãe lhe transmitia que estar com o seu pai era perigoso. Entretanto, quando ela estava cansada, o pai

podia cuidá-lo. Nessas ocasiões, de acordo com a necessidade materna, sentia que se divertia com seu pai, mas que estava correndo um risco desconhecido.

Este rapaz, quando volta à consulta aos 18 anos, anorético e indefinido em sua identidade de gênero, conseguiu colocar em palavras a vivência de medo diante do que agora podia denominar como loucura materna. Mas, quando era bebê, não tinha como compreender seus medos. A abjeção é o sinistro do outro incrustado na mente do filh@. O pai era descrito como narcisista, onipotente, e que o humilhava. Quando o paciente completou 16 anos, o pai precisou fechar a empresa familiar, enfrentando uma crise econômica e psíquica. Embora a loucura fosse depositada na mãe, o realmente imprevisível era que o pai é quem estava louco. O paciente começou a desenhar personagens de quadrinhos, mostrando sua identificação com personagens fictícios assexuados, mas disse: “Nas histórias, sempre posso mudar o final. Na vida real é diferente, não posso fazer nada”.

Reatualiza constantemente o existir com o outro metido na mente que não lhe permite ser nem pensar diferente, ou não existir e morrer em operações mentais simultâneas, no processo de constituição do Ego. A comida está contaminada pela impossibilidade de representar, uma vez que é positivo e negativo ao mesmo tempo, mas não pode ser rejeitada de todo porque isso leva à morte, e tampouco se pode assimilar, pois então viria a morte psíquica ao ser tomado pela possessão ameaçadora das advertências maternas.

Utilizei o exemplo da anorexia nervosa para ilustrar metapsicologicamente um mecanismo que considero similar à não identidade de gênero de um sujeito sexuado desde o nascimento biológico, mas que se define como gênero neutro. Ele expulsa imaginariamente o demoníaco do outro. É diferente de se identificar com outro gênero que não coincide com o sexo biológico. No gênero neutro, existe uma tentativa de anular todo gênero. Butler (2004) diz que o sujeito se autoconstrói, mas sabemos, a partir de várias disciplinas, da necessidade do outro para o desenvolvimento mental. Embora a teoria intrapsíquica freudiana tenha levado em conta o objeto, apenas cem anos depois de Freud fomos capazes de perceber o poder imenso do outro na constituição mental da criança.

Estes processos mentais tão precoces, que ocorrem em uma repetição inconsciente de uma trama de amor e ódio simultâneos, impossível de processar, de significar e de pensar, são prévios à diferenciação do eu/ não-eu, sujeito e outro. Sofrem o poder do mandato abjeto de exclusão. O que acontece quando a mãe (ou o pai) se oferece como um outro anti-identificatório? Não se trataria de uma ausência de presença, mas de mandatos que desmentem as vivências duais: por um lado, da criança com a mãe e, por outro, da criança com o seu pai. Essas vivências devem passar pelo filtro da impossibilidade de metabolizar: por isso não se pode

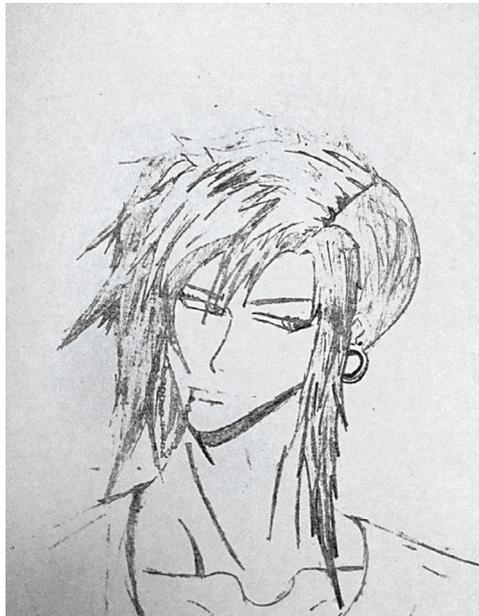
comer, e por isso mesmo o problema é prévio à definição de gênero. A vivência simultânea de amor-ódio pode levar a criança a desejar uma existência fora do gênero. Penso que neste momento ocorre a ilusão de que é possível desmentir a identificação, ou seja, de que é possível o sujeito se auto-construir como resultado de leis que nominam, como política coletiva. Estamos vivendo apresentações de gênero aceitas a partir de políticas culturais que constituem auto-construções e implicam em apagamentos da importância da história infantil na identidade homossexual que estão ligadas à resolução edípica. O vital é preservar a existência e não se perguntar pelo sentimento de si mesmo verdadeiro, já que, para desenvolver o *si mesmo verdadeiro*, o Ego deve metabolizar as identificações e as vivências e apropriar-se delas, sem o que não consegue alcançar a existência. Em muitos casos, o *self* está possuído pelo outro, pelas leis normativas.

Em *Pulsões e seus destinos* (1915a), Freud afirma que o ódio seria mais atribuível ao Ego e à sua necessidade de afirmação. Entretanto, nesses casos tão precoces da constituição psíquica nos quais o outro cobra uma primazia imponente (se não há o reconhecimento do filho como outro), o ódio e o amor estão entrelaçados entre si, assim como ocorre com as pulsões próprias e as do outro, com a necessidade e a vivência em um paradoxo impensável.

Antes de mais nada, a abjeção é uma ambiguidade, porque o Ego vive em contínuo perigo, em contínua ameaça, pois está formado por afeto e condenação ao mesmo tempo. Não consegue dissociar, porque há um todo amalgamado impossível. Resta-lhe apenas o desligamento. Aconteça o que acontecer, existir é o maior ganho. Cada vez que pensa a si mesmo, aparece o outro em seu Ego, mas não como identificações ou alucinações, e sim como uma parte do outro incrustada em si.

Kristeva diz (*ibid.*): “Só experimento abjeção quando outro se instalou no lugar do que será ‘eu’ (*moi*). Não outro com quem me identifico e a quem incorporo, mas outro que precede e me possui, e que me faz ser em virtude de dita possessão. Possessão anterior ao meu advento” (p. 19).

Não me parece suficientemente abrangente a ideia de que a pulsão de autodestruição é inata, uma vez que continuaríamos fixados ao intrapsíquico. Acredito ser preferível pensarmos as interdependências enfermantes ou enlouquecedoras (García Badaracco, 2006), as quais continuam sustentando um poder patogênico inclusive na vida adulta, porque o Ego do filho(a) não foi capaz de construir recursos internos para poder questionar e se diferenciar do objeto enlouquecedor.



Este jovem, por não ter figuras identificatórias, começou a se identificar com personagens de anime e a se transformar em um. Os desenhos mostram o modo como ele sente a si mesmo.



Estamos falando de vínculos prévios à constituição do Superego, de pais que, em um sentido, se amam, mas que, ao mesmo tempo, se odeiam, pois não resolveram seu narcisismo ferido infantil, o qual acabou sem nunca ter sido elaborado, transmitindo isso ao filho. Não se trata de ambivalência, mas do paradoxo impossível dos opostos simultâneos. Como diz Green (2014), “a parte interna de destruição e angústia é considerável” (p. 292). Contudo, a tentativa de expulsar para o exterior, como forma de descarregar a angústia, as tensões internas e o ódio, não é eficaz, porque já fazem parte do *self* e do soma. Por conseguinte, a defesa que resta é a expulsão de partes de si.

Palavras finais

A psicanálise apoiou-se na bissexualidade para a construção da categoria de diferença como organizador psíquico. Somos testemunhas de uma crise nos referenciais simbólicos, e devemos pensar sobre certos eixos antes considerados categorias absolutas. Postulo que a construção da categoria de diferença é uma resultante de construções prévias acerca de outras diferenças organizadoras. É necessário diferenciar as variantes na escolha sexual da problemática da identidade de gênero: uma tem relação com as formas do desejo e do prazer, enquanto que a outra se relaciona com questões da identidade.

Muito foi feito, mas temos muito ainda pela frente: violência de gênero, refletir a respeito do lugar da ciência nas recategorizações de sexo e pensar a construção da identidade de gênero, um tema importante para ajudar os pacientes sem patologizá-los.

Como psicanalistas, devemos aceitar as novas manifestações na clínica e permitir questionamentos para abordar a complexidade. A psicanálise não é uma teoria normatizadora – devemos nos ocupar do sofrimento humano e do ser. Outra questão é a posição ética diante da mudança de identidade nas crianças. Na condição de psicanalistas, devemos também nos pronunciar sobre esse tema.

Há alguma articulação possível entre os tempos primordiais da constituição subjetiva, da busca de ser, das vicissitudes do desejo e das condições performativas da cultura? A diferença não é só *sexual*, é *identitária*. A sexualidade é a expressão subjetiva de um processo identitário. □

Abstract

Complexity in psychosexuality and identity

In this paper, Eva Rotenberg points out that in the 21st century psychosexuality witnessed a change in the way sexuality and gender identities are expressed. Such a change was brought about as an effect of the psyche that is constructed in a relation in which culture, the intrapsychic and the drive intervene. Since functions are psychic acts, new psychoanalytic concepts pave their way, such as the *function of the third* and of *recognition*, in relation to a *category of difference* – a psychic organizer – and to *parental functions*, the latter constituting the context in which the resolution of the *Oedipus complex* takes place, which regards not only the child but also his/her parents. The author argues that the gender of the couple is not the determining factor in the identity-building process of the child's gender, which should be thought from complex identity and relational constructions. The paper also stresses the importance of distinguishing sexual choice, which may be diverse, from the identity issue, including gender identify which is not regarded from make male/female binarism. Furthermore, it develops metapsychological concepts regarding neutral gender and reflects upon the difference between sex and gender, sexual identity and choice of object, as well as upon the manifold manifestations of gender and their effects on the development of child subjectivity. *Difference* is not only sexual, it is identitary.

Keywords: Sexuality; Wish and pleasure; Ideal and Ego-strength; Gender and sexual identity; Choice of object; Function of the third and of recognition; Category of difference; Parental functions; Homoparentalities; Neutral gender/open gender

Resumen

La complejidad en la psicosexualidad y en la identidad

Eva Rotenberg piensa que, en el Siglo XXI, la psicosexualidad vio modificado el modo de expresión de la sexualidad y de las identidades de género, como efecto de un psiquismo que se construye en relación, interviniendo: la cultura, lo intrapsíquico, lo pulsional. Siendo las funciones actos psíquicos, abre nuevos conceptos psicoanalíticos, como la *función de terceridad* y de *reconocimiento*, en relación con la *categoría de diferencia* – organizador psíquico – y las *funciones parentales*, constituyendo éstas el contexto en el que se desarrollan las resoluciones del *complejo de Edipo* de los padres, no sólo del hijo. Muestra que el género de

la pareja no es factor determinante en la construcción de la identidad de género de los hijos, pensada desde construcciones relacionales identitarias complejas. Afirma que se debe diferenciar lo que llamamos la elección sexual, que puede ser diversa, de la problemática de la identidad, incluida la identidad de género que salió del binarismo hombre/mujer. Desarrolla conceptos metapsicológicos acerca del género neutro, y reflexiona la diferencia entre sexo y género; identidad sexual y elección de objeto, múltiples presentaciones de género y los efectos que producen en el desarrollo de la subjetividad de los hijos. La *diferencia* no es sólo sexual, es identitaria.

Palabras clave: Sexualidad; Deseo y placer; Ideal y fuerza egóica; Identidad de género y sexual; Elección de objeto; Función de terceridad y de reconocimiento; Categoría de la diferencia; Funciones parentales; Homoparentalidades; Género neutro-género abierto

Referências

- Agrest, B. (2010). Homoparentalidades: nuevas familias. En *Homoparentalidades, adopción, filiación* (Cap. 7, pp.121-126). Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Aulagnier, P. C. (1979). *Los destinos del placer: alienación, amor, pasión*. Buenos Aires: Paidós, 1994.
- Benjamin, J. (1997). *Sujetos iguales, objetos de amor. Ensayos sobre el reconocimiento y la diferencia sexual*. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- Bleichmar, S. (2010). La identidad como construcción. En E. Rotenberg y B. Agrest Wainer (Comp.), *Homoparentalidades: nuevas familias* (p. 33). Buenos Aires: Lugar.
- Bowlby, J. (1993). *El apego y la pérdida*. Barcelona: Paidós Iberica.
- Butler, J. (2004). *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós.
- Carrasco, A. M. (2010). El derecho a la identidad. En E. Rotenberg y B. Agrest Wainer (Comp.), *Homoparentalidades: nuevas familias* (Cap. 1, pp. 24-32). Buenos Aires: Lugar.
- Derrida, J. (1968) La différence. En *Theorie d'ensemble*, col. Quel. Paris: Ed. de Seuil.
- Deutch, H. (1949). Psicología de las mujeres. En publicación de *IPA Asociación Internacional de Psicoanálisis*.
- Foucault, M. (1986). *Historia de la sexualidad*. T II. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores.
- Foucault, M. (1991). *Historia de la sexualidad*. T III. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores.
- Foucault, M. (2007). *Los anormales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

- Freud, S (1923) La organización genital infantil (Una interpolación en la teoría de la sexualidad). En *Obras completas*, 19, pp.141 –149 Buenos Aires Amorrortu, 1992.
- Freud, S. (1905). Tres ensayos de teoría sexual. En *Obras completas*, 7. Buenos Aires: Amorrortu, 1978.
- Freud, S. (1914). Introducción al narcisismo. En *Obras completas*, (Vol. 14, pp.65-98). Buenos Aires: Amorrortu, 1992.
- Freud, S. (1915a). Un caso de paranoia que contradice la teoría psicoanalítica. En *Obras completas*, (Vol. 14, pp. 105-134). Buenos Aires: Amorrortu, 1992.
- Freud, S. (1915b). Un caso de paranoia que contradice la teoría psicoanalítica. En *Obras completas*, (Vol. 14, pp. 259-272). Buenos Aires: Amorrortu, 1992.
- Freud, S. (1919[1918]). Nuevos caminos de la terapia psicoanalítica. En *Obras completas*, (Vol. 17, p. 155). Buenos Aires: Amorrortu, 1992.
- Freud, S. (1919a). Lo siniestro/lo ominoso. En *Obras completas*, (Vol. 17, pp. 215-252). Buenos Aires: Amorrortu, 1992.
- Freud, S. (1919b). Pegan a un niño. En *Obras completas*, (Vol. 17, pp. 173-200). Buenos Aires: Amorrortu, 1992.
- Freud, S. (1920). Más allá del principio del placer. En *Obras completas*, 18. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.
- Freud, S. (1923). El yo y el ello. En *Obras completas*, (Vol. 19, pp. 3-66). Buenos Aires: Amorrortu, 1992.
- Freud, S. (1924). El sepultamiento del complejo de Edipo. En *Obras completas*, (Vol. 19, pp.177-178). Buenos Aires: Amorrortu, 1992.
- Freud, S. (1925). Algunas consecuencias psíquicas de la diferencia anatómica entre los sexos. En *Obras completas*, (Vol. 19, pp. 255-276). Buenos Aires: Amorrortu, 1992.
- Freud, S. (1931). Sobre la sexualidad femenina. En *Obras completas*, (Vol. 21, pp. 223-244). Buenos Aires: Amorrortu, 1992.
- Freud, S. (1932). Conferencia 31. Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis y otras obras. En *Obras completas*, (Vo. 22, pp. 53-74). Buenos Aires: Amorrortu, 1991.
- García Badaracco, J (1983) Reflexiones sobre el sueño y psicosis a la luz de la experiencia clínica Em: Ver. De Psicoanálisis- Vol. 40, N 4. Buenos Aires: Asociación Psicoanalítica Argentina. P 693-709
- García Badaracco, J. (1990). Las identificaciones y la desidentificación en el proceso analítico. En *Revista de Psicoanálisis- Buenos Aires*, 47(1): 84-102.
- García Badaracco, J. (2000). Antecedentes históricos de las terapias de grupo. En J. García Badaracco, *Psicoanálisis multifamiliar. Los otros en nosotros y el descubrimiento del sí mismo* (pp.21-31). Buenos Aires: Paidós.
- García Badaracco, J. (2006) El potencial no desarrollado em El pensamiento psicoanalítico de Freud. Ver de Psicoanálisis Vol 63, N 2 PP 289-309. Buenos Aires Argentina.
- García Badaracco, J. (2007). El mundo de las «interdependencias recíprocas». Trabajo inédito.
- Green, A. (1983). *Narcisismo de vida, narcisismo de muerte*. Buenos Aires: Amorrortu, 1993.

- Green, A. (2014). *El pensamiento clínico*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Jones, E. (1955). *Vida y Obra de Sigmund Freud*. Madrid: Anagrama Ediciones de Bolsillo.
- Kernberg, O. (1982). *Self, Ego, afecto y pulsiones*. *Journal of the American Psychoanalytical Association*, 30: 893-917.
- Kohan, H. (2011). *Diccionario de la sexualidad a partir del psicoanálisis*. Buenos Aires: Dunken.
- Kristeva, J. (1988). *Poderes de la perversión*. Madrid: Siglo XXI Editores.
- Kundera, M. (1994). *Los testamentos traicionados*. Barcelona: Tusquets.
- Lacan, J. (2009). El estadio del espejo como formador de la función del yo (Je) tal como se nos revela en la experiencia psicoanalítica. En *Escritos I* (pp. 99-105). México: Siglo XXI.
- Lacan, J. (2010). *El seminario de Jacques Lacan. Libro 5. Las formaciones del inconsciente*. Lanús: Paidós. (Publicado originalmente en 1957/8).
- Lacan, J. (2011). *El seminario de Jacques Lacan. Libro 20. Aun*. Buenos Aires: Paidós. (Publicado originalmente en 1972/3).
- Laplanche, J. (1996). *La prioridad del otro en psicoanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Marucco, N. (1999). *Cura analítica y transferencia: de la represión a la desmentida*. Buenos Aires: Amorrortu.
- McDougall, J. (1978). *Alegato por cierta anormalidad*. Buenos Aires: Paidós, 1990.
- McDougall, J. (1996). *Teatros del cuerpo*. Madrid: Ed. Julian Yebenes.
- Mikulincer, M., & Shaver, P. R. (2007). *Attachment Patterns in Adulthood: Structure, Dynamics and Change*. New York: Guilford.
- Morin, E. (1998) *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Ed. Gedisa.
- Rotenberg, E. (2010a). La homosexualidad y el deseo de un hijo: su impacto en la parentalidad. En E. Rotenberg, y B. Agrest Wainer (Comp.), *Homoparentalidades: nuevas familias* (Cap. 5, pp. 99-112). Buenos Aires: Lugar.
- Rotenberg, E. (2010b). Homoparentalidades, adopción y filiación. En E. Rotenberg, y B. Agrest Wainer (Comp.), *Homoparentalidades: nuevas familias* (Cap. 7, pp. 121-126). Buenos Aires: Lugar.
- Rotenberg, E. (2014). La función Parental verdadero *self*, base de la integración del yo. En *Parentalidades, Interdependencias transformadoras entre padres e hijos* (Cap. 2, pp. 37-70). Buenos Aires: Lugar.
- Rotenberg, E. (2016a). Padres del mismo sexo y pensar la génesis de la definición de género en los niños. En P. Alkolombe, y C. Sé Holovko (Comp), *Parentalidades y género* (pp. 139-146). Buenos Aires: Letra Viva.
- Rotenberg, E. (2017). Parenthood for same sex couples and gender definition in children. In *Changing sexualities and parental functions in the twenty-first century*. Edited by Candida Sé Holovko and Frances Thomson-Salo. Chapter nine pp. 117-132. London: Karnac.
- Rotenberg, E. y Agrest Wainer, B. (2007). *Homoparentalidades: nuevas familias*, Buenos Aires: Lugar.

- Spitz, R. (1965). *El primer año de vida del niño*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Stoller, R. (1975). *Perversion: the erotic form of hatred*. New York: Pantheon.
- Stoller, R. (1979). *Sexual excitement: dynamics of erotic life*. New York: Pantheon.
- Vaughan, S. (2018). *Entrevista filmada a Susan Vaughan por Eva Rotenberg*. Filmación entrevista inédita.
- Winnicott, D. (1960). Deformación del ego en términos de un ser verdadero y falso. (Cap. 4), *El proceso de maduración del niño*. Editorial Paidós, 1979.
- Winnicott, D. (1971). *Realidad y juego*. Buenos Aires: Gedisa.

Recebido em 16/04/2018

Aceito em 15/08/2018

Tradução de **Ernani Ssó**
Revisão gramatical de **Gustavo Czekster**
Revisão técnica de **Lúcia Thaler**

Eva Rotenberg
Ugarteche 3296-4 B
Buenos Aires – Argentina
e-mail: evarot@gmail.com

© *Eva Rotenberg*
Versão em português da Revista de Psicanálise – SPPA

Identidades sexuais e de gênero nas e nos adolescentes de hoje

Beatriz Janin,¹ Buenos Aires

A identidade sexual e a de gênero são construídas ao longo da infância e adolescência, sendo marcadas pelos desejos e proibições dos pais, pela história dessa família, pela maneira através da qual isto se inscreveu no sujeito e pelos valores da sociedade em que ele vive. Também a escolha de objeto sexual irá se configurar por meio de um percurso em que os rastros dos desejos dos outros e a trama edípica vai delineando escolhas possíveis, marcadas, por sua vez, por um meio sociocultural.

Palavras-chave: Identidade; Gênero; Escolha de objeto; Pulsões, Adolescência

¹ Psicóloga. Psicanalista. Diretora das especializações em Psicanálise com Crianças e em Psicanálise com Adolescentes da Universidade de Ciências Empresariais e Sociais (UCES). Professora de pós-graduação na Universidade Nacional de Rosario e na Universidade Nacional de Córdoba.

Nascemos com um corpo e somos identificados pelos outros como mulheres ou homens – atribuem a nós características ligadas à identidade sexual, compram-nos brinquedos compatíveis com tais características, vestem-nos de determinada maneira... Contudo, isto vai sofrendo mudanças ao longo da vida. Os outros nos enxergam de um modo e iremos nos vendo nesse espelho, mas poderemos modificar essa imagem...

Constituímo-nos como sujeitos não só em uma família, mas também em uma determinada sociedade, e nossos desejos e ideais serão modelados pelos valores dessa sociedade e também pelas representações sociais de feminilidade e masculinidade. Ao mesmo tempo, as representações de outras épocas continuam agindo em cada um de nós na medida em que vão sendo herdadas como normas e ideais que, muitas vezes, são incongruentes com o momento em que nos toca viver. Quer dizer, a identidade sexual, a identidade de gênero e a escolha de objeto sexual não estão dadas de início, mas são construídas ao longo da infância e da adolescência.

Nossos corpos e o olhar sobre eles foram modelados conforme a representação que se tem deles. Vemo-nos de acordo com a representação social de gênero, de beleza e de saúde de cada família e de cada época.

Tal fato nos leva a pensar as novas formas que a sexualidade toma nos adolescentes de hoje como efeito do intercâmbio das pulsões, identificações e proibições que cada um pôde forjar no âmbito da imbricação dos legados familiares, das marcas que as vivências foram deixando neles e na sociedade em que vivem (em especial o grupo social de que fazem parte). História pessoal, familiar, transgeracional e social se entrelaçam na estruturação subjetiva.

E há algo que precisamos levar em conta quando falamos de adolescência: é a época da vida em que os valores sociais, o grupo de iguais e o suporte narcisista do meio ganham maior importância. Ao abandonar a imagem idealizada dos pais, já não é suficiente a sua aprovação e, então, será necessário que outras instâncias (grupos de iguais, escola, clubes...) valorizem essa ou esse adolescente.

Da época vitoriana à atualidade ocorreram várias transformações, principalmente no lugar da mulher. Isto leva a muitas defasagens entre o que os pais e adultos em geral esperam e o que os adolescentes vivem como desejável. Na década de 60, os pais se espantavam com a liberdade sexual das filhas e, hoje, se horrorizam com a bissexualidade e com o sexo “*touch and go*”.

Há contradições que surgem como resultado destes ideais contrapostos: ao mesmo tempo que, no funcionamento psíquico de muitos homens, continua se seguindo com a oposição infantil mulher-mãe-virgem e mulher-sexuada-prostituta,

as mulheres vão se definindo como seres desejantes, circunstância que cria sérias dificuldades nos vínculos intersubjetivos e na transmissão de modelos para ambos os sexos. O homem conquistador decai, algo que deixa muitos meninos e adolescentes sem representações claras da masculinidade.

Talvez o fato de que as e os adolescentes de hoje acham que podem escolher se querem estar com alguém do mesmo sexo ou do sexo oposto – e que também podem se transformar em homem ou mulher conforme assim desejem –, implique propor novos caminhos como um modo de inventar formas alternativas para recobrar o erotismo em um mundo em que, nas palavras de Byung-Chul Han (2014), o Eros desapareceu diante da imposição do lucro.

É possível que, em um mundo no qual prevalece a sobrevivência, os adolescentes ampliem as margens de suas escolhas.

Tal constatação abre perguntas: é a busca do idêntico a si mesmo ou é a ampliação do mundo? É uma expressão de “não há limites para meus desejos”, com aquilo que existe de mortífero em uma certeza que anula a possibilidade de desejar, ou temos que pensar nisso como uma busca para encontrar o outro de um modo diferente, apagando os estereótipos clássicos?

Também podemos pensar que, em uma época em que *vale tudo* e se anulam as fronteiras entre o desejado e o possível, as fantasias necessitam se tornar realidade.

Indubitavelmente, encontramos-nos diante de uma espécie de mudança muito importante.

Por um lado, fica visível algo que a clínica vem nos mostrando: a biologia não é destino, e não determina nem o gênero nem a escolha do objeto sexual.

E, ao mesmo tempo, está se colocando em jogo grande parte daquilo estabelecido como *dado* em relação à escolha de objeto. Muitas pessoas propõem a escolha de outras *personas* independentemente de sua identidade sexual. Assim, uma frase que escuto com frequência no consultório é: “Não sou lésbica. Eu não estou apaixonada por uma mulher, e sim por ‘ela’. Outra hora posso me apaixonar por um homem”.

Mas, como psicanalistas, sabemos que há uma história pessoal entrelaçada com a história social, algo que marca e que leva cada sujeito a ir forjando seu próprio caminho. Os modelos de identificação são transmitidos muito antes de que a criança tenha ideia de tempo e de história. Os heróis de seus pais e desse grupo social terão um peso importante em suas escolhas.

Talvez algumas destas questões possam ser vistas na consulta de um menino de cinco anos: os pais de A trazem-no para a consulta porque o menino tinha ataques de fúria. Muito inteligente, não possuía bons vínculos com os outros meninos

e apresentava dificuldades para evacuar no vaso sanitário. Os pais haviam se separado já fazia algum tempo. O pai falava pouco e devagar, quase podia passar despercebido, em um tom de tristeza permanente. Em algum momento, pôde dizer que tem ideias suicidas. A mãe, muito vital, ocupava o espaço e tomava todas as iniciativas. O vínculo entre ambos era harmônico e carinhoso, mas totalmente assexuado. Uma das preocupações do pai (não da mãe, que aceitava a coisa como uma das características de seu filho sem manifestar preocupação) era que o menino preferia as brincadeiras com bonecas, queria se vestir como menina e experimentava constantemente a roupa da mãe. Nas sessões, insistia no assunto: “Quero ser uma menina. Gosto mais de ser menina”.

Trabalhamos durante um bom tempo, tanto com o menino quanto com os pais. O menino foi se sentindo muito melhor, e as agressões e as dificuldades para evacuar cederam, mas insistia em sua preferência de se vestir como mulher, embora deixasse de dizer que queria ser “menina” e se relacionasse melhor com outros meninos.

A análise terminou quando o menino tinha 8 anos. Nesse momento, ele se vestia de modo masculino e estava contente, com amizades de ambos os sexos e um rendimento acadêmico muito bom na escola. Falava de que havia desejado ser mulher como algo do passado, de sua infância, e podia refletir sobre diferentes assuntos. Tinha mais independência de ambos os pais, e o grupo de amigos e amigas ganhara maior importância.

Dez anos depois, voltaram a me pedir uma consulta. A já era um adolescente, apresentava um desempenho escolar brilhante e vinha fazendo escolhas homossexuais, algo revelado aos pais quando tinha dezesseis anos, sentindo-se muito aliviado por falar. A mudança de gênero deixara de ser uma questão, bem como a ideia de se vestir com outras roupas. Definia-se como homem com uma escolha de objeto clara. Depois que o adolescente revelou a sua escolha de objeto sexual, o pai contou para a ex-mulher e para o filho que ele fizera o mesmo tipo de escolha.

Podemos pensar: com quem este menino podia se identificar durante sua infância quando a mãe aparecia como poderosa e vital, ao passo que o pai mostrava a sua debilidade psíquica? Como forjar seu Ego-pele se não com as roupas maternas? Isto foi cedendo, e o menino não necessitou manter uma identidade feminina como identidade de gênero, mas sim uma escolha de objeto homossexual, o que, por outro lado, denotava a identificação com o pai e seus aspectos ocultos. Penso que, ao deixar esta trajetória se desenrolar, o fato de não ter proibido as escolhas de A foi facilitado pela análise, mas também por uma época em que a equação sexo biológico-gênero-escolha sexual declinou socialmente. É um aniquilamento de

diferenças baseado na desmentida ou é um novo modo de conceber as diferenças?

Podemos dizer que qualquer época cria identidades de gênero e sexuais por diferentes vias de identificações.

Em outros tempos, as mulheres que queriam mostrar sua produção, ou se destacar em alguma área, vestiam-se de homens. Assim, para ser correspondente de guerra, médica ou músico de *jazz*, existiram mulheres que tomaram a identidade de homens. Respondiam a uma diferença que se baseava na ideia de superioridade do homem sobre a mulher, e isto levava a muitas proibições para as mulheres trabalharem em quase todos os âmbitos públicos. Nesse momento, ser homem, transformar-se no outro sexo tomando emprestadas suas roupas e seus nomes, era uma atitude de independência. Nos dias de hoje, existem meninas que querem ser meninos porque continuam sentindo que os homens gozam de uma liberdade que lhes é negada. Contudo, o que desejam não é estritamente a masculinidade, e sim as suas vantagens sociais (principalmente em famílias tradicionais).

Como compreender o que acontece a um adolescente que diz: “Eu quero ser menina” (sendo homem) ou “Eu quero ser homem” (sendo menina)? Acredito que o mais importante seja pensar, caso a caso, em quais são as possíveis vicissitudes que levaram a estas ideias, sensações, afetos... Dissemos que, na representação que cada um possui acerca de si mesmo como ser sexuado e pertencente a um gênero, significou um papel importante não só o olhar que os pais tiveram sobre uma ou outro, mas também seus desejos inconscientes e as representações a partir das quais eles situam a diferença entre homens e mulheres.

Histórias múltiplas... e valores sociais, além de identidades vistas como positivas nesse grupo social, modelos e heróis desse momento histórico, também são elementos que vão oferecer identificações possíveis às e aos adolescentes.

Não é estranho que uma menina manifeste o seu desejo de ser menino porque sente que o mundo foi forjado para os homens.

Assim, uma menininha de onze anos, de uma pequena cidade do interior, pede reiteradamente para ser homem. Quando pode falar com a psicanalista, conta que, em casa, o único que possui um lugar é seu irmão, que deixam-no escolher qual esporte praticar, que permitem a ele decidir sobre seu futuro e que ele tem liberdade para dizer o que pensa. Com ela, todo o tempo insistem que, em sendo menina, “precisa ser submissa, simpática e calada”.

Uma paciente de nove anos me diz: “É melhor ser menino, porque as brincadeiras das meninas são chatas. Os meninos se divertem mais e dizem que as brincadeiras deles são para homens para que a gente não brinque. Por isso, eu preferia ser menino”. Não são meninas que querem mudar de gênero nem de sexo,

embora às vezes se expressem dessa maneira. Elas não querem se submeter ao lugar que sentem ser reservado para as mulheres pela sociedade.

Mas também existem meninos que querem ser mulheres. Como pensar isso? Falei de considerar caso a caso. Em algumas situações, o menino conseguiu se forjar com uma representação de si mesmo como menina (ou ao contrário), e isto pode ter acontecido naqueles casos em que outros desejaram que ele fosse menina. Tal circunstância é bastante frequente em situações em que as mães dizem: “Desde que era bebê eu me dei conta de que ele queria ser uma menina”. Nessas ocasiões, costuma incidir muito o peso do olhar materno e dos seus desejos. No entanto, existem outras situações que podem ser diferentes. Por exemplo, há meninos que necessitaram se recobrir com uma pele diferente da que seu corpo lhes dava, cobrir-se com a pele de um outro corpo para ter algum. Talvez por dificuldades em seus primeiros momentos, na construção narcisista, na possibilidade de uma representação de si mesmo como alguém inteiro, precisaram (tendo um corpo de homem) se identificar principalmente com a mãe, recobrando-se com sua pele diante da dificuldade em incorporá-la de outro modo.

Silvia Bleichmar (2006), falando a respeito de um menino que pedia a mudança de identidade sexual, afirma:

Como analista, considero que o transtorno de identidade sexual de Agustín é efeito de vicissitudes em que não podem ser ignorados nem os traumatismos precoces nem os sentimentos intensos de solidão que o levaram a constituir uma identificação na própria fronteira do Ego com o objeto mãe, como um modo de se proteger de um déficit profundo na constituição das identificações primárias. Podemos supor, a partir do relato dos pais, que, nesses primeiros tempos, não ocorreram as condições adequadas para exercer os cuidados psíquicos que lhe teriam permitido a constituição de invólucros simbólicos apropriados, mas, ao mesmo tempo, devemos sublinhar que aspectos potencialmente fecundos, tanto do menino quanto de seus pais, evitaram a desestruturação psíquica e criaram condições para esta “restituição precoce” que deu origem a um aparato psíquico bem articulado, sem déficit cognitivo nem emocional (p. 151).

A partir da psicanálise, a questão é ver quais são os mecanismos de produção de uma subjetividade sexual.

Judith Butler (2007) diz: “A psicanálise pode servir como uma crítica da adaptação cultural e também como uma teoria para compreender as maneiras

através das quais a sexualidade não se amolda às normas sociais que a regulam” (p. 32).

Assim, o desejo sexual acaba se dirigindo para objetos e encontra modos de satisfação que escolhe entre os propostos socialmente, mas, ao mesmo tempo, pode ser totalmente forçado para se enquadrar nessas propostas e normas.

Então, em primeiro lugar, precisamos pensar que a identidade sexual e de gênero são construídas. Nascemos com uma determinada anatomia, mas isso não determina por si só quem e como somos, quais desejos nos movem.

Eu diferencio a constituição da sexualidade da estruturação da identidade de gênero, considerando-as como caminhos distintos, embora entrecruzados. Podemos afirmar que a identidade de gênero é prévia à identidade sexual, principalmente no que tange à escolha de objeto sexual, que corre por outros trilhos.

Se pensarmos na constituição psíquica, podemos ver que o primeiro passo é a abertura de zonas erógenas. Como isto acontece? Por que uma zona é erotizada e outra não? Penso que isto corresponde aos desejos inconscientes dos pais ou daqueles que cumprem essa função, os quais, sem se dar conta, vão forjando um caminho de carícias e de proibições. É fundamentalmente a sexualidade materna (ou de quem cumpre essa função) que estará em jogo na investitura das diferentes zonas do corpo como zonas marcadas pelo prazer ou pela proibição.

Este caminho de carícias, que dá lugar às pulsões sexuais, sempre disruptivas, precisa ir se abrindo e se complementando com a ternura, que unifica e ajuda a consolidar, enquanto situa o outro como totalidade e como outro.

Então, a sexualidade se inscreve na criança por irrupção nela da sexualidade do outro, que, ao satisfazer a pulsão de autoconservação, produz um *plus de prazer* capaz de permitir a abertura de um território diferente. É ao afirmar a autoconservação que a pulsão sexual se constitui. Não se buscará mais somente a satisfação da necessidade, mas reencontrar um prazer que se relaciona com odores, sabores, contatos... Nesse caminho, a pulsão sexual vai sendo forjada, constituindo um conjunto anárquico de pulsões que lutam para se satisfazer sem ter coerência entre si. Ao longo de um trajeto complexo no qual são muitos os participantes, as pulsões acabam por se organizar, com preeminência de uma por vez, buscando diferentes objetos... embora estes objetos costumem ter algum traço em comum. São as marcas que insistem em uma busca incessante... Estas pulsões parciais, em sua impulsão, atacam a representação unificada de si, em uma luta sem quartel entre o Ego e os desejos...

Na infância, constituem-se de forma gradativa não apenas as zonas erógenas (que podem implicar diferentes zonas do corpo) como as representações de objeto que satisfazem os desejos (a partir da inscrição de aspectos, marcas e traços).

Entretanto, isto não é estático. Na adolescência, um tanto disto se organiza-desorganiza, estrutura-desestrutura... e vão se buscando novos objetos, muitas vezes sobre inscrições anteriores. Quer dizer, a escolha de objeto é resultado de um longo percurso em que a sexualidade e as proibições dos outros ganham um lugar fundamental. Desejos e repressões são transmitidos além da vontade, expressando-se através de gestos e alusões daqueles que foram investidos pela criança.

Toda menina e todo menino nasce e vai se forjando com outros, que lhe concedem um lugar em sua própria conflituosidade edípica. Ou seja, muito antes que ele assuma um papel na estrutura triangular, fará parte dessa trama que o antecede. Esse momento vai ser fundamental na escolha de objeto sexual. No entanto, sabemos que a conflituosidade edípica se reatualiza na adolescência e, por conseguinte, esse momento pode por sua vez modificar a escolha, levando ao encontro de novos caminhos.

Ao mesmo tempo, a identidade de gênero, como toda identidade, é estabelecida por inscrição simbólica. Não pela natureza nem pela biologia, mas pelo olhar que os outros devolvem ao sujeito infantil e pelos valores que eles atribuem a cada gênero.

Quer dizer, temos que pensar acerca de quais são os fantasmas dos pais em relação à identidade de uma menina ou um menino, aquilo que é proposto como característico de um gênero de acordo com suas próprias experiências e fantasias, e a quem eles enxergam quando olham para esse menino ou menina.

O que é um menino para essa mãe e para esse pai? O que é uma menina para eles? Quais são os atributos de cada um e o que é esperável e valioso?

Aqui entra em jogo a narcisação do sujeito. Para ser amado, valorizado e ocupar um lugar, isto terá que acontecer de determinado modo e mediante o cumprimento de certos ideais, os quais podem expressar o que esse grupo social valoriza. Ou seja, expressão dos ideais sociais.

Então, as representações conscientes e inconscientes dos pais sobre a feminilidade e sobre a masculinidade, os desejos postos em jogo com essa filha ou esse filho, assim como seus ideais, terão um lugar nisto e se entrelaçarão com os valores e ideais sociais.

Pode-se dizer, assim, que determinação social, representação narcisista e sexualidade inconsciente do outro se conjugam na atribuição de gênero.

Ao mesmo tempo, o Ego se constitui com a diferença entre as três instâncias e como um conjunto de representações nas quais os atributos de gênero ocupam um lugar importante.

Se pensamos que o objeto da pulsão, assim como os modos através dos quais ela se satisfaz, se constituem em uma história (que não é somente individual

mas social), se pensamos na transmissão transgeracional... a complexidade estará em jogo.

Então, a identidade tanto sexual como de gênero se constitui não por cópia imediata dos desejos ou das identificações parentais, mas por meio de um movimento em que esses desejos, essas representações, terão um lugar privilegiado, mesmo quando serão metabolizados e, portanto, transformados pela própria criança.

Geralmente a identificação não se dá com o *objeto real*, mas sim com as representações e ideais materno-paternos. Por outro lado, dissemos que o gênero é anterior à escolha sexual e que ambos podem não coincidir entre si.

Depois que a identidade de gênero se estabilizou, quando o sujeito forjou uma representação de si mesmo com essa condição, modificá-la pode levar a uma desestruturação psicótica, afirma Silvia Bleichmar (2006).

Mas, quando se estabiliza? Na primeira infância, na adolescência ou mais tarde?

Parece-me que esta é uma das perguntas que devemos nos fazer, e para a qual não acredito que exista uma resposta geral, mas uma diferente para cada sujeito.

Considero que devemos levar em conta que, embora algo disto vá se definindo na primeira infância, nenhuma escolha é inalterável, nem a de objeto sexual nem a de gênero, durante os primeiros anos da vida. Enquanto sujeito em estruturação, toda menina e todo menino têm possibilidades abertas, e a adolescência assinala – para todos – um momento chave na ressignificação da própria história.

Podemos pensar, então, que estas novas sexualidades e estes novos modos de encarar a vida sexual estão não só determinados por toda uma história pessoal, mas também facilitados pelas situações sociais.

O que acontece com tudo isto na adolescência? Como pensar a entrada da genitalidade a partir desse conjunto pulsional que então se depara com um corpo diferente e com os emblemas sociais? Como pensar nas dificuldades próprias da assunção de um gênero e de uma escolha de objeto sexual nesses momentos?

Também é preciso levar em conta que, nessa época da vida, é possível estabelecer uma ruptura com as imposições parentais, e que ela pode ser necessária para forjar um caminho próprio. Ruptura, aliás, que pode ocorrer com diferentes aspectos da vida dos pais, seus ideais e suas imposições.

Podemos nos perguntar: um adolescente é homossexual porque escolhe um parceiro do mesmo sexo? Ou será que denominar como homossexual uma ou um adolescente é pôr-lhe um rótulo, confundir uma escolha transitória com uma definitiva, impedir que forje seu próprio caminho e que experimente diferentes possibilidades de satisfação sexual?

A ideia de um *iniciador* do mesmo sexo é antiga. É frequente que mulheres e

homens busquem um começo de beijos e carícias com um igual, mais tranquilizador que o diferente. Não há algo disso na proliferação de escolhas homossexuais como primeira relação? E esta escolha pode ou não continuar. Hoje, o habitual é que os adolescentes flutuem entre uma escolha heterossexual e outra homossexual.

Por outro lado, é importante o que os adolescentes dizem: “Não escolho homem ou mulher. Escolho pessoas”. Tal afirmação, com todas as implicações dela advindas, é importantíssima para pensar a respeito destas questões. Negam a diferença sexual ou apontam outras diferenças? Por exemplo, vi muito nas adolescentes (que estão fazendo estas flutuações de forma mais aberta, principalmente em setores sociais médios) a defesa da escolha de alguém que “não seja violento”, sentindo que os homens podem violentá-las. De modo algum poderia se confundir feminismo com lesbianismo, mas a luta contra a violência praticada pelos homens em relação às mulheres e a briga por um lugar no mundo leva muitas adolescentes a buscarem, inúmeras vezes transitoriamente, uma pessoa que lhes garanta a ternura.

Somos nós, os adultos, que em muitas ocasiões cristalizamos a escolha ao denominar como *homossexual* ou *lésbica* a pessoa que está buscando diferentes formas de encontro com o outro e, principalmente, algum modo de encontrar a si mesma, de ser alguém.

Somos nós, os adultos, que não podemos tolerar estas flutuações e tratamos de fixar de algum modo o que acontece.

Ao mesmo tempo, os adolescentes flutuam entre pensar as relações como eternas (ao estilo Romeu e Julieta) ou supô-las como absolutamente transitórias. Podem *ficar* com muitas e muitos ao mesmo tempo e podem se entregar a alguém sem condições. As possibilidades são infinitas e as mudanças também, nesse momento da vida em que tudo é busca e descoberta.

Além disso, se pensamos que a sexualidade está se constituindo desde o nascimento, é na adolescência que esse percurso sofre uma reorganização fundamental: os órgãos sexuais ganham outro sentido – com as mudanças corporais e a explosão hormonal, a representação do sexo passa a adquirir outro lugar, e isto produz uma transformação no modo como é visto e se vê. Tal fato, por si só, já traz muitos problemas. Sensações de vergonha e, ao mesmo tempo, desejos de se exibir para ser olhado por todos, desconforto consigo mesmo, sensações de insegurança externa – que lugar tem o sexo e o amor nesses momentos se não é como reforço narcisista, busca de outro que sustente e forneça um outro corpo capaz de servir como abrigo?

Por outro lado, se dizemos que o objeto sexual e os modos de satisfação

pulsional estão se forjando desde a infância, a adolescência marca uma nova estruturação que possibilita outras escolhas... ou não.

Por outro lado, insisto que, em uma época na qual todos supõem que “tudo é possível” e que “é preciso experimentar tudo”, por que não experimentar estar com o outro sexo assim como se experimentam tantas outras coisas? E ainda mais se isto implica uma oposição aos desejos manifestos dos pais. É certo que, às vezes, um dos pais possui desejos inconscientes de homossexualidade ou existem homens que empurram o filho para a homossexualidade porque não suportam a presença de outro homem na casa e, então, o difamam e submetem... Entretanto, isto pode levar a uma heterossexualidade com complicações ou a outro tipo de dificuldades, e também pode conduzir tanto a uma escolha de gênero diferente como à escolha de um objeto sexual do mesmo sexo.

Não podemos pensar nada como causa-efeito único e direto. Contudo, podemos pensar nas múltiplas possibilidades decorrentes de todas as variações que podem estar em jogo na constituição subjetiva, sem patologizar nenhuma escolha (exceto as que conduzem a um sofrimento intenso para o sujeito ou as que supõem quebra de normas éticas porque levam outro indefeso ao sofrimento, como é o caso dos atos de abuso sexual).

Então, identidades, sexualidades, gênero... todas são construções que ocorrem ao longo da estruturação psíquica. A tarefa dos psicanalistas é acompanhar, escutar e trabalhar as vicissitudes da constituição psíquica sem impor nossas próprias certezas, que certamente vão estar sustentadas por nossa própria história. □

Abstract

Sexual and gender identities in today's adolescents

Sexual and gender identities are constructed throughout childhood, early adolescence and adolescence, and are marked by the parents' wishes and prohibitions, by the history of that family, by the way in which this was inscribed in the subject and by the values of the society in which he/she lives. The choice of sexual object will also be shaped by a journey in which the traces of other people's wishes and the Oedipal plot delineate possible choices, which are marked in turn by a socio-cultural environment.

Keywords: Identity; Gender; Choice of object; Drives; Adolescence

Resumen

Identities sexuales y de género en las y los adolescentes de hoy

La identidad sexual y la de género se construyen a lo largo de la infancia, la niñez y la adolescencia, marcadas por los deseos y prohibiciones de los progenitores, por la historia de esa familia, por el modo en que esto se inscribió en el sujeto y por los valores de la sociedad en la que vive. También la elección de objeto sexual va a ir conformándose en un recorrido en el que las huellas de los deseos de los otros y la trama edípica va delineando elecciones posibles, marcadas a su vez por un entorno sociocultural.

Palabras clave: Identidad; Género; Elección de objeto; Pulsiones; Adolescencia

Referências

- Bleichmar, S. (2006). *Paradojas de la sexualidad masculina*. Buenos Aires: Paidós.
- Butler, J. (2007). *El género en disputa*. Barcelona: Paidós Studio 168.
- Byung-Chul Han. (2014). *La agonía del Eros*. Buenos Aires: Herder Editorial.

Recebido em 25/06/2018

Aceito em 12/09/2018

Tradução de **Ernani Ssó**
Revisão técnica de **Gustavo Czekster**
Revisão técnica de **Edgar Diefenthaler**

Beatriz Janin

Av Córdoba 3431 – 4º “A”
1188 – Ciudad Autónoma de Buenos Aires – Argentina
e-mail: beatrizjanin@gmail.com

© *Beatriz Janin*

Versão em português da Revista de Psicanálise – SPPA

A sexualidade na psicanálise: reflexões a respeito da dualidade, do gênero e da homofobia¹

Edilene de Lima,² Maringá

Este trabalho tem por objetivo discutir elementos que compõem os conceitos de sexo, gênero e sexualidade, privilegiando a teoria e o método da psicanálise. Para a psicanálise, a sexualidade não equivale ao sexo, mas trata-se de um complexo, abrangente de toda a vida psíquica, em constante movimento no indivíduo e na cultura. No entanto, a fluidez da sexualidade provoca desarranjos nas ilusões de continuidade e estabilidade tanto da identidade quanto da vida afetiva. Toda forma de sexualidade inclui renúncias e frustrações à vida psíquica. Levanto a hipótese de que a homofobia pode ser entendida como uma defesa frente à fluidez da sexualidade, despertando partes perversas que julgam e condenam em desconsideração ao outro.

Palavras-chave: Psicanálise; Sexualidade; Homofobia

¹ Uma versão deste trabalho foi apresentada no II SIES – Seminário Internacional de Educação Sexual – em Maringá, em 2011, e consta nos anais do evento.

² Psicóloga clínica, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Professora do Curso de Graduação de Psicologia do Centro Universitário Ingá (UNINGÁ).

A psicanálise toma como premissa a dualidade, termo usado para descrever a concepção explicativa baseada na presença de dois princípios opostos, inconciliáveis entre si e incapazes de uma síntese final. Freud viveu e produziu dentro do paradigma da ciência moderna, hegemônico até hoje e que raciocina por dicotomias, opondo, por exemplo, natureza x cultura, sentimento x razão, corpo x mente. Essa dualidade favorece o modelo médico que opõe saúde x doença, bem como o modelo moral certo x errado.

De que forma a psicanálise articula a polarização na descrição de conceitos e funcionamento psíquico? Que recursos e limitações podem advir dessa premissa? Proponho apresentar reflexões sobre essa questão especificamente no que diz respeito ao tema da sexualidade. Pretendo, ainda, explicitar as relações existentes com as questões de gênero e compreensões sobre o fenômeno da homofobia.³

O caminho que proponho se inicia por procurar os elementos que compõem os conceitos de sexo, gênero e sexualidade, assim como as suas implicações e repercussões para, então, pensar os desvios. A seguir, será analisada a sexualidade que, para a psicanálise, não equivale ao sexo, mas, ao contrário, trata-se de um complexo, abrangente de toda a vida psíquica, em constante movimento no indivíduo e na cultura. Ao final, levanto a hipótese que a homofobia pode ser entendida como uma defesa frente à fluidez da sexualidade.

Sexo, gênero e sexualidade

O sexo é definido pelo vértice biológico, anatômico. Ao menos na grande maioria dos casos, é possível que a dualidade seja suficiente nessa definição, presença/ausência de pênis ou presença/ausência de vagina. No entanto, fica excluído dessa estereotipia o intersexo. A pesquisadora americana Anne Fausto-Sterling (Sanchez, 2003) estima que um a cada 1.500 bebês nasce com alguma variação no desenvolvimento genital. É um número bastante superior, por exemplo, ao de nascimento de albinos, estimado em um a cada 17.000. Essas variações podem ocorrer nos órgãos genitais externos ou nas gônadas, e escapam à possibilidade de definir se o bebê é menino ou menina. É preciso considerar, ao menos, mais um sexo, um terceiro sexo. Contudo, dentro das combinações dos caracteres genitais, os especialistas preferem considerar de 5 a 9 sexos possíveis. Se pensarmos uma

³ Homofobia é um termo utilizado para identificar o ódio, a aversão ou a discriminação de uma pessoa contra homossexuais, podendo incluir formas sutis, silenciosas e insidiosas de preconceito e discriminação.

linha em que, do ponto de vista anatômico, nos dois extremos estão o masculino e o feminino, é possível perceber que há uma margem significativa de variação entre os pólos.

No caso dos bebês e crianças intersexo, as associações de familiares e profissionais orientam cautela no que diz respeito à orientação corrente de cirurgia para extirpar parte dos órgãos genitais ao procurar uma definição de sexo, masculino ou feminino. No caso do intersexo, uma das consequências das variações anatômicas é que o sexo pode ser definido posteriormente, guiado pelo gênero, que se relaciona à identidade, a maneira através da qual a pessoa se sente ou se percebe. A constituição da identidade, definida como a sensação de um Eu relativamente unificado, separado e diferente do outro, passa pela definição sexual.

Laplanche, em seu trabalho *O gênero, o sexo, o sexual* (2006), questiona se incluir o termo gênero na psicanálise não seria uma espécie de recalque do sexual-pulsional, a descoberta vital da psicanálise. Diz que a ideia já estaria presente em Freud que, no entanto, não usa a palavra, pois não existe termo equivalente na língua alemã. Sobre Freud, afirma:

Encontramos o enigma da masculinidade-feminilidade nos dois extremos da evolução que leva ao estado adulto. No adulto se trata do enigma de algo que não é puramente biológico, nem puramente psicológico, nem puramente sociológico, mas uma curiosa mistura dos três (Laplanche, 2006, p. 5).⁴

Laplanche trata o gênero como a convicção do indivíduo de pertencer a um dos dois grupos sociais, definidos como masculino ou feminino. Apesar de subjetivo, o gênero é construído cultural e socialmente, como uma prescrição contínua dos adultos importantes na vida da criança. Um processo que se estabelece até os dois anos de idade, anterior à percepção das diferenças sexuais anatômicas, em que a criança se vê incluída num determinado grupo e passa a se sentir homem ou mulher. Não é *natural* ou determinado pelo biológico, e sim na relação com os pais. Estes comunicam - consciente e inconscientemente - suas expectativas e concepções acerca do gênero da criança.

Ramos (2008), em seu livro *Histeria e psicanálise depois de Freud*, aponta autores, especialmente Nitza Yarom, que validam a ideia de gênero no estudo da histeria e da sexualidade. Ao propor uma síntese, a autora se depara com a polarização de teorias, acabando por dar às ideias um tratamento de composição e de complementariedade. Propõe uma espécie de integração da importância de aspectos pré-edipianos (representados pelas teorias que priorizam a relação

⁴ N.R.: Tradução livre.

mãe-bebê na constituição do psiquismo) e os aspectos edipianos (representados pelas teorias que enfatizam os elementos do complexo de Édipo como matriz dos significados do sujeito) na questão da sexualidade. Esta continua sendo primária, com manifestações primitivas, “mas também pode ser vista como defesa ou, ainda, como integração do edipiano com o pré-edipiano” (Ramos, 2008, p. 216). Masculino e feminino são considerados como forças libidinais que podem ser observadas de forma mais ampla nas relações em geral.

Mas o masculino e feminino não são categorias ou definições estanques. Como forças, ambos se combinam e produzem arranjos bem variados. Se levarmos em consideração a possibilidade de definição da sexualidade por pólos, perceberemos que, entre eles, há uma gama de possibilidades e mesclas, fato que pode inclusive nublar os contornos das próprias definições. Assim, a dualidade nos serviria como um orientador e, se interpretada como extremos que criam um campo intermediário, poderia ampliar a margem de pesquisa e de observação. No entanto, tal campo intermediário parece exigir do observador certa abstenção, ou um tipo de suspensão fenomenológica, quanto aos padrões sexuais pré-estabelecidos.

No texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1905) coloca a sexualidade com seu início na infância e define o desenvolvimento humano como psicosexual. Desde aqui fica evidente que, para a psicanálise, a sexualidade constitui um complexo, de contorno pouco claro, que pode incluir o sexo e a atividade sexual ou sensual. A noção de libido é utilizada pelo autor como energia sexual de vida, capacidade criativa, desejo, distinguindo-se da experiência ou vivência genital, ou seja, da genitalidade. Desde o nascimento, a criança percebe como gratificante, prazeroso, receber atenção para as suas necessidades básicas. As diferentes zonas do corpo vão sendo investidas de energia e excitação, proporcionando o desenvolvimento da sexualidade infantil, cuja base inicial é justamente essa atenção. No entanto, tal prazer não fica restrito à saciedade física, pois as zonas corporais se tornam fonte e alvo de fantasias e de manifestação de desejo.

Freud procura definir os desvios ou aberrações sexuais, separando dois aspectos. Primeiro, considera os desvios em relação ao *objeto sexual*, entendendo objeto como a pessoa a quem o desejo é dirigido, e define como normal a escolha pelo sexo oposto ao do indivíduo. Além disso, adota o termo inversão para a escolha do mesmo sexo. Freud descarta as teorias de degenerescência e o caráter congênito para explicar a natureza da sexualidade invertida. Considera que a sexualidade é determinada por múltiplos fatores e que isso se reflete por meio da variedade das atitudes sexuais com que os seres humanos podem se manifestar e se expressar. Em uma das notas acrescentadas em 1915, procura afastar a homossexualidade

como característica patológica, dizendo que “[...] as ligações libidinosas com pessoas do mesmo sexo desempenham um papel tão importante como fatores na vida psíquica normal, e mais importante como causa da doença, quanto ligações idênticas com o sexo oposto” (Freud, 1969a, p. 36).

A sexualidade teria que ser pensada na sua pluralidade multifacetada e a escolha de objeto não poderia ser tomada como algo patológico *a priori*. Essa ponderação é apresentada por McDougall (1997) quando ela propõe o termo *soluções neo-sexuais* para aquilo que é considerado desviante ou sintomático nas sexualidades. Reforça a ideia de que se trata de homossexualidades, heterossexualidades e sexualidades auto-eróticas, cujas manifestações e dinâmicas variam tanto que necessitam ser pensadas no plural e que não devem ser tomadas sintomáticas ou assintomáticas aprioristicamente.

Na tentativa de rever termos carregados de moral, Jurandir Freire Costa (1992) propõe o termo homoerotismo para designar as pessoas que têm como objeto de desejo pessoas do mesmo sexo. Os motivos estão expostos em seu livro *A inocência e o vício*, em que realiza um resgate histórico e relaciona o uso do termo homossexual ao século XIX e à qualificação desses sujeitos como moralmente inferiores. Prefere a noção de homoerotismo ao invés de homossexualidade ou homossexualismo: “Homoerotismo é uma noção mais flexível e que descreve melhor a pluralidade das práticas e desejos dos homens *same-sex oriented*” (Costa, 1992, p. 21). Esta outra palavra possui a vantagem de marcar o afastamento da ideia de essência ou estrutura, de traços comuns ou uniformes em todos os homossexuais. Além disso, afasta-se da noção de desvio, doença, anormalidade ou perversão.

O segundo aspecto considerado por Freud para descrever os desvios sexuais encontra-se relacionado ao *objetivo sexual*. O objetivo final seria a cópula, união dos genitais a fim de descarga de excitação sexual. O caminho do desenvolvimento psicosexual é marcado por fases que se iniciam na oralidade, passam pela analidade e se encaminham à resolução na fase genital. No entanto, o uso de outras zonas do corpo, como tocar, olhar ou beijar, atividades que poderiam ser consideradas desviantes ou perversões, constituem formas de prazer por si próprias e, ao mesmo tempo, integram o conjunto de excitações sexuais. Nesse caso, qual seria, então, o desvio? O objetivo de descarregar a excitação sexual com a atividade de união dos genitais fica pervertido. Freud vai considerar perversões as atividades que se distanciam do objetivo sexual ou que substituem o objeto sexual por partes do corpo ou até mesmo por objetos inanimados, como no caso do fetiche. Assim, essas atividades, que podem compor a vida sexual normal, quando tomadas como exclusivas e o objetivo sexual inteiramente abandonado, indicariam sintomas.

A psicanálise funda seus conceitos na descoberta da sexualidade infantil, das

zonas erógenas, da sexualidade perverso-polimorfa como manifestação humana, bem como na bissexualidade psíquica.

Castro (2000) lembra que a sexualidade é composta de pulsão de vida e de morte. O conflito do homem com sua sexualidade é o conflito consigo mesmo, e dura toda a sua existência. Aquilo que Laplanche (2006) define como o *sexual* relaciona-se a essa forma de compreender a sexualidade, complexa e ambígua. “O sexual é múltiplo, polimorfo. Descoberta fundamental de Freud, encontra seu fundamento na repressão, no inconsciente, no fantasma. É o objeto da psicanálise” (p. 1).⁵

O complexo sexual

Até aqui, o dualismo nos seguiu lembrando as polaridades, os opostos, mas apontando a necessidade de caminhar por todo o trajeto de possibilidades que se vislumbra entre os pólos. Ou ainda, como Yarom (2005, *apud* Ramos, 2008), podemos pensar em compor, ao invés de opor.

Como um organizador das etapas de desenvolvimento anteriores, o complexo de Édipo congrega fantasias e acaba por desembocar na dupla identificação masculina e feminina. As diferenças entre o menino e a menina em relação ao objeto caracterizam a dinâmica do processo de desenvolvimento psicosssexual. Ambos se apegam inicialmente ao objeto materno feminino, embora o menino tenha que encontrar um objeto do mesmo sexo que o objeto primordial e a menina terá o complicador de deslocar o objeto de desejo inicial, ou seja, da mãe ao pai, e depois substituí-lo por outro objeto do mesmo sexo.

Sabemos que a percepção da diferença sexual é considerada, na psicanálise, como fundamental para a constituição do psiquismo. Desde Freud, estamos convencidos de que o psiquismo é baseado no jogo ausência e presença do pênis. Quando os temas são relacionados à perversão, essa discussão fica ainda mais importante, especialmente pelo mecanismo da recusa e da negação da castração como recurso defensivo básico nos funcionamentos perversos.

Hanna Segal (1992) afirma que, ao contrário do que possa aparentar, Melanie Klein considerou o pai e identificou o complexo de Édipo em fases primitivas, antes da fase genital, mas abordando-o com fantasias e medos que inclusive diziam respeito à castração. Descreveu o complexo de Édipo no primeiro ano de vida, relacionando-o à diminuição do sadismo. Dar-se conta da relação entre os pais, e da relação que o bebê estabelece com cada um deles, também compõe ganhos

⁵ N.R.: Tradução livre.

da posição depressiva conforme postulada por Klein. Esse processo provoca defesas, entre as quais a regressão, e ansiedades paranóides decorrentes da culpa pelos ataques na fantasia. Inobstante tal fato, o temor à castração é fundamental, independentemente do sexo da criança. Levanta a hipótese de que a bebê-menina já intui a vagina e a possibilidade de receber, de ser preenchida. Apesar das diferenças, especialmente aquelas relacionadas à anatomia, o que parece mais rico são as posições infantis homossexual e heterossexual como constituintes e dinâmicas, e que os desejos feminino e masculino estão sempre presentes. O seio e o pênis, bem como tudo que representam de criatividade, fertilidade e conteúdo de objetos bons a serem internalizados, compõem a vida mental de todos os sujeitos.

Green (1988) discute a bissexualidade que permanece além das fases iniciais do desenvolvimento da criança como fonte de uma espécie de negação da sexualidade, falando em um gênero neutro que, mesmo sem conseguir ser completo, também não renuncia a nenhum gênero, sendo essa negação fonte de impedimento para o exercício ou para a vivência da sexualidade. Relata o caso de uma paciente intersexo que não aceita nenhum tratamento que pudesse encaminhar a definição de sou homem ou sou mulher, pois não consegue se imaginar vivendo como homem ou mulher. Para esta paciente, optar dentro da dualidade não seria suficiente para definir a experiência com a sexualidade. Sexo e sexualidade não são equivalentes.

A inadequação em psicanálise de qualquer equivalência entre sexo e sexualidade, bem como as tipificações, especialmente em relação aos analistas homens e mulheres, é apontada por Sandler (1999). Esse autor desenvolve as implicações de se exercitar ou desenvolver a capacidade da *tolerância aos paradoxos* e a apreciação sem julgamentos:

Há um fato óbvio em análise: *duas pessoas ficam fechadas em uma sala*. Psiquicamente, penso que podemos observar que elas podem exercer feminilidade/masculinidade; individualmente (intrapsiquicamente) e no relacionamento com outra pessoa. [...]. Estou considerando um paradoxo que não é para ser resolvido e sim ser tolerado [...] feminilidade/masculinidade como funções mentais *indissolúveis, porém inconfundíveis* com sexo sensual e/ou biologicamente considerado (p. 462).

Sandler (1999) adota a ideia de feminilidade como aquilo que é receptivo, algo que permite a penetração fertilizante, diferente de passividade. Relaciona o caráter de passivo ou ativo não ao sexo, mas a “graus de subserviência do desejo” (p. 465), sugerindo pensar a passividade como a subserviência ao princípio do prazer/desprazer, sob o domínio da pulsão de morte e de retorno ao inanimado.

A potência ativa estaria sob a égide do princípio da realidade, vontade, força direcionada a modificar a realidade material ou psíquica.

Todo esse complexo dá ao humano a riqueza da sexualidade vivenciada de forma única, singular, como algo que possui contornos pouco precisos, com ambiguidades, e ao mesmo tempo resultante do caldo de processos maturativos, afetivos, experiências, ainda vivos e inconclusos. Como conviver com tanta fluidez?

É uma fluidez desconcertante. Ficamos com o incômodo do caráter inventado, cultural, incompleto e instável da identidade de todos os sujeitos. Para o indivíduo, o processo tem início nos exames pré-natais com a curiosidade: é menino ou menina? A partir daí, ocorre a construção de um corpo masculino ou feminino, dos hábitos e, em alguma medida, a construção do próprio desejo. As expectativas criam uma relação de dependência obrigatória entre sexo, gênero e sexualidade, imprimindo a seguinte lógica: pênis → menino → desejo por mulheres, comportamento heterossexual.

Se usarmos a forma do paradoxo conforme proposta por Sandler (1999), podemos aceitar que a questão da identidade estável é uma espécie de ilusão necessária, algo que permite ou possibilita a constituição do ser. No entanto, essa mesma instabilidade ou fluidez permite a criatividade, no sentido transgressor inclusive, em que o rompimento ou a não subserviência a normas e padrões permitem o fluxo do desejo e não a sua liberação total, o que poderia equivaler à morte do próprio sujeito, mas sim a liberdade para experimentar e aprender sobre si. Voltaremos à relação sobre o aprender sobre si e a sexualidade mais adiante. Contudo, antes, outro ponto a se declarar sobre a fluidez é a questão do recalçamento, da renúncia tão fundamental para organizar o psiquismo e o exercício do complexo sexualidade.

A defesa homofóbica

Podemos pensar que a renúncia é inerente à sexualidade. Como nos mostrou Green (1988), a bissexualidade no gênero pode implicar a renúncia à própria sexualidade. A experiência heterossexual, homossexual, travesti, transgênero ou transexual e as formas outras que a criatividade humana é capaz de inventar, todas elas implicam renúncia.

A renúncia implica em recalçamento, aqui usado no sentido fundante do psiquismo, em que é possível separar, tornar inconsciente, livrar a mente do excesso, daquilo que não é possível de ser traduzido. Essa face do recalçamento

e a sexualidade estão ligados, podendo se manifestar de forma mais ou menos agregadora e construtiva ou ainda desagregadora e destrutiva.

Sendo assim, se todos renunciam no processo de construção da identidade, como poderíamos entender a intolerância e a violência aos que vivem o desejo homossexual ou manifestam alguma sexualidade fora dos padrões socialmente estabelecidos? No Brasil, estão documentados índices alarmantes de assassinato de homossexuais. O Grupo Gay da Bahia (GGB) vem monitorando dados de morte relacionados à homofobia há 38 anos. No ano de 2017, foram registradas 445 mortes, um número 30% maior ao registrado em 2016. Estima-se que, no Brasil, uma pessoa do grupo de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais é morta a cada 19 horas. Um índice aproximado de 87% das mortes registradas em 2017, foram consideradas violentas, com uso de armas de fogo, arma branca, espancamento, asfixia; algumas com requintes de crueldade e registros em vídeos publicados nas redes sociais. Em 58 casos, ou seja, aproximadamente 13% das mortes, o registro foi morte por suicídio (Valente, 2018).

Estaríamos diante de uma sensação de afronta à própria renúncia? Seria possível que o diferente nos faça provocar o retorno de emoções ligadas ao estado de bissexualidade originária, lembrando-nos o trabalho de recalque e de renúncia construído?

O estabelecimento das renúncias concretas e simbólicas descritas no complexo de Édipo associadas ao caldo bio-psico-social que compõem a identidade sexual, bem como o seu caráter inacabado e dinâmico, tudo nos indica o quanto de trabalho psíquico é despendido para lidar com a sexualidade.

Em *Elementos da psicanálise*, através dos mitos do Jardim do Éden e da Torre de Babel, Bion (1963) aborda a questão da dialética envolvida na busca pelo conhecimento. O sexo e a sexualidade estão representados no desejo de deidade e nas punições infligidas por Deus. É um Deus antropomórfico e que, assim, representa partes do humano. Há um impulso para conhecer, impulso epistemofílico, já descrito por Freud. No entanto, inerente à ação de buscar o conhecimento, existe a experiência de se sentir desacomodado, expulso, fora de certa zona de conforto e de constância.

No mito do Jardim do Éden, a história da criação, a sede de conhecimento encontra-se ligada à vontade de desafiar Deus. Adão e Eva não poderiam se alimentar da fonte do conhecimento e discernir entre bem e mal. O conhecimento está condicionado ao comer, oralidade ou sexualidade oral, e, ao mesmo tempo, à constituição da moral, a mesma que Freud descreveu como uma contenção para os impulsos assassinos. O exílio e o abandono são as punições para a ação de buscar o conhecimento.

Quando se veem nus, Adão e Eva descobrem as diferenças sexuais e o próprio sexo, e é como se a vontade de Deus representasse a força contrária à separação e individuação. A psicanálise propõe a existência e a constituição do inconsciente a partir da instauração de um corte, de uma separação, do recalçamento. Sugere, assim, o Éden como representação da vida psíquica primitiva e os elementos do mito como forças psíquicas em constante movimento, forças estas que impulsionam o conhecimento e outras que desencorajam e ameaçam com punições, entre as quais o abandono e o exílio.

Por sua vez, no mito de Babel, a questão é chegar a Deus, com uma torre construída coletivamente e tão alta que possa alcançar o céu. No entanto, Deus procura garantir o seu direito de ocupar o céu sem ser incomodado e, ao destruir a comunicação, a confusão se instala, trazendo consigo uma espécie de exílio, isolamento e esterilidade. A linguagem e a comunicação estão em destaque, assim como a sua função de servir à cooperação e à construção. Para Bion (1963), os aspectos da sexualidade oral (por exemplo, o comer e a linguagem) e genital (por exemplo, torre e cidade), do superego repressivo, que estabelecem ligação e vínculo através da linguagem, possibilitam o conhecimento de si e o aprendizado.

Os arranjos diversos que podem tomar os elementos constitutivos do psiquismo, em cuja direção a pessoa pode se aproximar verdadeiramente de si mesma, é o que interessa a Bion no curso de uma análise. Como efeito das interpretações, espera-se a reintegração renovada dos elementos. Interessa-se em identificar como os elementos da sexualidade, representados por meio dos mitos, estão presentes na experiência da dupla analista-paciente. São aspectos da dupla, mas também próprios do humano. Referindo-se aos mitos citados e ao próprio Édipo, Bion (1963) afirma: “Em todos, destaca-se a penetração em um lugar ou estado de bem-aventurança, a ingestão ou a expulsão deste estado. Conhecimento sexual e prazer são características proeminentes do conhecimento procurado e proibido” (p.78). O conhecimento e a comunicação cooperativa e fértil estão em negociação com os estados humanos de confusão e de dispersão.

No conto *Homem de areia* de Hoffman, que Freud (1919) analisa em seu escrito *O estranho*, um dos pontos destacados é o ataque à capacidade de ver, isto é, um ataque aos olhos, assim como, para Édipo, o castigo pela curiosidade e pelo conhecimento é a cegueira. O homem de areia joga areia nos olhos de crianças que dão vazão ao impulso epistemofílico.

Essa leitura de *O estranho* também nos leva à questão da resistência emocional que pode se levantar quando nos deparamos com algo diferente, mas que é, de maneira simultânea, familiar. É como um estranho conhecido, um antigo

conhecido que foi esquecido. Ao mesmo tempo em que desperta uma espécie de afastamento, gera atração, curiosidade.

Bleger (1988), analisando o escrito de Freud, acentua a ideia de que o estranho é produzido ao tocar em partes clivadas do Ego, que remete a mecanismos primitivos ou a estágios primitivos de desenvolvimento como os relacionados à posição *gliscocárica*, regida pela descarga motora e princípio do prazer. Não se trata de retorno do reprimido, mas aos estados primitivos do Ego, os quais já haviam sido superados ou estavam clivados. O efeito do *estranho*, especialmente em Egos menos maduros e menos integrados, é a atuação, dando vazão a impulsos ou desejos que não sofreram a ação de mecanismos repressivos, como, por exemplo, a violência. Vale lembrar que o conto finaliza com uma tentativa de homicídio e, em seguida, o suicídio do protagonista.

Poderíamos relacionar essa descrição do estranho com a homofobia? A manifestação de repulsa e agressão física exibida no filme *Meninos não choram* (Pierce, 1999) representa tal situação. Uma garota no início da adolescência, que se veste e age como menino, é violentada e espancada ao ser descoberta pelo grupo de meninos. Como o *estranho* - o de fora, o externo ao Ego - provoca partes clivadas, estranhamente familiares, acaba por disparar uma fúria assassina como necessidade de extirpar a experiência, de livrar-se do incômodo, pela impossibilidade de reconhecer, no caso do filme, a bissexualidade ou uma maneira diferente de ser menino/a. Outra possibilidade seria compreender como uma manifestação dos elementos dos mitos. Uma espécie de recusa de conhecer algo estranho, *uma menina que é menino*, deflagrando a fúria de um Deus que não quer ser incomodado no seu céu e que, na sua vingança, condena ao sofrimento, ao isolamento.

No escrito *A negativa*, Freud (1925) pensa acerca da função do julgamento, que implica em saber se alguém possui ou não algo, e se esse algo existe ou não na realidade. Implica, então, em considerar a realidade com um teste de realidade. É o jogo do interno/externo. Para o Ego-prazer, o desejo é introjetar o bom e descartar o mau, e vale destacar que, também para ele, o mau, estranho ou externo são idênticos. É como se procurasse, na realidade, algo que está no Ego como representação para ser redescoberto pela percepção, pelo sensorial. Encontrar ou reencontrar aquele objeto para poder se apossar dele quando necessário. E o que acontece se o sujeito se depara com algo que ele vive com estranhamento? Um efeito é identificá-lo como mau e, conseqüentemente, como exterior a si: *se é estranho não sou eu, isso não tem nada a ver comigo, esse tipo de gente é assim*.

É possível, e certamente importante, expandir a reflexão para os profissionais da psicanálise que, por exemplo, se negam a atender pacientes homossexuais. Há analistas que os consideram pessoas não analisáveis. McDougall (1997),

com o objetivo de discutir situações clínicas e procedimentos específicos, separa as sexualidades (homossexualidades, heterossexualidades e sexualidades auto-eróticas) e as soluções neo-sexuais das questões de comportamento sexual ilegal, tais como estupro e pedofilia. E elabora um provocante capítulo ao final do livro, com o título *Psicanálise no divã*. Aborda a questão da idealização da heterossexualidade e de preconceitos por parte dos psicanalistas, apontando o aspecto perverso presente na contratransferência, por exemplo, quando eles são dominados pelas expectativas sobre o comportamento sexual do analisando.

Considerações finais

O tema é rico e instigante o suficiente para abrir vários outros caminhos de pensamento que não puderam ser abordados aqui. Um deles é a teoria *queer* citada por Dejours (2006), a qual, segundo ele, subverte a diferença de gêneros e a diferença sexual, apoiando-se em Foucault.

Outro caminho seria aprofundar a noção de *dessexualização* da perversão, proposta por Lia Raquel Colussi Cypel como uma expansão do que pode ser considerado perverso, para além das manifestações sexuais. Analise-se, assim, o aspecto perverso como universal e constituinte do ser humano, tal como Freud parece ter percebido ao descrever a sexualidade infantil perverso-polimorfa.

Neste trabalho, procuramos expor uma face da dualidade que cria polarizações, mostrando que, entre os pólos, podem ser desenhados variados formatos que possuem características de ambos e incapazes de serem reduzidos a definições pré-estabelecidas. No entanto, essa fluidez nos provoca desarranjos nas ilusões de continuidade e estabilidade. Estamos imbricados na dialética do conhecer: a satisfação do impulso, expansão do contato consigo e com o mundo, conflitando com a sensação de ser expulso do paraíso. As vivências, as fantasias e os encontros humanos nos confrontam com o estranho, com o externo, que, ao mesmo tempo nos é familiar, trabalhosamente escondido ou distanciado. A angústia de reencontrar esse estranho pode despertar a parte perversa, que julga e condena, que trata a parte pelo todo, que não leva o desejo ou necessidade do outro em consideração. Não há tempo para o teste de realidade, pois ele não suporta o paradoxo, substituindo a busca da verdade pela moral. □

Abstract

Sexuality in psychoanalysis: reflections on duality, gender and homophobia

This paper aims to discuss elements that make up the concepts of sex, gender and sexuality, privileging the psychoanalytic theory and method. For psychoanalysis, sexuality is not equivalent to sex, but it is a complex that encompasses all psychic life, constantly moving within the individual and in culture. However, the fluidity of sexuality causes disarrangement in the illusions of continuity and stability both of identity and of affective life. Every form of sexuality includes renunciations and frustrations to psychic life. I raise the hypothesis that homophobia can be understood as defense against the fluidity of sexuality, awakening perverse parts that judge and condemn disregarding the other.

Keywords: Psychoanalysis; Sexuality; Homophobia

Resumen

La sexualidad en el psicoanálisis: reflexiones sobre la dualidad, el género y la homofobia

Este trabajo tiene por objetivo discutir elementos que componen los conceptos de sexo, género y sexualidad, privilegiando la teoría y el método del psicoanálisis. La sexualidad para el psicoanálisis no equivale al sexo, pero se trata de un complejo, abarcador de toda la vida psíquica, en constante movimiento en el individuo y en la cultura. Sin embargo, la fluidez de la sexualidad provoca desarreglos en las ilusiones de continuidad y estabilidad de la identidad y de la vida afectiva. Toda forma de sexualidad incluye renuncias y frustraciones a la vida psíquica. Propongo la hipótesis de que la homofobia puede ser entendida como defensa frente a la fluidez de la sexualidad, despertando partes perversas que juzgan y condenan desconsiderando al otro.

Palabras clave: Psicoanálisis; Sexualidad, Homofobia

Referências

- Bion, W. R. (1963). *Elementos de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- Bleger, J. (1988). *Simbiose e ambiguidade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

- Castro, M. L. S. de. (2000). *A complexidade e as ambiguidades do termo sexualidade*. Trabalho apresentado no Grand Hotel Rayon em 27 de maio de 2000, durante o 4º Encontro de Psicanálise de Curitiba.
- Costa, J. F. (1992). *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Dejours, C. (2006). La indiferencia de sexos: ficción o desafio? *Alter – Revista de Psicoanálisis*, 2. Recuperado de www.revistaalter.com
- Freud, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud *Obras completas*. (Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- Freud, S. (1919). O estranho. In *Obras completas*. (Vol. 17). Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- Freud, S. (1925). A negativa. In *Obras completas*. (Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- Green, A. (1988). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*; tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Editora Escuta.
- Laplanche, J. (2006). El genero, el sexo, lo sexual. *Alter – Revista de Psicoanálisis*, 2, Recuperado de www.revistaalter.com
- McDougall, J. (1997). *As múltiplas faces de eros: um exploração psicanalítica da sexualidade humana*. Tradução Pedro Henrique Bernardes Rondon. São Paulo: Martins Fontes.
- Pierce, K., (Dir.) (1999). *Boys don't cry* [Film] *Meninos não choram (BR)* [Filme]. Estados Unidos: [Fox Searchlight Pictures](http://www.foxsearchlight.com).
- Ramos, G. A. (2008). *Histeria e psicanálise depois de Freud*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Sanchez, F. (2003, fevereiro). O terceiro sexo. *Revista Superinteressante*. Recuperado de <https://super.abril.com.br/saude/o-terceiro-sexo/>
- Sandler, P. C. (1999). Uma teoria sobre o exercício de feminilidade=>masculinidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 33(3): 459-484.
- Segal, H. (1992). *O complexo de Édipo hoje: implicações clínicas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Valente, J. (2018). *Levantamento aponta recorde de mortes por homofobia no Brasil em 2017*. Agência Brasil – Empresa Brasileira de Comunicação EBC. 18 jan 2018 Brasília. Recuperado de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em-2017>

Recebido em 30/06/2018

Aceito em 15/08/2018

Revisão gramatical **Gustavo Czekster**

Revisão técnica de **Karem Cainelli**

Edilene de Lima

Rua Néo Alves Martins, 2999/41
87013-060 – Maringá – PR – Brasil
e-mail: edilene.li@bol.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA

A bissexualidade psíquica na constituição do sujeito: sobre suas origens e destinos identitários¹

Cláudia Aparecida Carneiro,² Brasília

Eliana Rigotto Lazzarini,³ Brasília

O presente trabalho propõe uma compreensão da bissexualidade psíquica no curso do desenvolvimento psicosssexual, objetivando investigar como esse fenômeno se inscreve nas origens da vida psíquica e modela os destinos identitários do sujeito. As autoras desenvolvem a ideia de que a bissexualidade se inscreve no psiquismo originário pela ação do objeto e participa tanto dos processos de subjetivação e de reconhecimento da diferença como também de seus impasses. Abordam o tema introduzindo aspectos teóricos da concepção freudiana do aparelho psíquico e dos modelos de Bion e Green sobre a formação dos primeiros traços do psiquismo, com destaque ao papel do objeto. Em seguida, tratam das formas da bissexualidade nos tempos do pré-genital, da travessia edípica e do genital adulto, conforme propostas por estudos contemporâneos. Resgatam a proposição de Green da figura do terceiro, que possibilita a inscrição de uma cena primitiva inaugural e abre caminho para a organização da bissexualidade. Ao final, apresentam argumentos teóricos para sustentar que a bissexualidade, em sua dupla referência ao masculino

¹ Este trabalho é derivado da dissertação de mestrado *Sobre as origens e os destinos da bissexualidade psíquica na constituição do sujeito*, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Eliana R. Lazzarini e defendida em 2017 no Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília.

² Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília. Psicóloga, psicanalista, membro associado da Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPBsb).

³ Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, com Pós-Doutorado pela *Université Sorbonne Paris XIII*. Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

e ao feminino, não deve ser vista como uma confusão de sexos, mas como um ordenador dos processos subjetivos que possibilita a coexistência de dois no psiquismo, em suas configurações singulares e plurais.

Palavras-chave: Bissexualidade psíquica; Diferença; Feminino; Masculino; Constituição psíquica; Subjetivação; Identidade

Introdução

O estudo da bissexualidade psíquica, mais do que tratar de um conceito freudiano, propõe uma investigação das relações que se estabelecem desde as origens da vida psíquica e marcam os destinos identitários do sujeito. Partindo da premissa de que a bissexualidade psíquica nos habita, este trabalho tem como objetivo investigar como esse fenômeno se inscreve no psiquismo originário pela ação do objeto e modela o destino do sujeito na dinâmica de suas identificações, fantasias e escolhas objetais.

Abordar a bissexualidade psíquica no contexto do debate contemporâneo sobre as diversidades sexuais e novas formas de identificação convida-nos a uma discussão pormenorizada dos processos de subjetivação. A relevância deste tema para a clínica psicanalítica ganha ênfase nas reflexões que evidenciam a diferença sexual como um princípio fundamental da psicanálise (Perelberg, 2018; Mitchell, 2018), inerente à subjetividade humana. Partindo desta ideia, o conceito de diferença sexual – que remete ao reconhecimento da castração simbólica e da finitude – leva inevitavelmente ao reconhecimento da bissexualidade psíquica como condição própria da subjetividade.

Bissexualidade e diferença sexual são, portanto, noções intrinsecamente ligadas. É importante reforçar aqui a distinção entre diferença sexual e diferenças sexuais de acordo com o que propõe Perelberg (2018). O primeiro termo refere-se a um princípio organizador da sexualidade humana, o qual indica que não se pode ser tudo e ter tudo; o segundo termo diz respeito aos modos diversificados de se reconhecer, designar e praticar a sexualidade. Sabemos que a maneira pela qual o pequeno ser humano irá se relacionar com seus objetos primários e lidar com seus conflitos bissexuais, inerentes a essas relações, é determinante na construção desse sujeito.

Se pensarmos que os conflitos e anseios bissexuais perturbam as relações do sujeito desde a raiz de sua existência, cabe indagar: é necessário escolher um (objeto) em prejuízo do outro? Esta pergunta inspirou um debate que reuniu, em

2015, expoentes da psicanálise francesa em torno do tema *Père ou Mère? Entre bisexualité psychique et différence des sexes*, debate este organizado por Catherine Chabert (Université Paris Descartes e Association Psychanalytique de France) e pela revista *Le Carnet PSY*. A questão colocada em discussão é a suposta crença de que, fora do drama edípico, não seja possível reunir pai e mãe no inconsciente, tornando intolerável a ideia de suas coexistências pela dor de se reconhecer a vida comum do casal parental (Chabert, 2015).

A bissexualidade psíquica, mais do que aludir à escolha de objeto, ressalta a dupla referência ao masculino e ao feminino, ou seja, às posições psíquicas e funções materna e paterna, que podem (ou não) estar encarnadas nas figuras concretas de mãe e pai ou de seus substitutos. Concordamos com Chabert na defesa de que, potencialmente, a bissexualidade deve ser vista não como uma confusão de sexos, mas, sim, como a coexistência de dois no psiquismo – masculino e feminino, em suas configurações singulares ou plurais.

Entendemos que a bissexualidade participa da construção do espaço interno como um trabalho imposto ao psiquismo no sentido de sua integração, com a introjeção progressiva da polaridade sexual, pois não se pode levar em conta um sexo sem considerar o outro. Nesse processo de internalização dos objetos primários, tanto o pai quanto a mãe, dentro de suas funções, ganham espaço para coexistirem no inconsciente do sujeito. A ideia de uma bissexualidade integrada no psiquismo possibilita deslocar a discussão acerca de suas origens para seus destinos, conduzindo à nossa hipótese de que a bissexualidade não se encerra em uma questão constitucional, mas inscreve-se no psiquismo originário como produto de dois que formam um terceiro e, desse modo, este sujeito, produto das relações com o outro, seguirá seus destinos pulsionais.

No intuito de desenvolver essas ideias, examinamos as formas da bissexualidade psíquica no curso do desenvolvimento psicosexual conforme foram propostas em estudos contemporâneos, bem como os destinos que podem ser traçados na vida psíquica do sujeito. Iniciamos com um recorte teórico da formação dos primeiros traços do psiquismo a partir da concepção freudiana do aparelho psíquico, utilizando os modelos de Wilfred Bion e André Green. Esses autores permitem refletir sobre algumas condições específicas em que se instaura o aparelho psíquico e as suas ligações com as formas de organização da sexualidade, tendo como eixo as representações da bissexualidade. Sua escolha deve-se especialmente à forma com que trabalham a noção de objeto desde os primeiros traços da vida mental.

Em seguida, abordamos as formas primárias da bissexualidade. Este fenômeno é apresentado nos tempos psíquicos do pré-genital, da travessia edípica e

do genital adulto. Resgatamos a proposta de Green da figura do terceiro. Tratamos de como a presença do pai, em negativo, é dada desde a origem e possibilita a inscrição de uma cena primitiva inaugural, abrindo caminho para a organização da bissexualidade em seus vários níveis no desenvolvimento psicosexual. Enfatizamos a importância da bissexualidade nos movimentos identificatórios, processos de diferenciação e reconhecimento da alteridade, constituindo a base de uma identidade madura e de uma convivência pacífica do sujeito com a diferença.

Entendemos, assim, que a noção freudiana de bissexualidade psíquica mantém sua atualidade e originalidade. A clínica psicanalítica permite-nos sustentar que, embora muitas vezes seja difícil de se identificar, a interferência da bissexualidade faz-se presente nos movimentos transferenciais da dupla analítica. Nesse sentido, consideramos a importância do tema para instrumentalizar o trabalho clínico na construção de sentidos para os conflitos identificatórios e impasses no reconhecimento da diferença.

“Não sou eu, sou o Outro que em mim procurava seu destino. Em outro alguém estou nascendo” (Andrade, 1981).

Os primeiros traços da vida psíquica

A bissexualidade participa da organização da vida psíquica desde os primeiros tempos e se inscreve nos vários momentos do desenvolvimento da personalidade. Em diferentes modelos das origens do funcionamento mental vamos encontrar as polaridades do masculino e do feminino e a noção de uma cena primária, num momento de organização da vida sexual psíquica em que as representações da diferença de sexos não têm sentido (Miller, 2002).

A fim de compreendermos o modo como a bissexualidade psíquica se apresenta em suas formas primárias e pensarmos seus efeitos na construção do espaço mental e na constituição do sujeito, enfatizamos dois modelos que buscam elucidar os primeiros rudimentos da vida psíquica, formulados por Bion e Green, analisando a forma como conceberam o momento inaugural de fundação do aparelho psíquico. O que nos importa, nas contribuições destes autores, é o modo como compreenderam a ocorrência do objeto e as suas relações com o psiquismo em construção.

Esses modelos assentam-se naturalmente no pressuposto freudiano sobre a ocorrência primeira do objeto, a qual abordaremos a seguir como uma breve

introdução de suas ideias a respeito do funcionamento psíquico. Freud (1900, 1923) sempre considerou a existência de um aparelho sob a ação de forças específicas que impõem à mente uma exigência de trabalho.

Em *Os instintos e suas vicissitudes*, Freud (1915) traz uma noção de objeto em relação à pulsão, mas esta ligação não existe desde o princípio, ela deve ser construída. O objeto freudiano mantém seu caráter intrapsíquico; é tudo o que pode ser investido e, inicialmente, é a criança quem se incumbem de satisfazer suas necessidades corporais (no autoerotismo). No texto *O Eu e o Id*, Freud (1923) refere-se à “primeira e mais significativa identificação do indivíduo, aquela com o pai da pré-história pessoal” (p. 38) e, em nota de rodapé a este trecho, acrescenta ser mais prudente tratar *os pais* como objetos primordiais, não como resultado de um investimento objetal, mas como uma “identificação direta, imediata, mais antiga do que qualquer investimento objetal” da criança (p. 39).

Observa-se que Freud (1923) fala de uma mente em estado primitivo em relação ao objeto da pulsão (intrapsíquico). Contudo, como não existe bebê sem mãe, no *Esboço* Freud (1940[1938]) vai reforçar a ideia do seio como primeiro objeto erótico da criança, o qual ela não distinguiria de seu próprio corpo e carregaria consigo “como um ‘objeto’, uma parte das catexias libidinais narcísicas originais” (p. 202). Sabemos que, depois, esse primeiro objeto será completado na pessoa da mãe, conferindo a ela “a importância única [...] de primeiro e mais forte objeto amoroso, protótipo de todas as relações amorosas posteriores – para ambos os sexos” (p. 202).

Freud (1911) utiliza um modelo segundo o qual ocorreria, nas origens da vida psíquica, uma realização alucinatória do desejo: um movimento do psiquismo nascente do bebê, que busca retomar o caminho da experiência de satisfação de um momento inaugural – *desde que se inclua o cuidado que recebe da mãe* – quando se depara com a ausência de satisfação ou com a falta do seio. Para Freud, o bebê provavelmente alucina a realização de suas necessidades internas. Ou seja, ele recria o seio, alimentando-se da própria ilusão. No entanto, como sua ilusão não torna presente o objeto faltoso (algo que só ocorreria se a pulsão alcançasse, de fato, sua meta, ou seja, se a fome fosse saciada), Freud adverte que o bebê *quase realiza* um sistema psíquico deste tipo, isto é, isolado dos estímulos externos e autossuficiente. Instala-se, assim, o objeto da falta freudiano.

Dessa maneira, em Freud, é a ausência do objeto o elemento que ocasiona o aparecimento do desejo, com a tentativa do psiquismo infantil, desde então, de reencontrá-lo. Todo ser humano – que um dia teve que renunciar ao gozo com a mãe – buscará sempre esse desejo, jamais possível de ser satisfeito. A pulsão nunca deixa de insistir em buscar a satisfação completa, mas nenhum objeto da

pulsão pode satisfazê-la de forma plena. O objeto como falta, objeto ausente, é um aspecto determinante da sexualidade humana.

As ideias de Freud sobre a ocorrência do objeto nos primeiros tempos da vida psíquica embasaram as propostas de Bion e Green em torno do impacto do objeto real sobre o sujeito. Ainda que distintas, essas propostas dialogam entre si no que diz respeito à presença/ausência do objeto nas origens do psiquismo, considerando sua dupla condição – interno e externo, objeto da fantasia e objeto real.

É consensual na psicanálise contemporânea, o fato de que o sujeito humano só pode se constituir por meio da relação com outro sujeito. Encontra-se aí a função fundamental do psiquismo da mãe e do pai (como objetos primários) nas primeiras representações da criança. Bion (1962) pressupõe uma capacidade de devaneio da mãe (*rêverie*), um estado mental aberto que dá um sentido à atividade do bebê e que pode receber, decodificar e significar as angústias dele e somente depois devolvê-las, metabolizadas.

Bion (1962, 1963) parte da ideia de uma preconcepção inata do seio, um estado de expectativa por parte do bebê, para então ampliar essa ideia como o núcleo de seu modelo psicanalítico do funcionamento mental. É bem ilustrativa a maneira por meio da qual Chuster, Soares e Trachtenberg (2014) traduzem o pensamento bioniano: a preconcepção corresponde a uma vaga expectativa de que exista, no futuro, um objeto onipotente e psiquicamente receptivo capaz de preencher as necessidades humanas. Os autores resumem, desse modo, o psiquismo original que preconcebe o seio como objeto primário, mas, por detrás do seio, estão os pais sexualmente unidos garantindo a existência deste seio; por detrás dos pais, está a sociedade garantindo essa união e, ao final, existe uma mente criativa buscando preservar a vida da espécie (p. 66).

Percebe-se assim que, desde as origens do psiquismo, Bion (1962) supõe uma relação de objeto: o bebê busca em primeiro lugar a mente da mãe, para que ela possa conduzi-lo ao seio. Este propicia ao bebê alimento físico e psíquico. O que acontecerá então, a partir deste momento, vai depender da experiência emocional de mãe e bebê, resultante da ação de um sobre o outro. O termo *rêverie* se aplica aqui, servindo a Bion (1962, 1963) para designar um movimento ativo na base da origem do psiquismo. Lembremos, ainda, que o bebê não faz uma simples expulsão de conteúdos intoleráveis de sua mente; ele possui a expectativa (preconcepção) de encontrar um espaço aberto disposto a receber e a conter suas necessidades e angústias. Este espaço (psique materna) no qual o bebê projeta seu conteúdo foi chamado de continente por Bion.

Bion (1962) utiliza os conceitos de continente e conteúdo como “modelos de representações abstratas de realizações psicanalíticas” (p. 124), representando-os

por intermédio de símbolos que permitem maior grau de abstração. Emprega ♀ e ♂ para designar, respectivamente, continente e conteúdo. Usa os símbolos masculino e feminino de forma deliberada, mas avisa que isso não exclui implicações não-sexuais (Bion, 1970). Podem ser aplicados, por exemplo, a modelos de prazer ou dor, bem como a evacuar ou reter – modelos de inclusão e exclusão.

Miller (2002) observa que, ainda assim, esta notação atribui uma valência sexual a dois movimentos psíquicos e ao modo de relação entre ambos, fazendo referência à diferença dos sexos, mesmo que a única diferença que começa a se estabelecer nesses primeiros movimentos seja a do Eu e do não-Eu. Desse modo, o elemento projetado, intrusivo, vincula-se a uma simbólica masculina, enquanto que o elemento receptor, com função continente, vincula-se a uma simbólica feminina.

O modelo de Bion indica, assim, uma relação dinâmica entre ♂ e ♀, nomeada por ele de comensal, na qual ♂ projeta-se dentro de ♀, indicando que continente e conteúdo são reciprocamente dependentes, com benefício mútuo. Nesses movimentos psíquicos, o bebê introjeta a atividade compartilhada por dois indivíduos, de modo a se instalar nele o aparelho ♂♀, que vai formar parte do aparelho de função-alfa (Bion, 1962). Refere-se à relação boca-seio, pois este é o embrião do desenvolvimento psíquico, ao passo que aquilo que penetra os elementos ♂ e ♀, juntando-os ou separando-os, é a emoção. Ou seja, para Bion, os vínculos entre os objetos internos são vínculos emocionais.

É da relação dinâmica entre continente e conteúdo que pode advir o aprender com a experiência e o crescimento psíquico através da introjeção da bissexualidade pelo bebê. Guillaume (2005) observa que esse elemento só se apresenta operante se o sujeito tolerar, através da integração ♂♀, uma bissexualidade primária, que terá como resultado, o esboço de uma triangulação. Podemos pensar com Bion, que um aparelho psíquico se desenvolve a partir da existência de pais sexualmente unidos, no inconsciente da mãe, garantindo a presença do seio.

Se os elementos ♂ e ♀ podem se juntar ou se separar, Miller (2002) reforça que é a emoção que permite aos dois elementos funcionarem como um aparelho. Ou seja, a emoção é uma variável que une elementos masculino e feminino; o aparelho é capaz, assim, de mudar as emoções, incluindo aí a capacidade de remodelagem e de receptividade de um elemento, bem como da penetrabilidade de outro. A depender da importância e da qualidade da relação com os objetos primários, o sujeito terá maior ou menor maleabilidade psíquica para lidar com os movimentos identificatórios de sua bissexualidade.

Em outro modelo construído por Bion (1962) de uma situação emocional em que o bebê experimenta o medo de morrer, este depende de um seio capaz de suavizar o medo. Mas, se o seio é indiferente, a violência da emoção junto à

inveja projetada no seio transforma-se em um *terror sem nome*, como se o bebê *evacuasse toda a sua personalidade*. Utilizando este modelo no texto *A mente primordial e o trabalho do negativo*, André Green (2000) aponta uma diferença entre as premissas básicas de Freud e Bion: enquanto Freud parte da ideia de que o bebê sempre será capaz de criar uma concepção de seio, na satisfação alucinatória do desejo, expelindo o mau e fantasiando um seio nutridor, Bion entende que a satisfação alucinatória de desejo pode não ocorrer, em função da experiência de aniquilamento sentida pela criança.

Também para Green, o bebê não consegue se livrar tão facilmente de uma ansiedade presente nas camadas mais profundas da mente primordial. O destino das primeiras experiências e suas transformações precisa ser explicado de outra maneira. É nesse ponto que Green destaca a importância da ação do objeto externo: “A capacidade de *rêverie* da mãe representa a intervenção útil do adulto, uma mente madura que pode ser introjetada pela criança para transformar sua experiência interna destrutiva” (p. 140).

O outro do objeto

A citação acima conduz à primeira ideia que queremos destacar sobre o modelo de André Green de constituição psíquica. Na histórica conferência *Trop c'est trop* de 1982 (citada por Candi, 2010), Green sentenciou que nenhuma teoria psicanalítica pode reduzir a importância do status duplo do objeto como fantasmático e real, interno e externo. Ele destaca a inclusão do objeto real não só na organização do psiquismo como também na própria realidade externa, o que possibilita dizer que a realidade psíquica opõe-se a uma realidade externa ao psiquismo, sendo que esta inclui o próprio corpo do sujeito, a realidade psíquica do outro e a realidade externa.

Uma das valiosas contribuições de André Green à psicanálise é a articulação que faz entre a perspectiva relacional e a pulsionalidade, distanciando-se dos modelos pós-freudianos que se fixam nas relações de objeto e negligenciam a dimensão pulsional na constituição psíquica. Candi (2010) salienta que Green encontra em Bion “um analista que teoriza sobre o diálogo da pulsão com o objeto” (p. 82).

Green (1988, 2008) sempre insistiu na importância do conceito de pulsão como elemento fundante do psiquismo, pois ele se relaciona com a força do afeto na dinâmica psíquica, que mobiliza uma tensão e dá vida às sensações, representações, fantasias e desejos, desencadeando o processo de simbolização. A experiência

emocional (ativação da pulsão) está presente desde o início, constituindo o primeiro passo em direção ao pensamento. Green (2000) articula as ideias de Freud e Bion para defender que “há algo de primitivo, na mente, não totalmente explicado pelos primeiros estágios de relação objetal no desenvolvimento do bebê” (p. 134).

Essa ideia junta-se à hipótese bioniana dos elementos beta (experiências sensoriais) que, sem uma outra mente para transformá-los, são impensáveis. Para Green (2000), os elementos *beta* se aproximam dos estímulos externos e impulsos corporais desprazerosos, forçando sua descarga. O bebê transforma dor em grito. A resposta do objeto externo (*rêverie* da mãe) é que pode transformar a angústia excessiva do bebê em conteúdos psíquicos, dando-lhes sentido.

Neste ponto, inclui-se o papel do objeto, reivindicado por Green (1978, 1993, 2000) nos seus desdobramentos teórico-clínicos sobre a constituição do psiquismo. As exigências internas que pressionam o bebê em direção ao objeto externo em decorrência da intermediação da pulsão, bem como o modo através do qual o objeto responde a esta reivindicação, são as variáveis que determinarão o desenvolvimento nos primeiros tempos do aparelho psíquico. Para que o psiquismo se desenvolva, é necessário que a intensidade de prazer ou desprazer seja abrandada e contida, algo que vem a ser a origem do pensar.

Com essa introdução às ideias de Green sobre os determinantes do funcionamento mental, frisamos sua contribuição teórico-clínica na conjugação entre o intrapsíquico (centrado na pulsão) e o intersubjetivo (centrado no objeto), destacando, ainda, em seu modelo de constituição psíquica, a concepção de terceiridade (Green, 2008) como matriz para o surgimento do aparelho psíquico e o lugar do pai na díade mãe-bebê, estabelecido como figura de ausência, como negativo.

Green (*Ibidem*) observa que, após a morte de Freud, a comunidade psicanalítica debruçou-se a estudar as formas pré-genitais e a sua importância nas relações duais, ficando cada vez mais obscura a figura do pai no pensamento clínico. Coube a Lacan (1956-1957) restabelecer a importância da função paterna. Em 1975, Green formulou a hipótese de uma triangulação primitiva no cerne das trocas entre mãe e filho, com o objetivo de indicar o lugar do pai não como pessoa distinta (o que não ocorreria no início da vida), mas porque ele existe no psiquismo da mãe. “Há, de fato, três objetos: os dois pedaços separados e o objeto correspondente à junção deles dois” (Green, 2008, p. 231).

Na origem, existem três elementos, e não dois. Este pressuposto fundamenta as ideias de Green (*Ibidem*) sobre terceiridade, objeto ausente, representação, atividade simbólica, trabalho do negativo. Para o autor, o pai está lá desde o início, na relação mãe-bebê, como o outro do objeto, a ocupar um lugar na mente da mãe

e a efetuar a separação na relação mãe-filho na triangulação edípica, quando enfim ganha uma existência distinta. Citamos o comentário do autor sobre a antecedência da figura paterna à passagem do Édipo:

Ele [o pai] não estava verdadeiramente ausente até então, mas não intervinha senão indiretamente através da mãe (o pai dentro do espírito da mãe). Contudo, ele existe, como parte inteira, tanto como agente separador, diria melhor interditor, como no oposto, como segundo objeto a amar (Green, 2008, p. 236).

Entretanto, para Green, a existência do terceiro não necessariamente remete à estrutura edipiana. Segundo ele, “é perfeitamente possível visualizar relações triangulares onde o terceiro não representa a função paterna. Por outro lado, parece que é importante não se deixar aprisionar na relação dual” (Green, 2008, p. 245). O autor apoia-se no exemplo de uma estrutura ternária composta pelo sujeito, pelo objeto e pelo outro do objeto, esse outro não sendo o sujeito. A relação da mãe com a criança ligar-se-ia a um outro objeto da mãe, não necessariamente o pai, mas a um objeto do desejo da mãe diferente do pai, suporte de uma paixão: um objeto da infância da mãe (a sua própria mãe, pai ou outra pessoa) ou outros.

Acreditamos que essa compreensão amplia o debate sobre os modos de subjetivação, considerando as diversas configurações relacionais e familiares acerca das sexualidades e da diferença sexual. Esses processos subjetivos podem ser pensados a partir de uma ordem heterogênea e complexa. Obviamente, as funções materna e paterna são capazes de serem tomadas por outros distintos de mãe e pai reais e, desse modo, acabam sendo internalizadas pela criança. A função pode ocorrer pela ausência do objeto (por exemplo, separação ou morte) e abrange as diversidades sexuais e de gênero, como mostram os estudos das neoparentalidades.

Consideramos que as funções materna e paterna se apresentam para além dos gêneros masculino e feminino e da diferença sexual anatômica, e que seu sentido não empobrece a discussão em torno das novas configurações familiares. Glocer Fiorini (2015) propõe o termo *função terceira* como solução à designação *função paterna*, a qual estaria sujeita a uma ordem social androcêntrica e ocultaria o sentido simbólico da função. A despeito dessa problemática, o fato é que mãe e pai existem como objetos primordiais, na condição de objeto presente ou ausente, na fantasia do bebê e no psiquismo da mãe, e marcam uma dupla referência nas primeiras identificações dessa criança.

Observa-se como Green rejeita a ideia de uma relação dual mãe-bebê como modelo teórico e clínico, e centra no Édipo, não como complexo, mas como modelo

para pensá-lo como triângulo aberto (com o terceiro substituível), no qual está incluído o outro do objeto, a assumir ou não a função paterna edípica. Para Green, a situação é triangular desde o início – por mais que seja claro que a relação principal do bebê estabelece-se inicialmente com a mãe –, pois o pai inscreve-se como figura de ausência. No trabalho *A mãe morta*, Green (1980) apresenta a seguinte reflexão:

[...] o destino da psique humana é sempre ter *dois* objetos e nunca um único, tão longe quanto se recue para tentar apreender a estrutura psíquica dita mais primitiva. Isso não quer dizer que se deva aderir à concepção de um Édipo primitivo – filogenético – onde o pai enquanto tal estaria presente. [...] O pai está aí, ao mesmo tempo na mãe e na criança, desde a origem. Mais exatamente, *entre* a mãe e a criança (p. 244).

Acrescenta Green (1980) que, pelo lado da mãe, essa presença se configura através do seu desejo pelo pai, do qual a criança é a realização. Pelo lado da criança, ressalta o autor, “tudo o que antecipa a existência de um terceiro, cada vez que a mãe não estiver totalmente presente, [...] antes do que se convencionava chamar a perda do objeto, será, *après coup*, vinculável ao pai” (p. 244).

Considerando que não se trata de um Édipo originário, a referência de Green aos três nos primeiros tempos da vida psíquica traz uma nova maneira de compreender a cena primária freudiana (com o terceiro excluído) como matriz triangular do psiquismo. Para Green (1980), distintamente do caso do *Homem dos lobos*, o que conta na cena primária não é o fato que o sujeito testemunha, mas o seu contrário: que ele tenha estado ausente do gozo dos pais. Na leitura greeniana, é em relação a esta exclusão e à fixação à cena primária que se relaciona a loucura do *Homem dos lobos*, por sua vez atrelada ao seu conflito bissexual, na leitura greeniana.

A interferência da bissexualidade faz-se presente aí (como veremos mais adiante). O fantasma da cena primitiva remete o sujeito à condição de terceiro excluído do casal parental, mas, nesse primeiro momento, sem a dupla diferença dos sexos e das gerações que é característica do complexo edípico. Tal fantasia da cena primária desempenha um papel de distanciamento do sujeito, que o separa da mãe. Como objeto primordial, a mãe não ocupa apenas o lugar da mãe arcaica, fusional e sedutora; ela também é marcada por uma paixão incestuosa na triangularidade da fantasia da cena primitiva à qual a criança é confrontada. O pai enquanto função (objeto de investimento da mãe) introduz um espaço entre mãe e criança.

Esta situação psíquica traz à discussão a presença em negativo do terceiro, conceito aprofundado por Green (1993, 1997) em sua original elaboração sobre

o trabalho do negativo. Como ele frisou no referencial trabalho *A intuição do negativo em O brincar e a realidade*, uma de suas fontes foi a obra winnicottiana a respeito do negativo e dos fenômenos transicionais. Nessa perspectiva, o pai surge como uma das fontes primárias do trabalho do negativo em decorrência da sua relação indireta com a criança (mediada pela representação), opondo-se à relação direta do bebê com o corpo da mãe (Urribarri, 2012). Contudo, o pai deve ser compreendido em sua função de instaurador do espaço potencial entre mãe e bebê, algo essencial aos processos de simbolização.

Green (2000) retorna a Freud para reforçar que o negativo, que está na base da atividade psíquica, “não só é normal, como também é um pré-requisito para qualquer espécie de desenvolvimento psíquico” (p. 143). O negativo conjuga-se com a experiência da ausência, da falta. Em sua forma estrutural, o trabalho do negativo pode se expressar na criação de espaços vazios para um trabalho psíquico de transformação. Nesse aspecto, entendemos que ele tem uma função ativa na bissexualidade, enquanto condição que tanto estrutura o psiquismo – acionando as defesas para expulsar os excessos pulsionais – como também o ameaça, quando prevalece a ausência ou presença excessivas dos objetos primários.

É nesse sentido, também, que podemos compreender a proposição de Green (1973) em *O gênero neutro*, ao afirmar que a bissexualidade se organiza pela constituição da fantasia do outro sexo no triângulo edípico. Não se trata de um Édipo primitivo com a presença do pai, mas de um pai-objeto-ausente na mãe e na criança desde a origem. Em outras palavras, *entre* a mãe e a criança. Vejamos como a bissexualidade se inscreve e intervém na constituição do sujeito em seus sucessivos momentos do desenvolvimento.

Primeiro tempo: a bissexualidade pré-genital

“Há que experimentar o prazer para, só depois, bem suportar a dor. [...] A dor do parto é também de quem nasce. Todo parto decreta um pesaroso abandono. Nascer é afastar-se – em lágrimas – do paraíso, é condenar-se à liberdade” (Queirós, 2011).

As descobertas de Freud no campo da psicosexualidade sugerem dois aspectos da bissexualidade psíquica. Desde suas primeiras ideias surgidas a partir das conversas e da correspondência trocada com Wilhelm Fliess (Masson, 1986),

Freud concebeu uma bissexualidade psíquica originária ou constitucional, própria do indivíduo, a “bissexualidade de todos os seres humanos” (p. 213). Na formulação do complexo de Édipo em sua forma completa, Freud (1923) parece considerar a bissexualidade em um nível secundário, ligada à fantasia edipiana e às posições masculinas e femininas que a caracterizam.

Partimos da noção de que a bissexualidade assenta as suas bases nas origens narcísicas da psicosssexualidade. Seu pertencimento ao universo narcísico primário sugere nomeá-la, nesse estágio do desenvolvimento psicosssexual, como bissexualidade psíquica primária, conforme foi proposto por Haber (1997). Considerando a premissa freudiana de uma disposição bissexual constitucional, a hipótese de Haber é a de que a bissexualidade psíquica se constrói em parte sobre uma bissexualidade basal, e para ele o grau psíquico *está para ser determinado*. Nesse entendimento, a bissexualidade basal compõe o narcisismo primário. Esse primeiro tempo deve ser distinguido da bissexualidade psíquica secundária, do tempo do Édipo, que pressupõe transformações com relação à primária.

Em sua essência narcísica, a bissexualidade psíquica se situa ao lado das identificações, primárias ou secundárias (Schaeffer, 2002). Destacamos, neste tópico, um tempo primário do desenvolvimento psíquico marcado pelas identificações iniciais do pequeno ser e as formas precoces da bissexualidade, circunstâncias que ocorrem no período pré-genital.

Freud (1923) atribui a primeira e mais significativa identificação do indivíduo àquela realizada com o pai da pré-história pessoal – *ou com os pais*, ressalta ele, pois, nesses primeiros tempos, antes do conhecimento da diferença entre os sexos, o bebê não avalia pai e mãe de forma distinta. É uma referência fálica ao que hoje compreenderíamos como a noção kleiniana da fantasia dos pais combinados. Vemos, com Freud, que essa identificação remonta às origens mais remotas, na fase oral primitiva do indivíduo, “quando investimento objetal e identificação provavelmente não se distinguem um do outro” (p. 35).

Freud (1923) acrescenta naquele texto que as escolhas de objeto pertencentes ao primeiro período sexual e relativas a pai e mãe “parecem resultar normalmente em tal identificação, e assim reforçar a identificação primária” (p. 39). Em seguida, admite a complexidade dessas relações e afirma ser a interferência da bissexualidade constitucional do indivíduo responsável por parte dessa complexidade.

Schaeffer (2002) aponta o embaraço teórico de Freud para definir a identificação primária, destacando a sua ambiguidade ao supor que investimento objetal (o seio materno como protótipo) e identificação (o pai da pré-história) não se distinguem. Há diversas discussões em torno de uma identificação primária, e os prolongamentos teóricos pós-freudianos desta noção voltam-se para a primeira

fase da união da criança com a mãe. Winnicott (1967) descreveu um ambiente inicialmente não diferenciado entre o bebê e a mãe. As ideias de Bion e Green sobre a constituição psíquica desenvolvem a noção do terceiro objeto nas origens da vida psíquica, mais precisamente no psiquismo da mãe, o que, segundo Green (1997), foi intuído por Winnicott na definição do objeto transicional como posse não-eu, este distinto do objeto primário.

Acompanhamos a descrição de Schaeffer (2002) sobre esse modo de identificação primária, oral-canibalística, como um primeiro movimento de interiorização do que foi transmitido ao bebê pelo psiquismo materno, vivido na incorporação oral de uma criança em seu ventre, “não sendo senão um com ela, e de seu desejo de prolongar esta completude narcísica” (p. 24). Nessa experiência de fusão e indiferenciação para a criança, a identificação é ser um com a mãe, *onde se devora e é devorado*. Como nos anunciou Freud, a vivência do bebê traduz-se em *eu sou o seio*.

Segundo Schaeffer (2002), essa indeterminação sexual psíquica, fantasia de ser nem um nem outro, ou um e outro, cria a fantasia de uma bissexualidade pré-genital a dois. McDougall (1997) discorreu sobre o desejo da criança de *ser e ter* os dois sexos, refletindo a fantasia de um corpo para dois, uma psique para dois, desejo apoiado no estado original de união com a mãe – fantasia que remete ao narcisismo primário proposto por Freud (1914), que irá nutrir a ilusão de uma potência bissexual.

Haber (1997) salienta que, neste tempo primevo, a dimensão psíquica está diretamente intrincada não só ao corpo, mas também aos investimentos libidinais, narcísicos e objetais da mãe e do pai (conscientes e inconscientes). Por outro lado, afirma, a criança está confrontada à bissexualidade psíquica da mãe e à do pai. Ou seja, para o autor, a bissexualidade específica e original da criança estará sob forte dependência de um adequado reconhecimento, pelos pais, de sua identidade sexuada – como proposto por Stoller (1993).

Quando trata de uma bissexualidade originária, Freud considera esse sujeito original, com suas marcas identitárias, um bebê ativo em seu percurso individual, ao mesmo tempo participando de trocas com seus objetos e sem ser um indivíduo submetido e moldado pelo objeto. Por se assentar nas bases narcísicas do indivíduo, a bissexualidade primária se ativa nas origens do psiquismo e segue seu destino, sem jamais se dissolver. Será modelada ao longo do desenvolvimento psicosssexual e pode ressurgir na vida contemporânea do indivíduo adulto em função das regressões e mobilidades psíquicas.

Apoiando-nos nas ideias de Winnicott, descreveremos um segundo momento da bissexualidade pré-genital que sucede a experiência identificatória

mais primitiva do bebê, no qual a relação com a mãe é caracterizada pela relação em espelho e o bebê deixa o estado de indiferenciação, assimilando, aos poucos, a mãe como objeto separado. Para Haber (1997), esse momento funda também uma modificação da bissexualidade psíquica. Winnicott (1967) propõe que, no desenvolvimento emocional primitivo, desde que seja satisfatório, “o precursor do espelho é o rosto da mãe” (p. 153, grifos do autor). Foi o primeiro a reconhecer a função de espelho primário da mãe, criticando a noção de Lacan (1954), para quem o espelho representaria o papel do olhar fundador do Outro na constituição do aparelho psíquico.

Winnicott (1967) observa que o bebê, quando olha para o rosto da mãe, enxerga a si mesmo. Ou seja, a mãe está olhando para o bebê e “aquilo com o que ela se parece se acha relacionado com o que ela vê ali” (p. 154, grifos do autor). O bebê vê a si mesmo como outro e, por meio da mãe (espelho), tem uma experiência de si mesmo como sujeito e objeto, uma experiência de *relativa semelhança e relativa diferença*, na bela definição de Ogden (1996).

Ao olhar o outro e se ver no olhar do outro, o pequeno ser começa a experimentar um sentimento de existência; são os primeiros indícios da experiência de autoconsciência. Segundo Haber (1997), desse momento do desenvolvimento da criança, se desprende um conjunto identitário o qual está ligado à bissexualidade, dominada então por uma homossexualidade primária,⁴ fase em que o bebê vai introjetar a figura do mesmo sexo em uma identificação (tanto da menina quanto do menino) com o sexo da mãe. Entendemos que, nesse tempo, desenvolve-se o autoerotismo por meio das trocas ligadas à homossexualidade primária, passagem necessária para que haja uma vivência da fase erótica da sexualidade.

Essa experiência de satisfação primitiva supõe a construção e o encontro com o *duplo de si* (Roussillon, 2004), que ocorre numa relação de dependência primitiva e *prepara* a fantasia da cena primitiva. Considerando que um duplo é um outro sujeito referido a si mesmo, distingue-se de um estado de indiferenciação e fusão mãe-bebê. A hipótese de uma *relação primitiva homossexual em duplo* supõe que o outro primordial seja encontrado inicialmente como um semelhante, partilhando os mesmos estados de ser e sendo percebido no espelhamento do sujeito. Ou seja, o outro funciona como um duplo, mas um espelho não totalmente preciso, que vai acomodando e marcando a intersubjetividade entre mãe e bebê (Ogden, 1996; Roussillon, 2004).

O tempo da homossexualidade primária tem a importância de imprimir, na psique da criança dos dois sexos, a marca feminina materna original (Schaeffer,

⁴ Roussillon (2004) inspirou-se nesse conceito de E. Kestemberg para desenvolver a noção de homossexualidade primária em duplo, a qual priorizamos nesse trabalho.

2002). É o momento de um investimento erótico da mãe, que seduz e mantém as primeiras trocas amorosas com a criança. É preciso viver a ilusão para, em seguida, se desiludir. Como indica a poesia de Bartolomeu Campos de Queirós (2011) citada na epígrafe deste tópico, *há que experimentar o prazer para, só depois, bem suportar a dor*. Em proximidade às ideias de Winnicott e Green, é na sequência que se estabelece a primeira triangulação observável no ser humano, o lugar inicial da ausência, do negativo, do abandono recíproco, o tempo da instauração da perda do objeto primário.

Sobre esse momento do desenvolvimento, Schaeffer (2002) afirma que, se a homossexualidade primária persiste e cria dificuldade à diferenciação das imagens parentais, predominará a marca da imagem materna arcaica bissexual, ameaçando contaminar toda relação posterior à feminilidade e ao feminino nos dois sexos. É nesta configuração que Marguerite Duras (1964) descreve a personagem central de seu livro *O deslumbramento*, Lol V. Stein, no arrebatamento que a leva a repetir incansavelmente a cena traumática em que é esquecida pelo par de amantes (seu noivo e a mulher que acaba de conhecer). Lol é a terceira, excluída da cena primária e aprisionada a esta cena, à procura de um tempo perdido em que a sua própria existência é colocada em questão.

A importância da marca feminina materna original no psiquismo do indivíduo, que ganha destaque nos trabalhos de Winnicott e Stoller, permite-nos pensar que o sentimento do bebê de ser uma parte da mãe evidencia nele o sentimento de feminilidade. Nesta situação, a bissexualidade do bebê possui um pólo feminino dominante (Haber, 1997). Isto não significa que a homossexualidade primária diz respeito apenas à menina, como já ressaltamos. O menino terá mais dificuldade de se desligar da marca precoce feminina e se perceberá mais vulnerável a ela, dependendo de como e com qual intensidade a mãe permite ao filho uma separação. Esta fase de fusão com a mãe poderá deixar efeitos residuais na forma de distúrbios na masculinidade, segundo Stoller (1993).

E quanto ao pai? Como ele participa das configurações da bissexualidade pré-genital nesse tempo remoto caracterizado pela homossexualidade primária, em que a situação primitiva da díade mãe-criança impõe sua marca feminina original no psiquismo infantil? Como enfatiza Green (1980, 2008), o pai está lá desde a origem, no psiquismo da mãe, como o outro do objeto, uma das fontes primárias do negativo, inscrito como figura de ausência. É o pai como função (e aqui incluímos a noção de função terceira, do objeto do investimento da mãe) que possibilita a inscrição inaugural da cena primitiva, na qual se aloja a bissexualidade em sua forma primária.

Green (1973) parte da ideia de que o sexo do indivíduo depende do modo

como ele é vivido e percebido por sua mãe e pelo seu pai – tese que acompanha a de Stoller – e de como ele mesmo se percebe nos seus desejos, os quais podem convergir ou divergir em relação aos desejos dos pais. Este conflito, diz Green, vai culminar na fantasia da cena primitiva que mobiliza e põe em jogo os desejos e identificações contraditórias.

A fantasia da cena primária traz um componente a mais no trabalho de organização psíquica. Segundo Roussillon (2004), é necessário, inicialmente, que a criança se sinta incluída, investida, para só então tolerar ser excluída. Em um primeiro momento, ela não reconheceria sua diferença sexual e geracional em relação aos pais. Desse modo, a cena primária constitui-se como força organizadora do psiquismo, inscrevendo a criança em uma triangulação originária na qual ela se enxerga ausente da relação do casal parental – ausência que pode ser tolerada com a qualidade de investimento da criança pelo objeto.

As contribuições de Roussillon (2004) e Ogden (1996) a respeito do duplo e da intersubjetividade na relação primitiva da criança com a mãe seguem a perspectiva de Green. Este autor, por sua vez, não descarta a abordagem clássica winnicottiana e ressalta que ela pode ser apressadamente compreendida como centrada na díade mãe-bebê, deixando de lado o pai nos primeiros tempos da vida psíquica (Green, 1997). Quando define o objeto transicional como posse não-eu, Winnicott (1951) propõe uma leitura diferenciada para o conceito de objeto, tanto como objeto que satisfaz, objeto de desejo, quanto como objeto fantasiado. A partir dessa leitura, Green (1997) define o objeto como *o negativo do Eu*. Ele comenta:

Distinguir entre o primeiro objeto e a primeira “posse não eu”, como Winnicott faz, amplia nosso pensamento, especialmente se isso for localizado numa área intermediária entre duas partes de dois corpos, boca e seio, o que criará um terceiro objeto entre eles, não só no espaço real que os separa, mas no espaço potencial da sua junção depois da separação (p. 240).

Para Green (*Ibidem*), esse é mais um significado do negativo, pois traz a ideia de algo que não está presente. Aqui está o lugar do pai, do outro do objeto mãe (terceiro objeto), participando, em sua forma negativa, das representações, fantasias e da intersubjetividade entre criança e mãe. Desse modo, a figura do pai (terceiro) é incluída na problemática da bissexualidade pré-genital.

Retomando os conceitos expostos, a mãe, como continente, enquanto objeto primordial, possui função estruturante na psique infantil, mas contém uma ausência desde sempre, que é o lugar do pai (ou terceiro) presente em seu psiquismo. O pai se inscreve no espaço potencial entre a mãe e a criança como

instância terceira, separadora, mas também como objeto de amor. Dessa maneira, a criança se depara com o enigma sexual. Ressaltamos a crítica que Glocer Fiorini (2017) faz às figuras da mãe-natureza e do pai-separador, fortemente impregnadas na cultura e vinculadas à ideia de família nuclear. Estamos de acordo com a ideia de que a mãe tanto pode apresentar capacidade simbolizadora, desempenhando ela mesma a *função paterna*, quanto ter capacidade de promover a separação do filho, exercendo a *função terceira* (*Ibid.*).

A relação com a mãe dos primeiros tempos, a mãe arcaica, desprende-se, portanto, na constituição da fantasia da cena primitiva. Nesse afastamento relativo da mãe, opera-se gradativamente o trabalho psíquico de diferenciação (Green, 1980; Haber, 1997). A cena primitiva é, assim, a matriz dos movimentos inconscientes que presidem o encontro dos sexos, com suas representações conflituosas.

Se podemos considerar que a relação continente-conteúdo formulada por Bion está na base da construção do psiquismo e, desde a origem, imprime o signo masculino-feminino na relação do bebê com o objeto, na fantasia da cena primitiva as polaridades do masculino e do feminino entram em jogo e atuam como grandes referências. Uma dinâmica de trocas e de infinitas possibilidades de combinação liga esses dois pólos da bissexualidade psíquica (Miller, 2002). É com a instauração da fantasia da cena primária, celeiro das identificações edípicas e dos investimentos eróticos da criança, que passamos para um segundo tempo da bissexualidade psíquica, o tempo do Édipo.

Segundo tempo: a mediação bissexual na travessia edípica

Com a cena primária, entram em jogo os objetos parentais e a organização das identificações que, articulados com o desejo e com as fantasias da criança, vão constituir os componentes da bissexualidade nesse novo tempo do desenvolvimento psicosssexual. A fantasia da criança, então submetida à cena primitiva com todos os seus ingredientes, é confrontada agora com o enigma da diferença dos sexos e à experiência psíquica da castração. O acesso à posição depressiva e a dialética das posições masculinas e femininas características do Édipo correspondem a uma bissexualidade secundária (Haber, 1997).

A bissexualidade psíquica passa a se organizar em torno de dois polos: o complexo de castração e as identificações edípicas (Beetschen, 2016). Eles encontram-se profundamente intrincados e, em nossa opinião, reforçam a função mediadora e de ligação da bissexualidade psíquica, postulada por David (1992),

indicando também o potencial inibidor ou desviante das disposições bissexuais. A transcrição literal de trecho de Freud (1923) em *O Eu e o Id* faz-se necessária:

O desenlace da situação edípica numa identificação com o pai ou a mãe parece depender, em ambos os sexos, da relativa força das duas disposições sexuais. Esta é uma das formas como a bissexualidade intervém no destino do complexo de Édipo. A outra é ainda mais importante. [...]. Uma investigação mais penetrante mostra, em geral, o complexo de Édipo mais completo, que é duplo, um positivo e um negativo, dependente da bissexualidade original da criança (p. 41).

Freud (1923) parece sugerir o valor organizador e essencial da bissexualidade no complexo edípico, elemento que resulta da dupla identificação masculina e feminina. Ressalta que essas identificações não são simétricas e não possuem a mesma força, sendo que uma delas dominará a outra. Para Freud, existe uma composição de ambivalência e ternura tanto com relação ao pai quanto no que diz respeito à mãe, algo que o menino e a menina vivenciam por caminhos específicos.

No entrelaçamento dos dois pólos – o complexo de castração e as identificações – está o conflito edípico. Para Beetschen (2016), essa mescla das posições, associadas a excitação e sofrimento, ele a chama de *tormento da bissexualidade*, o qual, segundo suas palavras, é próprio do ciúme. Para Beetschen, a bissexualidade psíquica não parece ser um compromisso fácil: entre masculino e feminino, mais do que uma solução feliz, a criança terá que enfrentar o conflito.

Os casos clínicos analisados por Freud (1905a, 1905b) dão-nos uma medida da importância da bissexualidade no conflito edípico e na formação de sintomas, além de reafirmar o caráter ambíguo e complexo do psiquismo. Sua descrição da influência da bissexualidade em Dora é referencial: um conflito entre os desejos de Dora com relação ao homem e os desejos orientados à mulher, e entre sua identificação masculina ao próprio pai e a sua identificação feminina à Senhora K, amante do pai (Freud, 1905b).

Na descrição clínica que Freud faz do caso Dora, evidenciam-se três características da bissexualidade psíquica: os conflitos, as identificações e os impulsos instintuais dirigidos a um e outro objeto sexual. Acrescentamos os ciúmes de Dora em relação ao pai e à mãe e também ao Sr. e Sra. K, recorrentemente analisados por Freud, como parte de seus conflitos bissexuais.

Foi logo após Dora ter interrompido o tratamento de três meses que Freud, em 1901, escreveu a W. Fliess sobre as duas descobertas que aquela análise lhe havia trazido: a importância da função das zonas erógenas na origem dos sintomas

de Dora e a importância da bissexualidade psíquica no conflito entre a sua atração pelos homens e a atração pelas mulheres.

Mas sabemos que a maior descoberta que Freud deve à análise de Dora é a transferência. Vale lembrar a ressalva que ele próprio fez, 20 anos depois, ao perceber que a transferência paterna de sua paciente não foi o único motivo da interrupção. Havia também a transferência materna de Dora, ou seja, a atração homossexual pela sua mãe. Estava posta a predominância da bissexualidade sobre as relações com seus objetos primários no desfecho edípico.

A análise do Homem dos Ratos é outro célebre exemplo da ambivalência e conflitos dela decorrentes, os quais lançaram o jovem paciente de Freud, Ernst Lanzer, a um sofrimento torturante. Chabert (2016) fez uma releitura do caso clínico, apontando a impossibilidade de escolha do objeto que a bissexualidade psíquica pode vir a infligir nos destinos do Édipo.

Recordemos que o início da doença de Ernst Lanzer remete a uma impossibilidade amorosa: ele amava uma garota, mas acaba se enamorando de outra. Segundo Chabert (2016), ele se ampara na doença para não tomar decisão: não pode escolher uma mais que a outra, realizando uma fuga a sintomas obsessivos e invalidantes, a qual, para Freud (1909), significa uma escolha conflituosa entre o pai e o objeto sexual. O tormento de Ernst é focalizado no conflito triangular entre ele, seu pai e a mulher amada, centrado na relação edipiana com o pai, bem como o conflito entre amor e ódio, evidenciado através dos seus pensamentos obsessivos em relação ao pai e à mulher.

Chabert (2016) questiona a escolha de Freud para o lado do pai como figura amada e central na doença de Ernst (fonte da culpa e da angústia de castração), substituindo a escolha impossível entre duas mulheres, a velha e a nova, e apagando fragmentos da história que indicam seu amor infantil à mãe. Chabert indaga se a ambiguidade desta passagem de um par ao outro não conteria, justamente, as complicações da bissexualidade nos seus aspectos narcísicos, identificatórios e objetivos.

Para a autora, a incapacidade do Homem dos Ratos de ir de um lugar a outro poderia representar o desejo e a sua enorme dificuldade de ir da mãe para o pai e vice-versa. Ernst não poderia ir em direção a sua mãe e nem a uma mulher, bem como não poderia se dar ao direito de ser um homem, uma vez que seu pai estava excepcionalmente presente, apesar de morto, ou justamente por isso (Chabert, 2016). A bissexualidade, com princípio organizador das escolhas objetivos e das identificações, permite refletir sobre as dificuldades dessas escolhas e o entrelaçamento das identificações.

Com as identificações cruzadas, apontadas por Freud (1923), o complexo de Édipo possibilita uma articulação da ambivalência dos impulsos amorosos e hostis, a qual surge em fase precoce das identificações primárias. Chabert (2016) comenta as duas referências, masculino e feminino, que não devem ser confundidas com homem e mulher, e de suas implicações na relação da criança com as figuras pai e mãe que encarnam essas referências:

Não é que um ou outro objeto sexual mobilize especificamente componentes pulsionais diferentes – mais libidinais ou mais agressivos: sabemos que o masculino e o pai não são sempre portadores de atividade de poder, força e dominação! E que o feminino e a mãe não engajam sempre a passividade e a submissão, ou mais ou menos isso! [...]. Eles são as figuras e os objetos de amor originários e sua marca permanece nas representações comuns do masculino e do feminino (p. 22).

Os dois exemplos clínicos de Freud apresentam novamente a questão de Chabert (2016) e dos seus colegas franceses em torno da bissexualidade psíquica e da elaboração da diferença dos sexos: pai ou mãe, é possível escolher? É necessário estar do lado de um ou do outro?

A ideia da diferença dos sexos sustenta uma outra, a da existência e do reconhecimento dos objetos internos primários, ativos no movimento da escolha sexual. Este movimento suplanta, em parte, o movimento narcísico da identificação primária e da homossexualidade primária (o sujeito ligado ao mesmo). Contudo, vale lembrar que essa diferença dos sexos e das gerações não é aceita sem conflito. O entrelaçamento dessas duas grandes referências, o masculino e o feminino, atravessa o complexo edípico sob o signo da ambivalência, permitindo seguir os traços de uma bissexualidade constantemente ativa (Chabert, 2016).

A bissexualidade, em suas origens narcísicas, pode permanecer presa a estágios precoces do desenvolvimento psicosssexual, atrelada ao mesmo objeto. No entanto, é também tributária ao complexo edípico e se molda no trabalho de elaboração da diferença sexual, no entrelaçamento das identificações e da escolha de objeto e na formação mais sólida do Supereu. Nessas condições, a bissexualidade só se inclina para “um bem mais de um ou de outro” (Chabert, 2016, p. 23). Ou seja, não significa confusão dos sexos, mas a manutenção da existência dos dois, masculino e feminino.

Terceiro tempo: um destino para a bissexualidade

No percurso do desenvolvimento psicosexual em direção a uma organização genital, em que os desejos bissexuais se confrontam com a fantasia da castração e um novo trabalho de luto pela renúncia ao objeto, a bissexualidade psíquica segue o caminho da diferenciação. Como enfatiza Green (1973), “é pela constituição da fantasia do outro sexo – aquele que não se tem, mas que poderíamos ter imaginariamente, no triângulo edípico” (p. 226), que a bissexualidade se organiza para tomar seu destino na genitalidade.

O *trabalho* no qual a bissexualidade se envolve, no sentido de sua integração no psiquismo com a introjeção progressiva da polaridade sexual, é determinante para o destino do complexo edípico e para a formação do Supereu. Sua elaboração de maneira suficientemente satisfatória levará ao reconhecimento da alteridade e da diferenciação, algo que David (1992) chamou de *processo inconsciente de bissexualização*, paralelo ao trabalho de maturação que prepara a integração da identidade sexual.

Nesse caminho da diferenciação, o reconhecimento das metas, transformações e destinos das pulsões sexuais terá uma importância determinante (Beetschen, 2016). Ou seja, na fase do genital adulto, a equivalência feminino-passivo e masculino-ativo, recorrente em Freud, não se sustenta. Como destacou Freud, há metas pulsionais passivas que são ativamente buscadas. Chabert (2016) realça a bipolaridade da passividade e da atividade, no sentido de que ser passivo é aceitar ser excitado, ou seja, ser mobilizado pelo outro sexual.

Se o trabalho psíquico levar a uma integração mais harmoniosa dos afetos decorrentes da experiência edípica, tanto mais facilmente a bissexualidade psíquica do sujeito adulto poderá dialogar de maneira satisfatória com as diferentes instâncias do funcionamento psíquico, com uma liberdade na expressão de suas qualidades de masculinidade e de feminilidade. Como observa Bokanowski (1997), em sua expressão genital, o trabalho psíquico usa os recursos da bissexualidade com a finalidade de defesa e de satisfação. Esses movimentos podem se alternar reciprocamente em favor de um psiquismo mais maleável e autônomo.

Considerações finais

Nosso esforço de articulação das proposições aqui trabalhadas conduziu-nos à ideia de que as disposições bissexuais se inscrevem no psiquismo originário, cada qual a seu tempo, pela ação imprescindível do outro para a instauração

da psicosexualidade. Reiteramos que a função da mãe primordial tem aí a sua importância fundamental. Em seu amor e investimento da criança, o estado mental de receptividade da mãe proporciona um sentido e modula a atividade psíquica incipiente do bebê, no interjogo entre as pulsões do sujeito e as advindas do objeto. As referências de Bion e Green ao pai como terceiro ausente desde a origem, no espaço psíquico entre a mãe e a criança, guiou-nos à consideração de uma cena primitiva originária na qual estão envolvidos o sujeito, o objeto e o outro do objeto para a constituição da matriz psíquica.

A atividade da bissexualidade na construção do espaço psíquico e no processo de internalização dos objetos primordiais, desde as primeiras identificações articuladas com as fantasias da criança, resulta em que as representações de mãe e pai (objeto e o outro do objeto) ganhem espaço para coexistirem no inconsciente do sujeito. A marca irrefutável do outro primordial no psiquismo originário será o vestígio de uma bissexualidade psíquica constantemente ativa, que se redefine ao longo de nosso processo de subjetivação desde a inscrição de uma cena primitiva inaugural, abrindo caminho para a organização da bissexualidade em seus vários níveis do desenvolvimento psicosexual.

Contudo, não há caminho fácil no campo da sexualidade humana. Quando as formas pré-genitais da bissexualidade permanecem ligadas a uma relação conflituosa com os objetos primários, elas impedem a flexibilidade necessária aos movimentos identificatórios na fase genital. A não integração dos desejos bissexuais desencadeia sintomas e inibições na vida adulta, refletindo em confusões identitárias e no desejo de ser e ter os dois sexos. As formas de resistência da bissexualidade psíquica resultam em regressão a estados mais precoces do desenvolvimento psicosexual.

Essas ideias deram-nos respaldo para pensar em uma bissexualidade que não se encerra em sua condição constitucional, mas que se inscreve, desde o início, como produto das relações do ser com o outro, no conflito da cena primitiva, a partir da qual o ser seguirá seus destinos pulsionais na dinâmica dos desejos e das identificações contraditórias. Um e outro objeto sexual alimentarão essa dinâmica das fantasias e identificações. Como representações comuns do masculino e feminino, pai e mãe são as grandes referências para uma bissexualidade que permanece sempre ativa e indispensável para a apropriação subjetiva e a identidade do sujeito.

Essas duas grandes referências, o masculino e o feminino, marcam o sujeito pelos seus entrelaçamentos, pela relação harmoniosa ou pelas resistências à sustentação da cena primária e à aceitação da castração; elas possibilitarão a

integração gradual da bissexualidade, podendo ainda manter-se aprisionadas a estados precoces da psicosexualidade. □

Abstract

Psychic bisexuality in the constitution of the subject: on its origins and identity destinies

This paper proposes an understanding of psychic bisexuality throughout psychosexual development and aims at investigating how this phenomenon is inscribed in the origins of psychic life and shapes the subject's identity destinies. The authors develop the idea that bisexuality is inscribed in the original psyche by the action of the object and takes part both in the processes of subjectivation and recognition of difference and in its impasses. They address the theme by introducing some theoretical aspects regarding the freudian conception of the psychic apparatus as well as the models presented by Bion and Green on the constitution of early psychic traits, highlighting the role of the object. Next, they present the forms of bisexuality in the time of the pre-genital, the oedipal crossing, and the adult genital, as proposed by contemporary studies. They repropose Green's contributions about the third, who enables the inscription of an inaugural primitive scene and opens the way for the organization of bisexuality. Finally, they present theoretical arguments to sustain that bisexuality, in its dual reference to masculine and feminine, should not be seen as confusion of the sexes, but as an organizing factor of the subjective processes which allow the coexistence of two in the psyche, in their singular and plural configurations.

Keywords: Psychic bisexuality; Difference; Feminine; Masculine; Psychic constitution; Subjective processes; Identity

Resumen

La bisexualidad psíquica en la constitución del sujeto: sobre sus orígenes y destinos identitarios

El presente trabajo propone una comprensión de la bisexualidad psíquica en el curso del desarrollo psicosexual, con el objetivo de investigar cómo ese fenómeno se inscribe en los orígenes de la vida psíquica y modela los destinos identitarios del sujeto. Las autoras desarrollan la idea de que la bisexualidad se inscribe en

el psiquismo originario por la acción del objeto y participa de los procesos de subjetivación y de reconocimiento de la diferencia, así como de sus impasses. Se introducen aspectos teóricos de la concepción freudiana del aparato psíquico y de los modelos de Bion y Green sobre la formación de los primeros rasgos del psiquismo, destacando el papel del objeto. En seguida se tratan de las formas de la bissexualidad en los tiempos del pre genital, de la travesía edípica y del genital adulto, propuestas por estudios contemporáneos. Rescatan la proposición de Green de la figura del tercero, que posibilita la inscripción de una escena primitiva inaugural y abre el camino para la organización de la bissexualidad. En fin, presentan argumentos teóricos para sostener que la bissexualidad, en su doble referencia al masculino y al femenino, no debe ser vista como una confusión de sexos, sino como un ordenador de los procesos subjetivos que posibilita la coexistencia de dos en el psiquismo, en sus configuraciones individuales y plurales.

Palabras clave: Bissexualidad psíquica; Diferencia; Femenino; Masculino; Constitución psíquica; Subjetivación; Identidad

Referências

- Andrade, C. D. (1981). A paixão medida. In C. D. Andrade, *A paixão medida*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- Beetschen, A. (2016). Um tourment de la bisexualité : la jalousie. *Le Carnet PSY* 2016/2, 196, 25-29. Disponível em <http://www.cairn.info/revue-le-carnet-psy-2016-2-page-25.htm>
- Bion, W. (1962). *O aprender com a experiência*. (P. D. Corrêa, Trad.). Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- Bion, W. (1963). *Elementos de psicanálise*. (P. C. Sandler, Trad.). Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- Bion, W. (1970). *Atenção e interpretação*. (P. C. Sandler, Trad.). Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- Bokanowski, T. (1997). La bisexualité en travail dans la cure (A propos du « féminin » chez l'homme ». In A. Fine, D. Le Bouef, & A. Le Guen (Eds.), *Bisexualité. Monographies de psychanalyse* (pp. 111-130). doi: 10.3917/puf.finea.1997.01.0111
- Candi, T. S. (2010). *O duplo limite: o aparelho psíquico de André Green*. São Paulo: Escuta.
- Carneiro, C. A. (2017). *Sobre as origens e os destinos da bissexualidade psíquica na constituição do sujeito*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Brasília, DF: UnB.
- Chabert, C. (2015). *Père ou Mère ? Entre bisexualité psychique et différence des sexes*. Simpósio conduzido no encontro de Le Carnet PSY e PCPP, Paris.
- Chabert, C. (2016). Dis-moi qui tu préfères ? *Le Carnet PSY* 2016/2, 196, 20-24. Disponível em <http://www.cairn.info/revue-le-carnet-psy-2016-2-page-20.htm>

- Chuster, A. (2014). *W. R. Bion: a obra complexa*. (Arnaldo Chuster, Gustavo Soares e Renato Trachtenberg). Porto Alegre: Sulina.
- David, C. (1992). *La bisexualité psychique*. Paris : Éditions Payot.
- Freud, S. (1900). A interpretação dos sonhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 5). Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- Freud, S. (1905a). Fragmento da análise de um caso de histeria. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- Freud, S. (1905b). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- Freud, S. (1909). Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“O homem dos ratos”). In *Sigmund Freud: obras completas* (Vol. 9). São Paulo: Cia das Letras, 2013.
- Freud, S. (1911). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- Freud, S. (1914). Introdução ao narcisismo. In *Sigmund Freud: obras completas* (Vol. 12). São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- Freud, S. (1915). Os instintos e suas vicissitudes. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud, S. (1923). O Eu e o Id. In *Sigmund Freud: obras completas* (Vol. 16). São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- Freud, S. (1940[1938]). Esboço de psicanálise. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 23). Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- Glocher Fiorini, L. (2015). *La diferencia sexual en debate: cuerpos, deseos y ficciones*. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Glocher Fiorini, L. (2017). Novas configurações familiares: funções materna e paterna. In C. S. Holovko & C. M. Cortezzi (Orgs.), *Sexualidades e gênero: desafios da psicanálise* (pp. 81-92). São Paulo: Blucher.
- Green, A. (1973). O gênero neutro. In A. Green, *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta, 1988.
- Green, A. (1978). O espaço potencial na psicanálise. O objeto no contexto. In A. Green, *Sobre a loucura pessoal*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- Green, A. (1980). A mãe morta. In A. Green, *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta, 1988.
- Green, A. (1988). *Sobre a loucura pessoal*. Rio de Janeiro: Imago.
- Green, A. (1993). *O trabalho do negativo*. (F. Murad, Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2010.
- Green, A. (1997). A intuição do negativo em *O brincar e a realidade*. *Int. J. Psycho-Anal*, 78, 1071-1084. *Livro Anual de Psicanálise*, 13, 239-251.
- Green, A. (2000). A mente primordial e o trabalho do negativo. *Livro Anual de Psicanálise*, 14, 133-148.

- Green, A. (2008). *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. (P. C. Sandler, Org.). Rio de Janeiro: Imago; São Paulo: SBPSP Depto. de Publicações.
- Guillaume, J.-C. (2005). Continente-contido. In A. Mijolla (Ed.), *Dicionário Internacional de Psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições* (pp. 702-704). Rio de Janeiro: Imago.
- Haber, M. (1997). Identité, bisexualité psychique et narcissisme. In A. Fine, D. Le Bouef, & A. Le Guen (Eds.), *Bisexualité. Monographies de psychanalyse* (pp. 49-68).
- Lacan J. (1956-1957). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. (D. D. Estrada, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- Lacan, J. (1954). *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. (B. Milan, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- Masson, J. (Ed.). (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago.
- McDougall, J. (1997). *As múltiplas faces de Eros: uma exploração psicoanalítica da sexualidade humana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Miller, P. (2002). Formes élémentaires de la bisexualité psychique. *Topique* 2002/1, 78, 7-19.
- Mitchell, J. (2018). Foreword. In R. Perelberg [Autor], *Psychic Bisexuality: a British-French dialogue*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.
- Ogden, T. (1996). *Os sujeitos da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Perelberg, R. (2018). *Psychic Bisexuality: a British-French dialogue*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.
- Queirós, B. C. (2011). *Vermelho amargo*. São Paulo: Cosac Naify.
- Roussillon, R. (2004). La dépendance primitive et l'homosexualité primaire « en double ». *Revue française de psychanalyse*, 68 (2): 421-439.
- Schaeffer, J. (2002). Bisexualité et différence des sexes dans la cure. *Topique* 2002/1, 78: 21-32.
- Stoller, R. (1993). *Masculinidade e feminilidade: apresentações do gênero*. (M. A. V. Veronese, trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Urribarri, F. (2012). André Green: o pai na teoria e na clínica contemporânea. *Jornal de psicanálise*, 45(82): 143-159.
- Winnicott, D. (1951). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- Winnicott, D. (1967) O papel do espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Recebido em 29/06/2018

Aceito em 15/08/2018

Revisão gramatical **Gustavo Czekster**

Revisão técnica de **Vânia Dalcin**

Cláudia Aparecida Carneiro

SHIS QI 09, Bloco E-2, sala 309

71625-176 – Brasília, DF – Brasil

e-mail: claudiacarneiro@hotmail.com

Eliana Rigotto Lazzarini

Universidade de Brasília – Depto. Psicologia Clínica

Laboratório de Psicanálise, Subjetivação e Cultura

Campus Darcy Ribeiro

70910-900 – Brasília, DF – Brasil

e-mail: elianarl@terra.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA

O corpo que se tem e o corpo que se é: entendendo a necessidade do indivíduo transexual de ser visto¹

Alessandra Lemma,² Londres

O indivíduo transexual confronta o analista com uma alteridade perturbadora. A forma através da qual essa alteridade é entendida, isto é, como o analista olha para o paciente por meio de suas lentes teóricas diferenciadas impacta, por sua vez, a própria experiência do paciente e aquilo que emerge entre eles. Neste artigo, a autora descreve um modelo de desenvolvimento embasado nas teorias do apego e nas relações de objeto com o intuito de fornecer uma maneira alternativa de olhar para as experiências desses pacientes no setting clínico. Sugere-se que, em alguns casos de transexualidade, o objeto primário – ou os objetos primários – não espelhou e não conteve uma experiência precoce de incongruência entre o corpo dado e a experiência subjetiva do gênero: o corpo permanece não-mentalizado, algo que perturba a coerência do self e leva à busca da cirurgia, a qual acaba por ser antecipada para garantir alívio da incongruência. Através do relato do atendimento de um indivíduo transexual HpM (Homem para Mulher) que se submeteu a um procedimento cirúrgico realizado no decorrer dos cinco anos em que fez psicoterapia, a autora investiga como o enfoque na experiência transexual de ser visto, ou seja, de ser aceito (ou não) visual e mentalmente no seu estado de incongruência pelo objeto, permite entrever outra abordagem à experiência transexual na dinâmica transferência-contratransferência.

Palavras-chave: Imagem do corpo; Mentalização; Sexualidade; Transexualidade; Relação visual

¹ Publicação original: Lemma, A. (2013). The body one has and the body one is: understanding the transexual's need to be seen. *Int. J. Psychoanal.*, 94: 277-292.

² Psicanalista. Membro efetivo da Sociedade Britânica de Psicanálise.

Trabalhar com indivíduos transexuais³ frequentemente confronta o analista com fortes respostas contratransferenciais em relação àquilo que é percebido – e que muitas vezes se apresenta – como uma alteridade *visível* e desorientadora. Em contrapartida, a forma através da qual nós *olhamos* o indivíduo transexual gera um impacto na sua experiência. Nossa teoria sobre a transexualidade nos levará a observar dinâmicas específicas na transferência enquanto oculta outras características. Considerando a heterogeneidade provável de caminhos para a transexualidade, o melhor seria recorrer a mais de uma perspectiva, pois algumas teorias podem ser mais ou podem ser menos úteis para entender as especificidades distintivas da transexualidade em cada paciente. Assim, é essencial que entendamos a função de uma fantasia transexual na economia psíquica de cada indivíduo.

O objetivo do presente artigo é contribuir para o debate em andamento sobre as formas pelas quais podemos compreender a transexualidade. Tentarei contextualizar o conflito que *alguns* transexuais atravessam dentro de um quadro de desenvolvimento necessariamente especulativo, embasado nas relações de objeto e nas teorias do apego. Esse relato desenvolvimental corresponde a uma formulação hipotética que se concentra em uma característica dinâmica específica da experiência transexual, qual seja, aquela de *ser visto* em um estado de incongruência, de ser aceito (ou não) visual e mentalmente pelo outro. O intuito não é fornecer uma explicação abrangente da transexualidade: assim como acontece com qualquer teoria, ao aperfeiçoar uma dimensão da experiência, negligenciam-se características a serem ressaltadas por outras teorias. Portanto, nesse trabalho apresento uma maneira alternativa de olhar algumas das experiências desses pacientes que se encontram relacionadas à forma através da qual um analista, a título de exemplificação, abordando a transexualidade a partir do filtro teórico da *perversão*, poderia tratar as dificuldades⁴ de tais pacientes (por exemplo, cf. Argentieri, 2009; Socarides, 1970).

A minha hipótese é ilustrada por meio da psicoterapia psicanalítica desenvolvida ao longo de cinco anos, na frequência de uma vez por semana, com um indivíduo transexual HpM que, no decorrer desse período, se submeteu a uma cirurgia de redesignação sexual (CRS). A frequência do meu trabalho com a Srta. A. limitou inevitavelmente a profundidade da investigação que seria possível

³ Não vou tratar aqui a questão do transgênerismo, que é um termo muito mais amplo, abrangendo os indivíduos que transgridem as normas de gênero, mas não procuram necessariamente procedimentos cirúrgicos. Tampouco abordarei o travestismo, relacionado à excitação sexual associada com *cross-dressing*.

⁴ Refiro-me à advertência de Tuckett no sentido de que “uma boa teoria realiza distinções que se mostram úteis na prática” (2011, p. 1372).

de se alcançar em uma análise. Contudo, ela ilustra os processos dinâmicos que poderiam ser ulteriormente investigados e aprofundados dentro de um *setting* clínico mais intensivo.

O self corporificado e a experiência de ser visto

Em um estudo realizado com oito indivíduos transexuais em várias etapas da sua transição, o qual incluiu entrevistas clínicas semiestruturadas, dois temas surgiram como centrais para a experiência transexual (Lemma, 2012).⁵ O primeiro que emergiu nas entrevistas dizia respeito àquilo que os participantes chamavam, de várias formas, de *lacuna*, *disjunção* ou *incongruência* entre o corpo dado e aquele por eles identificado como a sua morada física *verdadeira*. Além disso, esta experiência – a qual me referirei como sendo uma experiência de *incongruência* – foi exatamente aquilo que muitos participantes relataram ser difícil de comunicar para figuras-chave de apego durante a infância e a adolescência. O segundo tema referia-se à experiência de ser visto, ou seja, do *self* enquanto objeto visual. Com efeito, o núcleo da experiência do indivíduo transexual está localizado na ordem visual. Eles vivem uma economia escópica interna e externa na medida em que a sua aparência incongruente atrai, de forma inevitável, o olhar do outro para o *self*.

Winnicott detectou o desafio imposto pela nossa natureza corporificada ao lembrar que é fácil “dar por óbvio o alojamento da psique no corpo e esquecer que ele é uma conquista” (1988, p. 122).⁶ Esse *alojamento* – Winnicott (1970) referia-se ao conceito através da imagem poética da *habitação da psique no soma* – reconduz o enraizamento das estruturas mentais nas primeiras experiências sensoriais e afetivas (Freud, 1923). Também conversa diretamente com as experiências relatadas nas entrevistas que conduzi, nas quais a busca por uma *habitação* física receptiva para o *self* acabou por se destacar. Contudo, uma outra *habitação* que, de maneira surpreendente, foi ausente para muitos, era aquela constituída por uma mente receptiva, a qual poderia hospedar a experiência da ambiguidade, da confusão e da incerteza, experiência esta sentida como se estivesse alojada no corpo.

As dificuldades dos indivíduos transexuais mostram, da forma mais extrema possível, o desafio desenvolvimental que todos temos que negociar e para o qual encontramos soluções de compromisso, sobretudo em como transformar o corpo

⁵ Apesar da natureza consciente desses dados, os tópicos que surgiram nas entrevistas relacionaram-se com a experiência clínica que mantive com este grupo de pacientes e, mais especificamente, com uma característica particular das dinâmicas de transferência e de contratransferência que tenho encontrado. Como tais, elas fornecem uma triangulação dos dados *do divã* com os dados *fora do divã*, contribuindo, assim, para as ideias apresentadas neste artigo.

⁶ N.T.: Todas as citações foram livremente traduzidas.

que alguém *tem* no corpo que alguém *é*, ou, para usar um termo winnicottiano (1970), como *personalizá-lo*. Para os indivíduos transexuais, esse desafio – nuclear do desenvolvimento – é ainda mais complicado devido à experiência de personificação que, por razões biológicas e/ou psicológicas, é percebida como intoleravelmente confusa e dolorida.

De maneira frequente, essas pessoas descrevem a sua experiência em termos parecidos, como, por exemplo, “sentir-se em pedaços”, “eu me sinto como um quebra-cabeça que você não pode completar” ou como “um estrangeiro para mim mesmo”, ressaltando uma descontinuidade perturbadora na experiência do *self*, levando-as a buscar o seu corpo *verdadeiro* – um corpo que é esperado para aliviá-las desta experiência intolerável. No estudo, a medida do investimento na CRS, e, portanto, a medida através da qual os participantes encontravam-se focados na materialidade do corpo, era um fator que os distinguiu. Isso parecia mais forte naqueles indivíduos que relatavam respostas não sintonizadas vindas das figuras de apego (por exemplo, hostis) em relação à experiência subjetiva de incongruência percebida entre o corpo e o seu gênero de identificação.

Os relatórios conscientes dos participantes acerca da não sintonia das outras pessoas em relação aos seus problemas é algo que também tenho encontrado, embora com maior complexidade e elaborações inconscientes, ao longo do meu trabalho analítico com tais pacientes. Na transferência, manifesta-se na forma de um convite – e, às vezes, como uma pressão urgente e vigorosa – de *ser visto* e levado para dentro da mente do analista no estado de incongruência do corpo. Gostaria de sugerir que uma forma de definir a experiência de *alguns* transexuais poderia ser em termos da exposição a um fracasso repetido de espelhamento contingente e mentalização da incongruência percebida pela criança em nível do corpo, independentemente da sua etiologia.⁷ Assim concebida, a transexualidade poderia ser pensada como uma ruptura na coerência identitária.

Se a experiência corporal de alguém pode ser representada na mente do outro, isso faz diferença para o desenvolvimento de um sentido coerente do *self* enraizado no corpo. Por contraste, uma criança que vivencia o próprio corpo como algo incongruente em relação à sua experiência interna – e se isso não for repetidamente considerado pelo objeto primário como um ser separado e intencional por meio de um marcado e contingente espelhamento - corre o risco

⁷ Ao abordar a sexualidade a partir da perspectiva do apego e da mentalização, Fonagy (2006, 2008) resalta que “um aspecto-chave da psicosexualidade é um sentido de incongruência relacionado à experiência real do bebê [que] rompe a coerência do *self*” (Fonagy, 2006, p. 17). No núcleo dessa visão, reside o fracasso repetido de espelhamento contingente – um fracasso adaptativo que estrutura a psicosexualidade, inscrevendo na mente, de forma indelével, a necessidade de um outro que torne possível vivenciar a nossa sexualidade por meio da elaboração que faz dela.

de desenvolver um *self alienado*. Trata-se de um estado do *self* baseado no estado mental dessintonizado nos pais (Fonagy *et al.*, 2002). Através de um processo de introjeção, tal característica torna-se parte do núcleo da estrutura do *self*, mas permanece alheia ao estado autêntico da criança. O colapso ocorrido em um processo de espelhamento inicial de uma experiência de incongruência percebida como algo localizado no corpo pode nos ajudar a entender como a criança encontra-se, assim, exposta a uma experiência interna intolerável de sentir-se dissociada no que diz respeito ao seu corpo, experiência esta que parece irreal e que permanece não-integrada a uma experiência coerente do *self*. Tal circunstância pode levar à procura de um corpo *certo*, o qual é antecipado com o objetivo de garantir o alívio da dor da incongruência.

O caso da Srta. A.

Por meio do caso da Srta. A., com quem eu trabalhei uma vez por semana face a face, durante cinco anos, eu gostaria de ilustrar a experiência da incongruência e da falha no espelhamento conforme relatado pela paciente em seu relacionamento primitivo e de acordo com a maneira através da qual isso se manifestou na transferência. Pretendo me concentrar, de forma seletiva, na importância da relação visual entre a analista e a(o) paciente transexual para ilustrar como a apresentação física da(o) paciente pode ser usada para marcar fortemente a analista com a experiência de algo sentido como *alheio* e incongruente ao nível do *self* corporal e como a analista, por sua vez, precisa representar esta experiência em sua mente de forma a espelhá-la de volta para a paciente antes que outras explorações, como o trabalho com os conflitos inconscientes, sejam possíveis.

A Srta. A. era uma transexual HpM com quase trinta anos de idade, tendo sido encaminhada para a terapia como parte da sua decisão de procurar a CRS. Naquele período, ela sentia-se deprimida e sofria com ataques de pânico nas ocasiões em que ficava em espaços abertos. Quando eu a conheci, a Srta. A. já estava vivendo como mulher por mais de dois anos. A sua aparência física foi o primeiro fato que me golpeou. Uso a palavra *golpear* de forma deliberada, pretendendo demonstrar a vigorosa dinâmica visual que está presente neste trabalho. É interessante notar que, ao lado da necessidade de *modificar* o corpo dado, muitos transexuais frequentemente adotam uma aparência caricaturada/estereotipada *feminina* ou *masculina* que tende a resultar em uma aparência que realiza o oposto daquilo que, de forma consciente, tem a intenção de fazer:⁸ isso *chama a atenção* ativamente

⁸ Refiro-me aqui especificamente à escolha de roupas e ao modo como a maquiagem é usada.

para a incongruência entre o gênero designado biologicamente e o gênero de identificação. Tal *excesso* da Srta. A. me atingiu com força, assim como aconteceu em outros casos, como se uma possível função (inconsciente) dessa apresentação visual⁹ incongruente fosse precisamente atrair o meu olhar para a condição de incongruência do *self*, com o intuito de absorvê-la e digeri-la para ela.

A Srta. A. era filha única, e a sua infância foi uma experiência miserável pontuada por brigas frequentes e violentas dos seus pais, os dois aparentando não estarem disponíveis no aspecto emocional. A sua mãe tinha problemas graves com álcool. O pai foi descrito como um homem distante e irascível, o qual morreu enquanto ela ainda era uma adolescente. Não recebia carinho físico de nenhum deles.

A Srta. A. recorda usar as roupas de sua mãe a partir dos quatro anos de idade aproximadamente. Disse que poderia identificar o momento em que se tornou claro que ela era uma *menina*, algo que ocorreu por volta dos seus cinco anos. O *cross-dressing* permaneceu uma atividade secreta a qual ela frequentemente se entregava quando a sua mãe estava adormecida depois dos seus frequentes excessos com o álcool. Tal atividade era confortante, mas ela negava qualquer excitação sexual associada a esses momentos. Tive a impressão de que, às vezes, o *cross-dressing* funcionava como uma tentativa de criar, na sua pele, o toque amoroso de uma mãe imaginada, substituindo, assim, a mãe real que não lhe tocava.¹⁰

A Srta. A. contou que a sua mãe a viu usando as suas roupas algumas vezes, recordando que ela parecia ignorar tal fato. No entanto, também relatou um momento em que, quando tinha seis anos de idade, a sua mãe a viu com as suas roupas, falou que a filha estava ridícula e soltou gargalhadas. A Srta. A. lembra ter sentido muita vergonha do seu corpo.

Inobstante o que a sua mãe possa ter feito ou não, tal conduta foi percebida internamente pela Srta. A. de duas formas: como ausência de resposta à sua percepção de uma incongruência entre a expectativa de como a paciente deveria parecer e a experiência dela acerca do seu próprio corpo e como o fato de ter ativamente ridicularizado a filha ao deparar-se com essa incongruência. Isso deixou a Srta. A. não somente envergonhada, mas também com uma experiência não metabolizada de profunda incongruência ao nível do seu *self* corporal.

Enquanto eu ouvia esses relatos, obviamente não tinha acesso à informação externa que poderia me permitir corroborá-los. Então, o meu foco estava no que eles transmitiam sobre o mundo interno da Srta. A.. Fiquei chocada com a dessintonia

⁹ Digo isso porque nem todos os transexuais apresentam-se nesta maneira mais exagerada.

¹⁰ De fato, Ferenczi, observou o quanto a auto-estimulação poderia ser compreendida como substituto “no próprio corpo para o objeto perdido” (1938, p. 23-4).

dolorida relatada pela Srta. A. nas interações com a sua mãe, o que ressoou contratransferencialmente na forma por meio da qual me sentia não usualmente consciente de como olhava para ela e mesmo as palavras que eu usava, como se o fato de não considerá-la com o meu olhar, ou de não entendê-la, pudesse ser algo catastrófico.

A Srta. A. mencionou a sensação de estar sempre em desacordo com o seu corpo. Ela percebia-se estranha nele, como se “pertencesse a outra pessoa”. Não “odiava” o seu corpo masculino, mas tampouco se sentia em casa nele. Na escola, era mais propensa a fazer amizade com as meninas e não gostava de brincar com os meninos. À medida que a Srta. A. crescia, pensava que iria “explodir” sob a pressão da realidade que devia ocultar de todos: sentia-se uma mulher no corpo de um homem. Aos 18 anos de idade, logo depois da morte do seu pai, ela saiu de casa, permanecendo, a partir de então, em contato esporádico com a sua mãe.

A Srta. A. estava pouco à vontade em seu corpo, que tragicamente parecia como se pertencesse à outra pessoa por causa da sua apresentação visual dissonante: ela usava saias muito curtas que mostravam o seu físico atlético e inequivocamente *masculino*. Os seios, aumentados pelo tratamento hormonal e outras terapias, estavam muito *expostos*, parecendo destoar do resto do corpo. Não havia nada sexual em sua aparência. Ao contrário, o corpo parecia abatido, longe de ser qualquer coisa viva, como um fantasma arrumado, mas sem local para ir. Eu entendi que isso seria, pelo menos em parte, uma consequência da falta de um investimento corporal inicial por parte dos pais, algo que deixava a Srta. A. sem a experiência de um toque ou um olhar de desejo dirigido a ela que poderia servir como ponte para a organização do próprio prazer em seu corpo e para a elaboração do desejo sexual.

Como as sessões eram face a face, senti que muito era comunicado e atuado entre nós por meio do olhar. De minha parte, precisei monitorar como eu poderia olhá-la: sua corporeidade incongruente era difícil assimilar. Às vezes, sentia-me exposta a algo mais forte na maneira através da qual a Srta. A. se apresentava e me olhava, como se estivesse sendo forçada a olhar para o dano marcado em um corpo que ela sentia alheio e que eu, por minha vez, vivenciava enquanto *outro* para mim. Na verdade, tive dificuldade em assimilá-la de maneira visual e, em várias ocasiões, percebi-me desejando que ela estivesse deitada no divã e não sentada à minha frente. Foi importante perceber essa poderosa reação contratransferencial porque me ajudou a ganhar algum entendimento do que não poderia ser ainda colocado em palavras entre nós.

Rapidamente a Srta. A. desenvolveu uma transferência intensa em relação a mim. Ficou preocupada com as sessões e com o que eu pensava a seu propósito.

Achou que os intervalos entre as sessões eram muito difíceis, mas, visto que ela estava sendo tratada por meio de um serviço público, não poderia ter mais do que uma consulta psicoterápica semanal. Nos primeiros anos eu senti a sua fome, quase que literal, por um espaço na minha mente. Assumi isso na transferência muitas vezes. A sua resposta para as interpretações de transferência durante esta fase foi interessante e era, em si mesma, uma manifestação dessa *fome*. Eu sentia que a Srta. A. se estabeleceu dentro da intimidade e do imediatismo da interpretação de transferência ao invés de ser capaz de fazer uso dela – o assim chamado *aqui-e-agora* tornou-se o lar confortável e gratificante, algo que aparentemente a reassegurava de que ficávamos muito próximas, somente para então sentirmo-nos brutalmente ejetadas quando a sessão acabava.

Com frequência, a Srta. A. introduzia as suas frases dizendo: “eu acho que não estou explicando isso claramente” ou “você não vai entender isso porque estou explicando muito mal”. De qualquer maneira, parecia que ela sentia que estava comunicando o incomunicável e que eu, por minha vez, não a entendia. Em várias ocasiões, tive a forte impressão de que nós duas *falávamos*, mas, na verdade, nunca nos conhecemos. Havia algo de estéril nas nossas trocas. Foi somente quando eu a aceitei visualmente – ou quando fiquei consciente do seu olhar direcionado a mim – que algo mais imediato, quase que perturbador, apareceu. Contudo, transcorreu um tempo considerável até que pudéssemos *olhar* juntas para a experiência de olhar e sermos olhadas.

No primeiro ano, a transferência foi bastante idealizada; nesse período, muitas vezes percebi que ela queria se fundir comigo e se tornar quem eu sou. Essa fantasia de se tornar idêntica a mim foi concretamente atuada quando a Srta. A. chegou para uma das sessões vestida de uma maneira que estava evidentemente tentando copiar uma de minhas *roupas*. Até o seu cabelo longo tinha sido arrumado como o meu.¹¹ Com o tempo, exploramos essa imitação e apropriação de mim de uma maneira muito concreta. Tal fato levou a paciente a lembrar os longos períodos de tempo em que foi deixada sozinha em casa quando criança, com a mãe embriagada, vestindo-se com roupas dela e usando seus sapatos de salto alto como se estivesse tentando conjurar uma experiência de proximidade com a mãe através da imitação – *calçando os seus sapatos*.

No entanto, existia uma outra dimensão nessa experiência de ela me imitar que nos levou a uma direção frutífera. A visão da Srta. A. usando uma cópia da

¹¹ O mecanismo psicológico implantado aqui é o que Resnik (2001) chama de *travestismo psíquico*: por meio da identificação projetiva, o *self* adquire a forma corporal e caráter de outra pessoa, veste a roupa dela e imita os seus gestos e a sua aparência. É uma forma de imitação que precede a identificação e ocorre principalmente através da visão (Gaddini, 1969). Tais imitações são fantasias de ser ou de se tornar o objeto através da modificação do próprio corpo.

minha roupa teve um impacto curiosamente perturbador em mim. Eu me percebi olhando para ela, reconhecendo os vestígios da minha roupa, mas que agora parecia mal ajustada. Pensava ansiosamente: “eu não apareço *assim!*”, como se precisasse me distanciar daquilo que ela estava expondo. Também me senti ridicularizada pela imitação que a Srta. A. fizera de mim – uma experiência talvez não muito diferente de como ela se sentira quando a sua mãe riu ao ver seu *cross-dressing*. Em outras palavras, reagi como se estivesse sendo representada de forma errada de alguma maneira, mostrando uma imagem distorcida e denegrada de mim mesma que eu estava tendo dificuldade para aceitar porque parecia ser estranha: não era como me via ou queria ser vista.

Enquanto refletia sobre essa troca, achei que a Srta. A., de alguma forma, invertera a situação e me expusera à experiência de não ter o meu estado corporal adequadamente espelhado por ela. Não foi possível aceitar tal fato naquela ocasião porque eu precisava de tempo para realmente entender. Também exigiu experiências repetidas de diferentes tipos de dessintonias em nosso relacionamento antes que pudéssemos encontrar uma linguagem comum para a experiência dela de não se perceber corretamente espelhada pelos outros e de se sentir envergonhada.

Tal perspectiva acabou sendo útil também para esclarecer seus ataques de pânico e agorafobia. De acordo com o próprio relato, a Srta. A. vivenciava, de forma subjetiva, os espaços públicos como um “salão de espelhos”. Quando fora de casa, descreveu sentir-se assombrada pela possibilidade de ver seu reflexo nas vitrines das lojas ou de ser notada por outras pessoas. Naqueles espelhos, ela explicou, “eu pareço toda errada”. Nesses momentos, descreveu sentir-se tonta, desesperada para fugir de volta para a segurança de seu apartamento escuro. Era como se, quando estava sob os ataques de pânico, a Srta. A. entrasse em uma experiência de pesadelo, sendo forçada a olhar para um corpo que não se encaixava.¹² Os espaços exteriores pareciam equivocadamente assemelhados com superfícies refletoras distorcidas, talvez não muito diferentes da expressão embriagada de sua mãe ou dos olhos ausentes de seu pai, superfícies nas quais ela não conseguia se encontrar.

No trabalho conjunto que realizamos, tornou-se muito importante concentrarmo-nos na profunda expectativa da paciente de que seus objetos não suportariam olhá-la assim como ela era e absorver a sua experiência de um *mau ajuste* no núcleo do que ela era – algo visível em sua apresentação corporal. Essa

¹² Eu refleti sobre a possibilidade de que a Srta. A. pudesse estar sofrendo de Transtorno Dismórfico Corporal (TDC). Isso pode representar outro grupo de indivíduos que se apresentam como transexuais, mas são, na verdade, melhor compreendidos como portadores de TDC. No entanto, é importante notar uma distinção fenomenológica entre os dois, qual seja, no TDC, a parte do corpo que precisa de excisão é tipicamente considerada *feia*, mas isso não acontece com frequência em transexuais que tendem a ver a genitália como algo incongruente com a sua identidade de gênero ou como *não pertencente* a eles, mas não necessariamente algo *feio* ou falho. A Srta. A. não via o seu corpo dado como *feio*.

compreensão sobre *o quê* da sua experiência em oposição ao *porquê* é onde residia boa parte do nosso trabalho.

Nos dois anos que antecederam a cirurgia, durante os quais ela esteve sob os cuidados de uma unidade especializada para transexuais, passamos muito tempo pensando juntas sobre o assunto através da experiência de transferência. A Srta. A. referia-se à CRS como *a* solução de uma forma convicta que se revigorava toda vez que ela me via como indisponível. Nestes momentos, chegamos a compreender como a fantasia do *verdadeiro* corpo feminino, que ela um dia alcançaria, tornou-se a maneira de se reconciliar com a sua separação de mim, talvez como fizera quando criança, quando repetidas vezes perdeu a mãe para o álcool. Em tais ocasiões, em sua mente, a paciente consolava-se com a fantasia de dar à luz a si mesma e passar a habitar um corpo que era completo e autossuficiente, ou seja, a réplica direta de um corpo e de uma mente materna idealizados dos quais ela se sentia privada – exceto que, nessa fantasia, o corpo tornara-se uma *cópia sem originais* (Baudrillard, 1988), pois a mãe estava efetivamente obliterada.

Nesse estado mental, o corpo dado tornou-se o fantasma de um corpo que deixara de ter qualquer realidade ou origem: o pênis passou a ser visto como uma *coisa* alheia que não tinha nada a ver com ela e, assim, precisava ser cortado. Em contrapartida, seus *novos* seios tornaram-se a garantia de que ela não precisava de ninguém. A cirurgia antecipada deixou de funcionar como algo que potencialmente abriria a possibilidade de uma vida melhor, mais congruente com a sua experiência subjetiva de si mesma, tornando-se, ao contrário, o meio através do qual a paciente atuou um profundo pesar em relação à mãe.

O pesar que a Srta. A. nutria também era direcionado aos integrantes do casal parental, sentidos como se estivessem envolvidos em lutas violentas que asseguravam uma proximidade física da qual ela se sentia privada. Curiosamente, as lutas deles foram acompanhadas na mente da Srta. A. pela fantasia (mas é possível que fosse também uma realidade) de uma excitada reconciliação sexual que curou a fratura existente entre eles, deixando-a sozinha com a experiência de algo despedaçado internamente que nem pai nem mãe pareciam ter sido capazes de ajudar. Isso estava vivo de forma muito dolorosa na transferência, em especial durante as férias, quando a paciente imaginava que eu estivesse me divertindo com a minha família, deixando-a fora da minha mente.

Durante os cinco anos de nosso trabalho juntas, a Srta. A. tornou-se mais receptiva às explorações do seu desejo de efetivamente *tornar-se eu/mãe* para evitar a dolorosa experiência da separação, o que, para ela, era como uma expulsão traumática da mente do outro. No entanto, tal fato não afetou seu forte sentimento de que ela estava mais à vontade no corpo de uma mulher e, devo acrescentar,

nunca foi meu objetivo terapêutico mudar isso. Considerava que meu papel era ajudá-la a entender a sua experiência.

Após pouco mais de dois anos de terapia, a Srta. A. foi submetida à CRS. À medida que a data se aproximava, ela flutuava entre ansiedade e mania. Pensava como a cirurgia finalmente acabaria com a sua experiência de se sentir em desacordo consigo mesma e com seu corpo. Ela imaginou que enfim poderia permitir-se ter um relacionamento sexual, porque o corpo a ser revelado a um parceiro seria aquele que ela realmente era.

No pós-operatório, sofreu várias complicações físicas, fato que a levou a ficar deprimida e desesperada, pensando que seu corpo nunca estaria bem. Mais uma vez, estive muito consciente da relação visual existente entre nós. Senti que a Srta. A. precisava dos meus olhos e da minha mente para aceitar este corpo reconstruído que sentia estar ainda em pedaços. Era como se precisasse de uma testemunha desse processo – alguém disposto a olhar e não a envergonhar. A castração à qual se submetera era difícil de imaginar e senti que a paciente percebia isso em mim, mas, ao olhar intensamente para o meu rosto, senti também a urgência com que ela precisava que eu aceitasse essa realidade.

A Srta. A. estava zangada com o cirurgião por ele ter feito um trabalho ruim: “eu ainda pareço e me sinto errada”, ela dizia com alguma reprovação. Estava dolorosamente ciente de que, embora não possuísse mais um pênis e tivesse uma vagina reconstruída, ainda parecia mais masculina do que desejava. Este provou ser um período muito doloroso, mas era essencial para a Srta. A. enfrentar a dizimação da fantasia de que a CRS tiraria a dor tão concretamente localizada em seu corpo.

Um sonho que relatou nessa época envolveu *a compra de um grande espelho antigo, cuidadosamente pendurado acima da lareira. Durante a noite, o objeto caiu e se despedaçou.* Chegamos a entender esse sonho como uma comunicação dirigida para mim acerca da maneira através da qual a paciente procurava, nos meus olhos, um espelho capaz de refletir a sua trajetória e tranquilizá-la de que a cirurgia tinha funcionado, mas, cada vez que ela olhava, percebia que só podia se enxergar em pedaços. Fiquei intrigada com a natureza *antiga* do espelho. Falei sobre como isso poderia expressar o desejo de que eu refletisse também o seu *antigo* corpo, para mantê-lo em mente, ao passo que, para a paciente, era difícil fazê-lo, uma vez que o seu corpo e a sua história ainda eram parte dela. A Srta. A. chorou e disse que não suportaria olhar fotos antigas. Em seguida se recompôs e, de uma maneira muito distante, falou que estava brincando com a ideia de destruí-las. Eu disse que ela estava me permitindo saber o quão difícil era permanecer conectada com o seu *antigo* corpo e que, agora, desejava literalmente rasgar em pedaços a minha interpretação, a qual talvez tivesse sentido como se eu a expusesse com

força à realidade do seu antigo corpo e à dor que ela carregava no seu interior e que esperara que a cirurgia *removesse*. Eu também pensei, mas não interpretei naquele momento, pois não acreditava que a paciente conseguiria aceitar a ideia, que ela reconheceu a violência que infligiu ao seu próprio corpo – o qual literalmente *retalhara* através da CRS –, mas reconhecer isso agora a deixaria sentindo-se em pedaços novamente.

Em termos psíquicos, reconhecer o corpo *original* é importante. O/A transexual sente que não habita o corpo *verdadeiro* e responde a essa experiência desenvolvendo uma imagem corporal paralela. Por sua vez, isso precisa ser atualizado porque possui a capacidade de trazer maior coesão e alívio. Contudo, o *novo* corpo modificado é *sempre* um corpo reconstruído com uma história. Esta é a área que requer um trabalho psíquico considerável e doloroso. Podemos acrescentar seios onde antes não havia nenhum, podemos remover um pênis onde antes havia um, mas é impossível obter a genitália original do sexo oposto, eis que esta é a genitália adquirida e, portanto, o *novo* corpo está sempre na esteira de um corpo que já foi. O que pode ser alcançado através da CRS é um alinhamento mais próximo entre a aparência externa e a experiência interna. Com certeza, isso traz alívio para alguns transexuais – não tenho dúvidas – e faz diferença em sua qualidade de vida, mas a história e, portanto, as perdas, não podem ser contornadas sem consequências psíquicas (Quinodoz, 1998, 2002). A forma com que esse curso interno traiçoeiro é negociado faz uma diferença significativa no ajuste pós-operatório. Procurar a cirurgia pode ser a única maneira de viver, mas o estado mental em relação à cirurgia e ao que ela é capaz de proporcionar é crucial para a qualidade das relações que o indivíduo pode estabelecer através do corpo recém-reconstruído.¹³

Como consequência do desapontamento com a cirurgia, era importante pensar em conjunto sobre a sua experiência, no sentido de que eu possuía aquilo que a paciente desejava e que guardara tudo para mim. A princípio, considerei isso em termos de ser a mulher que ela queria ser, mas percebi que não estava certa: o meu sexo e o meu gênero eram manobras de distração. A inveja da Srta. A. situava-se na sua percepção de que eu habitava um corpo desejado e que poderia desejar.

¹³ A relação do transexual com a diferença sexual também representa uma dimensão importante de sua experiência. Está além do escopo deste artigo desenvolver este tema. No entanto, merece alguma menção porque a realidade da diferença sexual e o significado que adquire na experiência do paciente será uma preocupação sempre presente tanto para o paciente quanto para o analista nesse tipo de trabalho. Ser sexuado significa diferenciar-se biologicamente não em nível dos genitais em si, que podem ser enxertados ou removidos à vontade, mas em termos da função biológica do genital *original*. Somos *sexuados em torno da reprodução* (Mitchell, 2004) – isso é um fato. A dolorosa realidade para o transexual que passa pela CRS é que eles se tornam biologicamente castrados. A percepção traumática de que não pode dar à luz ou contribuir para a criação biológica de um filho deve ser administrada internamente, requerendo um processo de luto.

Na verdade, ela falou a sua percepção a meu respeito como sendo *viva* e à vontade em mim mesma. Essas sessões anunciaram uma mudança lenta e gradual em seu estado mental em direção ao que poderíamos considerar como um funcionamento mais depressivo.

Tal desenvolvimento tornou-se evidente alguns meses depois, na ocasião em que, em um gesto importante e espontâneo, a Srta. A. trouxe fotos de si mesma quando era um menino, com o intuito de me mostrar o quão desconfortável parecia estar neste *antigo* corpo. Pensei que, além de tentar assegurar-se de que fizera a coisa certa ao realizar a cirurgia, também estava começando a *olhar* para uma parte fantasmagórica dela, conforme capturada nessas imagens de seu corpo de infância, o qual, apesar da CRS, ainda estava no seu interior. Tal fato nos ajudou a entender que parte de sua adaptação ao corpo pós-cirúrgico só poderia obter sucesso se *ela* fosse capaz de olhar e integrar o corpo masculino que uma vez habitara e que estava, consciente e inconscientemente, associado em sua mente.

Um ano após a CRS, a Srta. A. iniciou um relacionamento sexual, o primeiro em mais de 10 anos, com um homem que parecia perturbado, mas era carinhoso com ela. Havia respeito pela alteridade do outro. A paciente foi capaz de lhe contar a sua história e se sentiu aceita por ele. De forma lenta, começou a ganhar vida e a se relacionar com o seu corpo como uma fonte potencial de prazer. Inevitavelmente, talvez dada a sua história inicial, ela permaneceu sensível ao desprezo dos outros e poderia sentir-se envergonhada com facilidade, mas também conseguia entender isso melhor em si mesma. Seus ataques de pânico diminuíram de forma considerável, e ela conseguiu trabalho. Parecia que o corpo da Srta. A., não apenas no contexto do seu novo relacionamento, mas também, de modo mais geral, em sua experiência de si mesma nos espaços abertos da vida, que uma vez ela tanto temia, era de maior potencialidade. De maneira significativa, ela começou a usar roupas que se ajustavam melhor ao seu físico real, diminuindo assim a incongruência visual que observei anteriormente. Comecei a discernir os contornos femininos em sua aparência ao lado de traços mais masculinos, os quais, de alguma forma, pareciam estar mais em harmonia do que em desacordo um com o outro. Quando terminamos nosso trabalho, a Srta. A. estava convencida de que a CRS tinha sido a coisa certa, e que a terapia a ajudou a *chegar a um acordo* com quem ela era.

Reflexões sobre o caso da Srta. A. e além

Ao refletir acerca da experiência de trabalhar com a Srta. A. e daquilo que a ajudou, considero que algo capaz de ter feito alguma diferença no seu ajuste foi

a experiência de *ser vista* conforme ela era e vivenciar o seu corpo incongruente e *self* fragmentado representados na minha mente. Tal fato lentamente ajudou a paciente a sentir-se mais coerente dentro de si mesma e, à medida que isso foi estabilizando, ela tornou-se capaz de se conectar mais, emocionalmente, com as perdas associadas à decisão de submeter-se à CRS, embora não tenha apresentado arrependimentos. De qualquer forma, foi igualmente importante para a Srta. A. estabelecer uma relação com uma analista que não somente espelhou de volta tal experiência e a conteve, mas também conseguiu manter na mente o ódio que ela sentia em relação aos seus objetos e os seus ataques ao objeto por meio do corpo.

O trabalho analítico com pacientes transexuais levanta uma série de questionamentos. De forma seletiva e breve, focarei em duas áreas, a saber: considerações sobre a etiologia e o impacto do trabalho face a face com esses pacientes.

Caminhos para a transexualidade

Em alguns casos de transexualidade, conforme espero ter ilustrado através do meu trabalho com a Srta. A., podemos identificar, tanto na história do paciente quanto no que é elaborado na transferência, experiências do desenvolvimento capazes de explicar como evolui uma identificação *cross-gender* e as suas funções defensivas. Neste artigo, me debrucei, de forma específica, no espelhamento inicial dos estados do corpo como algo crucial para o desenvolvimento de um estado coerente do *self*.

A capacidade do objeto primário de espelhar a experiência da criança foi reconhecida há muito tempo na psicanálise como um fator vital para determinar a qualidade das relações objetais internalizadas. Winnicott (1956) propôs que, quando o bebê olha para a mãe, aquilo que vê na expressão dela é o estado do próprio *self*. Neste caso, a função de espelhamento da mãe é vista como essencial para o estabelecimento da auto-representação do bebê. A partir de um ângulo diferente, Bion (1967) se debruça efetivamente sobre a função do espelhamento, ressaltando a importância, para o desenvolvimento, de uma mãe capaz de absorver (isto é, conter) e re-transmitir a experiência psicológica do bebê em uma forma metabolizada, promovendo, assim, a internalização gradual de uma função do pensar.

As teorias de Winnicott e de Bion destacam, respectivamente, a importância do espelhamento e a transformação da experiência da criança conforme mediada pela capacidade do objeto primário de refletir, de forma acurada, a experiência

interna da criança,¹⁴ ao mesmo tempo em que indica claramente que ele/ela possui uma experiência diferente (ou seja, o espelhamento é *marcado*). Tal processo facilita a *mentalização* da experiência (Fonagy e Target, 2000). Essa linha de pensamento representa um ponto de convergência entre a psicanálise e as elaborações contemporâneas da teoria do apego e da mentalização, apesar dos seus diferentes pressupostos epistêmicos (Fonagy, 1999).

No caso da Srta. A., os seus pais falharam não apenas em espelhar de volta a experiência de incongruência existente no núcleo da sua experiência corporal subjetiva e identidade de gênero, mas, em um sentido mais geral, eles também falharam em espelhar a vida emocional dela. De qualquer maneira, na transferência, percebi que ela precisava com urgência que eu olhasse para a sua experiência corporal e a sua aparência, representando-as na minha mente, sendo este o motivo pelo qual enfoquei tal aspecto no artigo. Ao propor uma falha no espelhamento como algo central no entendimento da transexualidade da Srta. A., refiro-me ao impacto das experiências repetidas de sentir-se “errada no meu corpo”, experiências estas que permaneceram não processadas e, portanto, acabaram por se concretizar no corpo.

As identificações projetivas no corpo da criança por parte dos pais ou a incapacidade deles de espelhar a experiência da criança do seu próprio corpo pode levar a distorções no desenvolvimento, as quais são passíveis de se manifestarem clinicamente como distúrbios no desenvolvimento sexual e na identificação de gênero. Se quisermos entender estas manifestações clínicas, precisamos levar em consideração não apenas os processos projetivos que subjazem à maneira através da qual o corpo e o gênero, conforme percebidos e vivenciados pelos pais, são refletidos de volta para a criança, mas também a forma por cujo intermédio a introjeção dessas experiências envolve variados graus de distorção e de elaboração idiossincrática. A Srta. A. tinha se identificado, de forma inconsciente, com um objeto ridicularizador e distorcido, algo que se tornou aparente na transferência quando ela chegou usando um fac-símile da minha roupa.

O foco no espelhamento ressalta a importância, no desenvolvimento, das relações da vida real. Contudo, tal foco relacional não é psicanalítico, a não ser que consideremos o papel da fantasia inconsciente e o conflito no desenvolvimento da mente. Em nenhum outro contexto isso é tão importante do que em relação a um entendimento da sexualidade e das identificações de gênero. A sexualidade não é apenas um instinto e um comportamento conforme ressaltado por Bowlby (1969), ela também organiza a experiência intrapsíquica e a fantasia. Em outras palavras,

¹⁴ Gostaria de ressaltar que isso inclui o espelhamento da reatividade somática e da excitabilidade estimuladas pelas trocas físicas iniciais entre mãe e bebê.

as relações de apego iniciais fornecem o contexto interpessoal dentro do qual se revela a experiência da personificação, e, portanto, da nossa sexualidade (Diamond e Blatt, 2007; Schilder, 1950; Weinstein, 2007). Por sua vez, a sexualidade infantil é moldada por meio dessas interações (ou seja, a experiência externa com os outros é re-vivenciada como uma atividade autoerótica). No nosso trabalho com pacientes transexuais, precisamos entender não somente a experiência do paciente da *sexualidade na infância*, mas também a sua *sexualidade infantil* idiossincrática, cujos resíduos podem ser encontrados no inconsciente (Scarfone, 2002). Entretanto, em uma psicoterapia conduzida uma vez por semana, não foi possível aprofundar esse nível da experiência.

Além disso, é igualmente importante incorporar, nas nossas formulações analíticas, as forças culturais sistêmicas que enquadram a experiência e a expressão da sexualidade e do gênero (Benjamin, 1998; Dimen, 1991; Goldner, 1991, 2011; Harris, 1991, 2011; Suchet, 2011) para assim questionar as equações mais simplistas relativas ao sexo biológico, ao gênero e ao desejo sexual (Butler, 1998, 2003; Foucault, 1976). Abordar a transexualidade requer uma lente ampliada para formular os processos interpessoais, intrapsíquicos e sistêmicos que dão origem a uma experiência altamente idiossincrática da personificação de gênero da criança.

No caso da Srta. A., é impossível saber com certeza se o seu sentimento de ser uma mulher no corpo de um homem pode ser explicado de forma melhor fazendo referência a fatores biológicos e/ou psicológicos. No seu caso em específico, uma abordagem psicogênica das dificuldades é obrigatória, considerando-se a sua história de privação emocional e, sobretudo, a maneira por meio da qual a *ausência* da mãe e o ódio pelo pai que a abandonara ao seu destino pareciam ter sido administrados através da identificação feminina que favoreceu uma fantasia de fusão simbiótica com a mãe (Ovesey e Person, 1973), obliterando o pai.

Em outros casos, é mais difícil identificar um déficit ou trauma na primeira infância. Em tais ocasiões, precisamos ficar abertos para a possibilidade de que existam fatores biológicos que influenciam a identificação *cross-gender*.¹⁵ Isto não quer dizer que tais fatores, mesmo quando presentes, atuam de forma independente das forças tanto sociais quanto psicológicas.

¹⁵ Assim como acontece com as hipóteses analíticas, existe alguma evidência para hipóteses biológicas (Garcia-Falgueras e Swaab, 2008; Zhou, Hoffman e Swaab, 1995), mas não se trata de achados consistentes, sendo que, quando existem, são limitados sob vários pontos de vista (para as críticas, cf. Chung, De Vries e Swaab, 2002; Hulshoff *et al.*, 2006; Nieder e Richter-Appelt, 2009).

O corpo no consultório

O meu trabalho com a Srta. A. foi realizado face a face, representando o desvio de um *setting* clínico mais clássico. Enquanto tal maneira de trabalhar impõe uma série de restrições e de demandas tanto no paciente quanto no analista, oferece, ao mesmo tempo, importantes *insights*, pois nos leva a considerar o impacto visual recíproco do paciente e do analista um sobre o outro (cf. Peringer, 2006; Steiner, 2004, 2006; Wright, 1991) de uma forma mais constante, e não apenas no começo e no final da sessão.

Com a Srta. A., fiquei impressionada com o impacto da sua apresentação visual sobre mim e, especialmente, a maneira por meio da qual as suas descrições detalhadas da CRS me afetavam ao mesmo tempo em que as processava na minha mente *enquanto ela me olhava*. Várias vezes, à medida que a Srta. A. se aproximava do dia da cirurgia, eu sentia como se estivesse sendo forçada a olhar, lá e naquela hora, para uma parte do corpo que precisava ser removida, como se ela precisasse da invocação desta imagem perturbadora na minha mente para só então realmente *olhá-la*, enquanto eu olhava para a paciente, a fim de que ela pudesse literalmente olhar para mim. Eu acreditava que ela precisasse ver não apenas que eu podia entender o quão aprisionada ela se sentia no corpo masculino, mas também ajudá-la a ver que aquilo que estava fazendo era, de fato, algo profundamente perturbador. Em outras palavras, ao passo que o espelhamento da sua experiência subjetiva era importante, era vital que a Srta. A. pudesse ver que eu também possuía a minha própria perspectiva a esse propósito e que era diferente da dela – uma perspectiva que, ao final, embora somente depois da CRS, foi capaz de ajudá-la a conectar-se com a perda que devastava a sua vida.

Com alguns pacientes, as atuações que giram em volta da relação do olhar fornecem importantes contribuições para entender o uso do corpo na transferência, bem como a sua experiência na relação com o olhar. Na minha experiência, para parte desses pacientes, o uso do divã pode ser inútil, pois contorna o campo visual e os conflitos que estão encapsulados através do encontro constante de dois olhares.

Trabalhar com esses indivíduos exige o estabelecimento de uma sintonia específica em relação ao corpo-*self* e à contratransferência corporal para que se torne possível construir “uma linguagem que deixe a corporeidade falar” (Lombardi, 2009, p. 370). Obviamente, é vital não envergonhar os pacientes expondo, de forma prematura, por meio do canal verbal, aquilo que o corpo expressa de forma silenciosa, mas vigorosa.

Conclusões

Embora a transexualidade seja frequentemente conceptualizada como se existisse uma *condição* unitária que afeta um grupo homogêneo de indivíduos, seria mais correto referirmos às *transexualidades* para captarmos a heterogeneidade dos caminhos que levam a – e das funções de – uma identidade transexual e as modificações do corpo que pode acarretar. À luz dessa heterogeneidade, o analista pode precisar abordar a experiência transexual a partir de uma série de teorias sintonizadas com diversas dinâmicas, as quais serão mais ou menos relevantes para o entendimento de um dado paciente.

Neste artigo, sugeri que a experiência transexual pode ser, em alguns casos, abordada não apenas como uma questão de gênero e de sexualidade, mas como uma ruptura na coerência da identidade. De maneira mais específica, debrucei-me sobre a experiência de incongruência do indivíduo transsexual, sugerindo que uma experiência de incongruência não mentalizada e vivenciada em nível do corpo-*self* pode contribuir, em alguns casos de transexualidade, à busca por um corpo *certo* que aliviará a sensação de incongruência por meio da certeza de que a imagem no espelho (literal e metaforicamente) corresponderá à experiência subjetiva do corpo. A busca é, fundamentalmente, pela mente receptiva do outro através de um corpo modificado e previsto para *garantir* o alívio da incongruência.

O foco na relevância do processo de espelhamento intersubjetivo em relação aos estados do corpo, sendo este um dos aspectos que fundamenta o desenvolvimento da identidade, fornece outra lente através da qual seria possível abordar a experiência transexual na matriz da transferência-contratransferência. De qualquer forma, gostaria de sugerir que o espelhamento acentuado e contingente da experiência corporal do *self* é provável que seja, para todos nós, uma característica vitalmente importante do desenvolvimento de um sentido coerente do *self* enraizado com firmeza no corpo. □

Abstract

The body one has and the body one is: understanding the transexual's need to be seen

The transsexual individual confronts the analyst with a disturbing otherness. How this otherness is understood, that is, how the analyst *looks* at the patient through her distinctive theoretical lens impacts, in turn, on the patient's experience and what emerges between them. In this paper the author outlines a developmental

model rooted in attachment and object relations theory to provide one alternative way of *looking* at some of these patients' experiences in the clinical *setting*. It is suggested that in some cases of transsexuality the primary object(s) did not mirror and contain an early experience of incongruity between the given body and the subjective experience of gender: it remains unmentalized and disrupts *self*-coherence leading to the pursuit of surgery that is anticipated to *guarantee* relief from the incongruity. Through an account of work with a male to female (MtF) transsexual who underwent surgery during her five years of psychotherapy, the author explores how a focus on the transsexual's experience of *being seen*, that is, of being taken in (or not) visually and mentally by the object in their state of incongruity, affords another window through which to approach the transsexual's experience in the transference–countertransference dynamics.

Keywords: Body image; Mentalization; Sexuality; Transsexuality; Visual relationship

Resumen

El cuerpo que uno tiene y el cuerpo que uno es: entendiendo la necesidad del transexual de que lo vean

El individuo transexual confronta al analista con una alteridad perturbadora. El modo por lo cual esa alteridad es entendida, es decir, como el analista *mira* al paciente por medio de sus lentes teóricas diferenciadas tienen impacto, por su vez, sobre la misma experiencia del paciente y aquello que emerge entre ellos. En este trabajo, la autora describe un modelo de desarrollo basado en las teorías del apego y en las relaciones de objeto con el intuito de fornecer una manera alternativa de *mirar* las experiencias de esos pacientes en el *setting* clínico. Se sugiere que, en algunos casos de transexualidad, el objeto primario – o los objetos primarios – no reflejó y no tuvo una experiencia precoz de incongruencia entre el cuerpo dado y la experiencia subjetiva del género: el cuerpo permanece no mentalizado, algo que perturba la coherencia del *self* y lleva a la búsqueda de la cirugía, la cual acaba por ser anticipada para asegurar alivio de la incongruencia. A través del relato del atendimiento de un individuo transexual HaM (Hombre a Mujer) que se sometió a un procedimiento quirúrgico realizado en el decurso de cinco años en que hizo psicoterapia, la autora investiga como el enfoque en la experiencia transexual de *ser mirado*, o sea, de ser acepto (o no) visual y mentalmente en su estado

de incongruência por el objeto, permite entrever outra abordagem a la experiência transexual en la dinâmica transferência-contratransferência.

Palabras clave: Imagem do corpo; Mentalização; Sexualidade; Transexualidade; Relação visual

Referências

- Argentieri, S. (2009). Transvestism, transsexualism and transgender: identification and imitation. In G. Ambrosio (Ed.), *Transvestism and transsexualism in the psychoanalytic dimension*, 1-40. London: IPA Books.
- Baudrillard, J. (1988). *The ecstasy of communication*. B. Schutze, C. Shutze, (Trad.). Paris: Galilee.
- Benjamin, J. (1998). *Shadow of the other: intersubjectivity and gender in psychoanalysis*. New York, NY: Routledge.
- Bion, W. (1967). *Second thoughts*. London: Heinemann.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss*, vol. 1. London: Hogarth.
- Butler, J. (1998). *Bodies that matter: On the discursive limits of sex*. London: Routledge.
- Butler, J. (2003). *Undoing gender*. London: Routledge.
- Chung, W., De Vries, G., & Swaab, D. (2002). The sexual differentiation of the bed nucleus of the stria terminalis in humans may extend into adulthood. *J. Neurosci.* 22: 1027-33.
- Diamond, D., & Blatt, S. (2007). Introduction. In Diamond, D., Blatt, S., Lichtenberg, J., (Eds.). *Attachment and sexuality*. New York, NY: Analytic.
- Dimen, M. (1991). Deconstructing difference: gender, splitting and transitional space. *Psychoanal. Dialog.* 1: 335-52.
- Ferenczi, S. (1938). *Thalassa: a theory of genitality*. New York, NY: Psychoanalytic Quarterly.
- Fonagy, P. (1999). Points of Contact and Divergence Between Psychoanalytic and Attachment Theories. *Psychoanalytic Enquiry*, 19: 448-80.
- Fonagy, P. (2006). Commentary on research, politics and clinical experience with transsexual patients. In Fonagy, P., Krause, R., & Leuzinger-Bohleider, M., editors. *Identity, gender and sexuality: 150 years after Freud, 157-60*. London: IPA Books.
- Fonagy, P. (2008). A genuinely developmental theory of sexual enjoyment and its implications. *J. Am. Psychoanal. Assoc.*, 6: 11-36.
- Fonagy, P., & Target, M. (2000). Playing with reality. *Int. J. Psychoanal.* 81: 853-73.
- Fonagy, P., & Target, M. (2007). The rooting of the mind in the body: new links between attachment theory and psychoanalytic thought. *J. Am. Psychoanal. Assoc.* 55: 411-56.
- Fonagy, P., Gergely, G., Jurist, E., & Target M (2002). *Affect regulation, mentalization and the development of the self*. New York, NY: Other Press.

- Foucault, M. (1976). *A history of sexuality: the will to knowledge*, vol. 1. London: Penguin.
- Freud, S. (1923). The ego and the id. In *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud (1923-1925): The Ego and the Id and other works* (Vol. XIX, pp. 1-66) London: Vintage; New Ed edition.
- Gaddini, E. (1969). On imitation. *Int J Psychoanal* 50: 475-84.
- Garcia-Falgueras, A., & Swaab, D. (2008). A sex difference in the hypothalamic uncinate nucleus: Relationship to gender identity. *Brain*, 131: 3132-46.
- Goldner, V. (1991). Towards a critical relational theory of gender. *Psychoanal. Dialog.*, 1: 249-72.
- Goldner, V. (2011). Trans: Gender in free fall. *Psychoanal. Dialog.*, 21: 159-71.
- Harris, A. (1991). Gender as contradiction. *Psychoanal. Dialog.*, 1: 197-224.
- Harris, A. (2011). Gender as a strange attractor: Discussion of the transgender symposium. *Psychoanal. Dialog.*, 21: 230-8.
- Hulshoff, P., Cohen-Kettenis, P., Van Haren, N., Pepper, J., Browns, R., Cahn, W., *et al.* (2006). Changing your sex changes your brain: Influences of testosterone and oestrogen on adult human brain structure. *Eur. J. Endocrinol.* 155 (Suppl. 1): S107-44.
- Lemma, A. (2012). Research off the couch: Re-visiting the transsexual conundrum. *Psychoanal. Psychother.* 26(4): 263-281.
- Lombardi, R. (2009). Through the eye of the needle: The unfolding of the unconscious body. *J. Am. Psychoanal. Assoc.* 57: 61-94.
- Mitchell, J. (2004). The difference between gender and sexual difference. In I. Matthis, (Ed.). *Dialogues on sexuality, gender and psychoanalysis*, 67-78. London: Karnac.
- Nieder, T., & Richter-Appelt, H. (2009). Parallels and differences between gender identity disorders and body integrity identity disorder: An implication for research and treatment of BIID. In A. Stirn, A. Thiel, & S. Oddo, (Ed.), *Body integrity identity disorder: Psychological, neurobiological, ethical and legal aspects*. Berlin: Five Publishers.
- Peringer, J. (2006). The wish to look and the hatred of seeing. *Bull. Br. Psychoanal. Soc.* 42: 18-27.
- Person, E., & Ovesey, L. (1974). The transsexual syndrome in male primary transsexualism. *Am. J. Psychother.* 28: 4-20.
- Quinodoz, D. (1998). A fe/male transsexual patient in psychoanalysis. *Int. J. Psychoanal.* 79: 95-111.
- Quinodoz, D. (2002). Termination of a fe/male transsexual patient's analysis: An example of general validity. *Int. J. Psychoanal.*, 83: 783-98.
- Resnik, S. (2001). *The delusional person: body feelings and psychosis*. London: Karnac.
- Scarfone, D. (2002). Sexual and actual. In D. Widlocher, (Ed.). *Infantile sexuality and attachment*, pp. 97-110. New York, NY: Other Press.
- Schilder, P. (1950). *The image and appearance of the human body*. New York, NY: International UP.

- Socarides, C. (1970). A psychoanalytic study of the desire for sexual transformation (transsexualism): The plaster of Paris man. *Int. J. Psychoanal.*, 51: 341-9.
- Steiner, J. (2004). Gaze, dominance and humiliation in the Schreber case. *Int. J. Psychoanal.*, 85: 269-84.
- Steiner, J. (2006). Seeing and being seen: Narcissistic pride and narcissistic humiliation. *Int. J. Psycho-Anal.*, 87: 935-51.
- Suchet, M. (2011). Crossing over. *Psychoanalytic Dialogues* 21: 172-91.
- Tuckett, D. (2011). Inside and outside the window: Some fundamental elements in the theory of psychoanalytic technique. *Int. J. Psychoanal.* 92: 1367-90.
- Weinstein, L. (2007). When sexuality reaches beyond the pleasure principle: attachment repetition and infantile sexuality. In D. Diamond, S. Blatt, J. Lichtenberg, (Ed.). *Attachment and sexuality*, pp. 107-36. New York, NY: Analytic.
- Winnicott, D. W. (1970). On the basis for self in body. In *Psycho-analytic explorations*, 261-83. London: Karnac, 2010.
- Winnicott, D. W. (1988). *Human nature*. London: Karnac.
- Winnicott, D. W. (Ed.) (1956). No role of mother and family in child development. In *Playing and reality*, pp. 111-58. London: Tavistock.
- Wright, K. (1991). *Vision and separation*. London: Free Association Books.
- Zhou, J., Hofmann, M., Gooren, L., & Swaab, D. (1995). A sex difference in the human brain and its relation to transsexuality. *Nature*, 378 (6552): 68-70.

Recebido em 03/05/2018

Aceito em 16/05/2018

Tradução de **Patrizia Cavallo**

Revisão gramatical de **Gustavo Czekster**

Revisão técnica de **Cristiano Freitas Frank**

Alessandra Lemma

Tavistock Centre, 120

Belsize Lane

London – NW3 5BA – UK

e-mail: alemma@tavi-port.nhs.uk

© *Institute of Psychoanalysis*

Versão em português da Revista de Psicanálise – SPPA

A homossexualidade do psicanalista

Jacques André,¹ Paris

Em 1921, Freud recusou a ideia de que a homossexualidade em si fosse um obstáculo à admissão à formação psicanalítica. Passaram-se 80 anos até que a IPA, em 2001, finalmente adotou esse posicionamento. Quando se trata da homossexualidade do psicanalista, é impossível dissociar a maneira como essa questão é tratada social e politicamente do questionamento propriamente analítico. A homossexualidade era um delito, mas hoje o delito é a sua discriminação. O politicamente correto mudou de lado, podendo até atingir a psicanálise e atentar contra a sua liberdade de pensar a escolha de objeto homossexual.

Palavras-chave: Homossexualidades; Escolha objetal; Bissexualidade; Formação analítica; Perversão; Identidade

¹ Psicanalista. Membro efetivo da Associação Psicanalítica da França (APF).

A questão já poderia ter-se encerrado em 1921. Em dezembro desse ano, Ernest Jones escreve a Freud a respeito de um médico homossexual holandês que ele desejaria excluir da formação ao exercício da psicanálise, por força da homossexualidade. A resposta de Freud: da mesma forma que não podemos apoiar a condenação legal da homossexualidade, não podemos recusar com base nisso a admissão à formação. Uma admissão requer *o exame das qualidades do candidato*, e não sua escolha de objeto sexual (*apud* Apfelbaum & Kahn, 2017, p. 187). Em outras palavras, se por um lado a profissão do psicanalista requer certa qualidade do funcionamento psíquico, por outro não se poderia impedir alguém de exercê-la considerando apenas as modalidades da vida sexual. A relação que Freud estabelece entre a discriminação legal, em vigor em quase todos os lugares à época, e *a proibição psicanalítica* confronta Jones com sua confusão, aquela que consiste em tomar uma repressão cultural por um discurso de verdade sobre a coisa psíquica. Se há uma interrogação sobre o funcionamento psíquico nessa conversa, é sobretudo sobre aquele de Jones.

Hoje, a posição freudiana é a mesma adotada pela IPA (*International Psychoanalytic Association*, a associação mundial das sociedades de psicanálise criada por Freud e por um grupo formado pelos primeiros psicanalistas); porém, para que assim fosse, transcorreram 80 anos (Feldman, 2017; Apfelbaum & Kahn, 2017). Até mesmo mais, pois nada diz que uma posição institucional, sob a pressão do novo ambiente cultural e legal (a homossexualidade era condenável, e agora é sua discriminação que passou a sê-lo), não se traduza simplesmente nas condições de admissão de um candidato à formação ao exercício da psicanálise. As reticências são hoje politicamente incorretas e, portanto, *inconfessáveis*, mas nem por isso desapareceram.

Até pouco tempo atrás, a única possibilidade de um candidato homossexual ser aceito consistia em ocultar sua vida sexual ou pelo menos manter-se vago sobre o assunto. O *coming out* de vários psicanalistas, primeiramente nos Estados Unidos, na década de 1990, revelou esse segredo de polichinelo, acabando com a hipocrisia e convidando a tratar a questão em outros termos.

É claro que a colocação do homossexual à distância jamais se acomodou simplesmente à esquematização do rótulo que patologiza, quando não insulta. Quando se é psicanalista, o mínimo é fundamentar em teoria analítica o ponto de vista defendido. E não faltaram teorias...

A teoria mais recorrente identifica homossexualidade e perversão. Lacan (1960-61), com muitos outros, repetiu o refrão. Na continuidade de um comentário sobre o *Banquete*, de Platão, ele fala do amor grego, do *amor dos belos moços*, para ressaltar a dimensão da sublimação. Mas acrescenta:

Isso não faz com que o amor grego deixe de ser uma perversão, por mais que seja sublimação [...] Que não venham nos dizer, sob pretexto de que era uma perversão preconcebida, aprovada ou mesmo festejada, que não fosse uma perversão. A homossexualidade não deixa de ser o que ela é: uma perversão (p. 43).²

Além do próprio Lacan, o raciocínio implícito que *proíbe* o homossexual de se tornar psicanalista pode ser resumido assim: como é que alguém que desconsidera a diferença dos sexos e recusa a castração poderia possibilitar que seu paciente tenha acesso a isso? Como poderia ajudá-lo a reconhecer a falta irreduzível (a Castração, com maiúscula) própria da condição humana? Poderíamos estender esse raciocínio para além da profissão do psicanalista. Se o perverso não respeita outra lei além daquela que ele mesmo edita, dever-se-ia proibi-lo de ser um jurista? E assim por diante... A crítica a essa posição exigiria um longo desenvolvimento, mas vou me ater a algumas observações a partir de duas palavras: perversão e homossexualidade.

Perversão, em psicanálise, provém de uma dupla acepção (já mencionada anteriormente, cf. *Fellare*), o que pode causar confusão. A disposição *perversa* polimorfa da sexualidade infantil tem uma dimensão genérica. Negativamente, ela resulta da imaturidade genital da criança, da sua incapacidade de descarregar sua excitação pelo coito, o que a leva a utilizar os meios de que dispõe (todos os meios servem, a boca, o ânus, a pele, os olhos, a curiosidade, a fala, o pensamento, etc.). De forma mais original, a perversão define um sexual muito plástico (*polimorfo*), criativo, gerando prazer por todos os meios, não livrando nenhuma das atividades da infância. Por outro lado, a perversão, no sentido da sexualidade adulta, define um comportamento específico, não mais genérico, que se caracteriza pela submissão do ato à realização de uma fantasia (de uma única). A imagem das cerimônias sadomasoquistas, sua encenação milimétrica, é a versão caricaturesca desse despotismo da perversão, que não atribui ao objeto sexual nenhuma outra existência além daquela de se curvar ao que o perverso exige.

Dito isso, entre o específico e o genérico, a sexualidade oscila. Toda sexualidade adulta tem sua fonte na fantasia, e a potencialidade perversa (levar o parceiro a *encenar* o roteiro que permite a realização do desejo) nunca está ausente. A diferença reside mais no tratamento do objeto. Quando a perversão é totalmente subjugada à vida sexual, ela torna o objeto tão cambiável quanto indiferente. Pouco importa a mulher, desde que ela use meias de seda... Evidentemente, o caso muda quando vem se misturar o amor, quando o objeto é *eleito*. Só que muitas vidas

² N.T.: Tradução livre.

(heterossexuais e homossexuais) conjugam as duas formas: perverso num dia (ou numa noite), apaixonado sempre.

Ao mesmo tempo em que a homossexualidade deixou de ser hoje uma *qualidade* que é obstáculo à admissão à formação analítica (e quando isso ainda acontece, o que está em questão não é mais a vida psíquica do candidato, mas aquela do psicanalista didata), o impedimento que a perversão constitui permanece. Expliquemos. Não se trata dos detalhes da vida sexual de cada um – que vão para o inferno os psicanalistas que se tomam por missionários! –, mas das modalidades da relação com o outro. Para que a psicanálise seja possível, o paciente tem de ser uma *pessoa*, e não um objeto indiferente e intercambiável. Aproximar-se da singularidade e da alteridade do analisando supõe um funcionamento psíquico inverso ao funcionamento perverso. O perverso *possui* o seu objeto, enquanto, inversamente, deixar-se *desapossar* o quanto possível de sua própria identidade psíquica é a condição exigida pelo método analítico, é a condição de uma escuta que suspenda seus desejos.

Como mostra a história, a psicanálise não esteve a salvo do desvio perverso, desde o seu começo e desde bem antes da indagação sobre a homossexualidade do psicanalista. Jung com Sabina Spielrein, Ferenczi com Gizella e Elma Palos, mãe e filha, acumulou as posições de analista e amante. Freud e Melanie Klein, que analisaram seus próprios filhos, também não ficaram longe da confusão. Vários outros depois deles vieram confirmar que a psicanálise é um ofício perigoso. A exploração do inconsciente põe lenha na fogueira, mas é preciso ter cuidado para não se queimar. Todas as transgressões éticas em psicanálise podem se inserir no registro da transferência quando o manejo desta vira manipulação. A transgressão sexual é exemplar nesse aspecto. O amor de transferência do(a) analisando(a) pelo analista não é um acidente de percurso deste ou daquele tratamento; ele é induzido pelo método. O convite a revelar o mais íntimo provoca inevitavelmente uma fala que se aproxima do discurso amoroso. Com o amor de transferência, a psicanálise nada faz além de colher o que semeou. Freud via nisso, paradoxalmente, a mais intensa de todas as resistências (amar contra analisar, quando o teatro pega fogo) e, ao mesmo tempo, o vetor mais seguro do tratamento psíquico. Mas basta que o psicanalista responda, na realidade, a esse desejo que o tem como objeto, passando ao ato, para que nada diferencie o dispositivo analítico de uma armadilha perversa. Isso acontece toda vez que o psicanalista se deixa tomar consciente e realmente pela personagem que a transferência gera: o amante, o Mestre (convidando seus analisandos para seu seminário) ou a mãe (transbordando de solicitude)... A tomada *inconsciente* do analista pela *força de atração* da transferência – este é o significado de *contratransferência* – é outro assunto. Como a transferência, a

contratransferência é ao mesmo tempo fonte de resistência e material privilegiado para a análise. Já a manipulação, ao contrário, desvia e anula a experiência analítica.

Conclusão: se a homossexualidade não é uma *qualidade* contraindicada para que alguém venha a ser psicanalista, não se pode dizer o mesmo do funcionamento perverso, que é de *natureza* tanto homossexual quanto heterossexual. Todavia, a perversão não é o único motivo historicamente invocado para *proibir* o homossexual de exercer o ofício de analista. Dentre os argumentos mais *clássicos*, dois deles formam apenas um (e não deixam de estar relacionados com o da perversão): um deles identifica a homossexualidade com uma interrupção no desenvolvimento psicosssexual, e o outro estabelece uma equação entre homossexualidade e sexualidades parciais (oral, anal, fállica...). Por trás de todas essas formulações teóricas, esconde-se uma representação normativa do desenvolvimento que tem sua melhor definição na expressão *primado do genital*. A genitalidade, ou seja, o encontro (finalmente!) de um pênis com uma vagina e das pessoas correspondentes seria o sinal de um acabamento do ser psicosssexual. No entanto, a descoberta da sexualidade infantil perturba justamente essa visão conformista. Longe de ser uma primeira etapa (*pré-genital*) que alcançaria sua forma completa na sexualidade pubertária, a sexualidade infantil é como o inconsciente: não tem idade, ignora o tempo. O seu recalçamento nutre a angústia, alimenta o desprazer e gera sintomas. Não há dificuldade de ereção, ejaculação precoce, frigidez ou vaginismo que não remetam à sexualidade infantil. A sexualidade humana, entre pulsão e fantasia, deve-lhe tudo: não somente as carícias preliminares, mas a coreografia do coito também. Já o *primado do genital* permanece tributário de uma ideologia da *natureza*, até mesmo do instinto.

É impossível percorrer todas as construções possíveis que terminam afirmando que *então, não se pode ser homossexual e psicanalista*. Simplesmente porque muitas delas constituem uma montagem tão inconsciente quanto pessoal. Apenas dois exemplos dentre tantas coisas ouvidas. Uma psicanalista manifesta sua preocupação: qual chance terá uma mulher depressiva de ser ouvida por um psicanalista homossexual? Outro psicanalista começa observando que a heterossexualidade é fundamental posto que assim o é, originariamente, entre a mãe e o filho..., mas interrompe o seu raciocínio, ameaçado pelo absurdo da sequência..., a primeira relação fundamental de uma menina é também com sua mãe. Dever-se-ia concluir, portanto, que, *no fundo*, todas as mulheres seriam homossexuais quando todos os homens seriam heterossexuais?

Deixando de lado a perversão, outra palavra que merece ser discutida é *homossexualidade*. Ela data do fim do século XIX e ganha força, pela primeira vez, na Inglaterra de Oscar Wilde, entre a psiquiatrização e a condenação. É uma

palavra que, às vezes, se aplica psiquicamente bem, com maior frequência entre dois homens do que entre duas mulheres, quando os dois parceiros do casal são tão *homo*, iguais, quanto possível. “É uma loucura como a gente se parece”, diz Jean referindo-se àquele com quem compartilha sua vida. A mesma idade, a mesma aparência, os mesmos gostos..., um é o espelho do outro. Não há dúvida de que Narciso sai ganhando com essa vida em duplo. Isso não quer dizer, contudo, que, por trás dessa identidade manifesta, não se dissimule uma alteridade secreta.

Mas, uma vez que se aplica bem, a palavra *homossexualidade* apresenta geralmente vários inconvenientes. A começar por unificar e escrever no singular algo que não o é. Nada impede de ser homossexual e psiquicamente regido por um funcionamento perverso, mas não mais do que ser regido por um funcionamento neurótico ou psicótico. O plural não se aplica somente à dualidade das homossexualidades masculina e feminina; cada uma delas apresenta construções múltiplas e heterogêneas. A designação pelo *mesmo sexo* conforma-se com a realidade material, mas ainda não diz nada da realidade psíquica. O sexo anatômico é uma coisa, o sexo psíquico é outra, às vezes no sentido próprio da expressão, quando alguém é do sexo psiquicamente oposto àquele que a natureza propôs. Nascemos menina ou menino, mas não nos tornamos necessariamente mulher ou homem, por vezes, no sentido relativo, por força da bissexualidade inconsciente. Esta não é menos consolidada do que a orientação dada à vida sexual, quer seja hetero ou homo. A experiência psicanalítica mostra isso suficientemente. Não há cena psíquica em que não esteja presente o *outro* sexo diferente daquele que se apresenta na realidade.

As palavras que Freud dirige a Jones, em 1921, no sigilo da correspondência refletem vários desenvolvimentos na obra publicada. Destacadamente, esta frase dos *Três ensaios* (1905): “Do ponto de vista da psicanálise, o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é também um problema que requer uma explicação, não é algo óbvio” (p. 51). A sexualidade humana não é mais natural do que contranatural; ela é desnaturada. A heterossexualidade não é explicável mais facilmente do que a homossexualidade. Ambas provêm de uma psicogênese complexa no término da qual se desenha a escolha de objeto. A psicosssexualidade é sempre um enigma. A análise contribui para reconstituir a sua trajetória a partir dos traços da realidade histórica, com maior frequência de forma parcial do que exaustiva. A singularidade das histórias, contudo, não impede que a teoria construa certas generalidades, à maneira como Freud tenta fazê-lo a respeito da homossexualidade de Leonardo da Vinci, mas convém renunciar ao que seria uma teoria unificada tanto da heterossexualidade quanto da homossexualidade.

Quer se trate da questão da possibilidade de alguém ser psicanalista e

homossexual ou de uma reflexão sobre a realidade psíquica da homossexualidade, na maioria das vezes implicitamente ou não, é a vertente masculina que serve de referência. Aqui também se misturam as representações culturais e psíquicas. Na perspectiva de um mundo ocidental patriarcal, a homossexualidade dos homens é uma provocação mais insustentável que a das mulheres. Estas dividem desde sempre o mesmo banheiro sem que alguém *pense mal delas*. Em 1937, refletindo sobre o tratamento de seu paciente Ferenczi, que solicitou intensamente a homossexualidade dos dois homens, Freud faz da recusa da passividade em relação a outro homem um dos motivos de resistência mais irredutíveis ao progresso da análise. Nada equivalente é dito a respeito das mulheres. Essa teoria de Freud valeria como teoria geral, ou mostraria a dificuldade transferencial de seu autor? A clínica dos dias atuais me inclina para a segunda hipótese. Os tempos mudaram, a homossexualidade masculina saiu do armário. Não é raro ouvir, no divã, um homem *essencialmente* heterossexual para o qual a mulher constitui a mais intensa fonte de desejo e de excitação expressar momentos homossexuais, seja numa prática noturna eventual ou por um excesso cometido numa circunstância festiva. Freud não diz nada sobre isso, mas, numa curiosa ocasião, faz um retrato da homossexualidade masculina bem diferente daquele com o qual seus desenvolvimentos teóricos nos acostumaram. Em 1926, Stefan Zweig, com quem Freud mantinha uma relação epistolar,³ enviou-lhe uma coletânea de novelas contendo, sobretudo, uma obra-prima: *A confusão dos sentimentos* (1992). É a história de uma paixão amorosa entre um professor universitário e seu aluno, tendo como pano de fundo Shakespeare, tema do aprendizado. Qualificar esse amor de *platônico* seria paradoxal, tanto mais que o desejo de Platão por todos os Alcibiades nunca se limitou a uma troca de olhares. Porém, na novela de Zweig, a passagem do psíquico ao físico, limitada a um beijo, marca também a separação dolorosa dos *amantes*: “Ele [o professor] me puxou contra si, seus lábios pressionaram avidamente os meus [...] Foi um beijo como nunca recebi de uma mulher, um beijo selvagem e desesperado como um grito de morte” (s/p).

Freud envia a Zweig este comentário:

Por que o homem não pode aceitar o amor físico de outro homem, mesmo quando se sente muito ligado a ele no plano psíquico? Isso não seria contrário à natureza de Eros que, com a superação da rivalidade natural entre os homens (atitude de ciúme), teria um triunfo notável. O amor de um homem por outro homem também seria mais fácil no plano do desenvolvimento histórico; talvez fosse até mesmo melhor, posto que não haveria a necessidade

³ Correspondências de Freud & Zweig entre 1908-1929.

de superar aquele último resto de estranheza entre homem e mulher e não conteria aquele sadismo a mais que envenena as relações entre os dois sexos. Também não é contrário à “natureza” humana, pois esta é bissexual. Ademais, essa incapacidade nem sempre existiu (o amor grego e romano) e parece existir unicamente para nós hoje, mas não para todos. Quando existe, ela é insuperável [...] Qual é o fundamento dessa repulsa aparentemente elementar? Não se sabe [...] (1995, s/p).⁴

Não se tem certeza de que a perplexidade tenha diminuído desde Freud, apesar da evolução dos costumes. Percebemos que ele abriu duas pistas para reflexão. A primeira é histórica e cultural ao mesmo tempo; a segunda é intrapsíquica.

A bissexualidade psíquica é nosso quinhão comum e deriva, de forma complexa e inconsciente (mesclando o desejo e a identificação), da intensidade dos primeiros amores, no duplo sentido do amor dos pais pela criança e do amor dela pelos objetos dos dois sexos que lhe são próximos. De onde nasce o impedimento para que se exerça essa bissexualidade própria da sexualidade infantil na vida sexual adulta? Seria simplesmente uma questão de repressão social? O argumento clássico do *amor greco-romano* não é absolutamente decisivo. Primeiramente, porque ninguém jamais teve Platão ou Adrian no divã, e depois porque o que sabemos das representações culturais mostra uma combinação sempre original entre o permitido, o proibido e o obrigado, da qual não podemos deduzir simplesmente conteúdos psíquicos correspondentes. Que Adriano usasse sexualmente o seu escravo Antínoo, como o faria com uma mulher, isso fazia parte da ordem romana das coisas, mas apaixonar-se e deixar-se penetrar, isso abala o Império. Em Esparta, o adolescente só será digno de se tornar guerreiro depois de ter sido penetrado por alguém mais velho... Para brandir o gládio, é preciso tê-lo antes recebido. A escolha do objeto de amor não tem nada a ver com isso; é apenas uma questão de transmissão obrigatória da virilidade. Poderíamos dar vários outros exemplos pertencentes a espaços culturais completamente diferentes, como o dos *Baruyas* da Nova Guiné estudados por Maurice Godelier, para os quais a homossexualidade é proibida entre os adultos, mas obrigatória (sob a forma restrita da felação e da ingestão do esperma) entre o adolescente e o jovem rapaz.

A investigação histórica e cultural ajuda a evitar uma dupla ilusão: nenhuma sociedade passada ou presente permite que a bissexualidade seja exercida livremente, sem entrave. O futuro seria mais promissor, como a evolução das democracias ocidentais parece apontar? Resta a dúvida. A história da sexualidade é descontínua, jamais segue o caminho de um simples progresso que iria do

⁴ Carta de 4 de setembro de 1926.

interdito ao *tudo é permitido*. O horror muda de escopo, mas nunca desaparece: o ódio apaixonado pela masturbação se deletou no século XIX; hoje é a pedofilia que está em pauta. Além disso, não se pode permanecer cego a certa divisão à maneira dos vasos comunicantes, segundo a qual aquilo que é liberado aqui é reprimido com maior violência ali. Como dissociar a *revolução sexual* ocidental do terrorismo sexual de integristas religiosos de todos os matizes? É, portanto, dupla a ilusão de fazer, por um lado, de determinada sociedade antiga um espaço nostálgico de liberdade sexual e de sonhar, por outro lado, com um futuro sexual em que seja proibido proibir.

A outra pista, intrapsíquica, não é menos intrincada. Sem falar da forma estranha pela qual ela se enreda com a anterior: alguém pode ser um fervoroso defensor da igualdade em relação ao casamento, militar pelo casamento homossexual e expressar no divã sua repulsa por essa mesma homossexualidade. Inversamente, pode-se participar de protestos contra o casamento homossexual⁵ e dividir sua vida cotidiana com uma pessoa do mesmo sexo. As posições defendidas conscientemente nunca trouxeram muita informação sobre o que o inconsciente confecciona. No entanto, pode-se ainda perguntar, em parte, se a revolução dos costumes possibilitou uma liberação relativa da bissexualidade e da homossexualidade. Claramente sim. O que Mauriac, em seu tempo, recusou-se a fazer como Proust, hoje ele se permitiria provavelmente. Recalcamento psíquico e repressão cultural não se sobrepõem simplesmente, mas isso não quer dizer que sejam indiferentes um para o outro. Tomadas todas as devidas precauções, é possível voltar à perplexidade de Freud, que continua sendo a mesma nossa. Na novela de Zweig, segundo Freud, o conflito consiste “no fato de que o adolescente desejaria corresponder ao amor do homem, mas não pode fazê-lo por causa de um misterioso interdito interno” (s/p). É, sem dúvida, neste ponto que o questionamento psicanalítico encontra toda a sua pertinência. Em 1937, Freud fez uma constatação que não perdeu sua atualidade, se considerarmos o que se ouve no divã atualmente: “há pessoas que podem tomar como objetos sexuais membros de seu próprio sexo, bem como do sexo oposto, sem que uma das orientações interfira na outra” (p. 45-46).⁶ Mas, ao mesmo tempo em que essa bissexualidade está presente em cada um de nós, sua vivência está longe de ser homogênea.

Ao passo que na primeira classe de pessoas as duas tendências prosseguem juntas sem se chocarem, na segunda classe, mais numerosa, elas se encontram

⁵ N.T.: O autor cita, como exemplo, *Manif-pour-tous*, um grupo francês de associações que organiza protestos e manifestações contra o casamento homossexual.

⁶ Freud, S. Edição standard brasileira de obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 23. *Análise terminável e interminável*, Rio de Janeiro: Imago, p. 157.

num estado de conflito irreconciliável. A heterossexualidade de um homem não se conformará com nenhuma homossexualidade e vice-versa (p. 45-46).

Por que a libido é incapaz de se dividir neste segundo grupo enquanto consegue fazê-lo sem dificuldade no primeiro? Em que fonte é buscada tamanha inclinação ao conflito? A resposta de Freud é surpreendente. Os horrores neuróticos não faltam (aqueles que o asco, a aversão e a repulsa revelam), e, como o inconsciente ignora o tempo, eles se manifestam hoje como ontem: o horror do homem heterossexual à feminização por sodomia, o horror da mulher heterossexual à intimidade feminina quando toca na genitália, o horror do homem homossexual ao pensamento tenaz e abissal do órgão/abismo feminino, o horror da mulher homossexual ao pensamento da penetração (embora outra homossexualidade feminina não imagine prescindir do *falo lésbico*, o pênis artificial). No entanto, não são essas angústias neuróticas que Freud invoca nesse texto clínico testamentário, mas uma cumplicidade secreta entre o conflito psíquico e as pulsões de destruição. O antagonismo estaria menos entre um desejo sexual e o seu recalçamento do que entre a integridade do Eu e o peso da ameaça de um *sexual-de-morte* mais deletério que erótico. Esse clima *trash* antes de seu tempo não está ausente na novela de Zweig, quando este evoca a homossexualidade do professor à maneira de Pasolini, mais próxima do submundo e do assassinato que do hedonismo.

Não há nada conclusivo em tudo isso. As indagações se multiplicam, mas não podemos dizer o mesmo das respostas, e um princípio de incerteza preside a teoria. A psicanálise é a *ciência* da parte intratável da vida psíquica, o que a situa em situação de ambiguidade tanto com o discurso *politicamente correto* dos dias de hoje quanto com aquele de ontem. O ódio à homossexualidade cedeu lugar, inversamente, ao ódio à homofobia. Esta última palavra (*homos-phobos* = medo do mesmo) é pelo menos tão insatisfatória quanto sua predecessora. Esse vocábulo social e político quer ignorar completamente as raízes inconscientes do ódio, as quais ignoram o tempo e o ambiente cultural. Não existe chance alguma de que a abolição da discriminação da homossexualidade se traduza no inconsciente por uma igualdade indulgente.

Depois de fazer essa incursão, voltemos à questão inicial: ser psicanalista e homossexual. Uma vez que se admite que a *qualidade do funcionamento psíquico* é a única coisa que vale, embora essa *qualidade* seja prudentemente mais intuitiva que definida, quais as questões que restam? Seria necessário observar minuciosamente a prática clínica e imaginar as dificuldades potenciais. Por exemplo: em que medida um psicanalista homossexual assumido (isso é comum hoje, por força do sair do armário) possibilitaria a um paciente, homem heterossexual, dar vida e expressão,

na transferência, à sua homossexualidade inconsciente? Essa pergunta possui uma variante simétrica: em que medida uma mulher analista heterossexual possibilitaria a um paciente, homem homossexual, a vivência de sua heterossexualidade inconsciente? Desta vez, sinto que posso responder com tranquilidade. A incrível *força de atração da transferência* (expressão de J-B. Pontalis) desarruma tanto a diferença dos sexos quanto aquela das gerações. Basta que a posição analítica seja mantida – o que é sempre uma questão de respeitar o método – para que as *dramatis personae* produzidas pelo amor/ódio da transferência deem vida a um teatro em que a realidade da pessoa do psicanalista nada prejudica. Que o psicanalista seja homem ou mulher, jovem ou velho, homo ou hetero, a análise é uma viagem que libera as identidades.

Assim, alguém pode ser hoje psicanalista e homossexual com certa tranquilidade (embora essa profissão nem sempre seja totalmente tranquila), inclusive dentro da sociedade das sociedades criada por Freud, a IPA. Mas tão logo encerrada uma questão, já surge outra, porque a coisa psíquica inconsciente é tão violenta, que não dá trégua. Ela pode ser ilustrada por um debate organizado em 2001, em torno de um argumento proposto por Ralph Roughton, *training analyst* de Atlanta, que havia declarado sua *gay identity* no Congresso da IPA em Barcelona, em 1997. Roughton faz uma advertência contra toda patologização da homossexualidade e chama a atenção para os preconceitos heterossexistas mais ou menos inconscientes dos analistas. O mais interessante, contudo, diz respeito à *etiologia* da homossexualidade e ao surpreendente convite feito ao analista para abster-se de qualquer investigação sobre o assunto. Por que esse recuo? *Etiologia* rima com *doença*, e imagina-se em Roughton certa desconfiança em relação a um psicanalista que só se interessaria pelas causas para modificar seus efeitos ou, dizendo claramente, para fazer de um homossexual doente um heterossexual genuíno. Não se sabe ao certo o que determina uma escolha de objeto sexual, então vamos proteger esse não-saber! Isso faz pensar naqueles pacientes que dizem que querem iniciar uma análise desde que não questione sua crença religiosa, ou ponha em perigo a vida conjugal... Circulando! Não tem nada para saber!

A palavra *etiologia* não é bem vista por ser muito carregada do ponto de vista médico, mas a ideia próxima de psicogênese está no cerne da experiência analítica. Reconhecer a obscuridade em torno da determinação inconsciente de uma escolha de objeto sexual e amoroso (homo e hetero) é uma coisa, recusar-se a aproximar-se dela é outra. Sabemos pela experiência que, quando uma porta se fecha em psicanálise, a peça condenada se enche com tudo aquilo que aproveita para fugir da investigação. É uma sorte para as resistências. O tratamento psicanalítico não tem outra finalidade definida além daquela de promover uma mudança psíquica

para melhor viver; trazer à tona as fontes da escolha de objeto não é nenhuma finalidade privilegiada. Somente as modalidades da transferência e o curso da livre associação traçam o caminho a seguir. E é perfeitamente possível que uma fragilidade perceptível exija tecnicamente que o analista não prossiga muito adiante por determinada via. Mas o que pensar de um psicanalista – primeiramente, de um candidato à formação analítica – que nunca tenha se confrontado verdadeiramente, durante a sua análise pessoal, com a história inconsciente de suas escolhas sexuais e amorosas? De alguém que, portanto, não tenha encontrado, na plena acepção da palavra, sua heterossexualidade ou sua homossexualidade? O mínimo que se poderia pensar é que lhe falta aquela *qualidade do funcionamento psíquico* necessária ao exercício desse ofício. Meu raciocínio associa heterossexualidade e homossexualidade porque a obscuridade inconsciente diz respeito a ambas, só que nunca se encontrou alguém que propusesse cancelar a investigação da psicogênese da escolha hetero. O que Roughton defende não tem correspondência hetero.

Os meandros de cada vida singular sempre deixam na sombra uma parte inexplorada, mas isso não põe em xeque absolutamente a convicção, alimentada pela experiência, de que toda escolha de objeto é o resultado de uma psicogênese. Sempre uma questão de história, nunca uma questão de natureza. Quais seriam as psicogêneses da escolha homossexual? Isso seria assunto para um longo artigo, pois as hipóteses são numerosas. A singularidade de uma vida não impede traçar certas linhas gerais que possam ser teorizadas. Algumas considerações sucintas.

A primeira hipótese, a mais corrente, refere-se ao complexo de Édipo. Este, como escreve Freud (1923), tem duas faces:

[...] um menino não tem simplesmente uma atitude ambivalente para com o pai e uma escolha objetal afetuosa pela mãe, mas, ao mesmo tempo, também se comporta como uma menina e apresenta uma atitude afetuosa feminina para com o pai e um ciúme e uma hostilidade correspondentes em relação à mãe. É este elemento complicador introduzido pela bissexualidade que torna tão difícil obter uma visão clara dos fatos em vinculação com as escolhas primitivas de objeto e identificações, e ainda mais difícil descrevê-las inteligivelmente (p. 276-277).⁷

Para dizer a verdade, essa homossexualidade edípica é sempre insuficiente para explicar uma escolha objetal homossexual quando é exclusiva. Por outro lado, é bastante comum que ela opere nas homossexualidades inconscientes dos homens heterossexuais. A primeira psicogênese da escolha objetal especificamente

⁷ ESB. Vol. 19, pp. 47-48.

homossexual foi descrita por Freud num texto dedicado a Leonardo da Vinci. Na origem, há um amor apaixonado da mãe pelo seu menino, um amor sem limite que não dará à criança outra escolha além da identificação com a mãe-amante: amar um homem como o próprio menino foi amado pela primeira de todas as mulheres. É, por certo, uma homossexualidade, mas paradoxalmente muito fiel ao primeiro amor hetero; se não há mulher, é porque no fundo só existe *uma* insubstituível. Essa *história* é apenas uma entre outras, em que o objeto eleito sempre conservará algo da criança que o sujeito foi para *a menina-dos-olhos*, um efebo à imagem de Antínoo ou dos *ragazzi* de Caravaggio. O mérito desse relato freudiano está também em assinalar a contribuição do inconsciente dos pais para essa construção. Em outras formas de homossexualidade tanto masculinas como femininas, essa contribuição tem a violência da evidência: o pai ou a mãe (às vezes ambos) desejava profundamente uma menina, vem um menino... Mas a fantasia inconsciente dos pais não cede: *nasceu uma menina*. Nesse caso, o sexo psíquico assim imposto sempre prevalecerá sobre o que a natureza oferece, mesmo que o percurso sexual e amoroso não seja automaticamente determinado.

As homossexualidades femininas, tanto aquelas inconscientes das mulheres hetero como as que não deixam outra escolha além de amar uma mulher, concorrem em complexidade com as homossexualidades masculinas. Cabe assinalar que, se a continuidade pai-filho é insuficiente para fundar sozinha uma homossexualidade, o caso é diferente na relação mãe-filha. Maria fala da maneira encaixada, em *conchinha*, de dormir com sua companheira, assim como fazia quando era criança na cama da mãe, com uma única diferença operada pela identificação: era Maria que se enrolava contra o ventre materno, posição que hoje ocupa sua companheira.

Se a psicanálise tivesse de renunciar a explorar as psicogêneses das escolhas amorosas e sexuais, ela daria as costas àquilo que constitui a sua originalidade: traçar as figuras da sexualidade infantil e seguir sua pista nas vidas adultas, que seja pela forma de fantasiar, de amar, de criar ou de trabalhar. A restrição pregada por Roughton é estendida por outros psicanalistas homossexuais (Richard Isay em primeiro lugar, seguido por outros) de maneira muito mais radical: somente um homossexual, no fundo, seria um psicanalista competente para o paciente homossexual. Essa posição, mais militante que analítica (ao ponto de compor uma lista de analistas *gay friendly*), permaneceu certamente marginal, embora contenha muitas indicações. Ela já está mais ou menos inserida na expressão de Roughton para definir-se: *gay identity*. A noção de identidade é primeiramente cultural e política, e circunscreve uma *comunidade*, ou seja, o reconhecimento do *mesmo* (*idem*) sobre um fundo plural. Em psicanálise, é menos uma noção do que uma fantasia do Eu, uma fantasia narcísica e vital pela qual o sujeito se convence de ser

um. Cada um de nós, ao dizer *Eu*, precisa acreditar nisso e esquecer absolutamente que *Eu é um outro*. Mas aquilo de que o Eu [Ego] necessita, na vida do dia a-dia, é um entrave ao exercício da psicanálise. Nada transpõe facilmente as fronteiras que delimitam o território do Eu, mas essa expatriação, ainda que sempre parcial, é a condição de possibilidade que tem um psicanalista para aplicar o seu próprio método: o de uma escuta flutuante que solta suas próprias amarras. Muitos pacientes apresentam ao analista territórios psíquicos que lhe são totalmente alheios. Se ele não estiver pronto para a viagem, é porque errou de profissão. Não lhe cabe fechar as portas.

Assumir a escolha homossexual é uma coisa, fazer dela uma identidade é outra. O cúmulo desta é realizar sob uma forma positiva o que o ódio à homossexualidade realizava sob uma forma negativa: os nazistas reuniam os homossexuais dentro de um campo para destruí-los; a *comunidade* homossexual cria hoje espaços onde seus membros encontram o bem-viver entre si. Um exemplo é Provincetown, uma aldeia situada no extremo do Cabo Cod, onde os casais gays e lésbicos, na companhia de seus filhos, aproveitaram um ambiente de sonho para criar um mundo que é como o avesso daquela solidão absoluta do homossexual em mundo hostil que o filme *Moonlight*, de Barry Jenkins, apresenta.

O inconsciente é politicamente incorreto, e o mínimo que se pode esperar do psicanalista, pelo menos no exercício de sua arte, é que se mostre à altura dessa loucura privada. A maneira de Judith Butler (2005) rejeitar a bissexualidade freudiana tem ares de reação epidérmica:

O problema que encontro nas visões de Freud sobre a bissexualidade é, na verdade, o fato de se tratar de heterossexualidade. A parte feminina quer um objeto masculino e a parte masculina, um objeto feminino. Esplêndido! Temos então dois desejos heterossexuais a que damos o nome de bissexualidade. Não, não posso aceitar isso! (p. 26).

Entrevemos, por trás desse gesto de humor, a defesa de uma *identidade homo*, aquela de um desejo homossexual que não deva nada a ninguém, muito menos ao *outro* sexo. O psicanalista que se *conforma* com tal ponto de vista está tão distante da *alteridade* do inconsciente quanto aquele que, há pouco, esperava conduzir qualquer paciente à plenitude do *amor genital*. □

Abstract

The psychoanalyst's homosexuality

In 1921, Freud refused the idea that homosexuality in itself was an obstacle to being admitted to psychoanalytic training. Eighty years went by until 2001, when IPA decided to adopt that position. When it comes to the psychoanalyst's homosexuality, it is impossible to dissociate the way society and politics deal with it from its analytic approach. Homosexuality was a crime, but today it is a crime to discriminate against someone on that basis. The *politically correct* has changed sides, and it may even affect psychoanalysis and its freedom to think of the choice of homosexual object.

Keywords: Homosexualities; Choice of object; Bisexuality; Analytic training; Perversion; Identity

Resumen

La homosexualidad del psicoanalista

En 1921, Freud rehusó la idea de que la homosexualidad en sí fuera un obstáculo a la admisión a la formación psicoanalítica. Han pasado 80 años hasta que la IPA, en 2001, por fin haya adoptado esa posición. Cuando se trata de la homosexualidad del psicoanalista, es imposible disociar el tratamiento social y político del cuestionamiento propiamente analítico. La homosexualidad era un crimen, ahora su discriminación es que lo es. El *políticamente correcto* ha cambiado de bando, incluso para por su vez llegar al psicoanálisis y minar su libertad para pensar la elección del objeto homosexual.

Palabras clave: Homosexualidad; Elección objetal; Bisexualidad; Formación analítica; Perversión; Identidad

Referências

Appfelbaum, L. & Kahn, L. (2017). La situation de l'homosexualité dans la formation analytique (1973-2000) : Bibliographie commentée. In *La liberté en psychanalyse. Liberté. Égalité. Sexualité*. (Association Psychanalytique de France) : PUF.

Butler, J. (2005). *Humain, inhumain : le travail critique des normes : entretiens*. Paris: Éd. Amsterdam.

- Feldman, M. (2017). *Être gay et devenir psychanalyste : trois générations*. Paris : PUF.
- Freud, S. (1905). *Trois essais sur la théorie sexuelle*. Paris: Gallimard, 1987.
- Freud, S. (1923). Le moi et le ça. In *Oeuvres complètes de Freud*, Vol. XVI.
- Freud, S. (1937). L'analyse finie et l'analyse infinie. In *Oeuvres complètes de Freud*, Vol. XX.
- Lacan, J. (1960-61). *Le Séminaire, livre VIII : Le transfert*. Paris : Seuil, 1991.
- Zweig, S. & Freud, S. (1995). Lettre du 4 de septembre de 1926. In *Correspondance, 1908-1929* (pp. 53-59). Paris: Payot et Rivages, 2013.
- Zweig, S. (1992). *La confusion des sentiments*. Paris: Le livre de Poche.

Recebido em 12/03/2018

Aceito em 04/04/2018

Tradução de **Vanise Dresch**
Revisão gramatical de **Ellen Garber**
Revisão técnica de **Renato Lucas**

Jacques André
46 rue Vavin
75006 – Paris – France
e-mail: andre.jac@orange.fr

© Jacques André
Revista de Psicanálise – SPPA

A sexualidade infantil tem algo a ver com o bebê?¹

Björn Salomonsson,² Estocolmo

A teoria psicanalítica clássica apresenta muitos conceitos acerca dos processos mentais, compreendidos como algo que surge no bebê³ e que influencia a mente adulta. No entanto, a prática psicanalítica com mães e bebês foi pouco integrada no âmbito da teoria psicanalítica geral. Uma razão para tal fato é que somente alguns analistas usam essa prática para aprofundar a teoria. Outro motivo é que terapeutas de crianças tendem a abandonar conceitos psicanalíticos clássicos a favor de noções ligadas às teorizações do apego. Como resultado, o conceito de sexualidade infantil, tão central para a teoria clássica, desempenha um papel discreto nas discussões clínicas sobre terapia infantil. O autor argumenta que a sexualidade infantil desempenha um papel vital em muitos distúrbios do tipo mãe-bebê. Para funcionar como um conceito clínico, ele precisa ser delineado a partir do apego e compreendido no contexto da interação mãe-bebê. Dois exemplos são apresentados: o primeiro em que a sexualidade infantil do analista surgiu em um comentário dirigido para a criança e o outro constituindo um caso de problemas de amamentação no qual um bebê se exasperava diante do seio. Essa situação foi interpretada como algo que reflete os conflitos sexuais infantis da mãe bem como a emergente internalização desses conflitos por parte do bebê. Portanto, para conceitualizar tais distúrbios, precisamos levar em conta a sexualidade infantil tanto na mãe quanto no bebê.

¹ O incentivo a este artigo foi uma palestra (Salomonsson, 2011) no Congresso *Sexuality in childhood and youth*, que ocorreu em março de 2010, na Unidade de Psiquiatria da Criança e do Adolescente, Universitätsklinik Tübingen, Alemanha.

² Psicanalista. Membro efetivo da Associação Sueca de Psicanálise e consultor do *Mama Mia Child Health Centre* em Estocolmo.

³ N.T.: Por bebê indicamos a criança na fase pré-verbal, com menos de um ano de idade.

Palavras-chave: Sexualidade infantil; Tratamento psicanalítico mãe-bebê; Apego; Laplanche

Introdução

Este artigo tem como objetivo investigar em que medida seria possível integrar a prática psicanalítica atual pais-bebês com a teoria psicanalítica clássica de Freud. Colocando a questão de forma inversa, o que esta teoria tem a dizer sobre a interação que estes pequenos pacientes possuem com as suas mães? O presente artigo irá se concentrar de forma exclusiva no conceito de sexualidade infantil, enquanto textos futuros investigarão outros conceitos juntamente com linhas teóricas similares. O contexto é formado por experiências de tratamentos analíticos mãe-bebê em meu próprio consultório e no consultório do *Child Health Centre*. O tratamento de distúrbios da relação e de sintomas funcionais tem levantado questões pertinentes ao *status* do bebê na teoria psicanalítica: em que medida essa teoria se refere a um bebê virtual reconstruído, ou, alternativamente, a um bebê observado ou tratado clinicamente? Portanto, parafraseio aqui o questionamento de André Green (1995), *Sexualidade tem algo a ver com psicanálise?*, ao perguntar: o conceito de sexualidade infantil tem algo a ver com o bebê?

Não é sempre reconhecido em qual medida Freud (1950[1895]) baseou as suas teorias nas observações de bebês e em especulações: por exemplo, como a mãe ajuda o bebê a lidar com as ansiedades (p. 318), como as frustrações forçam o bebê a abandonar a realização alucinatória de desejos em favor do pensamento realista (1900, 1911) e como as ansiedades se manifestam no bebê e na maneira através da qual ela/ele lida com elas (1920, 1925-26). Os grandes teóricos continuaram especulando sobre a vida infantil. Por exemplo, Klein (1935, 1945, 1946, 1952) descreveu as ansiedades infantis, Bion (1962, 1965) desenvolveu a sua teoria de continência a partir de um modelo da mente do bebê e Meltzer (1966) explicou o mundo de fantasia perversa do bebê e o conflito estético (Meltzer & Harris-Williams, 1988). Ainda assim, eles não basearam as suas teorias em trabalhos clínicos realizados com bebês. Assim como ocorre com os analistas experientes nesse trabalho (veja-se, por exemplo, Cramer & Palacio Espasa, 1993; Fraiberg *et al.*, 1975; Lebovici & Stoléru, 2003; Norman, 2001), as suas descobertas foram usadas, em uma medida modesta, para desenvolver uma teoria geral psicanalítica.

Uma exceção é Winnicott, responsável pela criação de muitos conceitos a partir de sua vasta experiência clínica com bebês e mães: o ambiente de *holding*

(1955), o objeto transicional (1953), a relação pais-bebês (1960), a preocupação materna primária (1956), etc. No entanto, somente o artigo sobre o jogo da espátula (1941) é direcionado para uma explicação clínica do trabalho mãe-bebê. O paciente mais jovem no seu livro sobre consultas terapêuticas (1971) tem a idade de dois anos. Quanto à sexualidade infantil, ele quase nunca chega a mencioná-la de forma direta. Uma exceção (1960) aparece quando se observa o seu trabalho com casos *borderline*, algo que lhe permitiu “reconstruir as dinâmicas da infância e da dependência infantil, e do cuidado materno que satisfaz esta dependência” (p. 595).⁴ No entanto, observamos que as dinâmicas infantis e a dependência foram descobertas através da reconstrução, não diretamente pelo trabalho clínico infantil. Alguém poderia, por exemplo, imaginar que o conceito de *holding* relaciona-se com a sexualidade infantil. Na verdade, ele envolve a “provisão ambiental total” da criança (p. 589) e o *holding* físico da mãe, “que é uma forma de amar” (p. 592). Nenhuma menção é feita à sexualidade infantil. Em suma, “a descoberta fundamental de Freud [não] foi seguida de teorias que têm como objeto o desenvolvimento sexual do *infans*” (Zeuthen & Gammelgaard, 2010, p.4).

Em contraste, a literatura produzida por terapeutas que se ocupam com a relação mãe-bebê contém abundantes exemplos que incluem bebês. Os seus modelos teóricos geralmente encontram-se fundamentados na teoria do apego e integrados com partes da teoria analítica (Acquarone, 2004; Baradon *et al.*, 2005; Lieberman & Van Horn, 2008; Papousek *et al.*, 2008; Stern, 1995). Por exemplo, Lieberman & Van Horn (2008) descrevem:

A propensão biológica do bebê no sentido de desenvolver uma hierarquia de relações emocionais preferenciais com um pequeno número de figuras de apego, com base na expectativa de que elas vão oferecer proteção confiável contra perigos externos e internos. Na teoria psicanalítica, essa motivação inata é compreendida como algo entrelaçado intimamente com e caracterizado por outras motivações, incluindo a auto-asserção, a sexualidade e a necessidade de reconhecimento mútuo (p. 8).

No entanto, as referências desses autores para a sexualidade dizem respeito aos pais e não aos bebês. De forma parecida, o grupo de Psicoterapia Pais-Bebês em Londres (Baradon *et al.*, 2005) não inclui a sexualidade infantil entre os conceitos-chave presentes no desenvolvimento inicial. Na sua visão, o apego é entendido como “um relacionamento único e poderoso [...] é o resultado da resposta dos pais

⁴ N.T.: Quando as citações não estiverem acompanhadas por uma nota de rodapé indicando a tradução oficial consultada, significa que são traduções livres.

para a dependência absoluta do bebê no começo e para a propensão dele de se relacionar” (p. 6). Consequentemente, a sexualidade não é mencionada como um fator contribuinte para a patologia do bebê. De maneira distinta, outros terapeutas mencionam a sexualidade infantil (Cramer & Palacio Espasa, 1993; Lebovici & Stoléru, 2003), mas eles se referem à mãe e não ao bebê.

Se esses terapeutas tivessem considerado a sexualidade infantil como um conceito clinicamente válido, teriam fortalecido o assunto com exemplos, discutido a sua posição na teoria e inclusive a utilizado para compreender as situações patológicas do bebê. Deparamo-nos com o paradoxo de os terapeutas de crianças em raras ocasiões mencionarem a sexualidade infantil – e, se o fazem, com certeza não é em conexão com o bebê – e os analistas que discutem o conceito também raramente mencionam o bebê clínico. O status obscuro do conceito, bem como a sua escassa presença entre os terapeutas de crianças, pode refletir a tendência geral dos dias atuais de desconsiderar a sexualidade, no seu sentido psicanalítico, para explicar a psicopatologia (Fonagy, 2008; Green, 1995). Alternativamente, poderíamos responder o nosso questionamento principal de forma negativa e afirmar que a sexualidade infantil não tem nada a ver com os bebês. Mas, se o termo *infantil* refere-se somente às crianças em fase verbal e aos adultos, isso implicaria em o bebê ser desprovido de sexualidade infantil até ele/ela ter deixado a infância. Se tal fato for verdade, por que falar de sexualidade *infantil*? Por outro lado, se *infantil* se referir aos fenômenos ou às fantasias do bebê, deveríamos buscar métodos de pesquisa que abordem como eles surgem tanto em bebês com bom funcionamento quanto em bebês com desordens. Antes de prosseguirmos até tal ponto, contudo, precisamos escavar as raízes do conceito de sexualidade infantil.

Freud e a sexualidade infantil

Quando analistas de crianças ou de adultos usam o termo sexualidade infantil, eles geralmente se referem a crianças na fase verbal ou adultos, e não a bebês. A questão é a quem o criador do conceito estava se referindo quando usou o termo. Em uma citação, Freud (1916-17) obviamente refere-se à criança verbal:

A investigação psicanalítica viu-se obrigada a atentar também para a vida sexual da criança, o que ela fez cuidando para que, na análise dos sintomas, lembranças e associações remetesse regularmente aos primeiros anos

da infância. O que assim revelamos foi confirmado ponto a ponto pela observação direta de crianças (p. 310).⁵

Neste caso, a *observação direta* obviamente se refere ao Pequeno Hans de três anos de idade (Freud, 1909). Em outros casos, Freud sugeriu que a sexualidade infantil cobre eventos da infância cujas conotações sexuais, no entanto, emergem *a posteriori* ou *Nachträglich*. Um exemplo é o caso do *Homem dos lobos* (Freud, 1918), cujo entendimento *a posteriori* [*Nachträgliches Verständnis*, p. 58] do coito parental somente emergiu depois da primeira infância.

No entanto, é possível entender isso melhor se consultarmos o *opus magnum* de Freud sobre sexualidade infantil, intitulado *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*: “Parece fora de dúvida que o recém-nascido traz consigo germens de impulsos sexuais” (1905b, p. 176, *itálicos acrescentados*).⁶ Chupar o polegar configura-se como uma atividade sexual infantil modelada na recordação, pelo bebê, dos prazeres da amamentação: “Quem vê uma criança largar satisfeita o peito da mãe e adormecer, com faces rosadas e um sorriso feliz, tem que dizer que essa imagem é exemplar [...]” (p.182). Aqui, Freud não se refere à recordação *Nachträglich* do adulto ou ao comportamento da criança em fase verbal. Ao invés disso, ele se refere a um bebê cujos lábios “se comportaram como uma zona erógena, e o estímulo gerado pelo afluxo de leite quente foi provavelmente a causa da sensação de prazer” (p. 181). Continuando a nossa discussão a partir desse trabalho, a resposta de Freud (1901) para o principal questionamento do presente artigo seria afirmativa, isto é, a sexualidade infantil germina no recém-nascido, mas ele teria avisado que as suas manifestações são “modestas” e “sempre esquecidas e incompreendidas” (p. 682).

Três décadas depois, Freud (1925-26) retornou ao assunto da sexualidade infantil com o intuito de discutir perigo e ansiedade. Acrescentou que o Ego parece considerar as demandas da sexualidade infantil como um perigo em si. “É digno de nota que o primeiro contato com as exigências da sexualidade tenha, sobre o Ego, efeito semelhante ao do prematuro encontro com o mundo exterior” (p. 155).⁷ Ele relaciona essa observação com o desamparo do bebê, o qual sugere ser um fator biológico. No entanto, podemos também estudar o desamparo a partir de uma

⁵ N.T.: Freud, S. *Obras completas*. Vol. 13. *Conferências introdutórias à psicanálise* (1916-1917). Tradução Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Obra consultada em formato digital.

⁶ N.T.: Essa citação e as duas seguintes são extraídas de: Freud, S. *Obras completas*. Vol. 6. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (O caso Dora) e outros textos* (1901-1905). Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 78-86.

⁷ N.T.: Freud, S. *Obras completas*. Vol. 17. *Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos* (1926-1929). Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Obra consultada em formato digital.

perspectiva psicológica, investigando os fatores que estão na sua origem. Acredito que, se Freud tivesse passado por experiências terapêuticas com bebês berrando e mães desesperadas, tais experiências teriam enfatizado que: (a) os impulsos do bebê surgem em uma relação objetal, (b) o seu desamparo encontra-se relacionado à característica *emocional* deste movimento e (c) fatores emocionais vão também determinar se ele vivencia a sexualidade como perigosa ou prazerosa. Em seguida, retornaremos para as características desse movimento com o objetivo de estudar se podemos invocar a sexualidade infantil para explicar tais patologias na interação mãe-bebê. Em primeiro lugar, no entanto, é necessário comparar a sexualidade infantil com outro conceito frequentemente usado na descrição da relação mãe-bebê, qual seja, o apego.

A sexualidade infantil e o apego

Para Freud, os principais ingredientes do primeiro desenvolvimento foram a sexualidade infantil, a pulsão de autoconservação e a *corrente afetiva*. Essa última, ele disse, “formou-se com base nos interesses do instinto de autoconservação e se dirige às pessoas da família e aos que cuidam da criança” (1912, p. 180).⁸ Além disso, “contém o que resta do florescimento infantil inicial da sexualidade” (1905b, p. 207).⁹ *Corrente afetiva* parece um conceito idêntico ao apego de Bowlby, o qual implica na busca, feita pela criança, por “proximidade e o contato com uma figura específica [...] notavelmente quando ela está assustada, cansada ou doente” (Bowlby, 1969, p. 371). No entanto, a delimitação de Bowlby não contém referência a “necessidades ou pulsões” (p.179), ao passo que a corrente afetiva de Freud apresenta, desde o começo, “contribuições dos instintos sexuais, componentes de interesse erótico” (1912, p. 180).¹⁰

Os teóricos modernos do apego expandiram a importância desse conceito. Fonagy (2001) enfatiza que a busca por proximidade é “mais tarde suplantada pelo objetivo psicológico principal do sentimento de proximidade com o cuidador [...] o objetivo é [...] um estado de ser ou sentir [...]” (p. 8). No entanto, o que isto significa em termos de fantasias para a criança permanece impreciso. Outra questão relaciona-se ao quê a expressão *mais tarde* se refere. Freud defendeu que

⁸ N.T.: Freud, S. *Obras completas*. Vol. 9. *Observações sobre um caso de neurose obsessiva [O homem dos ratos], uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910)*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. Obra consultada em formato digital.

⁹ N.T.: Freud, S. *Obras completas*. Vol. 6. *Op. cit.*, p. 121.

¹⁰ N.T.: Freud, S. *Obras completas*. Vol. 9. *Op. cit.* Obra consultada em formato digital.

não existe *mais tarde*; a sexualidade está lá desde o começo. Na minha visão, somente fazemos justiça para os termos *apego* e *sexualidade infantil* se permitirmos que o primeiro compreenda a relação com a mãe real, protetora e nutridora. Em contraste, a sexualidade infantil floresce a partir do relacionamento com uma mãe que ativa as fantasias sexuais no bebê. Evidentemente, os dois influenciam-se de forma mútua; o apego pode ser influenciado por encontros reais e pelas fantasias sexuais que os acompanham. Em contrapartida, a sexualidade infantil é passível de ser afetada pelas alterações nas qualidades do apego, como quando ocorre um trauma, por exemplo, o abuso da criança.

Vou agora chamar a atenção para os partos normais gravados em vídeo com o intuito de estudar o começo da sexualidade infantil e do apego. Se o bebê é colocado na barriga da mãe imediatamente após o parto, os comportamentos de busca pelo seio são observáveis dentro de 30 minutos (Widström *et al.*, 2007, 2011). Ele (usarei o gênero masculino para simplificar a diferenciação do bebê da mãe) começa a se arrastar em direção ao mamilo da mãe, olhando para ele de maneira intensa, mas se voltando para o seu rosto quando ela começa a falar. Quais termos explicam esses comportamentos? O seu arrastar-se deve expressar a pulsão biológica de sobrevivência: está procurando leite. O bebê ainda é somente um organismo – um conjunto de comportamentos dirigidos por reflexos ao invés de uma mente dirigida por intenções psicológicas. Portanto, esse rastejar não pode ainda ser classificado como comportamento de apego quando consideramos a sua conotação de busca por um relacionamento.

Por outro lado, olhar para o rosto da mãe dificilmente poderia ser parte do comportamento de busca por alimento. Nenhum leite virá do rosto. Trevarthen & Aitken (2001) provavelmente usariam o termo “intersubjetividade proposital” (p. 3) para descrever tal comportamento. A confirmação das observações pôde ser construída a partir de observações de recém-nascidos (Kugiumutzakis *et al.*, 2005) e de bebês com duas semanas de idade (Meltzoff & Moore, 1977), os quais imitam as expressões faciais adultas quando mostram interesse. No entanto, alguém poderia argumentar que o comportamento do bebê somente indica um olhar instintivo para qualquer coisa que possua uma voz ou língua do tipo humana.

Com o intuito de trazer a sexualidade infantil para a discussão, é possível que o comportamento do bebê expresse tal fenômeno? Qualquer analista provavelmente concordaria que a experiência *da mãe* pode conter um componente sexual, mas dizer a mesma coisa sobre o bebê soa contra produtivo e muito rebuscado. Portanto, poderíamos ter certeza de que o apego e a sexualidade infantil estão ligados à pulsão de sobrevivência, mas não entenderíamos o momento em que isso ocorre.

Contato pele a pele e sexualidade infantil

Para trazer ordem à questão temporal, apresentaremos uma observação realizada quarenta anos atrás. Um grupo de pediatras (Klaus *et al.*, 1972) demonstrou que um período de tempo curto e inicial durante o contato pele a pele entre a mãe e o bebê provou a sua essencialidade para o desenvolvimento positivo da relação. Por exemplo, tal contato, realizado nas duas primeiras horas após o nascimento, desencadeia o ato de amamentar e induz a regulação da temperatura do recém-nascido para trabalhar em uníssono com a mãe (Bystrova *et al.*, 2007). Isso pode até ter efeitos positivos no decorrer de um ano (Bystrova *et al.*, 2009) no que tange à autorregulação infantil, à interação e também ao interesse materno. Outros estudos mostraram as habilidades sensoriais dos bebês no aprendizado olfativo (Romantshik *et al.*, 2007), incluindo a capacidade de conectar os odores com o prazer ou o desprazer (Soussignan & Schaal, 2005) e de identificar o odor distintivo da mãe (MacFarlane, 1975; Van Toller & Kendal-Reed, 1995). Similarmente, a mãe distingue o odor do seu bebê (Russell *et al.*, 1983) e de suas roupas (Porter *et al.*, 1983). Temos, assim, ampla evidência de que a mãe e o bebê desenvolvem com rapidez um rico repertório de acuidade sensorial. Também sabemos que o contato sensorial inicial entre eles possui efeitos psicológicos importantes.

Os pesquisadores explicam esses comportamentos como efeitos hormonais (Uvnäs-Moberg, 2000; Romantshik *et al.*, 2007). Acredito que eles fundamentem especulações psicanalíticas sobre o nascimento da sexualidade infantil da mesma forma. O contato sensorial inicial entre mãe e filho ativa a sexualidade infantil em ambos. Eles adquirem uma sensação de toque e sentem o cheiro um do outro. As bochechas rosadas do bebê freudiano representariam, assim, a vasodilatação térmica induzida por hormônios e pelo prazer sexual.

Em 2001, Fonagy apresentou a sexualidade como “uma resposta fisiológica geneticamente controlada, surgida em contextos de apego que são mutuamente reguladores, intersubjetivos ou relacionais” (p. 128). Essa formulação parece minimizar a influência do autoerotismo e da atividade fantasmática, isto é, a sexualidade infantil (Widlöcher, 2002). Mais tarde, no entanto, Fonagy e Target (2007) assumiram outra posição. Eles lamentam a ênfase reduzida, na teoria do apego, a propósito da “sexualidade infantil como a explicação predominante do distúrbio psicológico” (p. 418). Fonagy (2008) agora enfatiza duas correntes confluentes para o desenvolvimento da sexualidade infantil. O apego fornece base relacional, ao passo que a interação mãe-bebê alimenta as suas fantasias. “A parentalidade segura e sintonizada gera o contexto interpessoal para uma relação erótica imaginativa, enquanto seu conteúdo surge da falta de sintonia adaptativa

entre mãe e bebê” (p. 26). Essas formulações estão mais de acordo com o meu entendimento da cena ocorrida na sala de parto.

Sexualidade infantil ou sensualidade?

A pulsão de autoconservação impele o recém-nascido a rastejar em direção ao mamilo. Ele suga o leite e se sacia. Quando a fome volta, o bebê começa a ter acesso a rudimentares traços de memória para cheiros, sabores, sons familiares, formas de ser carregado e uma sensação de segurança. Uma lembrança primitiva de prazer é então acrescentada à sua busca instintiva de alimento. Contudo, aqui devemos parar e perguntar por que chamamos este prazer de *sexual* e não *sensual*. Para responder, vamos recordar as formulações de Fonagy (2008) acerca do meio através do qual a parentalidade gera o *contexto* para as fantasias eróticas, ao passo que as dessintonias diádicas moldam seus *conteúdos*. Parece razoável que o bebê precise de uma sintonia parental para desenvolver a capacidade de fantasiar, embora não seja evidente por que isso deveria levar à imaginação *erótica*. Ainda mais obscuro é por que o seu conteúdo seria moldado por falta de sintonia entre as gerações. Como veremos, no entanto, são justamente essas dessintonias que fornecem o argumento para o motivo do prazer do bebê não ser apenas sensual, mas também refletir sua sexualidade em desenvolvimento.

Essas dessintonias surgem de uma lacuna no desenvolvimento sexual dos pais e do bebê. Os adultos sabem coisas que ele ignora: o seu nascimento é o resultado de um relacionamento sexual. O local de nascimento do bebê era o lugar onde sua mãe recebia e desfrutava de seu pai. A barriga da mãe, agora usada pelo bebê para rastejar em direção ao mamilo, também foi utilizada por seu pai para acariciar a Mãe. Antes de chupar os seios, eles outrora foram acariciados pelo Pai. Assim, os pais cuidarão do bebê, não apenas com as noções conscientes de promover o apego, mas com sentimentos inconscientes “que se originam de sua própria vida sexual” (Freud, 1905b, p. 223)¹¹ e que os influenciam como “águas profundas ...[que] nunca viram a luz do dia e ainda assim refletem um brilho sombrio de luz” (Camus, 1994, p. 300). *Meu amor, não é você doce, que lindas bochechas, deixe-me te beijar...* Essa não é apenas uma linguagem de apego e compromisso, é também amor e sexualidade.

Pode-se objetar que tal linguagem apenas reflete a sexualidade dos *pais* e não a do bebê. De fato, embora Freud (1933) estivesse convencido de que a sexualidade existisse no bebê, ao buscar as provas, ele deu uma resposta desdenhosa: “O

¹¹ N.T.: Freud, S. *Obras completas*. Vol. 6. *Op. cit.*, p. 144.

suficiente pode ser visto nas crianças se alguém souber como olhar” (p. 121). Um problema existente em provar as inclinações sexuais no bebê é que pensamos na sexualidade infantil como um mero antecessor da sexualidade genital adulta. Widlöcher (2002) enfatiza que isso envolve “criatividade psíquica” (p. 19), ou seja, fantasias e autoerotismo. Laplanche (1999a, 2002) pergunta como essas fantasias surgem e, ao reter o conceito de sexualidade infantil de Freud, estuda a sua ligação com as interações observáveis entre mãe e bebê. Ele discorda de Freud (1910) ao afirmar que “a criança tem seus instintos e atividades sexuais desde o início, vem com eles ao mundo” (p. 42).¹² Ao invés disso, a sexualidade do bebê é criada em resposta a mensagens enigmáticas transmitidas de forma verbal e não verbal por meio dos modos que os pais têm de falar, segurar, acariciar e advertir a criança.

A mensagem enigmática: um exemplo

Durante uma sessão de terapia mãe-bebê, Frida, de três meses de idade, chora de maneira incessante. Enquanto está fazendo isso, ela olha para o lado e volta a fitar os meus olhos. Finalmente, me dá um amplo sorriso. Com alívio e alegria espontânea ao ver aquele relaxamento emocional, eu exclamo: “Oh, meu Deus, alguém está totalmente encantado!” Uma palavra notável – encantado – que seria mais apropriada vinda de um homem que está cortejando uma mulher. Ainda assim, a mãe de Frida não faz objeção, mas sorri calorosamente ao ver a sua filha se acalmando. E eu não considero minhas palavras como uma quebra da ética, mas como a maneira cotidiana de conversar com um bebê.

Encantado consistia em duas correntes: meu esforço consciente em conter um bebê que estava chorando e uma fantasia inconsciente sobre relações sexuais adultas. *Encantado* confirmou a tese de Laplanche (1989) de que:

O adulto diante da criança será particularmente desviante, levado à operação falha, até o sintoma, nessa relação com esse outro ele mesmo, esse outro que ele mesmo foi. A criança diante dele faz apelo ao infantil nele (p. 103).¹³

Em tal exemplo de *sedução originária*, “o adulto propõe à criança significantes não verbais assim como verbais, inclusive comportamentais, impregnados de significações sexuais inconscientes” (p. 126).¹⁴ Essas formulações

¹² N.T.: Freud, S. *Obras completas*. Vol. 9. *Op. cit.* Obra consultada em formato digital.

¹³ N.T.: Laplanche, J. *Novos fundamentos para a psicanálise*. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 111.

¹⁴ N.T.: Laplanche, J. *Novos fundamentos para a psicanálise*. *Op. cit.* p. 134.

não se referem a atos perversos, mas a interações normais entre adultos e crianças. Além disso, a sedução se perderia se a menina não estivesse também pronta para me interpretar em outro nível acerca do que eu pretendia conscientemente. Assim, poderíamos falar de quatro personagens no campo analítico (Ferro, 1999): o analista, tanto como homem quanto como menino; uma menina sexualmente ignorante e outra que começou a intuir os enigmas ocultados nas mensagens dos adultos. Frida já experimentara toques, cheiros, sorrisos e sons de seu ambiente adulto. Talvez ela tivesse notado uma diferença na forma com que eu disse *encantado* em comparação com outras palavras. Um sorriso, um tom de voz ou um gesto da minha parte pode se desviar das minhas comunicações anteriores com ela. As palavras de Freud (1905a) sobre Dora são relevantes: “Os mortais não são capazes de esconder segredo algum. Quem silencia com os lábios, fala com a ponta dos dedos; delata-se por todos os poros” (p. 77).¹⁵ Penso, portanto, que não apenas os analistas reagem a esses escapes, mas os bebês também o fazem.

A resposta a essa osmose de fantasias expressas na forma de sorrisos, inflexões de voz, mudanças de temperatura e cor facial, odores alterados, etc., é a criação de fantasias no bebê, algo incluído no conceito de sexualidade infantil. Stein (1998) sugere que este assunto é difícil de ser estudado porque é “tabu e ocorre cedo na vida em um nível interior encoberto da transmissão da fantasia e das sensações corporais” (p. 615). No entanto, nos tratamentos mãe-bebê, podemos coletar observações, comentários da mãe, comunicações do bebê, respostas a intervenções e reflexões sobre nossa contratransferência. Observados em conjunto, estes dados acrescentam substância à nossa suposição sobre o movimento de fantasias entre mãe e bebê. Incluirei, a seguir, uma vinheta clínica.

Um caso de problemas com amamentação

Na mente da mãe, o seio é representado de forma complexa, ou seja, como um órgão para a lactação e como algo investido, de forma inconsciente, com significados eróticos que emanam da sua infância e da sua feminilidade. Quando a mãe cuida, briga ou desfruta da presença de seu bebê, não faz outra coisa senão transmitir mensagens cujo componente sexual é parcialmente inconsciente para ela. Também são mensagens enigmáticas para a criança, que não consegue captar as subcorrentes eróticas. Conforme veremos, é exatamente esta incompreensibilidade que promove a sexualidade infantil do bebê. Contudo, se os conflitos acerca das implicações sexuais inconscientes da amamentação prevalecerem, o resultado é

¹⁵ N.T.: Freud, S. *Obras completas*. Vol. 6. *Op. cit.*, p. 263.

menos favorável. De fato, os problemas de amamentação são razões comuns de queixas nos *Child Health Centres*, muitas vezes relacionados à depressão pós-parto (Gagliardi *et al.*, 2010; McCarter-Spaulding & Horowitz, 2007) ou questões de identidade materna (Cooke *et al.*, 2007).

Para ilustrar a relação entre os conflitos sexuais infantis de uma mãe e as problemáticas correspondentes no seu bebê, comentaremos um caso debatido a partir de uma perspectiva diferente em outro trabalho (Salomonsson, 2007).

Theresa, com trinta e dois anos de idade, se queixava porque o seu bebê de duas semanas, Nic, parecia irritado quando mamava. Os problemas começaram após o parto, no momento em que ela ficou com um mamilo dolorido do lado direito. A ferida curou rapidamente, mas a irritação de Nic continuou, levando-a à terapia. Trabalhei com ela e com o menino ao longo de três meses. Após esse período, eu e ela continuamos com psicoterapia individual por três anos. As sessões mãe-bebê já revelavam o seu conflito entre a rejeição do bebê e o desejo de cuidá-lo com ternura. A ferida abriu caminho para que o conflito se manifestasse como um problema de amamentação. Falamos metaforicamente do lado direito da sua pessoa, o qual estava frustrado e com raiva da maternidade. Isso estava relacionado à autorrepresentação de uma criança que queria atenção e afeto completo. Em contraste, o seu lado esquerdo alegrou-se e orgulhou-se do menino, estando ligado a autorrepresentações adultas de amor e de responsabilidade para com a próxima geração.

As conexões entre o problema na amamentação, a relação conflitual com o seu filho e a sua sexualidade inconsciente foram sucessivamente elaboradas na terapia individual. Ela estava insatisfeita no casamento e aflita por causa de pensamentos anoréxicos, embora mantivesse o seu peso em nível aceitável. Em seguida, a relação entre anorexia e o seu mundo de fantasias sexuais se tornou evidente: de forma inconsciente, equiparava o fato de comer em lugares públicos à promiscuidade. Existia, ainda, uma conexão entre a restrição anoréxica (olhar para um doce, mas não comê-lo) e as fantasias masoquistas de suplicar por satisfação erótica sob circunstâncias humilhantes. Era difícil, para ela, aceitar que o filho sugasse os seus mamilos somente porque parecia gostar disso. Na corrente direita dos seus pensamentos, Theresa queria tudo para si e percebia que o menino tirara isso dela: “Na maternidade do hospital me sentia uma rainha. Todos diziam que eu era maravilhosa. Mas, quando voltei para casa e me dei conta de que devia cuidar dele, me senti tão sozinha”. Não esqueçamos que Theresa era uma mulher com padrões éticos elevados, percebendo com força as responsabilidades decorrentes da maternidade. São essas mulheres que, muitas vezes, buscam ajuda nos *Child Health Centres*, mas que são facilmente mandadas embora com uma atitude de “Está só

preocupada. As coisas ficarão bem assim que ela se adaptar ao seu papel de mãe”.

Os conflitos dessa mãe, de querer possuir tudo e não compartilhar com o bebê, pareciam estar relacionados ao seu desejo sexual infantil do seio e ao ciúme do bebê. Em que medida Nic tinha conflitos correspondentes? Uma hipótese era que a sua inquietação no seio fosse uma resposta à ambivalência da mãe, suposição que surgiu quando observei os comportamentos diferentes que o bebê mostrava em relação aos dois seios. Mesmo depois de o mamilo ter melhorado, ele continuava a ficar irrequieto no lado direito enquanto tudo corria bem no lado esquerdo. Imaginei que tal circunstância expressasse o distúrbio emocional *dele*. Para falar a verdade, a ambivalência de Theresa era evidente. Contudo, ela não era o único agente a manter viva a ambivalência dos dois. A minha suposição é que Nic tivesse internalizado tal ambivalência materna, contribuindo para a continuidade do problema de amamentação. Quando ele estava com fome e sugava o seio esquerdo, tudo corria bem. Em contraste, no lado direito Nic percebia o *ai* dolorido da mãe e o retraimento involuntário do seio, o que lhe criava emoções contrastantes. O objeto da função, o seio do apego, era confiável o suficiente. Ele recebia o leite que precisava, ganhando peso de forma satisfatória. O seio sexual das fantasias prazerosas, contudo, era já um objeto confuso – parte satisfatório e excitante, parte assustador e reprovador. Assim, poderíamos falar de conflitos acerca da sexualidade infantil também do bebê.

Anlehnung ou mensagem enigmática: Freud vs. Laplanche

Freud (1905a) pergunta como surge a sexualidade. Para responder, ele cria um termo peculiar, *Anlehnung*, subentendendo que a pulsão sexual *se apoia* “numa das funções que servem à conservação da vida” (p. 182).¹⁶ Embora os *Três ensaios* contenham breves, mas vívidas descrições de um bebê com uma mãe que o acaricia, Freud não enfatizou que *Anlehnung* acontece dentro de uma relação objetal. Laplanche afirmou que a metáfora envolvida no conceito de *Anlehnung* dificulta o nosso entendimento sobre o nascimento da sexualidade. Ele sugere, ao contrário, que as fantasias sexuais do bebê surgem na comunicação entre mãe e criança. Na verdade, Laplanche (1999a) fala de “objetos-fonte da pulsão” (p. 129), os quais aparecem na interação com a mãe. Quando a mãe, para citar Freud (1905b), “acaricia, beija e embala a criança, claramente a toma como substituto de um objeto sexual completo” (p. 223),¹⁷ Laplanche enfatiza que o seu afeto é

¹⁶ N.T.: Freud, S. *Obras completas*. Vol. 6. *Op. cit.*, p. 85.

¹⁷ N.T.: Freud, S. *Obras completas*. Vol. 6. *Op. cit.*, p. 144.

enigmático para a criança. Isso acontece porque a relação mãe-bebê é assimétrica, e o conteúdo das mensagens maternas encontra-se parcialmente oculto para ela também. Essas qualidades fazem com que tais mensagens precipitem na criança enquanto representações de coisa inconscientes ou objetos-fonte, constituindo a nascente da sua pulsão.

A explicação de Laplanche é plausível somente após ele ter alterado a teoria das pulsões e afirmado que a pulsão *é* a mensagem. A pulsão não surgiria apenas da relação do bebê com o próprio corpo, mas também das suas comunicações com outros seres humanos. Freud (1905b) enfatizou a primeira perspectiva ao definir a pulsão como “representante psíquico de uma fonte endossomática de estímulos que não para de fluir” (p. 168).¹⁸ Resumindo, para Freud, a pulsão surge de *dentro*. A formulação de Laplanche (1999a) sobre o objeto-fonte poderia parecer idêntica: “A pulsão é [...] o impacto no indivíduo e no eu do contínuo estímulo exercido de dentro pelas representações de coisa recalçadas, algo que pode ser descrito como objetos-fonte da pulsão” (p. 129). No entanto, existe uma diferença. O núcleo da ideia de Laplanche é que esses objetos-fonte nascem a partir daquilo que Freud representou como os embalos e os beijos da mãe, sendo justamente as suas qualidades enigmáticas que ativam a pulsão da criança. Portanto, para resumir e simplificar, segundo Laplanche, a pulsão vem de *fora*. Os bebês não conseguem captar o conteúdo inteiro dessas mensagens vindas do exterior; recebem-nas, mas não sabem o que fazer com elas. Em situações de frustração ou excitação, elas são reativadas na forma de significantes traumatizantes que o bebê deve ligar. Na medida em que essa ligação fracassa, os significantes, ou *Ding-Vorstellungen* [*représentations de chose* ou representações de coisa], se transformam em *Vorstellungs-Dinge* [*représentation-chose* ou representações-coisas] ou “significantes dessignificados” (p. 97).

Nic parecia irritado pelas representações-coisas. Poderíamos traduzi-las em “Ai, leva embora, dor, pânico, o que quer, manejo terrível”. A sua mãe era, ao mesmo tempo, amorosa, inquieta e irritada. Tais características dificultavam, no bebê, a criação de representações de coisa ao estilo de, por exemplo, “a bela voz da mãe” ou “o seu cheiro agradável” ou ainda “a mãe fica chateada quando eu grito”. O desenvolvimento dessas representações pode acarretar, em uma fase posterior, o seu recalque e a contribuição para o desenvolvimento da sua sexualidade adulta e genital.

O problema com as representações-coisas é que elas existem “fora da comunicação e da significação” (Laplanche, 1999a, p. 129), circunstância esta que as torna enigmáticas. Laplanche utiliza o termo freudiano, isto é,

¹⁸ N.T.: Freud, S. *Obras completas*. Vol. 6. *Op. cit.*, p. 66.

Wahrnehmungszeichen ou “signos de percepção” (Freud, 1950[1892-9], p. 234) como equivalente para as representações-coisas. Gostaria também de apontar a sua afinidade com o conceito bioniano de elementos β do aparelho mental (Bion, 1962). Quando as mensagens da mãe não transmitem nada a não ser “energia ou excitação” (Laplanche, 1999b, p. 106), elas se tornam traumatizantes. Nos termos de Bion, a mãe não consegue conter os elementos β e, assim, a criança é traumatizada – como Nic, quando o conheci. Em seguida, a análise o ajudou a transformar os *Wahrnehmungszeichen* em signos mais inequívocos e compreensíveis, auxiliando a evolução da sua sexualidade infantil conforme testemunhei ao longo do seu desenvolvimento claramente positivo.

Sexualidade infantil: perspectivas francesas complementares

Laplanche não é o único psicanalista francês a enfatizar a sexualidade para a compreensão do desenvolvimento e da psicopatologia. André Green (1995) alerta contra a tendência de considerar a relação mãe-bebê como algo “completamente assexuado” e de pensar em “pacientes como bebês” (p. 874). Outros psicanalistas criticam a teoria do apego, pois essa dispensa a “natureza erótica ambivalente” (Squires, 2002, p. 139) da relação mãe-bebê e o impacto da formação de fantasias inconscientes (Widlöcher, 2002). Contudo, eles não aplicam a sexualidade infantil ao bebê. Em uma recente edição da *Revue Française de Psychanalyse* consagrada ao assunto, Diatkine (2008) salienta que a sexualidade infantil está desaparecendo do discurso psicanalítico. De forma significativa, ele se refere aos fenômenos nos adultos ou em crianças na fase verbal que, conforme eu sustento, diminuem o nosso entendimento da sexualidade nos bebês. O mesmo enfoque na sexualidade infantil no adulto pode ser encontrado na obra de Lebovici & Stoléru (2003) sobre a psicanálise mãe-bebê. Embora adotem um enfoque clínico dúplice na mãe e no bebê, ao falarem de fantasias em “relação à maternidade [e que] dependem do nível de desenvolvimento e da sexualidade infantil” (p. 257), eles se referem apenas à mãe.

Tais autores ilustram por que os psicanalistas freudianos hesitam em atribuir a sexualidade ao bebê. Diatkine baseia-se nos tratamentos de adultos. Na minha opinião, contudo, para entendermos a sexualidade infantil é preciso levar em consideração também as experiências clínicas com bebês. Lebovici e Stoléru (2003) baseiam-se nesse tipo de experiências, mas enfatizam o inconsciente da mãe às custas do inconsciente do bebê. Em um trabalho clínico brilhante, Lebovici (2003) fundamentou as suas interpretações nos comentários espontâneos da mãe

e nas observações do bebê. Apesar desse duplice enfoque clínico, o seu conceito “interações [mãe-bebê] fantasmáticas” (p. 269) claramente enfatiza o inconsciente materno.

Em contraste, Schaeffer (2008) enxerga a sexualidade infantil como algo ativo no bebê, estabelecendo uma distinção entre a relação do bebê com a “mãe cuidadora” e com a “mãe sedutora” (p. 762). Poderíamos traduzir esses termos em *mãe do apego* e *mãe da sexualidade infantil*. A autora se refere a essa última acepção quando afirma que uma mãe “estimula a erotização da criança do seu próprio corpo e se deixa seduzir pela criança” (p. 762). Também salienta a função adaptativa da sexualidade infantil, pois a sedução da mãe ajuda a criança a se acostumar com o fato de ser surpreendida sem ser traumatizada: “a mãe excita e, de forma simultânea, adia a excitação” (p. 763). As conclusões de Schaeffer não parecem baseadas nas experiências clínicas com bebês, mas estão certamente em sintonia com a perspectiva sobre sexualidade infantil apresentada neste artigo.

Conclusões clínicas

A sexualidade infantil tem algo a ver com o bebê? A minha resposta é afirmativa. Tentei demonstrar o valor do conceito ao entender distúrbios comuns mãe-bebê na prática clínica. O meu exemplo principal dizia respeito a problemas de amamentação experimentados pelo pequeno Nic. Naturalmente, alguém poderia dizer que estou especulando sobre a sua sexualidade. O próprio Freud (1916-17) era muito cauteloso acerca da demonstrabilidade das manifestações sexuais nos bebês: “Elas são, pela maioria, uma questão de interpretação” (p. 313). Quando uso a prática mãe-bebê para fundamentar meus argumentos acerca da sexualidade infantil, de fato estou me baseando em interpretações. No entanto, esta restrição aplica-se a qualquer esforço sistemático de entender as emoções por trás do comportamento de um bebê, tanto em laboratórios quanto em tratamentos de bebês ou nas psicanálises de adultos.

Algumas mães vivenciam a amamentação como algo repugnante, agradável ou provocante. Conflitos acerca do compartilhamento, autonomia, prazer e dependência poderiam ser caracterizados por conflitos sexuais infantis maternos, o que arrasta o bebê para dentro de um conflito sexual próprio, como, por exemplo, aproveitar a presença da mãe enquanto percebe a sua ambivalência. Tal circunstância é ilustrada pelo caso de Nic. Bebês com mais idade e que estão prontos para o desmame não conseguem tolerar a ideia de perder o seu único e

imaginável conforto, o seio. Essas são as crianças que se agarram ao seio tão logo alguma ambivalência aparece neles ou na mãe. Para elas, a relação com o seio é conflitual. A partir da perspectiva da sua sexualidade, o seio da mãe é tanto atraente e confortante quanto um impedimento frustrante para alcançar a esperada separação e autonomia.

Outro problema clínico comum é a depressão pós-parto, com frequência associada aos sintomas funcionais do bebê (Field, 2011; Murray & Cooper, 1997). Tal fato foi demonstrado como uma interferência na sincronia das interações mãe-bebê (Tronick, 2007). No começo do tratamento, Theresa qualificava-se para esse tipo de diagnóstico. O ritmo irregular e estressado da interação entre ela e Nic era evidente. Interpreto essa situação como uma interferência proveniente dos conflitos sexuais infantis que obstaculizaram um tranquilo *rockin' in rhythm*¹⁹ a ser desenvolvido entre os dois.

Antes de concluir, gostaria de ressaltar que a minha ênfase na sexualidade infantil não tem nada a ver com aquilo que André Green (1995) aponta ser uma tendência comum entre os analistas, qual seja, a de ver os seus pacientes reproduzindo uma relação mãe-bebê “completamente assexuada” (p. 874). Eu diria que é possível conceber, por exemplo, um paciente *borderline* adulto como um bebê vulnerável, ou seja, considerar também as camadas infantis da sua personalidade. Tal perspectiva não implica no fato de que o consideramos *assexuado*, uma vez que, conforme apontei, um bebê está longe de ser considerado assim. Tampouco isso implica que poderíamos refletir acerca de outras camadas na sua personalidade, nas quais está lutando com as suas problemáticas edípicas.

Em conclusão, temos boas razões para investigar a sexualidade infantil nos distúrbios mãe-bebê, tais como choro, insônia, depressão ou ansiedade materna, e penso que essas condições podem envolver a sexualidade infantil da mãe e da criança. Considero as duas como estando envolvidas em um relacionamento que é sexual, no sentido psicanalítico do termo. Em uma, a sexualidade encontra-se completamente desenvolvida, ao passo que, na outra, está por aparecer. Se quisermos alcançar um entendimento melhor da sexualidade infantil conforme ela emerge a partir desta relação assimétrica, os tratamentos mãe-bebê oferecem um rico material. □

¹⁹ N.T.: A expressão parece ser uma referência ao título da melodia jazz executada por Duke Ellington no início da década de 1930, *Rockin' in rhythm*, e que poderia ser traduzida, literalmente, como *embalado no ritmo*.

Abstract

Has infantile sexuality anything to do with infants?

Classical psychoanalytic theory draws many concepts from mental processes that are assumed to arise in the infant and influence the adult mind. Still, psychoanalytic practice with mothers and infants has been integrated but little within general psychoanalytic theory. One reason is that only few analysts have utilized such practice to further theory. Another reason is that infant therapists tend to abandon classical psychoanalytic concepts in favour of attachment concepts. As a result the concept of infantile sexuality, so central to classical theory, plays an unobtrusive role in clinical discussions on infant therapy. The author argues that infantile sexuality plays an important role in many mother–infant disturbances. To function as a clinical concept, it needs to be delineated from attachment and be understood in the context of mother–infant interaction. Two examples are provided; one where the analyst’s infantile sexuality emerged in a comment to the infant. Another is a case of breast-feeding problems with a little boy fretting at the breast. This is interpreted as reflecting the mother’s infantile sexual conflicts as well as the boy’s emerging internalization of them. Thus, to conceptualize such disorders we need to take into account the infantile sexuality in both mother and baby.

Keywords: Infantile sexuality; Mother-infant psychoanalytic treatment; Attachment; Laplanche

Resumen

¿La sexualidad infantil tiene algo que ver con los bebés?

La teoría psicoanalítica clásica extrae muchos conceptos de procesos mentales que, se supone, surgen en los bebés e influyen sobre la mente adulta. Sin embargo, la práctica psicoanalítica con madres y bebés casi no ha sido incorporada a la teoría psicoanalítica general. Una razón es que sólo unos pocos analistas han utilizado esta práctica para profundizar la teoría. Otra razón es que los terapeutas de bebés tienden a abandonar conceptos psicoanalíticos clásicos a favor de nociones provenientes de la teoría del apego. Resulta que el concepto de sexualidad infantil, tan central para la teoría clásica, juega un papel modesto en los debates clínicos sobre terapia de bebés. El autor sostiene que la sexualidad infantil juega un papel importante en muchos disturbios materno-infantiles. Para funcionar como concepto clínico, él necesita ser precisado a partir de la noción de apego y comprendido

en el contexto de la interacción madre-bebé. Se brindan dos ejemplos: en uno la sexualidad infantil del analista surgió en un comentario al bebé; el otro es un caso de dificultad para amamantar a un niño que se ponía muy inquieto frente al pecho. Este problema se interpreta como un reflejo de los conflictos sexuales infantiles de la madre, así como de la internalización emergente que el niño hace de ellos. Así, para conceptualizar estos trastornos debemos tener en cuenta tanto la sexualidad infantil en la madre y en el bebé.

Palabras clave: Sexualidad infantil; Tratamiento psicoanalítico madre-bebé; Apego; Laplanche

Referências

- Acquarone, S. (2004). *Infant-parent psychotherapy*. London: Karnac.
- Baradon, T., Broughton, C., Gibbs, I., James, J., Joyce, A., & Woodhead, J. (2005). *The practice of psychoanalytic parent-infant psychotherapy: Claiming the baby*. London: Routledge.
- Bion, W. R. (1962). *Learning from experience*. London: Karnac.
- Bion, W. R. (1965). *Transformations*. London: Karnac.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss*. London: Pimlico.
- Bystrova, K., Ivanova, V., Edhborg, M., Matthiesen, A-S., Ransjö-Arvidson A-B, Mukhamedrakhimov R, et al. (2009). Early contact versus separation: Effects on mother-infant interaction one year later. *Birth-Iss Perinat C* 36:97-109.
- Bystrova, K., Matthiesen, A-S., Vorontsov, I., Widström, A-M., Ransjö-Arvidson, A-B., & Uvnäs-Moberg, K. (2007). *Maternal axillar and breast temperature after giving birth: Effects of delivery ward practices and relation to infant temperature*. *Birth-Iss Perinat C* 34: 291-300.
- Camus, A. (1994). *Le premier homme* [The first man]. Paris: Gallimard.
- Cooke, M., Schmied, V., & Sheehan, A. (2007). An exploration of the relationship between postnatal distress and maternal role attainment, breast feeding problems and breast feeding cessation in Australia. *Midwifery*, 23: 66-76.
- Cramer, B., & Palacio Espasa, F. (1993). *La pratique des psychothérapies mères-bébés. Études cliniques et techniques* [The practice of mother-infant psychotherapies: Clinical and technical studies]. Paris: PUF.
- Diatkine, G. (2008). La disparition de la sexualité infantile dans la psychanalyse contemporaine [The disappearance of infantile sexuality in contemporary psychoanalysis]. *Rev. Fr. Psychanal.*, 72: 671-85.
- Ferro, A. (1999). *The bi-personal field: experiences in child analysis*. London: Routledge.
- Field, T., Diego, M. A., Dieter, J., Hernandez-Reif, M., Schanberg, S., Kuhn, C., Yando, R., &

- Bendell, D. (2001). Depressed withdrawn and intrusive mothers' effects on their fetuses and neonates. *Infant Behavior & Development* 24: 27-39.
- Fonagy P (2008). A genuinely developmental theory of sexual enjoyment and its implications for psychoanalytic technique. *J. Am. Psychoanal. Assoc.* 56: 11-36.
- Fonagy, P. (2001). Attachment theory and psychoanalysis. New York, NY: Other Press.
- Fonagy, P., & Target, M. (2007). The rooting of the mind in the body: New links between attachment theory and psychoanalytic thought. *J. Am. Psychoanal. Assoc.* 55: 411-56.
- Fraiberg, S., Adelson, E., & Shapiro, V. (1975). Ghosts in the nursery: A psychoanalytic approach to the problems of impaired infant-mother relationships. *J. Am. Acad. Child Psychiatry* 14: 387-421.
- Freud, S. (1900). The interpretation of dreams. *SE*, 4-5.
- Freud, S. (1901). On dreams. *SE*, 5: 629-86.
- Freud, S. (1905a). Fragment of an analysis of a case of hysteria. *SE*, 7: 1-122.
- Freud, S. (1905b). Three essays on the theory of sexuality. *SE*, 7: 123-246.
- Freud, S. (1909). Analysis of a phobia in a five year-old boy. *SE*, 10: 1-150.
- Freud, S. (1910). Five lectures on psycho-analysis. *SE*, 11: 1-56.
- Freud, S. (1911). Formulations on the two principles of mental functioning. *SE*, 12: 213-26.
- Freud, S. (1912). On the universal tendency to debasement in the sphere of love (Contributions to the psychology of love II). *SE*, 11: 177-90.
- Freud, S. (1916-1917). Introductory lectures on Psychoanalysis. *SE*, 1: 5-6.
- Freud, S. (1918). From the history of an infantile neurosis. *SE*, 17: 1-124.
- Freud, S. (1920). Beyond the pleasure principle. *SE*, 18: 1-64.
- Freud, S. (1925-26). Inhibitions, symptoms and anxiety. *SE*, 20: 87-178.
- Freud, S. (1933). New introductory lectures on psychoanalysis. *SE*, 22: 1-182.
- Freud, S. (1950[1892-9]). Extracts from the Fliess papers. *SE*, 1: 175-282.
- Freud, S. (1950[1895]). Project for a scientific psychology. *SE*, 1: 281-391.
- Gagliardi, L., Petrozzi, A., & Rusconi, F. (2010). Symptoms of maternal depression immediately after delivery predict unsuccessful breast feeding. *Arch Dis Child*.
- Green, A. (1995). Has sexuality anything to do with psychoanalysis? *Int. J. Psychoanal.* 76: 871-83.
- Klaus, M., Jerauld, R., *et al.* (1972). Maternal attachment: Importance of the first postpartum days. *New England Journal of Medicine*, 286: 460-3.
- Klein, M. (1935). A contribution to the psychogenesis of manic-depressive states. In R. Money-Kyrle, (Ed). *The writings of Melanie Klein*, (Vol. 1, pp. 262-89). London: Hogarth.
- Klein, M. (1945). The Oedipus complex in the light of early anxieties. In R. Money-Kyrle, (Ed). *The writings of Melanie Klein*, (Vol. 1, pp. 370-419). London: Hogarth.

- Klein, M. (1946). Notes on some schizoid mechanisms. In R. Money-Kyrle, (Ed). *The writings of Melanie Klein*, (Vol. 3, pp. 1-24). London: Hogarth.
- Klein, M. (1952). Some theoretical conclusions regarding the emotional life of the infant. In R. Money-Kyrle, (Ed). *The writings of Melanie Klein*, (Vol. 3, pp. 61-93). London: Hogarth.
- Kugiumutzakis, G., Kokkinaki, T., Makrodimitraki, M., & Vitalaki, E. (2005). Emotions in early mimesis. In J. Nadel, D. Muir, (Eds.). *Emotional development* (pp. 162-82). Oxford: Oxford UP.
- Laplanche, J. (1989). *New foundations for psychoanalysis*. D. Macey, (Trad.). Oxford: Blackwell.
- Laplanche, J. (1999a). *Essays on otherness*. London: Routledge.
- Laplanche, J. (1999b). *The unconscious and the Id*. London: Rebus Press.
- Laplanche, J. (2002). Sexuality and attachment in metapsychology. In D. Widlöcher, (Ed.). *Infantile sexuality and attachment*, (pp. 37-63). New York, NY: Other Press.
- Lebovici, S., & Stoléru, S. (2003). *Le nourisson, sa mère et le psychanalyste. Les interactions précoces* [The baby, his mother and the psychoanalyst. Early interactions]. Paris: Bayard.
- Lieberman, A. F., & Van Horn, P. (2008). *Psychotherapy with infants and young children: repairing the effects of stress and trauma on early development*. New York, NY: Guilford.
- MacFarlane, A. (1975). Olfaction in the development of social preferences in the human neonate. Parent-infant interaction. *CIBA-foundation symposium 33*, DOI: 10.1002/9780470720158.ch7
- McCarter-Spaulding, D., & Horowitz, J. A. (2007). How does postpartum depression affect breastfeeding? *Am. J. Matern. Child. Nurs.*, 32:10-17.
- Meltzer, D. (1966). The relation of anal masturbation to projective identification. *Int. J. Psychoanal.*, 47: 335-42.
- Meltzer, D., & Harris-Williams, M. (1988). *The apprehension of beauty: The role of aesthetic conflict in development, violence and art*. Strath Tay: Clunie.
- Meltzoff, A. N., & Moore, M. K. (1977). Imitation of facial and manual gestures by human neonates. *Science*, 198 (4312): 74-8.
- Murray, L., & Cooper, P. J. (1997). *Postpartum depression and child development*. New York: Guildford Press.
- Norman, J. (2001). The psychoanalyst and the baby: A new look at work with infants. *Int. J. Psychoanal.*, 82: 83-100.
- Papousek, M., Schieche, M., & Wurmser, H., (Eds.). (2008). *Disorders of behavioral and emotional regulation in the first years of life*. Washington, DC: Zero to Three.
- Porter, R. H., Cernoch, J. M., & McLaughlin, F. J. (1983). Maternal recognition of neonates through olfactory cues. *Physiol. Behav.*, 30: 151-4.
- Romantshik, O., Porter, R., Tillmann, V., & Varendi, H. (2007). Preliminary evidence of a sensitive period for olfactory learning by human newborns. *Acta. Paediatr.* 96: 372-6.

- Russell, M. J., Mendelson, T., & Peeke, H. V. S. (1983). Mother's identification of their infant's odors. *Ethology and Sociobiology*, 4: 29-31.
- Salomonsson, B. (2007). Semiotic transformations in psychoanalysis with infants and adults. *Int. J. Psychoanal.*, 88: 1201-21.
- Salomonsson, B. (2011). Konzept der infantilen Sexualität und die Sexualität des Seuglings [The concept of infantile sexuality and sexuality in infants]. *Kinderanalyse*, 19: 36-49.
- Schaeffer, J. (2008). Cent ans après les Trois essais, que reste-t-il des trois scandales? [One hundred years after the Three essays: What is left of the three scandals?]. *Rev. Fr. Psychanal.*, 72: 761-76.
- Soussignan, R., & Schaal, B. (2005). Emotional processes in human newborns: a functionalist perspective. In J. Nadel, & A. Muir, (Eds.). *Emotional development.*, (pp. 127-160). Oxford: Oxford University Press.
- Squires, C. (2002). Attachment and infantile sexuality. In D. Widlöcher, (Ed.). *Infantile sexuality and attachment*, (pp. 133-56). New York, NY: Other Press.
- Stein, R. (1998). The enigmatic dimension of sexual experience: the 'otherness' of sexuality and primal seduction. *Psychoanal. Q.*, 67: 594-625.
- Stern, D. N. (1995). *The motherhood constellation: A unified view of parent-infant psychotherapy*. New York, NY: Basic Books.
- Trevarthen, C., & Aitken, K. J. (2001). Infant intersubjectivity: research, theory, and clinical applications. *J. Child Psychol. Psychiatr. Allied. Disc.*, 42: 3-48.
- Tronick, E. (2007). *The neurobehavioral and social-emotional development of infants and children*. New York, NY: Norton.
- Uvnäs-Moberg, K. (2000). *The oxytocin factor: tapping the hormone of calm, love and healing*. Cambridge, MA: Perseus.
- Van Toller, S., & Kendal-Reed, M. (1995). A possible protocognitive role for odor in human infant development. *Brain Cogn*, 29: 275-93.
- Widlöcher, D. (2002). Primary love and infantile sexuality: an eternal debate. In D. Widlöcher, (Ed.). *Infantile sexuality and attachment*, (p. 1-36). New York, NY: Other Press.
- Widström, A., Lilja, G., Aaltomaa-Michalias, P., Dahllöf, A., Lintula, M., & Nissen, E. (2011). Newborn behaviour to locate the breast when skin-to-skin: a possible method for enabling early self-regulation. *Acta. Paediatr.* 100: 79-85.
- Widström, A-M., Ransjö-Arvidsson A-B., & Christensson, K. (2007). Breastfeeding: baby's choice. DVD. Sweden: Liber Utbildning.
- Winnicott, D. W. (1941). The observation of infants in a set situation. In *Through paediatrics to psychoanalysis*, (pp. 52-69). London: Hogarth.
- Winnicott, D. W. (1953). Transitional objects and transitional phenomena: a study of the first not-me possession. *Int. J. Psychoanal.* 34: 89-97.
- Winnicott, D. W. (1955). Metapsychological and clinical aspects of regression within the psycho-analytical set-up. *Int. J. Psychoanal.*, 36: 16-26.

- Winnicott, D. W. (1956). Primary maternal preoccupation. In *Through paediatrics to psychoanalysis*, (pp. 300-05). London: Hogarth.
- Winnicott, D. W. (1960). The theory of the parent-infant relationship. *Int. J. Psychoanal.*, 41: 585-95.
- Winnicott, D. W. (1971). *Therapeutic consultations in child psychiatry*. London: Hogarth.
- Zeuthen, K., & Gammelgaard, J. (2010). Infantile sexuality: the concept, its history and place in contemporary psychoanalysis. *Scand. Psychoanal. Rev.* 33: 3-12.

Recebido em 20/06/2017

Aceito em 12/07/2017

Tradução de **Patrizia Cavallo**
Revisão gramatical de **Gustavo Czekster**
Revisão técnica de **Elena Tomasel**

Björn Salomonsson
Karolinska Institutet
Department of Women's and Children's Health, SE-171
76 Stockholm, Sweden
e-mail: bjorn.salomonsson@ki.se

© *Institute of Psychoanalysis*
Versão em português da Revista de Psicanálise – SPPA

Procurando Diogo Soares, encontro o complexo de Édipo?

Eneida Iankilevich,¹ Porto Alegre

A partir da leitura do livro Desaparecido, da autoria de cinquenta jovens de 11 anos de idade de uma escola de Porto Alegre, o conceito psicanalítico de sexualidade é estudado. O livro conta a busca de um jovem casal, recém-casado, por Diogo Soares, o pai da noiva, desaparecido desde o casamento. Impossível não ler aí uma recriação do mito edípico, sendo a autora psicanalista. O fato de ter sido escrito por cinquenta jovens mentes reforça a noção freudiana de ser este o complexo nuclear do desenvolvimento psicosexual do ser humano. Controvérsias dentro da teoria psicanalítica sobre o conceito são examinadas. A autora propõe que, assim como a resolução do complexo de Édipo impõe a renúncia aos pais e ao eu infantis e um trabalho de luto daí decorrente, precisamos renunciar ao Freud que teria todas as respostas para torná-lo inspiracional, possibilitando o desenvolvimento da psicanálise.

Palavras-chave: Sexualidade; Complexo de Édipo; Desidealização; Adolescência

¹ Médica psiquiatra (UFRGS). Psicanalista didata da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA). Psicanalista da infância e adolescência.

1. *Desaparecido*

Em 2013, foi publicado em Porto Alegre um livro intitulado *Desaparecido*, escrito e ilustrado por cinquenta alunos do 5º ano de uma escola da cidade, todos em torno de 11 anos de idade. Diante de um desafio do colégio e trabalhando em equipe, construíram o livro desde o planejamento até a publicação. Muitas escritas e reescritas do texto aconteceram, muita pesquisa e leituras, conforme as professoras que participaram do processo como consultoras fizeram questão de destacar. O resultado é uma história co-criada e contada em 26 capítulos, sendo o primeiro escrito por todos e, cada um dos seguintes, escrito em dupla.

O capítulo inicial, feito através de um trabalho conjunto, situa e estrutura a trama policial que se desenvolverá. Tem por título *Onde nada fazia sentido*. Já o capítulo final é *Quando tudo faz sentido*. Impossível não escutar ecos daquilo que é tão essencial para mim em nossa tarefa como psicanalistas: ajudar o analisando na busca por tornar-se capaz de ir construindo sentido, significado, em e para sua própria vida (sem a pretensão a *tudo*, como pré-adolescentes podem ter). Os demais capítulos possuem títulos instigantes, como *Chegando ao pesadelo*, *Uma grande coincidência*, *Um ex-vizinho* e *A enrascada*, para citar alguns, algo que me remete à experiência com o longo, acidentado e instigante percurso psicanalítico. Contudo, estas são reflexões posteriores ao impacto da leitura do livro e, acredito, diretamente estimuladas por esta.

O livro começa assim: “Embarcando no avião, após sua festa de casamento, Carlos recebeu a ligação de um amigo, avisando que o pai de Juliana tinha sido sequestrado e levado para o Rio de Janeiro. Ele olhou para sua linda esposa” (p. 13). Ao longo do capítulo, ficamos conhecendo a beleza, força e simpatia do casal e a história de encontro e amor que os levou a estarem em um avião, que já fechara as portas, partindo para a lua-de-mel, quando Carlos recebe esta notícia e fica sem saber se conta ou não para Juliana o que ocorrera, pois as portas fechadas do avião impediam qualquer ação de sua parte. Acaba contando e ela “começou a chorar desesperadamente. Enlouquecida, levantou-se e invadiu a cabine do piloto, solicitando que aterrisassem no aeroporto mais próximo” (p. 15). Na confusão que se segue, uma mala cai, abrindo. Juliana sente nas roupas o perfume do pai. A partir de então a trama se desdobra, a cada capítulo, na busca do casal por *Diogo Soares*, o pai e sogro desaparecido desde o casamento. O casal passa a seguir pistas que os levam a lugares exóticos e distantes. São aventuras ricas e instigantes, que terminam em frustração do objetivo, mas sempre no encontro de uma nova pista, que leva a outra busca, não sem sobressaltos, ferimentos, sangramentos, socos,

desencontros. Eis que, seguindo uma pista até Londres, encontram um sequestrador chamado Pierre.

Ele deu um soco no queixo de Carlos, que acabou desmaiando. Aproveitaram que ele estava adormecido e pegaram Juliana. Carlos acordou e estava pendurado no ponteiro do grande relógio, e Juliana estava dentro da torre. Ele lembrou que estava com o celular no bolso. Resolveu ligar para Nicolas e pediu que ele mandasse a New Scotland Yard ir salvá-los (p. 96).

Salvos por um inspetor desta instituição, seguem sua busca pelo pai/sogro. Encontram uma pista que os leva ao próprio hotel onde estavam hospedados. Auxiliados pelos detetives Nicolas e Antonia, acabam por chegar ao lugar em que Diogo estava preso, o Beco da Índia, na Índia. “A entrada do Beco era horrível, suja, com ratos e bichos nojentos, por isso ficaram com muito nojo de entrar, mas eles sabiam que teriam de ir de qualquer maneira” (p. 107). Ali encontraram um prédio, de onde saem gritos de socorro. Juliana reconhece a voz do pai e corre para a porta, que está trancada. Desesperada por libertá-lo, Juliana pede ajuda a Carlos que, “com voz fraca”, “lembrou que tinham encontrado uma chave dourada em uma caixa, naquele mesmo beco, dias antes. Mas não conseguiu lembrar onde a tinha guardado. Olhou na bolsa de Juliana, mas não estava lá. Então olhou no bolso de sua calça, e achou. Deu a chave para Juliana abrir a porta e libertar seu pai” (p. 110). Mas a chave não abre a porta. Carlos percebe, então, que esta era a “chave de casa”, olha novamente em seu bolso e encontra a chave dourada que, enfim, abre a porta, libertando o sogro. Depois de mais algumas dificuldades com os bandidos, os três chegam ao hotel, livres. Carlos sugere que pai e filha vão para o quarto descansar, enquanto vai à farmácia “buscar alguns medicamentos” (p. 112). Juliana afirma que irão esperá-lo para jantar e diz ao pai: “-Vamos deitar aqui na cama para relaxar e conversarmos um pouco”, ao que o pai replica “- Ok, mas antes quero tomar um ar!” (p. 112-113). Depois de algum problema com os sequestradores, o pai/sogro por fim pode descansar. Diz a Carlos e Juliana que os dois podem descer para jantar, que os seguirá depois de tomar um banho.

Diogo Soares entrou no banho. Levou uns trinta minutos para relaxar e retomar as forças. Enrolado na toalha, foi olhar seu e-mail no celular, mas estava sem bateria. Colocou-o para carregar e, quando enfiou o carregador na tomada, levou um choque, caindo duro no chão. Ele estava morto!
Juliana voltou ao quarto correndo para ver o que tinha acontecido, pois achou que o pai estava demorando muito!

Ao ver seu pai caído no chão, desmaiou! Depois de alguns minutos, retomou os sentidos e começou a sentir dores na barriga, muito fortes! Alguém bateu à porta:

Toc toc toc toc...

– Quem é?

– Sou eu, Juliana, Carlos!

– Ai, entra logo! – gritou Juliana desesperada.

Carlos entrou no quarto e ela disse:

– Carlos, – falou, chorando muito! – meu pai... Faleceu e eu estou com uma dor muito forte na barriga!

– Juliana! Juliana! Acorda! Chegamos! – disse Carlos. – Chegamos a Miami. Meio sonolenta e atordoada com tantas horas de voo, Juliana se tocou de que tudo aquilo tinha sido um grande pesadelo.

– Ai, nem acredito! Meu desejo se realizou!!!! Casei com você e estamos aqui! Assim que desembarcar, vou ligar para o meu pai. – falou Juliana sorrindo.

O casal foi para Miami Beach para aproveitar a Lua de Mel, que foi um sonho, mas um sonho real, cheio de amor e alegria! (p. 115-116).

Assim termina este livro encantador. Das muitas leituras possíveis, inevitavelmente *li*, na difícil e aventureira luta pela conquista da sexualidade que marca a individualidade, uma confirmação da onipresença do mito estruturante da psicanálise, Édipo Rei, no desenvolvimento. Foi possível perceber, também, o inconsciente dando sentido e colocando em ação os acontecimentos. Para poderem casar, o pai precisa morrer. O desespero, a ambivalência, o medo e a necessidade de abrir mão desta figura infantil, deste *deus-lar*, e, portanto, do eu infantil, são descritos com beleza nesta aventura imaginada e construída em conjunto por estes jovens. O enorme esforço para salvar o pai de seu destino inexorável, que é dar lugar à *Lua de mel*, símbolo da conquista da sexualidade socialmente reconhecida e da vida adulta, fala do desejo por este lugar de casal que pode compartilhar o gozo do amor pleno, mas também fala a respeito da dor pela renúncia ao pai da infância, ao eu infantil. Esforço e conflito que são a história deste livro. E da vida, na concepção psicanalítica.

É nesta busca, do *onde nada faz sentido* ao sentido conquistado com luta, esforço, luto, identificações, que acontece a experiência que constitui o indivíduo capaz de existir, desenvolver-se, relacionar-se, mudar, pensar, criar, contar e ouvir histórias. Um ser sexual. Tema que impõe a questão tão própria da psicanálise, a concepção de sexualidade. Neste artigo, procuro expor algumas reflexões pessoais

sobre o mesmo, inspirada pela produção destes jovens (minha escuta disto) e por minha prática clínica, além do estudo e discussões com colegas.

2. Uma grande coincidência

Este título de um dos capítulos de *Desaparecido* expressa o que senti em minha leitura: uma grande coincidência entre concepções da teoria psicanalítica e a obra produzida por estes jovens mentes em um momento chave (“a grande chave dourada” da p. 92) do desenvolvimento. Certamente, minha leitura é uma das muitas possíveis, resultado de meu encontro pessoal, intransferível, com o livro. Reconheço ser esta leitura uma atribuição de significado coerente com minhas concepções e experiência. E, neste sentido, foi uma vivência instigante, que se desdobrou em questionamentos e reflexões, além de gerar um sentimento de maior confiança nas hipóteses que sustentam minha abordagem clínica.

A prática psicanalítica desencadeia dúvidas, incertezas, em ambos os participantes. A leitura deste quase-depoimento me fez pensar que isto também se deve ao reconhecimento de que, como psicanalistas, construímos interpretações a partir do que acontece na sessão. No melhor cenário, como “hipóteses de trabalho”, nas palavras de Etchegoyen (1987, p.181), procurando criar abertura, possibilidade de questionamento, ou seja, de pensamento, em que o analisando está impedido disto por suas próprias teorias, talvez ainda inconscientes e, portanto, absolutas, inquestionáveis. Nossas interpretações resultam de pressupostos teóricos, explícitos e implícitos, os quais fazem parte de nossas concepções acerca do que acontece na dupla, e, assim, também constituem o campo. Teorias que pretendemos que estejam constantemente abertas ao desenvolvimento, como desejamos acontecer com as teorias dos analisandos.

Li, em *Desaparecido*, a sexualidade fazendo a vida acontecer. É uma corroboração de alguns pressupostos psicanalíticos. Encontrar a expressão espontânea da vivência edípica ou, mais precisamente, uma possibilidade de pensar assim, no encontro com este livro, tem sido uma experiência de encantamento e tranquilização para mim. Mesmo autores que o pensam a partir de outros vértices (como Klein, cuja teorização cria um outro Édipo, ou Laplanche, que o torna um organizador do inconsciente, não seu complexo central, conforme Calich, 2015) mantêm sua importância essencial na teoria. Acredito ter vivido a trama deste livro como um fortalecimento de minha confiança na teoria que orienta minha prática. Quase uma *evidência*, que pretendo seja capaz de me tornar mais livre e aberta

para aprender da experiência analítica cotidiana. Com isso, percebi novamente que sexualidade e conflito edípico são noções centrais em minha escuta.

Carlos e Juliana perseguem pistas do paradeiro de Diogo Soares, pai e sogro, a partir do Rio Grande do Sul (tendo eles se conhecido “na cidade de Anta Gorda, localizada no Vale do Alto Taquari, entre os rios Guaporé e Forqueta, distante cento e noventa quilômetros da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre”, (p. 14)), passando pela Transilvânia, Grécia, Zimbábue, Zâmbia, Nova Iorque, Londres, Roma, Pequim, Índia e de volta ao Brasil. O fato de a trama deste livro acontecer em lugares tão distantes uns dos outros, partindo de uma localidade no interior, tão fora da rota inicialmente pensada pelos recém-casados, resultando nesta aventura tão complexa, cheia de sobressaltos e reviravoltas, me faz pensar na abrangência da sexualidade na vida humana.

Qual sexualidade? Em seu importante artigo *Sexualidade tem algo a ver com psicanálise?*, que problematiza o status desta na psicanálise atual (o artigo original resulta de uma conferência realizada em 1995), Green (1995) destaca que, mesmo a partir de pressupostos biológicos, “Freud, na verdade, inventou a *psicossexualidade*.” (p. 218). Psicossexualidade que amplia a noção vigente que reduzia a sexualidade à genitalidade, tornando a busca e obtenção de prazer acontecimentos desde o início da vida. A elaboração do conceito de pulsão dá sentido a isto na teoria freudiana. A psicossexualidade, considerada organizadora e motor da vida do indivíduo, enfatiza a sexualidade infantil. Esta teria sua centralidade no complexo de Édipo a ser *resolvido* (*dissolvido*), o que instituiria a formação do superego e as identificações como corolário. Assim como a noção de alteridade e, portanto, de identidade. Teorização reformulada por Klein e seguidores, que falam da origem precoce, pré-genital do complexo de Édipo, consistentemente com sua concepção de haver vida de relações desde sempre.

Não pretendo, neste trabalho, estudar as repercussões e controvérsias resultantes do artigo de Green, que contesta esta noção kleiniana, nem abordarei os debates desencadeados por este trabalho (Azevedo, 2013). Tenho como objetivo, sim, destacar minha convicção de que, implícita ou explicitamente, a noção de sexualidade mudou de maneira radical a partir de Freud (mesmo levando em conta os questionamentos que já vinham acontecendo a este respeito na época em que este autor apresentou sua teoria), determinando a nossa escuta dos analisandos e da própria teoria e teoria da técnica, como me parecem ilustrar as preocupações que levaram à escrita e publicação deste artigo de Green já citado (e escrito noventa anos depois dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*). E, penso, também foi decisivo para a minha leitura feita do texto dos jovens.

Em *Desaparecido*, Diogo Soares, o sequestrado, é pai de Juliana, mas a

busca pertence ao casal. Tal fato me fez pensar na difícil trajetória realizada até poder-se constituir outra cena primária, tornar-mo-nos protagonistas de um novo acontecer. A força das fantasias que dão colorido a esta conquista, que traz em si uma perda e impõe um trabalho de luto a caminho de uma nova ordenação, acredito que apareçam no imenso esforço despendido ao longo da trama. Em muitos momentos, Carlos intervém salvando Juliana, dela cuidando, carregando-a no colo. Uma referência aos papéis masculino e feminino, às diferenças, à cultura na qual acontece o crescimento? Pensei nisso também ao ler algumas soluções encontradas pelos personagens, tais como, por exemplo “lembrou que estava com o celular” (p. 96), “um calmante, porque estava muito estressada” (p. 17). Utilizamos os instrumentos possíveis e disponibilizados pela cultura de que somos parte para tentar resolver problemas ancestrais? Em alguma medida, a conquista da identidade que possibilita o estabelecimento de relações, de novas cenas primárias, para usar algo tão central em nossa teorização, seria uma marca do humano (a conquista da sexualidade genital, do lugar adulto na sociedade, da independência e identidade), da construção da mente? A julgar pelo o que podemos escutar do produto de 50 jovens mentes criando este texto, acredito que poderíamos responder de maneira afirmativa.

3. “Assim que desembarcar, vou ligar para o meu pai”

Podemos pensar esta produção literária como se fosse o conteúdo manifesto de um sonho, inspirados na aproximação de Melanie Klein ao brincar das crianças (1932) ou nos entendimentos psicanalíticos de obras de arte realizados desde Freud, algo que nos possibilitaria diversas e ricas teorizações e aprendizagens. Se a tomarmos como evidência, por ser um produto espontâneo de um grupo de jovens mentes em desenvolvimento, podemos enfatizar o conflito edípico na representação da luta por matar o pai para poder tê-lo como objeto de identificação, a serviço do crescimento.

Um aspecto que me chamou a atenção nesta história tão cheia de paixão, de obstáculos e superações, e que me remeteu de maneira tão viva à concepção de conflito edípico, é a ausência (explícita?) da mãe. Ao longo do texto, os personagens femininos são Juliana, um dos protagonistas; Amy, uma amiga inglesa do detetive Nicolas; Marília, uma vilã; e Antonia, uma detetive, a princípio sob disfarce. As três últimas possuem pequena expressão na história. O pai, por sua vez, é central e onipresente, não há um capítulo em que não seja determinante do que se passa, ocupando a mente de Juliana de forma quase absoluta.

Carlos promete a Juliana, já no começo da trama: “-Não te preocupes, querida, nós acharemos teu pai. Eu te prometo. Seja sofrendo, viajando, de qualquer maneira. Eu te garanto!” (p. 18). Torna sua, portanto, a missão, estabelecendo uma relação pessoal com esta figura paterna e rival. Qual podemos imaginar ser o sentido deste movimento? Carlos precisa ajudar Juliana a encontrar o pai para poder com ela constituir uma nova realidade. Juliana precisa encontrar o pai para deixá-lo morrer e, depois, poder “ligar para ele”, antes de finalmente viverem a sua *lua-de-mel*.

O pai, centro da luta edípica? Um pai *freudiano*? A ausência da mãe na mente dos autores na descrição deste embate do desenvolvimento faz pensar no que afirma Bloss (1979): “a existência de um momento de relação dual (do menino) com o pai no início da adolescência como forma de escapar à mãe engolfante da infância” (p. 133).

Tarefas diferentes para filho e filha, podemos pensar. O pai, figura central para ambos neste momento de coroamento da separação da vida e identidade infantis, representado aqui pelo casamento. Estaremos falando do processo de identificação, para Freud inaugurando o superego como herdeiro do complexo de Édipo? Klein não admite esta concepção da formação do superego, mas o papel da identificação na constituição do indivíduo é prevalente em sua obra. Identificação que, penso, pode ser considerada como aspecto da sexualidade entendida como psicosexualidade, desdobramento da luta pela conquista da independência, da individualidade. O que implica a dolorosa perda da ilusão infantil de pais que nos protegeriam do reconhecimento do desamparo humano (*Hilflosigkeit*, diz Freud, 1926). E o trabalho de luto que possibilita o conhecimento de nossos próprios recursos, os quais possibilitam a vida.

Trabalho de luto, portanto, que é estruturante e caminho (talvez único) para esta *lua-de-mel* tão desejada (“Ai, nem acredito! Meu desejo se realizou!!!! Casei com você e estamos aqui!”, conforme p. 116), conquistada a duras penas.

Para este desenvolvimento ser possível, devemos imaginar uma mãe que esteve/está, que sobrevive à violência do crescimento dos filhos como objeto interno, marca identificatória que capacita para o embate do crescimento. E um pai que deve ser morto para o filho existir como adulto.

4. “Ele estava morto!”

Poderíamos também pensar este livro como uma elaboração do luto pelos pais e pelo eu infantis. Trabalho de luto do qual resultam as identificações que nos

constituem e nos possibilitam conhecer e usar os recursos que fomos construindo nesta árdua batalha feita de *sofrimentos*, *viagens*, de enfrentamento com uma realidade factual que temos que conhecer, habitar, tornar nossa. Passos do longo percurso *em direção à independência*, considerado por Winnicott (1963a), em uma de suas teorizações sobre o desenvolvimento, uma tarefa para toda a vida.

O indivíduo que pode viver este processo de identificação, resultado do reconhecimento da realidade que impõe prescindir destes pais infantis, *deuses-lares*,² está livre para estabelecer novas relações, inclusive com seus pais. Relações que são o antídoto da solidão (Iankilevich, 2010). Nesta nova organização, precisa não só “responsabilizar-se por si mesmo” (Meltzer, 1967, p. 10), mas também descobrir a capacidade de tornar pensável sua experiência, contar para outro que ouve e compartilha, em um encontro gerador de sentido, fértil, prazeroso. Um encontro onde a vida sexual genital pode acontecer (“Casei com você e estamos aqui!”, p.116), criando novas histórias.

A eletrizante aventura que é *Desaparecido* me fez pensar na ruptura causada por Freud ao propor sua teoria da sexualidade. Teoria que não apenas muda sua abrangência, de ato específico do encontro genital adulto a força motora do acontecer humano (pela teoria da pulsão), como possibilita a percepção do longo caminho até conquistar e usufruir da vida genital adulta. Genitalidade que deixa de ser concebida apenas como ato físico, passando a ser compreendida sua riqueza e complexidade pela experiência emocional que é. Experiência que acaba por ser determinada pelas fantasias que a constroem. Como uma vez me disse um professor, Dr. Isaac Pechansky (comunicação pessoal), não sabemos o que está acontecendo em um encontro sexual entre dois adultos: pode ser uma relação incestuosa, um ato masturbatório, um abuso... é a fantasia de cada um e do par que determina o que está acontecendo.

É a conquista da individualidade que, acredito, passa pela vivência e pela resolução do complexo de Édipo, que leio tão ricamente demonstrada neste livro. Em Freud (1924), a *dissolução* deste se dá de forma diferente para meninos e meninas, mas para ambos o complexo de castração é central no processo (algo que, nos meninos resultaria em sua resolução, nas meninas é determinante para desencadeá-lo). Pergunto-me se tanta paixão, vivências tão extremas, não são necessárias para poder acreditar em sua própria potência, na integridade de seus genitais (*falo*, como destaca McDougall, 1989), em sua força amorosa, criativa, em contrapartida ao poder destruidor temido inevitavelmente, agora, pela vivência do crescimento físico. Como me ensinou um menino de 5 anos que viera a tratamento

² Deuses-lares, na mitologia greco-romana, eram os espíritos dos antepassados, que protegiam a família. Cada família tinha o seu deus-lar particular.

por apresentar momentos de medo muito intenso: assim como, à medida que foi aprofundando sua ligação comigo, passou a temer que um incêndio destruísse o consultório e a mim, não deixava que outra pessoa apitasse a campainha avisando que chegara, “somente seu dedo fazia que a Eneida ouvisse”.

O conceito de fantasia, em Freud usado como recurso para suportar a frustração da satisfação pulsional, foi sendo desenvolvido e tornado aquilo que dá sentido aos atos humanos, talvez na esteira de uma das leituras possíveis de *Interpretação dos sonhos*. A solução da trama de *Desaparecido*, (“um grande pesadelo”, p. 116), em minha leitura, expressa a necessidade de viver a aventura e a dimensão em que isto pode e precisa ocorrer: na vida de fantasia, de sonho, no sentido que foi adquirindo em psicanálise. E no reconhecimento de um inconsciente que nos constitui.

No livro, Diogo Soares sobrevive a perigos extremos, dos quais consegue ser salvo pelo esforço e determinação da filha e do genro, recém-casados. E morre, de forma aparentemente banal, de um choque elétrico fulminante. É preciso que ele morra, podemos ouvir os autores nos ensinarem. Para poder ser alcançado, estar disponível para o telefonema real que Juliana vai fazer, do hotel da *lua-de-mel* conquistada. E conquistada pela morte do pai da infância. Crescer é um ato violento e criativo, algo que precisa ser elaborado, como ensina a leitura desta história de jovens que vão aos confins do mundo para voltar ao lugar onde tudo começou, ambos profundamente modificados pela luta travada. E capazes de fazer os telefonemas que efetivam a nova realidade criada.

5. “[...] – meu pai... Faleceu e eu estou com uma dor muito forte na barriga!”

Esta fala de Juliana pode parecer enigmática, mas também é uma fala que apresenta um aspecto inerente à leitura que venho fazendo do livro citado: é o corpo, que se impõe, que manifesta e comunica. Os autores, púberes, estão se defrontando com um corpo que está mudando, que os desconcerta ao fazê-los viver sensações não conhecidas, que acionam respostas também físicas e imperativas, que geram atos não pensados. E fantasias surpreendentes. Vivenciam o estranho em si mesmos. O estranho da sexualidade genital, em toda sua novidade e possibilidade de prazer nunca antes experimentado desta forma, abrindo um outro lugar ao outro, ao objeto.

Acredito que esta vivência de um eu-corpo que se impõe como realidade seja um dos fatores da aquisição do pensamento formal, em detrimento do pensamento mágico, onipotente, da infância, pela experiência de em nós mesmos acontecerem

eventos sobre os quais não temos controle, nem escolha. Estas experiências extremas também evidenciam a vida inconsciente tão ativa, determinante e alheia à ilusão de controle da criança.

Laplanche (2015) afirma, ao diferenciar *sexual* e *Sexual*, que “a sexualidade dita ‘ampliada’ é a grande descoberta psicanalítica, [...] Ela é infantil, certamente, ligada mais à fantasia que ao objeto, portanto auto-erótica, regida pela fantasia, regida pelo inconsciente” (p.156). O *Sexual*, para ele, “é uma sexualidade que se quer não procriadora, ou mesmo não principalmente sexuada”. “O Sexual não é o sexuado; é essencialmente o sexual perverso infantil” (*Ibidem*). Ainda que os estudos deste autor estejam dirigidos a uma teorização bastante específica de seu pensamento, estas suas colocações me ajudam a destacar a complexidade do momento do desenvolvimento dos autores de *Desaparecido*, que, acredito, transparece em seu texto. A aquisição da sexualidade procriadora, sexuada, causa inevitavelmente um desequilíbrio que deve gerar um novo equilíbrio, como já descrito neste artigo. Um novo lugar em sua própria história deve ser conquistado, o qual inevitavelmente muda o lugar até então ocupado pelo objeto parental. O corpo, local em que acontece e se realiza a sexualidade genital, é determinante nesta mudança, assim como de uma nova percepção do corpo do outro. O impacto das fantasias, que também constituem a sexualidade genital, pode possibilitar ou impedir esta conquista.

Este é um momento vital de turbulência, possibilidades e riscos, inevitavelmente, o que me parece muito bem ilustrado nesta que é uma das leituras possíveis deste instigante livro. O reconhecimento do lugar determinante das fantasias me parece expresso na resolução da trama (“foi um sonho”), assim como no clima onírico de toda a narração.

Para Winnicott (1963a), a fantasia é uma elaboração imaginativa das funções corporais. Destaca este autor a inextrincabilidade mente-corpo. Afirma ser a atividade mental um caso especial do funcionamento da psique-soma. A leitura de *Desaparecido* me pareceu chamar a atenção para esta inextrincabilidade. Se é impossível matar o pai em fantasia, ou, em outras palavras, se as fantasias são vividas como reais (como no pensamento mágico da infância), a sexualidade genital não pode ser alcançada e usufruída. Se não podemos duvidar, desacreditar, questionar, rivalizar, atacar nossos pais, ficamos submetidos a uma posição infantil profundamente impeditiva do desenvolvimento, mesmo que pareça oferecer segurança, conforto. Impede o pensar que tanto valorizamos e que marca a individualidade. O livro, conforme o li, me parece descrever a violência, complexidade e riqueza deste acontecimento, o pensar adulto.

O parricídio é o ato de reivindicar nosso próprio lugar como alguém responsável por si mesmo e perante si mesmo; imortalizar nossos pais (um ato de expiação) pelo parricídio envolve a internalização metafórica dos pais. Essa internalização é *metafórica* na medida em que os pais não são simplesmente transformados em um aspecto nosso (uma simples identificação). Mais que isso, é uma internalização de um tipo mais rico: no sentido de incorporar em nossa própria identidade uma versão dos pais que inclui uma concepção de quem eles poderiam ter se tornado, mas foram incapazes de se tornar, como consequência das limitações de suas próprias personalidades e das circunstâncias em que viveram (Gabbard & Ogden, 2011, p. 120).

Esta dimensão humana finalmente concedida aos pais, que passa pelo assassinato dos pais absolutos da infância, torna possível também nossa existência como indivíduos com alcances e limites. Também viabiliza o usufruto da sexualidade genital, neste complexo processo que é a sexualidade humana entendida à luz da contribuição da teoria psicanalítica a partir de Freud.

6. “Ok, mas antes quero tomar um ar!”

Esta foi a resposta de Diogo Soares ao convite da filha para deitarem “aqui na cama para relaxar e conversarmos um pouco”. Teriam os autores alguma noção (inconsciente, acredito) do quanto os pais são exigidos no processo de crescimento de seus filhos? Comoveu-me notar como o pai da história aparece cansado, precisando de ar. Ser capaz de sobreviver ao crescimento dos filhos, com os inevitáveis questionamentos, denegamentos que a desidealização necessária e inevitável acabam por acarretar, não é fácil. Assim como a crescente capacidade de se preocupar (Winnicott, 1963b) possibilita aos filhos alguma compreensão da vivência dos pais para seguir o desenvolvimento são, inevitavelmente, violentos. Pois os pais são, também de maneira inevitável, incapazes de oferecer a satisfação, o saber absoluto que dispensaria o esforço necessário ao desenvolvimento. E, justamente por isto, são capazes de oferecer o mundo a seus filhos.

A resultante deste conflito depende da capacidade dos pais de suportar abrir mão do lugar que lhes cabia quando os filhos eram pequenos. Na mesma medida, depende de os filhos abrirem mão da ilusão de onipotência e onisciência que tais pais lhes pareciam oferecer. Encontrar os pais-pessoas nos pais da infância também

é admitir as pessoas que eles mesmos podem ser, mas precisam lutar para tornar-se, ou seja, algo que possibilita o desenvolvimento.

Em minha experiência clínica, aprendi ser trabalho do psicanalista ajudar o analisando a admitir a necessidade de tomar posse de sua existência. Abrindo mão do encontro com os pais que não teve. Poder viver com os pais da realidade libera para existir como indivíduo capaz de criar a partir do que recebeu. A independência não é dada, é conquistada. Impõe-se como luto, oferece a possibilidade do novo, de uma vida construída ao caminhar.

Em alguma medida, precisamos sempre de um pai da infância que nos proteja, ou a quem responsabilizar pelo o que não conseguimos, por aquilo que dele não pudemos obter. Escrever este texto a partir da obra literária destes jovens púberes me remeteu a Freud, o qual estabeleceu como conflito nuclear do ser humano o complexo de Édipo, que me parece fazer-se evidente na história que contam. A universalidade deste complexo, como defendida pelo criador da psicanálise, foi motivo de grandes discussões, especialmente com os antropólogos (Smadja, 2013). Surgiram fortes, por vezes violentas, controvérsias extra-muros. Contudo, todos conhecemos as igualmente fortes, por vezes violentas, controvérsias intra-muros, que já levaram a exclusões formais de vozes discordantes.

Lendo este livro precioso, pensei na figura parental de Freud para nós, psicanalistas. E nas apaixonadas discussões que, por vezes, parecem girar em torno desta figura ancestral, prejudicando o desenvolvimento de nossa disciplina como um todo. Como afirma Mezan (2014), a questão das assim chamadas escolas psicanalíticas é que cada uma insiste em ser aquela que é fiel ao fundador, mesmo tomando trabalhos diferentes de sua extensa obra como referencial. Quando Green (1995) traz o importante questionamento sobre o lugar da sexualidade na psicanálise contemporânea, parece referir-se a um fenômeno de afastamento da teoria e técnica freudianas, ideia em que certamente possui razão. É possível questionar suas colocações sem negar a importância de sua contribuição. Alguns autores consideram os exemplos que Green dá neste seu texto predominantemente referentes à genitalidade, não à sexualidade a que Freud se referia.

Em livro recente, Green (2011) me parece ampliar a questão apresentada em seu já clássico trabalho de 1995, ao descrever duas fases da sexualidade, em termos cronológicos, enfatizando sua complementaridade: “a primeira, na qual a sexualidade maternal (e não feminina) predomina; e a segunda, na qual a sexualidade paternal (e não masculina) predomina” (p. 84). Penso que está, assim, acolhendo posições teóricas que, no texto de 1995, parecia negar.

Só é possível se conseguirmos ir além de Freud, como ele mesmo, aliás, sempre fez. Podemos supor que a psicosexualidade, desenvolvida por Freud a

partir de estudos da psicopatologia, demonstrou ser o desenvolvimento natural desde uma sexualidade infantil polimorfo-perversa até a unificação das pulsões parciais sob a égide da genitalidade, tornando-se um consenso a partir do qual outras teorizações puderam ser construídas. Neste sentido, os vínculos (K, H, L) propostos por Bion, por exemplo, poderiam ser pensados como metáforas de ligações sexuais que possibilitam o pensar. Pensar que exige a ligação, a interpenetração de conceitos heterogêneos para acontecer, para dar sentido à existência.

Teríamos deixado de tratar a sexualidade ou passamos a entendê-la de uma perspectiva mais complexa, compreendendo melhor, inclusive, os fatores mentais que podem prejudicar o gozo da genitalidade? Desenvolvimentos que só se tornam possíveis partindo das descobertas de Freud, mas somente se corajosamente “o matarmos” para fazer crescer o que ele iniciou. Abrindo mão de buscar que, deste pai de nossa infância como psicanalistas, provenham todas as respostas, deixando-o “tomar um ar” (de nossas exigências, talvez, como pediu para fazer Diogo Soares). Assim poderemos estar aptos ao intenso trabalho de nos tornarmos os melhores psicanalistas que possamos ser.

Ferro & Nicolí, em livro recente (2017), afirma ter a psicanálise um campo específico: aliviar o sofrimento mental. Sugere que, na clínica, mas também na teoria, “assim que entendemos algo, isto não tem mais interesse para nós: devemos estar interessados no próximo algo que ainda não entendemos” (p. 71) Para tal, o pai precisa “tomar um ar”, é necessário que façamos o luto pelo que ele não pôde nos oferecer para fazer crescer o que herdamos. O *Desaparecido*, conforme o li, fala desta árdua tarefa, que faz eco com aquilo que tenho aprendido da clínica: tornar-se um indivíduo é um ato sexual que possibilita a conquista da sexualidade genital, num processo contínuo, em espiral, de desenvolvimento.

7. Um sonho real

O encontro com esta obra escrita em conjunto por estes jovens de 11 anos foi muito importante para mim. A leitura que me percebi fazendo possibilitou um reconhecimento do lugar de onde escuto as manifestações humanas, minha convicção no inconsciente e seus desdobramentos, bem como na centralidade das relações na construção de quem somos, sendo a sexualidade, e a sexualidade infantil, com o complexo de Édipo descrito por Freud como cerne deste, a essência de nossa humanidade.

Escutar uma evidência disto na história produzida por jovens às voltas com a puberdade, o início da adolescência, jovens que teoricamente concebemos como

revivendo intensamente seus conflitos infantis, foi reassegurador. Evidência? Para as dúvidas que inevitavelmente acontecem em nosso trabalho com analisandos, uma possibilidade de acreditar no caminho psicanalítico. Não por provar algo, mas por reencontrar, nestes jovens autores, a capacidade humana de criar continentes para suas vivências, a possibilidade de tornar história que pode ser contada e escutada suas experiências emocionais e com isto enriquecer-se, existir.

A leitura que fiz de *Desaparecido* reafirmou o sentido que faz para mim a teoria psicanalítica e sua utilidade clínica. Nem todos conseguimos elaborar as vivências transformando-as em aventura que emociona, envolve. Trabalhamos, acredito, para ajudar quem nos procura a encontrar sua maneira peculiar de fazê-lo, dando sentido à sua vida, podendo usufruir do que lhe é próprio dentro de sua especificidade.

Nas palavras de Aulagnier (1984),

a função do Eu [*Je*] como construtor insaciável, e inventor, se necessário, de uma história libidinal da qual extrai as causas que tornam sensatas e aceitáveis as exigências das duras realidades com as quais tem que coabitar: o mundo externo e este mundo psíquico que, em grande parte, lhe é desconhecido (p. 12).

Fazendo este trabalho, retomei o conceito de sexualidade, de psicosexualidade, e reaprendi a história revolucionária de sua construção. Encontrei um conceito em constante transformação, chegando a me perceber, lendo em teorias como as de Bion e Winnicott, que aparentemente não fazem referência explícita à sexualidade, a vigência deste conceito no ligar, unir, estudar relações, mesmo que entre pensamentos. Conceito do qual me reapropriei e percebi ser estruturante de minha teoria implícita, até onde posso apreendê-la. Terminei este trabalho com a percepção da psicanálise como teoria e prática viva, aberta a questionamentos, em evolução.

Cabe ressaltar que o livro *Desaparecido* é produto das mentes de jovens de uma escola particular, protegidos de dificuldades que sabemos que muitos outros jovens infelizmente vivem. Ainda assim, a presença estruturante das relações fundantes como eixo organizador da constituição da mente, da subjetividade, aparece inequivocamente, nesta minha leitura. Não acredito que seria diferente em produções de jovens de outras realidades, mesmo reconhecendo o poder destruidor da ausência destes cuidados essenciais e pensando em nossa responsabilidade nesta situação social, até pelo conhecimento do desenvolvimento resultante de nossas teorias.

Outra questão a que não sei responder é se a possibilidade deste livro ter

sido escrito não resulta também da sociedade em que estão inseridos os autores, ou do lugar a partir do qual eu o li. Cultura ocidental, onde a célula familiar é o eixo organizador, mesmo com todas as modificações que vêm acontecendo. Cultura a partir da qual e na qual Freud, nosso fundador, construiu sua concepção do complexo de Édipo como estruturante. Cultura que também se alimentou desta teoria, tornando-a uma de suas premissas, talvez, na contínua retroalimentação que move a humanidade.

O estudo e reflexões geradas em mim através da escrita deste artigo resultou em muita aprendizagem e em novas questões. Senti-me como no caminho de idas e voltas realizado por Carlos e Juliana, os quais acabam por encontrar Diogo Soares no próprio hotel em que estavam hospedados. Em que as chaves servem e não servem para abrir portas, o que reafirmou minha convicção de uma humanidade que nos liga a todos, expressando-se na diversidade que faz tão rico e único cada encontro com outro ser humano. □

Abstract

Will I find the Oedipus complex when looking for Diogo Soares?

Starting from the reading of the book *Desaparecido*, written by fifty children aged 11 years old from a school in Porto Alegre, the author investigates the psychoanalytic concept of sexuality. The book is about the search – conducted by a young and recently married couple – for Diogo Soares, the bride's father who had disappeared since the wedding. Considered that the author of this paper is a psychoanalyst, it is impossible not to read in that story the recreation of the Oedipus myth. The fact it was written by fifty young minds reinforces the Freudian notion that this complex is nuclear for the human being's psychosexual development. Controversies regarding that concept are investigated within psychoanalytic theory. Similarly to the way the resolution of the Oedipus complex imposes the renunciation to the parents and to the self from childhood as well as a work of mourning, the author proposes that we should also renounce to the Freud who would have all the answers so as to transform him into an inspiration and allow psychoanalysis to develop.

Keywords: Sexuality; Oedipus Complex; Desidealization; Adolescence

Resumen

Buscando Diogo Soares, encuentro el complejo de Edipo?

A partir de la lectura del libro *Desaparecido*, de autoría de cincuenta jóvenes de 11 años de edad de una escuela de Porto Alegre, es estudiado el concepto psicoanalítico de sexualidad. El libro relata la búsqueda de una joven pareja, recién casada, por Diogo Soares, el padre de la novia, desaparecido desde el casamiento. Imposible no leer ahí una recreación del mito edípico, la autora siendo psicoanalista. El hecho de haber sido escrito por cincuenta jóvenes mentes refuerza la noción freudiana de ser este el complejo nuclear del desarrollo psicosexual del ser humano. Controversias dentro de la teoría psicoanalítica sobre el concepto son examinadas. La autora propone que, así como la resolución del complejo de Edipo impone la renuncia a los padres y al yo infantil y un trabajo de luto decurrente de eso, necesitamos renunciar al Freud que tendría todas las respuestas para hacerle inspiracional, posibilitando el desarrollo del psicoanálisis.

Palabras clave: Sexualidad; Complejo de Edipo; Desidealización; Adolescencia

Referências

- Aulagnier, P. (1984). *O aprendiz de historiador e o mestre-feiticeiro*. São Paulo: Escuta, 1989.
- Azevedo, B. A. (2013). Por uma psicanálise com sexualidade. *SIG: Revista de Psicanálise*, 1: 37-50.
- Bloss, P. (1979). *Transição adolescente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- Brito, K. & Dickel, G. B. (Orgs.) (2013). *Desaparecido*. Porto Alegre: Colégio Israelita Brasileiro. Escrito e ilustrado pelos alunos do 5º ano EF do Colégio Israelita Brasileiro.
- Calich, J. C. (2015) Apresentação da edição brasileira. In J. Laplanche, *Sexual*. Porto Alegre/São Paulo: Dublinense.
- Etchegoyen, R. H. (1987). *Fundamentos da técnica psicanalítica*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas.
- Ferro, A. & Nicoli, L. (2017). *The new analyst's guide to the galaxy*. London: Karnac.
- Freud, S. (1924). A dissolução do complexo de Édipo. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, (Vol. 19). Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- Freud, S. (1926) Inibições, sintomas e ansiedade. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, (Vol. 20). Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- Gabbard, G. O. & Ogden, T. O. (2011). Tornar-se psicanalista. *Livro Anual de Psicanálise*, XXV, 117-131, 2011.

- Green, A. (1995). Sexualidade tem algo a ver com psicanálise? *Livro Anual de Psicanálise, XI*, 217-229, 1995.
- Green, A. (2011). *Illusions and disillusion of psychoanalytic work*. London: Karnac, Psychoanalytical Ideas and Applications Series.
- Iankilevich, E. (2010). A conquista da alteridade, antídoto da solidão. *Revista do IEPP*, 12: 43-49.
- Klein, M. (1932). *Psicanálise da criança*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1969.
- Laplanche, J. (2015). *Sexual*. Porto Alegre/São Paulo: Dublinense.
- McDougall, J. (1989). *Em defesa de uma certa anormalidade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Meltzer, D. (1967). *El proceso psicoanalítico*. Buenos Aires: Lumen-Hormé, 1996.
- Mezan, R. (2014). *O tronco e os ramos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Smadja, E. (2013). O complexo de Édipo, cristizador do debate entre psicanálise e antropologia. *Livro Anual de Psicanálise, XXVII-1, 101-118, 2013*.
- Winnicott, D.W. (1963a). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1979.
- Winnicott, D.W. (1963b). O desenvolvimento da capacidade de se preocupar. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1979.

Recebido em 10/09/2018

Aceito em 12/09/2018

Revisão gramatical de **Gustavo Czekster**

Revisão técnica de **Marli Bergel**

Eneida Iankilevich

Av. Taquara, 564/206

90460-210 – Porto Alegre – RS – Brasil

e-mail: eiankilevich@gmail.com

© Revista de Psicanálise – SPPA

Entrevista

Entrevista com Eva Rotenberg¹

Entrevista concedida pela psicanalista Eva Rotenberg em 25 de maio de 2018, durante o Colóquio do XX Simpósio da Infância e Adolescência da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, aos representantes do Conselho Editorial da Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, Lúcia Thaler e Paulo Oscar Teitelbaum, com a participação do público presente ao evento.



1 Psicanalista. Membro titular com funções didáticas e especialista em crianças e adolescentes da Associação Psicanalítica da Argentina (APA) e da International Psychoanalytical Association (IPA). Fundadora e Diretora da instituição *Escuela para Padres Multifamiliar*.

Editora da RP (Lúcia Thaler) – *Boa tarde a todos. É um prazer estarmos aqui hoje reunidos com vocês e gostaríamos de agradecer, em nome da Revista de Psicanálise da nossa Sociedade, à Diretoria da Infância e Adolescência por este convite. É com satisfação que, pela terceira vez, realizamos esta atividade neste formato, isto é, com a presença do público participante do Simpósio. Tradicionalmente, desde muitos anos, o Conselho Editorial da Revista de Psicanálise da SPPA realiza entrevistas com os convidados que visitam nossa Sociedade para atividades científicas. Por iniciativa da Diretoria da Infância e Adolescência, fomos solicitados a fazer essa entrevista de forma aberta, como parte da programação científica do Simpósio, o que tem se revelado uma tarefa muito agradável e frutífera. Quero também agradecer aos colegas do Conselho Editorial da Revista, porque esta entrevista é fruto de um trabalho prévio de leitura dos textos dos convidados e da elaboração conjunta das perguntas que são feitas aqui, no sentido de destacar e esclarecer aspectos do seu pensamento psicanalítico.*

Passando às apresentações, a nossa convidada de hoje, Dra. Eva Rotenberg é membro titular com funções didáticas e especialista em crianças e adolescentes tanto da Associação Psicanalítica da Argentina (APA), como da International Psychoanalytical Association (IPA). É coordenadora do Grupo de Investigação sobre Parentalidades na FEPAL e, desde o ano 2000, é coordenadora da área de adoções da Associação Psicanalítica da Argentina e membro representante junto à COWAP. Também é fundadora e diretora da instituição Escola para Pais Multifamiliar, entre outras credenciais.

Vamos então à entrevista, que será conduzida pelo nosso Editor Associado, Dr. Paulo Oscar Teitelbaum.

RP – *Como fazemos tradicionalmente ao entrevistar os nossos convidados, gostaríamos que a senhora iniciasse nos falando sobre quais considera as principais influências em sua formação e na evolução de seu pensamento psicanalítico.*

Eva Rotenberg – Bem, sempre me interessei por uma profissão que tivesse a ver com ciências humanas e com a ideia de poder ajudar as pessoas. Primeiro estudei Sociologia e Antropologia no exterior. Quando voltei à Argentina, não havia trabalho para sociólogos e, então, estudei Psicologia e, depois, fiz a formação em crianças e adolescentes. Na sequência, entrei na Associação Psicanalítica Argentina, e continuei sempre em frente. Mas acho que, para mim, foi muito importante a minha análise individual. Interessei-me – e continuo me interessando – por Freud,

mas revisitando a obra dele a partir de novas perspectivas. Acho que algumas perspectivas se mantêm, se sustentam e são muito importantes, como a questão do inconsciente, da sexualidade infantil, da pulsão, do trauma... e existem outras que é preciso visitar. O Complexo de Édipo continua vigente, mas não quanto à entrada e saída do Édipo. Contudo, Freud permanece sendo importante. Também gosto muito de Winnicott, mas, como disse nestes dois dias, quando eu já era membro didata, em um painel, conheci o professor Jorge García Badaracco, que me convidou a visitar o Borda, um hospital neuropsiquiátrico público para pacientes homens, em Buenos Aires, onde ele fazia reuniões de psicanálise multifamiliar. Nessas reuniões, estavam muitas, muitas famílias, todas sentadas em círculo. Eram muitas famílias com os pacientes hospitalizados que queriam ir. Eles vinham, sentavam ali e iam embora. Os enfermeiros, médicos e psiquiatras iam lá estudar. Na primeira vez em que eu fui, entrou um paciente crônico diagnosticado com esquizofrenia. Sentou-se lá como se estivesse em outro mundo, e Jorge García Badaracco passou a falar com ele. Todo mundo começou a rir, pois era como falar com um poste, porque o paciente estava em outro mundo, e os psiquiatras tratavam-no como se ele fosse mesmo um poste, um objeto. Jorge García Badaracco continuou falando, falando, e o paciente começou a se conectar cada vez mais, cada vez mais, cada vez mais. É claro que, primeiro, com neologismos, mas, enfim... A partir desse dia, nunca mais deixei de ir lá, durante mais de 15 anos, duas vezes por semana ao hospital neuropsiquiátrico Borda e uma vez por semana ao hospital de mulheres. Aos sábados, junto com um grupo muito pequeno de colegas, íamos à casa de Badaracco – ele tinha a casa e o consultório juntos – para pensarmos, a partir da teoria, por que se curam os pacientes que se curam e por que não se curam os que ainda não se curaram. Tempos depois, formou-se um grupo de psicanálise multifamiliar na Associação Psicanalítica Argentina e eu também participava dele. Isso me ajudou demais, mudou a minha clínica e a minha forma de pensar... Badaracco não concordava com os conceitos de pulsão de morte, nem com o de resistência dos pacientes e nem com a ideia de impossibilidade de mudança psíquica. Ele defendia que a dificuldade de mudança psíquica residia na mente do analista e nas teorias, e que era preciso ampliar a teoria. Isso é verdade, uma vez que, em outras ciências, é assim. Quando as pessoas morriam devido a infecções, os cientistas inventavam um antibiótico. Ninguém continuava repetindo que as infecções não se curavam. Contudo, nós, digamos nas terapias da mente, continuávamos repetindo, como se fosse a Bíblia, como se fosse uma verdade única, que a psicose não se cura e que a patologia mental severa não se cura, ao invés de pensarmos por que não se curam e por que melhoram os pacientes que melhoram. Enfim, tudo isso mudou totalmente a minha forma de pensar. Além disso, Jorge não acreditava na pulsão de morte.

Ele dizia que é o outro significativo que não permite o desenvolvimento do *self* verdadeiro. Afirmava que não existiria uma pulsão de morte inata. Por exemplo, ninguém fantasia com suicídio por ter muita pulsão de morte, mas, por algum motivo de sua vida – ou pelo outro significativo ou pela patologia do desamparo, como víamos anteriormente –, não tem desejo de viver, não tem esperança. Jorge não acreditava na pulsão de morte.

E a questão de perceber. Isso também é muito importante. Um aspecto que caracterizava Badaracco é que ele considerava todo mundo como pessoas e também como pacientes, inclusive nós. Ele dizia que uma pessoa podia afirmar: “Hoje tive um bom dia” ou “Hoje me dei bem”. Badaracco não se contentava com isso e perguntava: “Por quê?” Afinal, se a pessoa percebia qual mecanismo tinha mudado, ou seja, por que nesse dia se conectou bem com o marido ou com os filhos, ou conseguiu ser criativa, isto é, se conseguisse registrar o que acontece e quais as mudanças de ânimo, esses registros passariam a ser recursos do ego. Caso contrário, ficaria parecendo um acaso: “Tive um bom dia, tive sorte”. No entanto, quando se percebe que, indo por este caminho, é possível se conectar bem, gerar bons vínculos, sentir-se melhor, tudo passa a ser um recurso do ego e isso produz mudança psíquica.

A esposa de Jorge, que também era psicóloga, Elena Rosas de García Badaracco o acompanhava em tudo, era muito inteligente, ela se fazia perguntas, mas quem conduzia tudo era Jorge Badaracco e foi ele quem desenvolveu muita teoria. Também foi muito rejeitado nas associações psicanalíticas porque diziam que a teoria dele não era psicanálise, mas, quando morreu, chamaram o Departamento de Família de Jorge García Badaracco. E, a partir deste ano, a APA passou a admitir a formação em psicanálise multifamiliar.

Então, isso também fala da patologia que existe entre os colegas de rejeitarem o novo, de não reconhecerem o outro, não? Acho que precisamos pensar essas questões, porque, se vem alguém de fora, talvez seja mais ouvido. Por exemplo, Green vinha a Buenos Aires, e Jorge Badaracco falava do objeto enlouquecedor, em um momento. Depois, ele mudou esse conceito. Falava dos outros em nós. Green contestou essa ideia, e as pessoas ouviam Green porque ele vinha de fora. Contudo, percebo que, em trabalhos posteriores, André Green utilizou muito do que dizia Jorge García Badaracco com outros termos. Então, Green incorporou, sim, esses conceitos. Por exemplo, na Associação Psicanalítica Argentina, no grupo das terças-feiras, havia uma família com um senhor gago que não conseguia falar. Badaracco lhe cedia todo o tempo que precisasse para poder falar. Todo o tempo que precisasse. Esse homem se curou, deixou de ser gago. É o primeiro caso de gagueira muito severa, em um adulto, que eu vi se curar. No caso de outra senhora,

uma paciente que, quando chegou ao grupo, disse que tinha feito muitos tratamentos e que achava tudo errado, um dia Badaracco disse a ela: “Ouça, a senhora não abra mais a boca”. Não a deixamos falar. Cada vez que ela tentava falar, nós não deixávamos. Depois dos grupos, sempre há um grupo dos colegas e estudantes que pensa a teoria, por que foi dita tal coisa e tal. Badaracco disse que essa senhora era um caso de perversão mental – como dizia Meltzer, “perversão da mente” –, que não ia lá para melhorar, para se curar; ela ia para repetir conosco, desqualificando o tempo todo o que os outros lhe diziam. Então, ele não lhe permitiu falar. Um ano depois e a mulher continuava indo ao grupo. Um ano depois, ela começou a falar e tinha mudado. Conseguiu ouvir e realmente começou a aceitar muitas situações, e isso acarretou mudanças com um filho. Não sei se é relevante agora, mas ela odiava seus pais e, apesar de poder gerar filhos, achava que o ódio ia se transmitir se ela tivesse um filho biológico. Então, adotou um filho, e é claro que o odiava, porque a transmissão não é genética. O filho casou com uma senhora da idade da mãe. Então, ela estava furiosa e... enfim. Depois de um ano, a mulher começou a mudar e passou a mudar o vínculo com o filho. Em vez de criticar a nora, tentou se conectar com o filho, que recuperou o diálogo com a mãe e, finalmente, em seguida, terminou o relacionamento com a mulher. Contudo, terminou por um desejo próprio e não por uma crítica da mãe, que criticava todo mundo. Então, na questão de conseguir ouvir, captar o outro, ele me marcou muitíssimo.

RP – Bem, agora, então, queríamos ouvi-la um pouco sobre a sua experiência clínica no trabalho com crianças psicossomáticas, com duplas mãe-criança e, mesmo, com grupos compostos por várias duplas mãe-criança.

Eva Rotenberg – Bem, graças à minha experiência em psicanálise multifamiliar com Jorge García Badaracco, percebi que os pais dos pacientes psicóticos amavam seus filhos, e que a teoria da mãe esquizofrenogênica e todas as teorias que conhecíamos não serviam, não ajudavam. Os pais tinham consultado durante a infância do filho sem sucesso, não que os terapeutas fossem ruins, mas porque era preciso mudar a teoria, o enquadre, e ampliar a mente. Então, um dia, em um sábado que íamos trabalhar no consultório, eu lhe disse que ia formar uma escola para pais multifamília. Eu havia morado em Barcelona e, no Liceu Francês de Barcelona, fizera uma escola para pais, mas sem sucesso. Isto aconteceu porque os pais contavam o que achavam que estava acontecendo e não dava para trabalhar assim. Então, eu disse a ele que, agora, com a psicanálise multifamiliar, tinha a ferramenta necessária para fazer a escola para pais. Badaracco me contou que, durante toda a sua vida, desejara fazer uma escola para pais, mas tinha ficado preso

na patologia mental severa. Assim, eu iniciei a minha primeira escola para pais na Associação Psicanalítica Argentina, onde iam várias famílias com as crianças, e também iam profissionais, docentes – que ganhavam pontuação para o plano de carreira –, médicos, pediatras e até mesmo advogados, porque faziam mediações. Em seguida, o chefe de Saúde Mental do Hospital das Crianças, Ricardo Gutiérrez, perguntou-me se eu poderia ir lá ajudar, pois não estavam dando conta da demanda no Serviço de Dermatologia e no Serviço de Neurologia, lembrando que o hospital todo era de crianças. Então, ele me deu a escolher. Optei em ir para o serviço de Neurologia, mas lá ninguém deu por mim, como se eu não existisse.

No entanto, quando cheguei ao Serviço de Dermatologia, logo o chefe me recebeu e já queria mandar pacientes, perguntando em quais dias eu estaria lá. Foi assim que comecei. Em todas as sessões, sempre pergunto às famílias e às crianças se a sessão foi útil ou não. Pergunto também às crianças. E, muitas vezes, pergunto o que acharam que foi útil ou bom. Quando respondem que a sessão foi útil, pergunto o que foi útil. Só uma vez uma criança me disse que não, e isso foi muito bom para mim. Na hora, eu não percebi por que não tinha sido útil para a criança.

Vou contar-lhes o ocorrido. As crianças ficavam ao redor da mesa desenhando. A mãe desse menino, que tinha 10 ou 11 anos, estava sentada ou em pé atrás dele. E ela dizia que o pai do menino estava preso, na cadeia, mas fazia sinais indicando que o menino não sabia disso. Juro. Parece incrível, mas não é o primeiro caso que ouço. Os pais falam na frente das crianças, em todas as classes sociais, achando que elas não ouvem porque estão assistindo à TV ou estão desenhando ou porque são surdas. O menino estava desenhando grades, as grades da cadeia. Ele sabia de tudo. Eu disse: “Olhe, seu filho agora está sabendo. Ele não sabia, mas olhe o desenho. Ele sabe”. Então, a mãe continua falando e diz que tinha ido com o filho até o hospital porque, nesse momento, o pai do menino, o marido dela, estava lá. Ele tinha brigado com outro preso e levava uma facada no estômago. Então, perguntei à criança se tinha entrado para ver o pai e ele disse: “Não, me deixaram chegar até a porta”. O menino estava desenhando uma mancha vermelha. Então... Claro, o pai estava algemado e escoltado por policiais, porque era um preso que tinha sido levado ao hospital. Esse menino me disse que a sessão não tinha sido útil para ele. Depois, eu percebi, não fora útil porque, na verdade, o menino já sabia que o pai estava preso. Não era esse o ponto. O menino não sabia se o pai ia sobreviver. E eu não percebi, nesse momento, que aquela mancha vermelha representava o medo de ele não ver mais o pai.

Outras pessoas dizem que a sessão foi útil, muitas crianças dizem que foi útil, mas não explicam o porquê, e isso não importa. Os pais, às vezes, também

não conseguem explicar o motivo, e também não importa. Às vezes, dizem que foi útil e, quando explicam porquê, percebo que entenderam errado. Então...

Como é um hospital, e as pessoas vêm de muito longe – é muito bom o serviço de Dermatologia do Hospital das Crianças, o hospital todo é muito bom –, eu trabalho com a ideia de sessão única de Winnicott. Não sei se as famílias vão voltar ou não, então eu quero que eles aproveitem e que saiam da sessão tendo alguma experiência sobre o que é a psicanálise. O que resgataram dessa reunião? Às vezes, esqueço de perguntar, mas, geralmente, pergunto.

Então, depois da primeira vez que fizemos uma reunião com as famílias, eu perguntei a mesma coisa aos profissionais. A médica dermatologista disse que estava muito impactada. Eu perguntei: “Por quê?”. E ela: “Porque, quando você me disse que iam vir os pais com os filhos, eu achei que fosse ser um caos. Mas todas as crianças ficaram muito atentas, desenhando, concentradas, mas atentas, e faziam desenhos relacionados ao que os pais falavam”. As crianças estavam muito conectadas. Ela comentou que também estava espantada porque eu falava com as crianças. E aí eu fiquei espantada. Os médicos falam com os pais sobre as crianças, mas não consideram as crianças como sujeitos. Eles somente falavam – e apresentavam assim em todos os congressos – sobre que patologia de pele tinha a criança e sobre qual medicação tinha sido prescrita para o caso, se tivera efeito quanto à remissão, ou não, da patologia, se era preciso fazer outra coisa, marcar outra consulta. Só isso. Desde que estou lá, isso mudou muitíssimo. Essa médica é quem ensina os residentes de Pediatria Dermatológica e, nos congressos atuais, não apresentam mais apenas a patologia e a medicação. Agora também apresentam uma criança que é um sujeito em um contexto familiar e social. A patologia deixou de ser a doença para ser o sintoma. Então, estou muito feliz, inclusive porque cada vez prescrevem menos medicação às crianças. Todos são convidados a assistir às reuniões. Alguns vêm, outros, não. Por diferentes motivos. Alguns, porque não têm dinheiro para... Eles vêm de longe, têm vários filhos... E outros vêm durante muito tempo. Depois... porque se curam muito rápido da pele. Alguns não comparecem, mas, em geral, curam-se rapidamente e continuam vindo, pois perceberam que é emocional. Além disso, faz bem para os pais e para as crianças. Para mim, é uma experiência incrível porque as primeiras consultas são para os pediatras, e eles estão cegos, porque dizem que é emocional, sabem que a patologia psicossomática é emocional e, então, mandavam os pacientes para Saúde Mental. Era mantida a dissociação corpo-mente, e as crianças não se curavam. Nem os pais entendiam os filhos. Agora, estamos integrando tudo e, por isso, é possível curar com bastante rapidez. Abrimos outra escola para pais no hospital neuropsiquiátrico para mulheres, porque nunca se pensava sobre o que acontecia

com os filhos das mulheres hospitalizadas ou em avaliação ou que tinham saído de uma internação. Não se pensava a respeito do que acontecia com essas crianças, e isso é muito preventivo. Além do fato de que muitas das mães se angustiavam por estarem hospitalizadas sem saberem com quem estavam as crianças. Então, junto com a psicanálise multifamiliar dos adultos, temos a escola para pais, onde vão as crianças, que também desenham e tal. Esse trabalho é conduzido por uma colega da minha equipe e, agora, também tenho um grupo privado.

Quero dizer que vieram deputados, com toda a equipe, advogados, psicólogos, legisladores, todos vieram para ver. Saiu nos jornais. Não sei como, mas foi publicado. Também mandaram pessoal do Ministério da Educação, e fui nomeada assessora do Ministério da Educação da Nação até março. E temos o Plano Nacional para que existam mais escolas para pais em toda a Argentina.

E os pais dizem: “Isto deveria existir em todas as partes”. As crianças, que não querem ir à terapia, querem ir todos os dias ao hospital. Elas desejam grupo todos os dias, porque nós falamos do que realmente preocupa os filhos. Então, eles se sentem compreendidos.

Eu vou todas as quintas-feiras.

RP – Desde quando?

Eva Rotenberg – Faz sete anos. Não interrompo nem sequer nas minhas férias. Se não estou lá – como agora, que vim para cá –, fica a médica dermatologista e o supervisor de estágios do curso de Psicologia, da disciplina de Psicossomática da Universidade de Buenos Aires, que ia vir com os alunos – pedi a ele que coordenasse –, além de outra colega, que tem muita formação, morando 15 dias na Itália e 15 dias em Buenos Aires, e que está fazendo comigo a formação de escola para pais multifamília. Ela já possui toda uma carreira em psicanálise. Faço questão de não parar nunca, porque é um espaço de disponibilidade. É um espaço no qual os pais sabem que, mesmo se faltarem um mês, por exemplo, nas quintas-feiras, naquele horário, o espaço está lá. É um espaço de disponibilidade, um enquadre aberto.

RP – É muito interessante, porque, realmente, como a senhora disse, é um trabalho de promoção de saúde e de prevenção, que a psicanálise pode prestar. Nós, aqui na nossa Sociedade, através de um grupo de colegas, temos também esse trabalho preventivo e de promoção da saúde junto à rede escolar.

Eva Rotenberg – O chefe de Dermatologia não concordava com a psicanálise. Ele achou que eu fosse da linha comportamental. E eu disse: “Não,

sou psicanalista”, e, agora, ele começou a valorizar a psicanálise. Colocaram-me no curso anual para pediatra dermatologista. É a primeira vez que incluem um psicanalista nesse curso. A filha do chefe quer que eu ministre um curso na Associação de Dermatologistas Pediatras. Então, a mentalidade deles mudou. Acho isso realmente importante.

***RP** – A senhora postula a existência e a importância de uma função parental ao invés dos conhecidos conceitos de função materna e função paterna, as quais seriam resultado de uma dissociação da função parental. Então, segundo esse seu ponto de vista, quais são as vantagens teóricas e clínicas da utilização desse conceito?*

Eva Rotenberg – Bem, as funções parentais são complexas, constituindo atos psíquicos que ajudam na constituição psíquica do bebê. A família mudou muito, pois não é mais apenas a família nuclear, formada por pai, mãe e filhos – há famílias monoparentais, há famílias homossexuais, há famílias de um homossexual com um travesti. Enfim, existe uma diversidade de famílias. Além disso, a função materna não pode ser atribuída à mulher, ou a função paterna ao homem. Inclusive nos casais heterossexuais, eles se ajudam mutuamente, complementam-se. Atualmente, os dois integrantes do casal trabalham, e muitos casais se revezam no cuidado às crianças. Contudo, quando o homem trabalhava, quem colocava os limites era a mulher, que ficava em casa. O homem chegava tarde, à noite, e a mulher dizia: “Eu vou contar ao seu pai isso aí”, e parecia que a função paterna era apenas ralar com as crianças. Então, acho que a função parental é uma maneira de assinalar um ato psíquico fundante, e ela não se relaciona com ser mulher ou ser homem. E, também – isto é pessoal –, quando fui avó – eu tenho três filhos homens e um único neto –, meu filho mais velho nos chamou no dia em que a esposa ia dar à luz. Foi feita uma cesariana. Então, quando estavam costurando minha nora, entregaram o bebê recém-nascido ao meu filho. Isso gerou um grande apego! Ele me disse: “Se colocarem 1.000 bebês aqui, eu já sei quem é o meu filho”. Percebo que, mesmo entre eles, às vezes meu filho consegue compreendê-lo melhor do que a minha nora. Então, são funções que não estão ligadas ao sexo biológico, tendo mais a ver com a empatia emocional, com a disposição... enfim. Então, acho que isso inclui também as famílias que não são conformadas para serem um homem, uma mulher e filhos.

***RP** – Ainda nessa linha – e esse é um ponto que foi objeto de bastante discussão quando estávamos elaborando as perguntas – a questão que nos ocorreu*

é que, se quando juntamos dois termos consagrados, como função materna e função paterna, em um termo único, função parental, não estaríamos correndo o risco de diminuir o campo semântico que existe na criação de significados diversos e variados?

Eva Rotenberg – Bem, eu acho que falar de função parental amplia a possibilidade de outorgar significados, porque, primeiro, falar de função paterna tem a ver com o patriarcado. E função materna... há muitas mães que não têm nenhuma empatia com o bebê, estão longe. Ou quando vemos casais lésbicos ou casais divorciados, que têm filhos de um casamento e do outro, vemos que as famílias mais saudáveis são aquelas nas quais as funções se revezam, não ficando rigidamente fixadas em uma pessoa. Acho que a rigidez tem mais a ver com a falta de amplitude. No entanto, falar de função parental remete a funções psíquicas que vão além de quem as desempenha. Inclusive, às vezes não há nem pai nem mãe, mas funções familiares ou parentais, ou seja, funções estruturantes da mente. Acho que amplia a possibilidade de pensar tudo isso, não é?

RP – Ainda dentro do tema das funções, como a senhora diferencia o exercício de funções parentais que venham, no curso do desenvolvimento, a engendrar identificações neuróticas, perversas ou psicóticas?

Eva Rotenberg – As identificações neuróticas, as mais saudáveis, têm a ver com as interdependências saudáveis, as quais se ligam ao reconhecimento da subjetividade do outro mesmo que este seja um bebê recém-nascido. Isto é, poder captar a necessidade, poder captar que o outro é um sujeito. Ajudar a criança... facilitar o surgimento da subjetividade do filho.

As identificações psicóticas têm a ver com o dilemático, com os traumas não elaborados dos pais, que são transmitidos aos filhos de um modo que os faz adoecer. Os filhos ficam capturados...

García Badaracco tem um trabalho intitulado *Complexo de Édipo na psicose*. Ele postula que, na neurose, há um conflito, e que os filhos se identificam com o progenitor do mesmo sexo e desejam o outro, ou, no Édipo ampliado, podem identificar-se com o outro sexo e desejar alguém do mesmo sexo. Isso no Édipo ampliado. Contudo, existe a proibição do incesto – nem com a mãe, nem com o pai –, e isso conduz à exogamia. No complexo de Édipo na psicose, o conflito é resolvido de alguma forma, mas, conforme Badaracco, o conflito é dilemático. O filho fica preso nessas interdependências patogênicas, assim como os pais estão presos. Então, por exemplo, tenho vídeos de jovens hospitalizados e que eram

humilhados pelos pais, os quais diziam que eles não prestavam para nada. Mas, ao mesmo tempo, exigiam dos filhos a exogamia: “você precisa sair para trabalhar, por que não estuda?” Assim, estabelece-se um tipo de vínculo patogênico do qual o filho não está em condições de sair, eis que ele não se sente com recursos internos para enfrentar a vida, ao passo que os pais continuam adoentando o filho. Por isso, Badaracco, em lugar de falar de superego, falava de “os outros em nós”, porque os outros, verdadeiros ou internalizados, continuam agindo. Após ler essa teoria, quando a gente escutava os delírios ou as alucinações, estes sempre tinham a ver, mesmo que deformados, com aquilo que os filhos ouviam dos pais, com o que os pais diziam para eles: “Você é um inútil, não presta para nada”. No delírio, talvez quem dissesse isso fosse Deus, mas era o representante dos pais. Ou o paciente podia “ouvir” uma vizinha falando. No entanto, era o que os pacientes ouviram durante a infância inteira deles, então não conseguiam sair desse vínculo patogênico. No grupo, ao ver os pacientes como sujeitos, escutá-los e dar-lhes importância, escutávamos o delírio deles, mesmo que possam falar meia hora – enquanto qualquer psiquiatra os medicaria. Claro que alguns pacientes estavam medicados, devido ao seu nível de angústia, mas não excessivamente medicados. Uma coisa é estarem medicados para não sentirem tanta angústia e poderem escutar e fazer terapia, e outra coisa é quando estão supermedicados e se tornam vegetais que andam. Isso os torna crônicos, e depois os psiquiatras dizem que a patologia mental não se cura.

Quanto à perversão, acho que tem a ver com os vínculos nos quais não se respeitou nem o corpo nem a mente dos filhos. Tem uma qualidade diferente da psicose, porque, na psicose, o dano se relaciona com os traumas não elaborados dos pais, que repetem e atrapalham os filhos esperando que eles continuem no lugar de *sua majestade o bebê*, do narcisismo, ao passo que o filho não quer sair desse lugar. Nem quer, nem consegue. Então, fica preso. No entanto, a perversão, entendida nos termos de Hannah Arendt como o uso do outro como objeto, envolve vivências nas quais o filho foi um objeto a serviço do gozo dos pais. São vínculos perversos, de muita crueldade, tanto psíquica quanto física, nos quais o filho, enfim, fica preso em um estado de dependência do qual não consegue sair. São os casos de abuso sexual. No Hospital das Crianças chegam crianças com as mãozinhas queimadas, porque colocaram as mãos delas no fogo. Isso é algo... Há situações de uma crueldade sem tamanho. Não são a maioria, felizmente.

Mas, enfim, as instituições, na Argentina, não respondem... Não há instituições que deem conta. Se quisermos separar as crianças ou separar uma pessoa – suponhamos que seja o pai, mas também pode ser a mãe. Suponhamos, então, que seja o pai a ser retirado da casa. Talvez a família não tenha como sobreviver,

porque o pai era quem fornecia o sustento econômico. A única saída para essa família seria morar na rua, ou não ter dinheiro ou se submeter perversamente – inclusive famílias endinheiradas. Um rapaz advogado hospitalizado no Borda, no hospital neuropsiquiátrico, estava supermedicado. Quando passou a vir à reunião multifamília, começaram a diminuir a sua medicação. O pai do rapaz também era advogado, um advogado prestigiado, da alta sociedade. O filho dizia desejar que a mãe reconhecesse que o pai tinha abusado dele e das irmãs durante toda a infância e que fazia orgias no campo com os amigos, abusando dele e das irmãs. A mãe dizia: “Estão vendo? Diminuíram a medicação dele. Já está delirando. Já está delirando. É preciso medicá-lo”. Nós dissemos ao rapaz que acreditávamos nele. Dissemos a ele: “Acreditamos em você”. Em um certo momento, ele melhorou muitíssimo, e inclusive começou a ajudar como advogado a outros pacientes que precisavam de auxílio jurídico. Começou a trabalhar. Assim, sem um escritório, mas ajudando. Contudo, depois cometeu suicídio, porque a mãe era perversa, o pai era perverso. Os pais estavam separados, mas a mãe recebia muito dinheiro do ex-marido. E a mãe também era perversa, porque o dinheiro do paciente ia para a mãe, e a mãe precisava levar o dinheiro a ele. O rapaz morava sozinho, em um apartamento do bairro Recoleta, em um andar alto sem grades, imaginem só. A mãe sempre o enlouquecia, dizendo-lhe que ele estava alucinando, mas também por causa do dinheiro. No dia em que cometeu suicídio, eu fui ao velório, mas me retirei quando a mãe contou: “Ele me pediu que lhe levasse dinheiro. Ia na sexta-feira ao meio-dia, mas não consegui. Depois ia à noite, mas tive de passar na casa da minha filha, que precisava de mim. Então, decidi ir no sábado de manhã, depois no sábado ao meio-dia”. Às seis da tarde de sábado, o filho se jogou da sacada. E a mãe, no velório, estava preocupada em decidir se iria mudar-se para o apartamento do filho ou se seria melhor alugá-lo. Imaginem o grau de perversão. Isso foi de uma crueldade... não foi possível desfazer esse vínculo, porque o rapaz tinha começado a melhorar muito, mas, pela lei, dependia economicamente de que a mãe lhe trouxesse o dinheiro. Ele não queria ver o pai, pois, se o visse, iria matá-lo. O rapaz dizia: “Sou uma metralhadora”. Estava cheio de ódio, mas depois foi melhorando, melhorando, mas, enfim...

RP – Há um limite.

Eva Rotenberg – Há um limite. Isso diz do efeito, da importância do outro no psiquismo. Searles é um autor estadunidense que escreveu um trabalho muito bom, chamado *O esforço de enlouquecer o outro*. Então, foi o que fizeram com esse rapaz: enlouqueceram-no. Mas, os pais eram perversos, os dois.

RP – A senhora já nos comentou um pouco sobre isso, mas, para poder lhe perguntar explicitamente: na sua opinião, então, o Complexo de Édipo baseado nas diferenças anatômicas do corpo biológico ainda mantém um papel central como organizador da personalidade?

Eva Rotenberg – A diferença sexual anatômica? O reconhecimento da diferença sexual anatômica?

RP – Sim, o corpo biológico.

Eva Rotenberg – Bem, eu expliquei que o reconhecimento da diferença sexual anatômica é um processo ao qual se chega a partir do reconhecimento de outras diferenças que os pais também necessitam instituir: o reconhecimento do filho como um outro, o reconhecimento, a aceitação da realidade, a aceitação do consensual, como diz Piera Aulagnier, o idioma consensual. Por exemplo, nos dois casos que contei aqui, das criancinhas que inventavam qualquer palavra... Eu dizia: “o idioma, a língua em que nos comunicamos precisa ser consensuada”. E eles respondiam: “Mas ela está consensuada entre nós”. Foi aí que eu disse: “Se ele for à escola e chamar uma menina de girafa ou de qualquer outra coisa, isso não está consensuado socialmente”. Então, muitas pessoas, por causa de traumas infantis, desmentem a realidade e transmitem aos filhos essa desmentida, que pode gerar a desmentida da diferença sexual anatômica ou até outras desmentidas. É verdade que Freud dizia: “Eu sei que as mulheres não têm pênis, mas, ainda assim...” Mas, na realidade, há casais que são tão saudáveis! Por exemplo, eu montei um curso filmado, em espanhol e em inglês, de entrevistas com diferentes psicanalistas, inclusive eu mesma falo também, sobre psicosssexualidade e identidade. Uma das pessoas que entrevistei foi a diretora do Instituto de Psicanálise da Universidade Columbia, a quem eu conhecia por ter dividido com ela um painel em um congresso. Eu a conheci anos atrás, e ela contou que era lésbica e tinha duas filhas. Lembro que, naquele momento, ela me disse, “não sei como elas vão elaborar o complexo de Édipo”, porque, claro, era tudo novo. Quando a entrevistei, perguntei pelas filhas dela, porque já são adolescentes. As minhas duas filhas possuem namorados. Contudo, quando têm amigos ou amigas que são lésbicas ou transgêneros ou homossexuais, não os rejeitam. São mais sensíveis, aceitam melhor as diferenças do que os filhos de outras pessoas. Quanto às identificações... os homossexuais, as lésbicas e os transgêneros nasceram de pais heterossexuais, uma vez que antigamente não existia fertilização assistida. Então, o sexo biológico não tem nada a ver. As identificações relacionam-se com o desejo inconsciente, com fantasias,

com traumas, com a parte ativa ou passiva de cada um. Não estão ligadas ao sexo biológico. Então, acho que isso é algo que devemos poder pensar de outra maneira, sem fixá-lo ao sexo biológico. Para mim, pessoalmente, foi muito difícil, porque eu tinha estudado homossexualidade e perversão. No entanto, quando recebi um homem homossexual que vivia com outro homem como casal – nesse momento, não existia o casamento entre pessoas do mesmo sexo na Argentina – e que tinha adotado quatro irmãozinhos (três meninas e um menino)... Ele queria adotar só um, mas ninguém aprovava a adoção porque sabiam que era homossexual – o homem declarava isso, mas também dava para perceber. Quando adotou as crianças, elas tinham diagnóstico de debilidade mental, porque tinham sido abusadas, e os casos das crianças abusadas muitas vezes geram confusão. Elas tinham um diagnóstico errado. Por qual motivo ele as adotou do mesmo jeito? Porque, antes da adoção, ele as levava em passeios, retirava as crianças da instituição, saía com elas e as levava à missa. O bispo ou o cardeal da igreja foi até ele, que estava com as crianças, e os abençoou, e ele sentiu que era um sinal de que precisava adotar essas crianças. Quando me consultou, os filhos eram adolescentes. Ele os tinha levado à psicopedagoga e à psicanalista, para cada um deles. Enviara os filhos a um colégio privado para crianças saudáveis, mas que contemplava os problemas. Quando veio me consultar, achava que os problemas dos filhos se deviam ao fato dele ser homossexual. E os filhos eram absolutamente normais, tinham os mesmos problemas que qualquer adolescente: não queriam tomar banho, não tinham feito a tarefa de casa, gostavam de ficar assistindo à televisão, queriam sair. Todos eram heterossexuais. Ele era muito respeitoso. Por exemplo, no caso das filhas, pediu para suas irmãs que as acompanhassem à ginecologista. Falavam do assunto. Falaram disso na sessão. O filho homem disse que se lembrava, quando era pequeno, ao ver o pai, de pensar: “Que elegante este senhor! Gostaria de ser adotado por este senhor. Eu queria ser como ele”. Depois, quando ficou sabendo que era homossexual... Tudo isso ele sabia quando veio falar comigo, porque já eram adolescentes. Mas, na sessão, o filho homem disse: “Eu não queria ter sido abandonado e nem que tivessem feito com a gente aquilo que fizeram, mas queria ter sido adotado por uma família ‘normal’”. E o pai respondeu: “Olhe, talvez você tivesse preferido outra família, talvez ninguém os tivesse adotado”. Na realidade, quatro irmãozinhos juntos com diagnóstico de debilidade mental... E, enfim, demoraram anos. Quando estavam comigo em terapia, só nesse momento chegou a aprovação legal da adoção, porque o controlavam, controlavam esse pai sem parar, como se fosse perverso, como se quisesse abusar das crianças.

Então, aí precisei começar a desconstruir tudo o que estudara sobre homossexualidade e sobre perversão. Percebi que existiam heterossexuais e

homossexuais que podiam ser neuróticos, perversos ou psicóticos. Mas essa percepção, que agora é uma obviedade, quando eu comecei a apresentá-la nos congressos e dividi-la com colegas, por pouco não queriam me matar. Lembro que, em um congresso interdisciplinar, alguns advogados que tinham vindo de Mendoza, quando tomávamos um café, me disseram: “Eva, como você é ousada!” Contudo, a verdade é que devemos ser honestos com aquilo que vemos na clínica. Não podemos escutar os pacientes de acordo com as nossas teorias. Isso não quer dizer adaptar-se à realidade, mas escutar os pacientes. Então, é isso.

RP – Ainda nessa linha, nós nos lembramos, durante nossos debates prévios, de André Green, que, na década de 1990, provocava a psicanálise contemporânea com o texto Sexualidade tem algo a ver com psicanálise?. Nesse sentido, não lhe parece que as manifestações atuais da sexualidade em nossa cultura nos chamam a voltarmos a pensar sobre a sexualidade em outros termos?

Eva Rotenberg – Sim, concordo plenamente. Na verdade, temos de pensar na psicosexualidade. Seguindo Freud, a sexualidade humana é psicosexualidade, porque há fantasias... Na entrevista com esta colega da Universidade Columbia, ela disse: “nós podemos ter relações sexuais homossexuais ou heterossexuais e podemos estar fantasiando com o que for”. É psicosexualidade. Eu acho que é muito importante sustentar isso, porque, na atualidade, há um grande desenvolvimento da psicanálise relacional, que prioriza o *entre*, aquilo que acontece *no entre*, como se se considerasse a interdependência e não existisse lugar para a pulsão. Acho que isso está errado. Eu acho que a pulsão é muito vigente. E, mais, e quem tem crianças vê isso, é evidente a importância da pulsão e da sexualidade. Da psicosexualidade. Muitas relações sexuais não têm nada a ver com a sexualidade, com a psicosexualidade. Têm a ver com *actings* (atuações), com a procura de ser visto, de ser olhado, de ser registrado, de existir para alguém a qualquer preço. Isso é a mesma coisa que usar uma droga. Não tem a ver com o encontro afetivo com um outro, com um vínculo. Algumas pessoas nem sabem com quem passaram a noite. São buscas desesperadas de descarga de angústia e de existência, de necessidade de sentir que se existe para alguém. Ora, em um tratamento, é preciso trabalhar esses *actings* para que o paciente possa estabelecer um vínculo intersubjetivo, um vínculo no qual seja registrado o outro, para que a sexualidade deixe de ser um *acting* e passe a ser um modo de encontro, não é?

RP – Agora a pouco, a senhora nos falava sobre a importância e a necessidade de sermos honestos com o que vemos na clínica. A nossa próxima

pergunta se refere a pontos cegos, pois frequentemente se escreve sobre os pontos cegos de Freud, que tinham a ver com a época e a cultura na qual ele estava inserido e vivia. Então, a nossa pergunta é no sentido de, segundo o que a senhora vê ou imagina, quais seriam os pontos cegos da nossa época e da nossa cultura como um todo, e da psicanálise em especial?

Eva Rotenberg – Bem, eu acho que, neste momento, ainda que esteja ocorrendo um grande desenvolvimento na psicanálise acerca da importância do outro significativo, ao mesmo tempo, o ponto cego é a frequência da dessubjetivação. Mesmo existindo uma família com pai e mãe, independentemente da classe social, às vezes não há vínculo. Esse é um ponto cego. Quando um pai ou uma mãe vêm nos consultar, nós achamos que eles se preocupam, que existe vínculo; talvez exista um vazio existencial muito importante e não o vínculo. Acho que esse é um dos pontos cegos. Outro ponto cego tem a ver com uma espécie de submissão e idealização em relação às teorias dos mestres, que nos fazem esquecer que o conhecimento sempre é um processo, um devir. Ficamos anos submetidos, repetindo, repetindo, sem ousarmos dizer: “Bem, Freud disse isto em tal ano, disse aquilo em outro ano...” Ele disse tantas coisas! E nós podemos continuar dizendo. Não sou lacaniana, mas acho alguns conceitos de Lacan muito valiosos. Penso que devemos continuar pensando, porque o contrário acarreta uma dificuldade na clínica. O não pensar acarreta uma dificuldade para ajudarmos os pacientes. Pessoas que se analisaram durante tantos anos ou colegas que fizeram a formação, mas, depois, um filho deles se suicida. Não sei se isso acontece aqui, mas, ouçam: existem pontos cegos na psicanálise! A psicanálise individual me ajudou, acredito que salvou a minha vida, mas, se também não tivesse me formado em psicanálise multifamiliar, permaneceria cega quanto ao que poderia acontecer com meus filhos em termos de relação, por exemplo, ou com outros filhos, outras famílias. Há profissionais muito conhecidos, muito conhecidos mesmo – não vou mencionar os nomes – cujos filhos se suicidaram. Bem, posso mencionar Green, porque ele já morreu. O filho de André Green cometeu suicídio. A filha de Melanie Klein se suicidou. Ela tinha uma rigidez em seus conceitos... Mas estou falando de agora também. Então, esses são pontos cegos na teoria e na psicanálise. Precisamos conseguir ampliar. O paciente que faz análise individual fala da representação que tem de seus filhos ou daquilo que pensa. Pensa que o filho é um mal-educado e não pensa que o filho, talvez, responda a ele de mau jeito porque sente que não o estão registrando ou que não estão olhando para ele, ou porque sente um vazio, e a única forma que encontra é essa.

Outro dia, foram consultar comigo dois psicanalistas. Um casal de

psicanalistas que tem um filho adolescente. O filho tinha feito terapia, quando era um menino, com uma terapeuta de crianças, uma colega muito conhecida. Realizara entrevistas com os pais. Os pais vieram consultar porque o filho não saía do quarto. Nas poucas vezes em que isto acontecia, pegava o pai por trás e fazia gestos que insinuavam uma masturbação com o pai ou um ato de penetrá-lo. O pai não sabia o que fazer e o maltratava. Então, eu perguntei a eles se achavam que a terapia tinha sido útil para o garoto. Afinal, também eram feitas entrevistas com os pais. Eles disseram que sim. Eu perguntei o que achavam que estava acontecendo com o filho. Não sabiam. O pai dizia que era biológico. O pai tinha uma filha mais velha de outro casamento, e a mãe dizia que tudo era culpa do marido, que sempre se preocupava com a filha e não tinha se relacionado com este filho. Mas, o pai dizia que era biológico. Os dois são psicanalistas. Então, isso é grave. Acho que é uma questão séria, muito séria, que temos de recolocar-nos. A vida das pessoas está em jogo. O futuro e a vida das pessoas. Os pais não querem que os filhos se deem mal, isto é óbvio. E todo mundo tem traumas, histórias. Não é uma questão de maldade, é uma questão que não se conseguiu trabalhar nem na análise individual, nem na terapia do filho.

RP – Seriam pontos cegos tanto do próprio paciente, que é o pai, quanto do analista desse pai. Nesse sentido?

Eva Rotenberg – E da teoria. E da técnica também. Porque não adiantou. A psicanalista é uma pessoa muito renomada em psicanálise de crianças. Não estou julgando nada, mas o resultado foi catastrófico. Não estou dizendo que seja culpa dela. Eu acho que os pais, nessas entrevistas, não conseguiram captar nada. Não sei o que aconteceu lá, na verdade, ninguém sabe. Nós ouvimos as narrativas. Contudo, o que aconteceu não sabemos.

RP – Um outro tema que nos ocupou lendo seus trabalhos foi o tema do luto e da necessidade de os pais terem os seus lutos elaborados para que os filhos desenvolvam essa capacidade. E uma pergunta que ocorreu ao grupo foi se não haveria, em um casal homoparental, lutos desmentidos do corpo feminino e/ou masculino, conforme a situação, interferindo sobre o exercício da função parental.

Eva Rotenberg – Por que lutos desmentidos do corpo feminino? Por quê? Por que pensam que existiriam lutos desmentidos do corpo feminino ou do corpo masculino? Podem existir identificações com o outro sexo e uma busca de objeto sexual com alguém do mesmo sexo biológico sem que haja nenhum luto, porque

as pessoas se sentem bem assim, sentem-se autênticas e felizes. Vejam, o complexo de Édipo ampliado... Freud diz que é preciso explicar tanto a heterossexualidade quanto a homossexualidade, porque ele fala de psicosssexualidade. Não é uma questão biológica. É uma questão cultural. Freud, quando abandona a teoria da sedução – conforme a qual todas as histéricas teriam sido abusadas pelo(s) pai(s) –, inaugura os conceitos de fantasia e de realidade psíquica. Embora Ferenczi tenha percebido que existiam vários casos nos quais realmente elas foram abusadas, para Freud isso foi muito útil, de qualquer maneira, para poder desenvolver o conceito de fantasia, de realidade psíquica e de psicosssexualidade. Não sei se há um luto desmentido do corpo. Não sei. Talvez vocês tenham pensado mais nessa questão do que eu. Nunca pensei no assunto nesses termos.

RP – Então, uma última pergunta que temos aqui é sobre a questão que a senhora afirma quanto a que o processo de luto deve ser realizado não somente em nível intrapsíquico, mas também intersubjetivo. Então, a pergunta seria como se daria esse processo de luto na dimensão intersubjetiva. E, mais, quais seriam as diferenças em relação ao trabalho de luto da criança e do adulto.

Eva Rotenberg – Bem, justamente Freud, em *O fetichismo*, diz que as crianças não conseguem elaborar o luto, que elas o desmentem – ele afirma isso textualmente. As crianças desmentem a perda assim como o fetichista desmente a castração. Freud diz exatamente isso. E é Freud quem estabelece a diferença entre o luto da criança e o do adulto, porque afirma que a criança não consegue fazer o luto, e, então, passa a desenvolver a questão do luto normal e do luto patológico. O luto normal – vocês já sabem disso, mas vou mencionar sinteticamente – tem a ver com o desprendimento da libido, das catexias libidinais que o indivíduo tinha depositado na pessoa que morreu e que são retiradas pelo indivíduo, voltando por introversão para o ego – essa seria uma etapa de narcisismo, de introversão, de luto –, e, depois, chega um momento em que ele volta a se conectar com novos objetos, que hoje corresponderia a um novo sujeito. Esse seria o luto normal, em síntese. Freud, para o caso de quem não consegue fazer isso, fala de um luto patológico que conduz à melancolia.

Badaracco possui um trabalho excelente, intitulado *Duelo y melancolía 80 años después* (Luto e melancolia 80 anos depois). Ele escreveu 80 anos depois de Freud. Agora já se passaram mais anos. Ele aponta – e não é por ele dizer isso, eu mesmo vi com os pacientes – que não é que o melancólico não consiga se conectar depois com outros objetos e que haja um investimento de saudade. Não é isso, diz Badaracco, mas que, quando a pessoa que morreu vivia, não permitiu ao filho

criar recursos egóicos. Mesmo que o filho tenha 50 anos, quando a mãe ou o pai morrem, ele fica perdido. É como se uma parte de si mesmo ficasse anulada, vazia, como se tivessem lhe cortado uma parte, como se se tratasse de uma simbiose na qual aquele que morre leva consigo a possibilidade de recursos. Então, ele coloca a melancolia dessa forma.

Trabalhando no Hospital das Crianças e no trabalho que eu propus, percebi que, quando há um luto em uma família, o luto é da família inteira, muda a família inteira, independentemente de ter morrido a mãe, o pai ou um filho, um irmão. Não é só uma pessoa que precisa elaborar o luto. A família toda está em luto. No trabalho, os adultos, que estão em luto, deprimidos pelo luto, pensam, defensivamente, que a criança, como continua brincando ou indo ao colégio – mesmo que, talvez, não consiga estudar, ou que o desempenho caia – ou assistindo à televisão, não sofre. Os pais acreditam nisso. Então, os adultos permanecem elaborando o luto, muito angustiados, e não conseguem ajudar o filho a colocar em palavras a perda, não conseguem brincar com ele, ajudá-lo a conectar-se com lembranças da pessoa que morreu, com as vivências, porque estão fechados em seu próprio luto. E acham que a criança... Uma mulher me disse: “Meu filho já sabe”, e o filho estava superdeprimido, desenhando um caixão. O avô tinha morrido. Imaginem que é muito pior, porque nós esperamos isso dos avós, esperamos que os mais velhos morram antes, mas, quando morre um pai ou uma mãe e as crianças são pequenas, ou morre um irmãozinho, são lutos muito difíceis de elaborar. Mas, se os adultos acham que as crianças não entendem – eu acho que defensivamente, porque os pais estão tão angustiados que não conseguem dar conta da angústia de seus filhos –, então, defensivamente desmentem e acham que a criança, como é criança, está bem. Esqueceu o assunto e está brincando. E essas crianças, depois, podem chegar a ser melancólicos, podem...

RP – *Não elaborar...*

Eva Rotenberg – Não conseguem elaborar o luto. Então, não é que as crianças nunca consigam elaborar o luto, como dizia Freud. Elas não conseguem elaborar o luto porque não contam com ninguém que as ajude a elaborar o luto.

RP – *Muito obrigado. Foi uma entrevista bastante rica, que permitiu responder a muitas dúvidas e que, desse modo, tomássemos contato com seu pensamento psicanalítico e com sua ampla experiência clínica. Queremos lhe agradecer muito por essa oportunidade.* □

Recebido em 12/09/2018

Aceito em 19/09/2018

Tradução de **Adriana Carina Camacho Álvarez**

Revisão gramatical de **Gustavo Czekster**

Revisão técnica de **Paulo Oscar Teitelbaum**

Eva Rotenberg

Endereço

e-mail: evarot@gmail.com

© *Eva Rotenberg*

Versão para português da Revista de Psicanálise – SPPA

Normas Gerais de Publicação de Trabalhos

Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

1 NORMAS PARA PUBLICAR NA REVISTA DE PSICANÁLISE DA SPPA

A Revista de Psicanálise da SPPA utiliza as normas de publicação previstas pela *American Psychological Association (APA)*.

O artigo deve ser inédito ou original no país, excetuando-se trabalhos publicados em anais de congressos, simpósios, mesas-redondas ou boletins de circulação interna de entidades psicanalíticas.

O artigo não pode infringir nenhum preceito ético, e todos os esforços devem ser feitos de modo a proteger a identidade dos pacientes mencionados em relatos clínicos.

O artigo deve respeitar as normas que regem os direitos autorais.

O artigo não deve conter nenhum material que possa ser considerado ofensivo ou difamatório.

O autor deve estar ciente de que, ao publicar o artigo na Revista de Psicanálise da SPPA, ele estará transferindo automaticamente o copyright para essa, salvo as exceções previstas pela lei. Fica, desta forma, vetada sua reprodução, ainda que parcial, sem a devida autorização da Revista.

O artigo não deve estar sendo encaminhado simultaneamente para outra publicação sem o conhecimento explícito e confirmação por escrito do editor. Violações a essa regra, que impliquem em ações legais, serão de responsabilidade exclusiva do autor.

Os conceitos emitidos são da inteira responsabilidade do autor.

2 REGRAS DE SUBMISSÃO

Os arquivos (textos) devem ser gerados (redigidos) e salvos em documento Word.

As submissões deverão ser feitas exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) mediante cadastro de usuário/autor [revista.sppa.org.br]. Ao cadastrar o perfil no sistema, deve-se informar por extenso os

dados solicitados, evitando-se o uso de siglas. Deve-se, também, guardar *login* e senha de acesso para acompanhamento do processo editorial.

O artigo deverá adequar-se às dimensões deste tipo de publicação:

- a) Sugere-se que, sem comprometer a clareza do texto, sua extensão não ultrapasse 11.000 palavras (até 70 mil caracteres com espaço).
- b) Gráficos, tabelas, desenhos e outras ilustrações devem estar inseridos no texto sem prejuízo da qualidade das imagens, com tamanho máximo de 100mm x 150mm. Como a imagem poderá sofrer redução, recomenda-se que seja enviada preferencialmente com extensão tiff.
- c) O conteúdo total de ilustrações não deverá exceder 1/4 do espaço ocupado pelo artigo. Custos adicionais com ilustrações ficarão ao encargo do autor, que será previamente informado. Também é de responsabilidade do autor obter autorização para ilustrações, quando exigido.

3 FORMA DE APRESENTAÇÃO

3.1 Identificação

Para a correta identificação do trabalho eles deverão conter na seguinte ordem:

- a) título em português, inglês e espanhol;
- b) nome completo do autor, seguido da cidade em que reside (Ex. Ruggero Levy, Porto Alegre);
- c) nota de rodapé para cada um dos autores, com as informações sobre afiliação institucional (Ex. Calos Gari Faria* Porto Alegre; na nota de rodapé: * Psiquiatra, psicanalista e membro efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA).
- d) nota de rodapé, ligado ao título do trabalho, com informações sobre apoio institucional, origem do trabalho (apresentação em evento, derivado de dissertação ou tese) e outros dados que atendam a exigências éticas. Devem ser apresentados no máximo em três linhas.
- e) Ao final do trabalho, após as referências deve-se apresentar o endereço completo para correspondência, incluindo CEP e e-mail de cada um dos autores.

3.2 Resumos e palavras-chave

Os resumos devem ser apresentados da seguinte forma:

- a) em português, inglês (Abstract) e espanhol (Resumen).
- b) com aproximadamente 200 palavras, não podendo ultrapassar 250 palavras sendo capaz de comunicar os pontos principais do trabalho.
- c) deve-se evitar citações, símbolos, equações etc. que não sejam absolutamente necessários.
- d) palavras-chave, *keywords* e *palabras clave* (de 3 a 10, separados por vírgula).

3.3 Padrões gráficos

A apresentação gráfica deverá ser conforme 3.3.1 a 3.3.4.

3.3.1 Formato

- a) Os textos devem ser digitados em cor preta e em fonte Times New Roman de tamanho 12, excetuando-se citações com mais de três linhas e nota de rodapé, que devem ser de tamanho 11.
- b) As margens devem ser: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm.
- c) não usar sublinhado, nem negrito no corpo do texto.
- d) palavras estrangeiras, títulos de livros e títulos de artigos mencionados no texto deverão ser apresentados em itálico, sem aspas.
- e) intertítulos (seções e subseções) do trabalho em negrito.
- f) se houver subseções, as seções e subseções deverão ser numeradas (Ex.: Para seção: 1, 2, 3, ...; para subseções: 1.1, 1.2, 2.1, 2.2, ...)

3.3.2 Espaçamentos

O texto deve ser digitado com espaçamento de 1,5 (um e meio) entre as linhas (inclusive citações de mais de três linhas e referências) excetuando-se notas de rodapé que devem ser em espaçamento simples.

3.3.3 Notas de rodapé

- a) as notas de rodapé devem ser evitadas sempre que possível; no entanto, quando apontadas no corpo do texto, devem ser indicadas com números arábicos sequenciais, imediatamente depois da frase a que digam respeito.
- b) As notas devem ser apresentadas no rodapé da mesma página e ter, no máximo, três linhas.
- c) os autores mencionados nas citações devem ser apresentados nas referências, não em nota de rodapé.

3.3.4 Observar

- a) epígrafes devem estar entre aspas e em *itálico* além de possuir referência no formato (Autor, ano).
- b) *vinhetas, material clínico* devem estar em *itálico* e sem aspas.
- c) *ênfases, destaques, duplo sentido, ironia* devem estar em *itálico* e sem aspas.
- d) *ênfases, destaques, ironias*, dentro de material clínico devem estar em fonte normal para destacar do *itálico*.
- e) falas no texto devem estar em fonte normal e entre “aspas duplas”.
- f) fala dentro de material clínico devem estar entre “*aspas duplas*” e em *itálico*.
- g) letra maiúscula para Eu, Id, Ego e Superego.
- h) letra maiúscula para Eros, Thánatos, Outro (Lacan).
- i) palavras em língua estrangeira devem estar em *itálico*. Se for alemão, iniciá-las com letra maiúscula e *itálico*. Ex.: *Verneinung, Trieb, Instinkt*.
- j) diagnósticos, nomes de ciências, especialidades ficam com iniciais minúsculas.
- k) título da resenha de obra estrangeira deve ser o original, se não houver, para esta obra, tradução em português. No sumário, o título deverá aparecer nas versões em inglês e em espanhol.

4 CITAÇÕES

Cada referência textual deve corresponder a uma referência completa na lista bibliográfica ao final do documento. Confira, antes de encaminhar o artigo, se todas as citações estão presentes. As citações devem ser feitas na língua do artigo ou, se o autor desejar traduzir, deve inserir nota de rodapé indicando “Tradução minha/ nossa.” Ao longo do texto as referências serão apresentadas citando-se o nome do autor seguido do ano de publicação original entre parênteses. Citações muito curtas de até 6 palavras, não necessitam de paginação.

4.1 Indireta

As citações indiretas devem ficar no corpo do texto, sem recuos e sem aspas.

Exemplos:

a) um autor:

Segundo Varela (1994), pode-se considerar que há duas formas de [...]

Na sua forma original não distorcida, a memória duplicaria o conteúdo de uma percepção de um evento externo (Schimeck, 1975).

b) dois autores de uma obra:

No texto de Laplanche e Pontalis (1976), focado na obra de Freud, [...]

[...] destacam a existência de áreas do psiquismo correspondentes a traumas não representados e que seriam apresentados à consciência através do trabalho de figurabilidade (Botella & Botella, 2002).

c) três autores de uma obra

Segundo Autor um, Autor dois e Autor três, (2013) [...]

(Autor um, Autor dois & Autor três, 2013) [...]

d) para mais de três autores de uma obra a referência no texto indicará o primeiro seguida da expressão *et al.*

Rodrigues *et al.* (1983)

(Rodrigues *et al.*, 1983)

4.2 Direta

As citações diretas devem estar seguidas da paginação inicial e final da citação.

As citações diretas, no texto, de até três linhas, devem estar contidas entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

As citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra tamanho 11 e sem aspas.

Além da revisão cuidadosa quanto à sua fidedignidade, devem ser indicadas a página inicial e final da citação.

Sendo uma tradução do autor citado, informar (tradução do autor). Uma tradução de quem está citando, informar (tradução minha ou nossa).

Citações originais com grifos devem informar: (grifos do autor). O grifo original deve permanecer como está, independente das regras de ênfase utilizadas pela revista. Original não se modifica!

Autores que desejarem fazer grifos adicionais dentro de uma citação original deverão fazê-los em itálico e informar: (grifos meus).

Poderá conter notas do revisor técnico (N.R.) e/ou notas do tradutor (N.T.) quando necessário.

Devem ser indicadas as supressões, interpolação, comentários, ênfases ou destaques do seguinte modo:

- a) supressões: [...]
- b) interpolações, acréscimos ou comentários []
- c) ênfase ou destaque: *itálico*.

Exemplos:

“Ele [Freud] sugeriu que...” (Autor, ano, p. xx-xx).

“O [...] artigo será encaminhado para a *Revista de Psicanálise da SPPA*, publicação científica [...]” (Autor, ano, p. xx-xx).

Utilize Times tamanho 11, justificado, com recuo de parágrafo à esquerda de 4 cm. O presente artigo será encaminhado para a Revista de Psicanálise da SPPA, publicação científica da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. (Sobrenome, ano, p. 00).

4.3 Observar

- a) Citações em nota de rodapé seguem a regra de citação até 3 linhas.
- b) (*Ibidem* ou *Ibid.* = mesmo autor): usa-se quando a citação é da mesma obra do autor citado antes.

5 REFERÊNCIAS

A lista de referências bibliográficas deverá incluir apenas as obras citadas no texto. Os autores serão mencionados em ordem alfabética e suas obras dispostas pela ordem cronológica da primeira publicação. Se várias obras citadas de um mesmo autor foram publicadas no mesmo ano, deve-se acrescentar, à data de publicação, as letras a, b, c,... consecutivamente.

Quando um autor é referido individualmente e também como coautor, serão listadas antes as obras em que ele é o único autor, seguidas das publicações em que ele é coautor.

Os nomes dos autores não serão repetidos, mas indicados por um traço.

Demais aspectos normativos omissos nesta sessão deverão seguir as referências da APA – *American Psychological Association*.

5.1 Artigos publicados em revistas ou periódicos

Autor. (ano da publicação original). Título do artigo. *Nome da revista ou periódico em itálico* (por extenso ou abreviado). *volume*, (número): página inicial e final.

Exemplo:

Ogden, T.H. (1985). On potential space. *Int. J. Psycho-anal.* 66, (2): 129-141.

5.2 Livros

5.2.1 No caso de um só autor e mesma data

Autor. (ano da primeira publicação original). *Título do livro em itálico*. Local de publicação (cidade): editora, ano da edição consultada.

Exemplo:

Bion, W. R. (1961). *Experiências com grupos*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

5.2.2 No caso de coletânea de vários autores ou de um só autor com publicações em diferentes datas

Autor. (Ano da primeira publicação original). Título do capítulo ou artigo seguido de ponto e da expressão. In Nome do organizador ou editor. *Título do livro em itálico* (Volume, se houver, página inicial e final. Local de publicação (cidade): editora, ano da edição consultada.

Exemplos:

Rosenfeld, H. (1971). Uma abordagem clínica para a teoria psicanalítica das pulsões de vida e de morte: uma investigação dos aspectos agressivos do narcisismo. In E. B. Spillius (Ed.). *Melanie Klein hoje* (pp. 17-29). Rio de Janeiro: Imago, 1990.

Rosenfeld, H. (1950). Nota a respeito da psicopatologia dos estados confusionais nas esquizofrenias crônicas. In *Os estados psicóticos* (pp. 62-74). Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

Freud, S. (1905). Fragmento da análise de um caso de histeria. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 7, pp. 1-119), Rio de Janeiro: Imago, 1972.

Freud, S. (1905). Tres ensayos de teoría sexual. In *Obras completas*. (Vol. 7, pp. 109-224), Buenos Aires: Amorrortu, 1988.

Klein, M. (1946). Notas sobre alguns mecanismos esquizóides. In *Obras completas*. (Vol. 3, pp. 17-43), Rio de Janeiro: Imago, 1991.

5.3 Monografias, teses, dissertações

Autor. (Ano da publicação ou apresentação). *Título em itálico*. Local: nome da universidade ou instituição. Indicação de monografia, tese ou dissertação.

Exemplo:

Levy, R. (2000). *Do símbolo à simbolização: uma revisão da evolução teórica e suas repercussões sobre a técnica psicanalítica*. Porto Alegre: Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. Monografia.

6 APRESENTAÇÃO DE RESENHAS

O nome do autor da resenha *deve* constar depois dos dados relativos ao livro resenhado. A titulação e o endereço (incluindo CEP, telefone e e-mail) devem constar em rodapé.

As resenhas apresentadas devem trazer todos os dados necessários à plena identificação da obra resenhada:

- a) Título completo do livro seguido do subtítulo, quando houver.
- b) Nome do autor do livro tal como consta na capa.
- c) Em caso de obra coletiva, nome do organizador e de todos os autores que participam da coletânea.
- d) Crédito de outros da equipe de edição, como tradutor, revisor técnico, coordenador de coleção etc.
- e) Nome da editora, local e ano de publicação, número de páginas.

7 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Todo trabalho entregue para publicação é numerado e distribuído anonimamente em todas as suas etapas. É avaliado através de critérios padronizados por, pelo menos, três membros do Conselho de Revisores ou do Conselho Consultivo da *Revista de Psicanálise da SPPA*. Da mesma forma, o nome dos avaliadores é mantido em sigilo.

Uma vez aprovado pelo Corpo Editorial, a decisão final quanto à data de sua publicação dependerá do programa editorial estabelecido.

Os procedimentos editoriais seguem a orientação *Qualis* para periódicos científicos. A *Revista* observa os seguintes quesitos:

- a) Prioridade a textos de diferentes regiões do país e do exterior;
- b) Divulgar pensamentos psicanalíticos estudados e desenvolvidos nas diversas sociedades e grupos de estudos de psicanálise;
- c) Possível impacto sobre a área da psicanálise;
- d) Regularidade na publicação (quadrimestral) e divulgação efetiva do periódico.

Os textos são apreciados por meio de avaliação cega, dividida em duas etapas:

1ª etapa de avaliação: são destacados dois membros do Corpo Editorial que avaliarão a adequação dos trabalhos, anônimos, às normas gerais de publicação. Caso necessário, o texto poderá ser submetido à avaliação de um terceiro parecerista;

2ª etapa de avaliação: o trabalho aprovado na primeira etapa de avaliação segue para a segunda etapa, quando são convidados três consultores que o avaliarão anonimamente e que serão designados pelo editor, conforme sua afinidade com o tema do referido artigo e a pertinência deste texto para publicação na *Revista*.

Após a análise dos artigos, os consultores emitem por escrito os seguintes pareceres: i) aprovado; ii) aprovado com recomendações e/ou sugestões, alterações, relativas à forma e/ou conteúdo; ou iii) recusado para publicação.

O Corpo Editorial reserva-se os seguintes direitos:

- a) recusar os textos que não estiverem de acordo com as diretrizes e normas da *Revista*;
- b) o editor se resguarda o direito de vetar trabalhos aprovados nas duas etapas de avaliação, nos casos em que o autor não cumprir com as reformulações solicitadas;
- c) solicitar alterações nos textos submetidos, quando se fizer necessária alguma correção ou modificação de ordem temática e/ou formal;
- d) proceder a alterações de ordem formal, ortográfica e gramatical, realizadas por revisores especializados.

Caberá ao Corpo Editorial, a partir de criteriosa análise das avaliações, a decisão

final acerca da publicação ou não do artigo, o que será comunicado ao autor. A data de publicação do trabalho seguirá a programação editorial.

O Corpo Editorial reserva-se o direito de encaminhar convites a especialistas com competência acadêmica evidente na área de psicanálise para possível publicação de sua produção intelectual na *Revista de Psicanálise da SPPA*. Neste caso, os textos passam pelo procedimento padrão de avaliação adotado pela *Revista*, sob responsabilidade dos editores.

Excepcionalmente, serão aceitos trabalhos que já tenham sido publicados em periódicos estrangeiros. Nesse caso, serão sujeitos ao mesmo processo de avaliação.

Os textos não aceitos para publicação na *Revista de Psicanálise da SPPA*, mesmo arquivados pelo sistema SEER, estarão liberados para submissão em outros periódicos.

Índice Geral de Títulos / Volume 25 (v./n./p./ano)

- AMOR CAPTURADO PELAS PALAVRAS, O • André, Jacques – v. 25, n. 1, 167-182, 2018
- AMOR E PAIXÃO: ALGUMAS QUESTÕES EM ABERTO • Aisenstein, Marília – v. 25, n. 1, 193-203, 2018
- AMOR NO TRATAMENTO ANALÍTICO: SITUAÇÃO TOTAL? • Mello, Cátia Olivier – v. 25, n. 1, 135-152, 2018
- AMOR, UM PÁSSARO REBELDE, O • Eizirik, Marisa Faermann – v. 25, n. 1, 205-229, 2018
- AMOR: OBSERVAÇÕES DE UM PSICANALISTA OCTOGENÁRIO, O • Lander, Rómulo – v. 25, n. 1, 77-103, 2018
- BISSEXUALIDADE PSÍQUICA NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: SOBRE SUAS ORIGENS E DESTINOS IDENTITÁRIOS, A • Carneiro, Cláudia Aparecida; Lazzarini, Eliana Rigotto – v. 25, n. 3, 585-612, 2018
- COMPLEXIDADE NA PSICOSSEXUALIDADE E NA IDENTIDADE, A • Rotenberg, Eva – v. 25, n. 3, 523-556, 2018
- CONVERSANDO SOBRE O FEMININO – DE QUE FEMININO VAMOS FALAR? • Wolff, Mery Pomerancblum – v. 25, n. 3, 495-508
- CORPO QUE SE TEM E O CORPO QUE SE É: ENTENDENDO A NECESSIDADE DO INDIVÍDUO TRANSEXUAL DE SER VISTO, O • Lemma, Alessandra – v. 25, n. 3, 613-634, 2018
- CRUZANDO FRONTEIRAS NA INTIMIDADE DA CASA-BOLEIA DE UM CAMINHÃO: AS TRANSFORMAÇÕES VIVIDAS POR UM HOMEM TOCADO PELO MUNDO SENSORIAL DE UM BEBÊ E SUA MÃE • Caron, Nara Amália; Lopes, Rita de Cássia Sobreira – v. 25, n. 2, 301-317, 2018
- DESAMPARO PSÍQUICO E ADIÇÃO AO PODER: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE FAIRBAIRN AO TEMA • Pires, Antônio Carlos J. – v. 25, n. 2, 319-334, 2018
- EDITORIAL • Thaler, Lúcia – v. 25, n. 1, 7-10, 2018
- EDITORIAL • Thaler, Lúcia – v. 25, n. 2, 253-255
- EDITORIAL • Thaler, Lúcia – v. 25, n. 3, 485-486, 2018
- ENCONTRANDO A FANTASIA INCONSCIENTE NA SESSÃO: RECONHECENDO A FORMA • Bronstein, Catalina – v. 25, n. 2, 419-444, 2018
- ENTREVISTA • Rotenberg, Eva – v. 25, n. 3, 695-714, 2018
- ENTREVISTA • Santolalla, Mónica – v. 25, n. 2, 447-462, 2018
- ESCREVER ALGO QUE SE GOSTARIA DE LER. DA LITERATURA À PSICANÁLISE, AS COORDENADAS ESPAÇO-TEMPORAIS DO ESCREVER • Mingotti, Daniela; Nuzzaci, Valentina; Sorete, Ioana; Linciano, Anna Daniela – v. 25, n. 2, 281-300, 2018
- EXPERIÊNCIA AMOROSA, RECUSA DO AMOR • Guignard, Florence – v. 25, n. 1, 183-192, 2018
- HOMOSSEXUALIDADE DO PSICANALISTA, A • André, Jacques – v. 25, n. 3, 635-650, 2018

- IDENTIDADES E SEXUALIDADES EM TRANSFORMAÇÃO • Glocer Fiorini, Leticia – v. 25, n. 3, 509-521, 2018
- IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO NAS E NOS ADOLESCENTES DE HOJE • Janin, Beatriz – v. 25, n. 3, 557-568, 2018
- IDENTIFICAÇÃO PROJETIVA ELETRONICAMENTE MEDIADA: O ANALISTA E O DIALETO VIRTUAL • Kowacs, Clarice – v. 25, n. 2, 395-418, 2018
- INCONSCIENTE E CONSCIÊNCIA DA MEMÓRIA: UMA CONTRIBUIÇÃO DAS NEUROCIÊNCIAS • Imbasciati, Antonio – v. 25, n. 2, 355-377, 2018
- MADELEINE BARANGER, UMA MESTRA DA PSICANÁLISE • Eizirik, Cláudio Laks – v. 25, n. 1, 13-22, 2018
- NARCISISMO, ANALIDADE E IMAGEM FÁLICA NAS RELAÇÕES COTIDIANAS • Machado, Carlos Marcírio Naumann – v. 25, n. 2, 379-394, 2018
- PAIXÕES DE AMOR. *OH, SOMETHING TO LOVE!* • Diena, Simonetta – v. 25, n. 1, 43-76, 2018
- PALAVRA DA EDITORA/ANIVERSÁRIO DE 55 ANOS DA SPPA E DE 25 ANOS DA REVISTA • Thaler, Lúcia – v. 25, n. 3, 491-492, 2018
- PALAVRA DO PRESIDENTE/ANIVERSÁRIO DE 55 ANOS DA SPPA E DE 25 ANOS DA REVISTA • Libermann, Zelig – v. 25, n. 3, 489-490, 2018
- PARA LÁ ONDE O AMOR NASCE. REFLEXÕES A PARTIR DO PENSAMENTO DE FRANCO FORNARI • Langer, Lidia Leonelli – v. 25, n. 1, 105-133, 2018
- PREOCUPAÇÃO PSICANALÍTICA PRIMÁRIA. TEMPO DE DESPERTAR, A • Oliveira, Ana Lúcia Monteiro – v. 25, n. 2, 335-354, 2018
- PROCURANDO DIOGO SOARES, ENCONTRO O COMPLEXO DE ÉDIPO? • Iankilevich, Eneida – v. 25, n. 3, 675-692, 2018
- REVISITANDO *MY HEART BELONGS TO DADDY*: REFLEXÕES SOBRE O SUJEITO E SEUS OUTROS • Sapisochin, Gabriel – v. 25, n. 1, 23-42, 2018
- SEXUALIDADE INFANTIL TEM ALGO A VER COM O BEBÊ?, A • Salomonsson, Björn – v. 25, n. 3, 651-673, 2018
- SEXUALIDADE NA PSICANÁLISE: REFLEXÕES A RESPEITO DA DUALIDADE, DO GÊNERO E DA HOMOFOBIA, A • Lima, Edilene de – v. 25, n. 3, 569-583, 2018
- SONHAR CONSIGO MESMO E COM OS OUTROS • Ferruta, Anna – v. 25, n. 1, 153-166, 2018
- TÚMULO E PALAVRA: O *AFTER LIFE* PARA PROLONGAR UM ÚLTIMO TOQUE COM A PONTA DOS DEDOS/HOMENAGEM A PAULO FONSECA • Fonseca, Tania Mara Galli – v. 25, n. 2, 259-278, 2018

Índice Geral de Autores / Volume 25 (v./n./p./ano)

- AISENSTEIN, Marília • Amor e paixão: algumas questões em aberto – v. 25, n. 1, 193-203, 2018
- ANDRÉ, Jacques • Amor capturado pelas palavras, O – v. 25, n. 1, 167-182, 2018
- ANDRÉ, Jacques • Homossexualidade do psicanalista, A – v. 25, n. 3, 635-650, 2018
- BRONSTEIN, Catalina • Encontrando a fantasia inconsciente na sessão: reconhecendo a forma – v. 25, n. 2, 419-444, 2018
- CARNEIRO, Cláudia Aparecida; LAZZARINI, Eliana Rigotto • Bissexualidade psíquica na constituição do sujeito: sobre suas origens e destinos identitários, A – v. 25, n. 3, 585-612, 2018
- CARON, Nara Amália; LOPES, Rita de Cássia Sobreira • Cruzando fronteiras na intimidade da casa-boleia de um caminhão: as transformações vividas por um homem tocado pelo mundo sensorial de um bebê e sua mãe – v. 25, n. 2, 301-317, 2018
- DIENA, Simonetta • Paixões de amor. *Oh, something to love!* – v. 25, n. 1, 43-76, 2018
- EIZIRIK, Cláudio Laks • Madeleine Baranger, uma mestra da psicanálise – v. 25, n. 1, 13-22, 2018
- EIZIRIK, Marisa Faermann • Amor, um pássaro rebelde, O – v. 25, n. 1, 205-229, 2018
- FERRUTA, Anna • Sonhar consigo mesmo e com os outros – v. 25, n. 1, 153-166, 2018
- FONSECA, Tania Mara Galli • Túmulo e palavra: o *after life* para prolongar um último toque com a ponta dos dedos/HOMENAGEM A PAULO FONSECA – v. 25, n. 2, 259-278, 2018
- GLOCER FIORINI, Leticia • Identidades e sexualidades em transformação – v. 25, n. 3, 509-521, 2018
- GUIGNARD, Florence • Experiência amorosa, recusa do amor – v. 25, n. 1, 183-192, 2018
- IANKILEVICH, Eneida • Procurando Diogo Soares, encontro o complexo de Édipo? – v. 25, n. 3, 675-692, 2018
- IMBASCIATI, Antonio • Inconsciente e consciência da memória: uma contribuição das neurociências – v. 25, n. 2, 355-377, 2018
- JANIN, Beatriz • Identidades sexuais e de gênero nas e nos adolescentes de hoje – v. 25, n. 3, 557-568, 2018
- KOWACS, Clarice • Identificação projetiva eletronicamente mediada: o analista e o dialeto virtual – v. 25, n. 2, 395-418, 2018
- LANDER, Rómulo • Amor: observações de um psicanalista octogenário, O – v. 25, n. 1, 77-103, 2018
- LANGER, Lidia Leonelli • Para lá onde o amor nasce. Reflexões a partir do pensamento de Franco Fornari – v. 25, n. 1, 105-133, 2018
- LAZZARINI, Eliana Rigotto; CARNEIRO, Cláudia Aparecida • Bissexualidade psíquica na constituição do sujeito: sobre suas origens e destinos identitários, A – v. 25, n. 3, 585-612, 2018

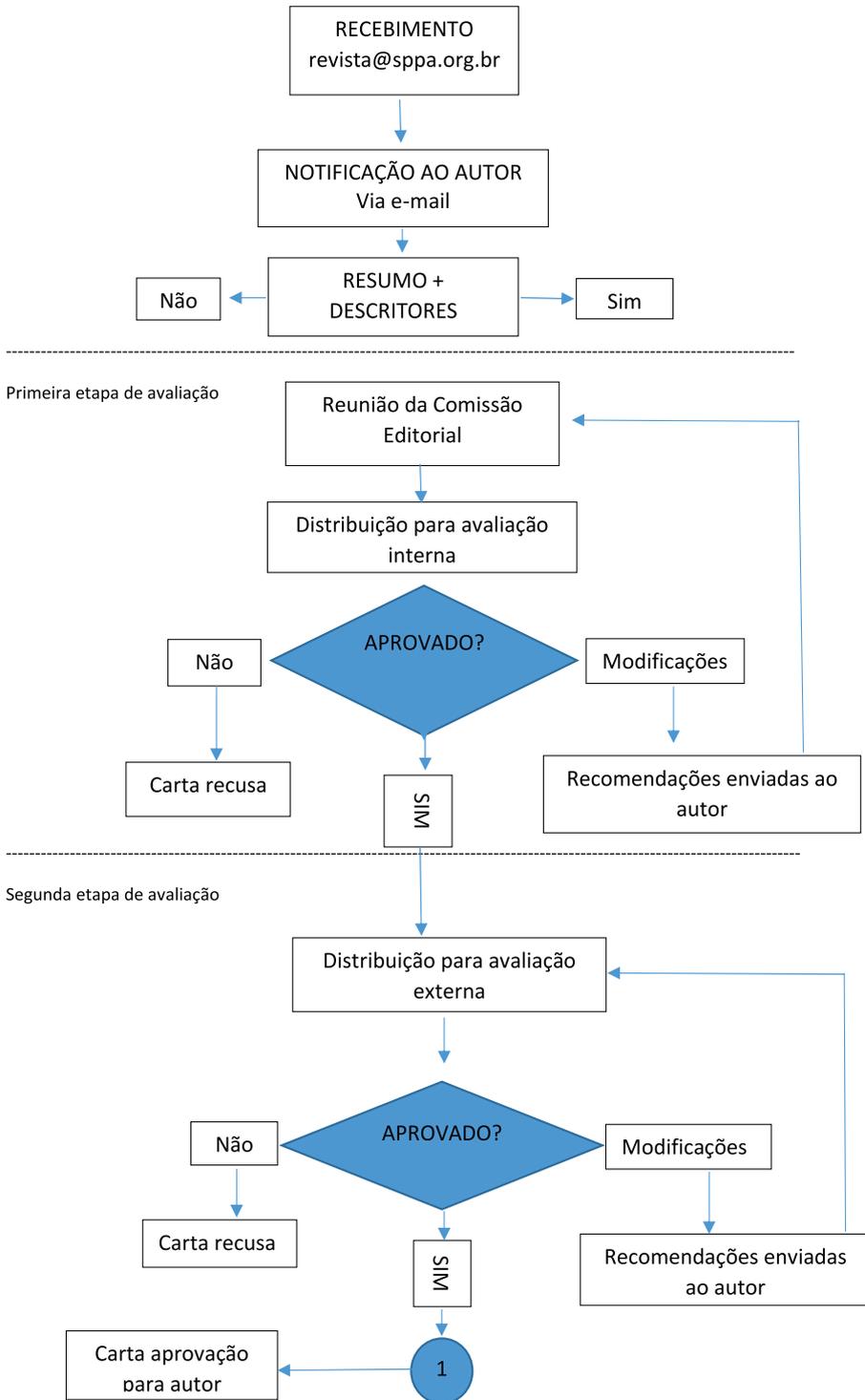
- LEMMMA, Alessandra • Corpo que se tem e o corpo que se é: entendendo a necessidade do indivíduo transexual de ser visto, O – v. 25, n. 3, 613-634, 2018
- LIBERMANN, Zelig • Palavra do Presidente/ANIVERSÁRIO DE 55 ANOS DA SPPA E DE 25 ANOS DA REVISTA – v. 25, n. 3, 489-490, 2018
- LIMA, Edilene de • Sexualidade na psicanálise: reflexões a respeito da dualidade, do gênero e da homofobia, A – v. 25, n. 3, 569-583, 2018
- LINCIANO, Anna Daniela; MINGOTTI, Daniela; NUZZACI, Valentina; SORETE, Ioana • Escrever algo que se gostaria de ler. Da literatura à psicanálise, as coordenadas espaço-temporais do escrever – v. 25, n. 2, 281-300, 2018
- LOPES, Rita de Cássia Sobreira; CARON, Nara Amália • Cruzando fronteiras na intimidade da casa-boleia de um caminhão: as transformações vividas por um homem tocado pelo mundo sensorial de um bebê e sua mãe – v. 25, n. 2, 301-317, 2018
- MACHADO, Carlos Marcirio Naumann • Narcisismo, analidade e imagem fálica nas relações cotidianas – v. 25, n. 2, 379-394, 2018
- MELLO, Cátia Olivier • Amor no tratamento analítico: situação total? – v. 25, n. 1, 135-152, 2018
- MINGOTTI, Daniela; LINCIANO, Anna Daniela; NUZZACI, Valentina; SORETE, Ioana • Escrever algo que se gostaria de ler. Da literatura à psicanálise, as coordenadas espaço-temporais do escrever – v. 25, n. 2, 281-300, 2018
- NUZZACI, Valentina; MINGOTTI, Daniela; LINCIANO, Anna Daniela; SORETE, Ioana • Escrever algo que se gostaria de ler. Da literatura à psicanálise, as coordenadas espaço-temporais do escrever – v. 25, n. 2, 281-300, 2018
- OLIVEIRA, Ana Lúcia Monteiro • Preocupação psicanalítica primária. Tempo de despertar, A – v. 25, n. 2, 335-354, 2018
- PIRES, Antônio Carlos J. • Desamparo psíquico e adição ao poder: algumas contribuições de Fairbairn ao tema – v. 25, n. 2, 319-334, 2018
- ROTENBERG, Eva • Complexidade na psicosexualidade e na identidade, A – v. 25, n. 3, 523-556, 2018
- ROTENBERG, Eva • Entrevista – v. 25, n. 3, 695-714, 2018
- SALOMONSSON, Björn • Sexualidade infantil tem algo a ver com o bebê?, A – v. 25, n. 3, 651-673, 2018
- SANTOLALLA, Mónica • Entrevista – v. 25, n. 2, 447-462, 2018
- SAPISOCHIN, Gabriel • Revisitando *My heart belongs to daddy*: reflexões sobre o sujeito e seus outros – v. 25, n. 1, 23-42, 2018
- SORETE, Ioana; NUZZACI, Valentina; MINGOTTI, Daniela; LINCIANO, Anna Daniela • Escrever algo que se gostaria de ler. Da literatura à psicanálise, as coordenadas espaço-temporais do escrever – v. 25, n. 2, 281-300, 2018
- THALER, Lúcia • Editorial – v. 25, n. 1, 7-10, 2018
- THALER, Lúcia • Editorial – v. 25, n. 2, 253-255
- THALER, Lúcia • Editorial – v. 25, n. 3, 485-486, 2018

THALER, Lúcia • Palavra da Editora/ANIVERSÁRIO DE 55 ANOS DA SPPA E DE 25 ANOS DA REVISTA – v. 25, n. 3, 491-492, 2018

WOLFF, Mery Pomerancblum • Conversando sobre o feminino – de que feminino vamos falar? – v. 25, n. 3, 495-508

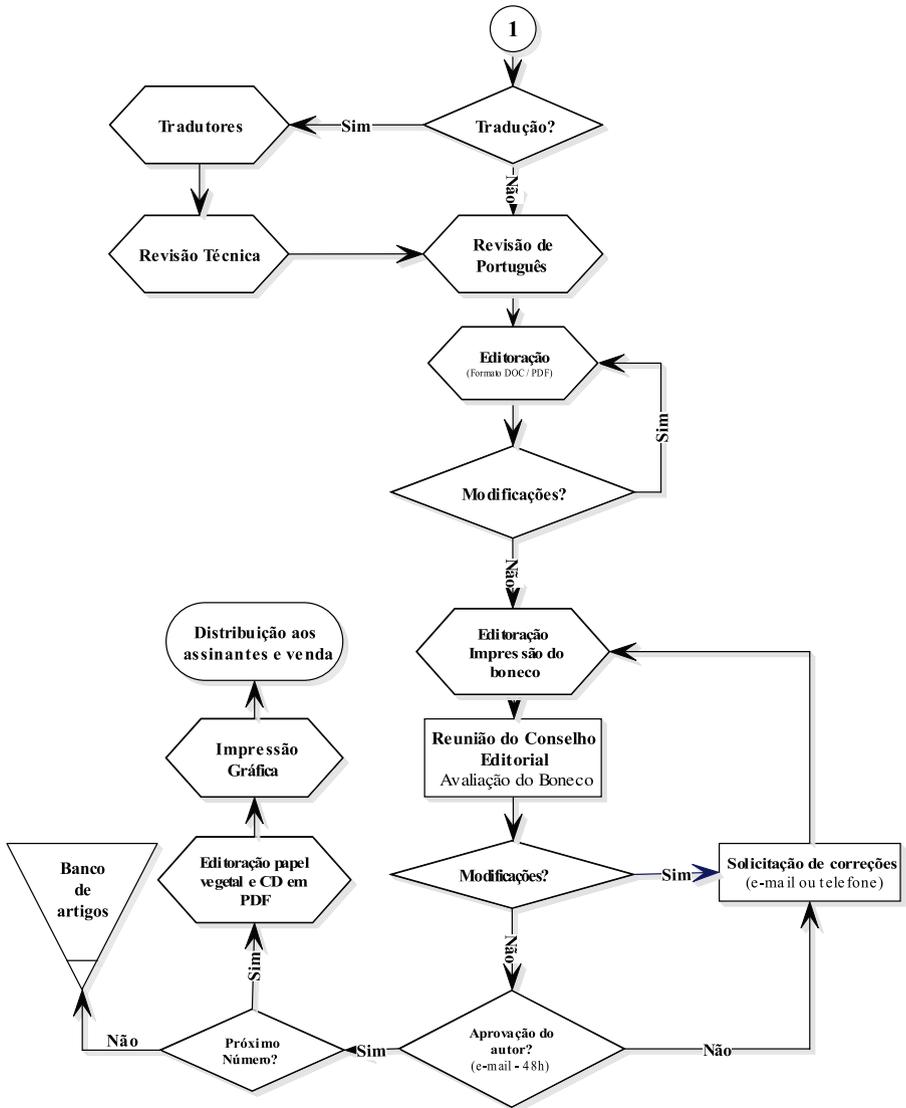
Fluxograma de Publicação da revista de Psicanálise da SPPA

Recebimento e preparação do trabalho

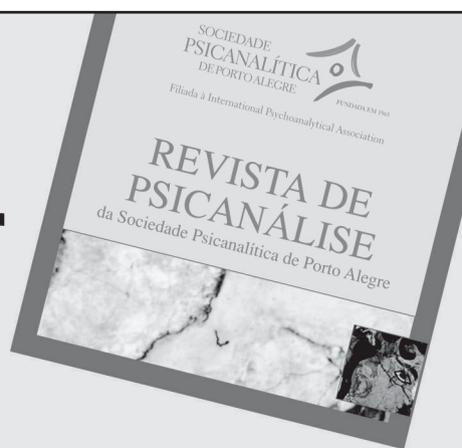


Fluxograma de Publicação da Revista de Psicanálise da SPPA

Editoração do material



Quer assinar a revista?



**Assinatura
anual**

**3 números
+
versão digital**



**Números
avulsos**

Formas de Pagamento **Cheque nominal**

Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Depósito/ transferência

Santander

Banco: 033

Agência: 1480

Conta corrente: 13000656-2

Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

CNPJ: 92 911 304/0001-29

<http://revista.sppa.org.br>

**Solicitamos enviar
comprovante por
email ou correio**



Números temáticos*

- 2/1997 Cem anos do complexo de Édipo
- 2/1998 Masculinidade e feminilidade na virada do milênio (Esgotado)
- 3/1999 Psicanálise, sonho e criação artística
- 3/2001 Psicanálise e literatura
- 3/2003 O inconsciente: tensões atuais
- 3/2004 Homenagem a Donald Meltzer
- 3/2005 Técnica psicanalítica
- 3/2006 Vergonha
- 3/2007 Método psicanalítico
- 1/2008 Trauma coletivo e transgeracionalidade
- 3/2008 O consciente
- 1/2009 Ano da França no Brasil
- 2/2009 Adolescência: questões atuais
- 1/2010 Estados limítrofes
- 2/2010 Preconceito: implicações psicanalíticas
- 1/2011 Prazer e realidade no mundo contemporâneo: 'Os dois princípios do funcionamento mental' cem anos depois
- 2/2011 Infância: questões atuais
- 1/2012 De 1912 a 2012: a dinâmica da transferência
- 2/2012 Desamparo
- 1/2013 Homenagem a André Green
- 2/2013 Psicanálise e cultura
- 3/2013 Representação e simbolização
- 2/2014 Reflexões sobre violência, vulnerabilidades e desenvolvimento
- 3/2014 Interpretação hoje
- 2/2015 Casos de Freud revisitados
- 3/2015 Realidades e ficções
- 2/2016 Campo analítico I
- 3/2016 Campo analítico II
- 1/2017 Corpo
- 3/2017 Ódio
- 1/2018 Amor
- 3/2018 Identidades e sexualidades
- 1/2019 Verdade / Mentira
- 3/2019 Neurose

*Publicações omissas nesta lista não possuem tema específico.